UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ISMAEL LOPES MENDONÇA

PELEJA DA INFORMAÇÃO COM A LEITURA: um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense

BELO HORIZONTE
2024

ISMAEL LOPES MENDONÇA

PELEJA DA INFORMAÇÃO COM A LEITURA: um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, mediações e cultura. Linha de pesquisa: Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais.

Orientadora: Profª. Drª. Lígia Maria Moreira Dumont.

BELO HORIZONTE
2024

M539p Mendonça, Ismael Lopes.
Peleja da informação com a leitura [recurso eletrônico] : um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense / Ismael Lopes Mendonça. - 2024.
1 recurso eletrônico (318 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Ligia Maria Moreira Dumont.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 300-310.
Apêndice: f. 311-318.
Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Leitura – Aspectos simbólicos – Teses. 3. Representações sociais – Teses. 4. Leitura de jornais – Teses. 5. Secas – Brasil, Nordeste – Teses. I. Dumont, Ligia Maria Moreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 028

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira - CRB: 6/2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO / TESE

ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Às 14:00 horas do dia 08 de maio de 2024, ECI/UFMG sala 4019 e Plataforma Webcam , realizou-se a sessão pública para a defesa da Tese de ISMAEL LOPES MENDONÇA, número de registro 2019660835**.** A presidência da sessão coube ao Profa. Ligia Maria Moreira Dumont - Orientador . Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profª Lidia Eugenia Cavalcante (Universidade Federal do Ceará), Prof. Luiz Tadeu Feitosa (Universidade Federal do Ceará), Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (UFMG/ECI), Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG/ECI), Profª Ana Paula Menezes Alves (UFMG/ECI), Profª Ana Amélia Lage Martins (UNIRIO) e Profª Ligia Maria Moreira Dumont - orientadora (UFMG/ECI). Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua Tese de Doutorado, intitulada: **"***Peleja da informação com a leitura: um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense***".** Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar aprovado a tese de doutorado. A banca recomendou que a tese seja apresentada para a premiação de teses ENANCINB, e também UFMG e CAPES, devido à sua alta qualidade de pesquisa e inovação na área da leitura e da comunicação da informação. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, e aprovada, foi assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Documento assinado eletronicamente por **Ligia Maria Moreira Dumont**, **Professora do Magistério Superior**, em 15/05/2024, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Amélia Lage Martins**, **Usuária Externa**, em 15/05/2024, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Tadeu Feitosa**, **Usuário Externo**, em 15/05/2024, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LIDIA EUGENIA CAVALCANTE LIMA**, **Usuária Externa**, em 16/05/2024, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Jose Nascimento da Silveira**, **Professor do Magistério Superior**, em 17/05/2024, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Meneses Alves**, **Professora do Magistério Superior**, em 17/05/2024, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Avila Araujo**, **Professor do Magistério Superior**, em 20/05/2024, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3202405** e o código CRC **AFAE5B67**.

Referência: Processo nº 23072.223500/2024-55 SEI nº 3202405

Para Ana, Artur e o caçula Rafael, que nasceu
e cresceu junto desta tese.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar os agradecimentos citando as pessoas que, em foro íntimo, justificam o esforço desprendido na construção de minha formação doutoral em um local distante de meu núcleo cotidiano: Ana – minha esposa – e Artur e Rafael – meus filhos. A eles, esta tese é dedicada; sem eles, não haveria razão que sustentasse um processo formativo tão árduo.

Em âmbito formal, embora não dissociado das relações afetivas instituídas no dia a dia do processo do doutoramento, agradeço à professora doutora Lígia Dumont, orientadora da tese, pela interação generosa e produtiva com a qual compartilhou conhecimentos, disponibilizando-se a me escutar e a sugerir caminhos para a investigação sempre que precisei.

De maneira semelhante, reconheço e agradeço as contribuições teórico-metodológicas promovidas pelas professoras doutoras Lidia Cavalcante, Ana Amélia Martins e Ana Paula Alves, bem como aos professores doutores Tadeu Feitosa, Fabrício da Silveira e Carlos Alberto Araújo, que integraram a banca examinadora da tese, somando qualidade à investigação. No caso de Lidia Cavalcante, Tadeu Feitosa e Fabrício da Silveira, um especial agradecimento pelas proposições indicadas nas fases de estruturação e qualificação da pesquisa.

Incluo nos meus agradecimentos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela bolsa concedida, e os docentes e técnicos da Escola de Ciência da Informação (ECI) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, pela disposição de espaços de aprendizagem calcada no debate de ideias, além dos pontuais auxílios financeiros que, geridos e disponibilizados pelo colegiado do programa aos discentes de forma transparente e democrática, permitiram que trabalhos resultantes do curso e da pesquisa fossem submetidos e apresentados em eventos científicos.

Quanto aos docentes não vinculados à ECI, agradeço ao professor doutor Carlos Alberto de Carvalho, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, de quem fui aluno em uma disciplina eletiva cursada no primeiro semestre de 2019, pela contribuição, na ocasião das aulas, com o aporte de leituras e discussões pertinentes ao tema das *textualidades midiáticas* aplicado ao universo do jornal O Povo e sua editoria de cadernos especiais. Também agradeço à professora doutora Andrea Pereira dos Santos e ao professor doutor Rubem Borges Teixeira Ramos, ambos da Universidade Federal de Goiás, pela parceria em produções acadêmicas. Com gratidão, ainda me dirijo às e aos docentes do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, casa em que me formei como mestre, com especial atenção à professora doutora Virginia Bentes

Pinto, de quem fui aluno desde a graduação em Publicidade e Propaganda ofertada por essa universidade e que muito me influenciou a trilhar a carreira acadêmica.

Acerca das instituições e dos sujeitos pesquisados, agradeço ao jornal O Povo e aos profissionais ligados à editoria dos cadernos especiais, por terem disponibilizado o tempo necessário à investigação, que foi conduzida em meio às rotinas de trabalho dessas pessoas, concedendo gentilmente os arquivos digitais dos materiais que integram o *corpus* do estudo e permitido que a pesquisa acontecesse sem quaisquer reserva e obstrução.

Em igual modo, agradeço à Escola Família Agrícola Dom Fragoso – seus fundadores, gestores, educadores, educandos e demais colaboradores – pela receptibilidade praticada desde os primeiros contatos e intensificada na empiria. À Rádio Comunitária de Independência, assim como à comunidade rural de Santa Luzia e à Paróquia Senhora Sant'Anna, todas situadas em Independência, pois colaboraram com a empreitada etnográfica. Aos dez participantes do grupo leitor da pesquisa, pela confiança e atenção a mim depositadas, como também pelas cessões de tempo e disposição para participar do estudo e seus ciclos de leitura e entrevista.

Retomando a esfera familiar, estendo gratidão aos meus pais, que não mediram esforços para que esta conquista se concretizasse, oferecendo completo suporte enquanto estive ausente de casa, assim como agradeço à minha irmã e seu esposo e aos demais familiares que torceram por mim. Aceno também à dona Diomarina – minha sogra – e aos parentes de minha esposa, moradores de Independência, por me acolherem como parte da família e porque exerceram papel importante na empreitada metodológica, possibilitando a condução empírica no universo rural da pesquisa, em um período que coincidiu com o de chuvas intensas no Ceará.

Por fim, obrigado às e aos colegas que conheci em Belo Horizonte, dentro e fora da ECI, pela rede de apoio que propiciou a minha permanência nesta cidade que aprendi a amar.

“Pela estrada da vida nós seguimos,
Cada qual procurando melhorar,
Tudo aquilo, que vivemos e que ouvimos,
Desejamos, na mente, interpretar,
Pois nós todos na terra possuímos
O sagrado direito de pensar,
Neste mundo de Deus, olho e diviso
O Purgatório, o Inferno e o Paraíso.”

Trecho de *O inferno, o purgatório e o paraíso*,
da autoria do poeta cearense Patativa do Assaré,
extraído de Carvalho (2015, p. 146).

RESUMO

Problematiza as representações sociais sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos mobilizadas em reportagens especiais produzidas entre 1998 e 2020 pelo antigo núcleo investigativo do jornal fortalezense O Povo, nomeadas *cadernos especiais*, realçando sistemáticas de poder e sentido que integravam o *modus operandi* da editoria e sua estética. Diante disso, objetiva compreender e interpretar a interação, por via da leitura, de um grupo de camponeses ligados a uma comunidade rural situada predominantemente em Independência, Ceará, Brasil, com as representações em questão, visando confrontar as elaborações simbólicas mediadas nos cadernos com as apropriações dos camponeses, recrutados por remeterem ao universo designado pelo jornal. De modo específico, (a) identifica as representações sobre o referido Semiárido e seus sujeitos materializadas nos cadernos especiais, a partir do estudo de seu processo de produção; (b) compreende como a comunidade rural constitui alteridade, tendo por base as representações mobilizadas cotidianamente por seus membros acerca de si e de seu contexto; (c) interpreta os sentidos provocados pela leitura dos camponeses, destacando as marcas socioculturais provenientes da alteridade desses sujeitos; e (d) analisa como os sentidos provocados pela leitura dialogam com as representações da editoria, ressaltando convergências e divergências decorrentes das formas de apropriação e reconhecimento dos camponeses com os cadernos especiais. Pertencente ao campo da Ciência da Informação, com enfoque em estudos de sujeitos socialmente localizados e de mediação em favor do compartilhamento de saberes, seu fundamento está na interdisciplinaridade construída entre a Teoria das Representações Sociais; o conceito de leitura como produção de sentidos; a ideia de informação como processo hermenêutico e intersubjetivo; e a noção de cultura como ordenação e exercício de poder. Dotada de natureza exploratória e qualitativa, com uso do método hermenêutico-dialético, contemplou a análise de dois universos – o da produção dos cadernos e o da comunidade rural –, delimitados e conduzidos mediante a finalidade da pesquisa. No ambiente do jornal, reuniu sete profissionais que participaram da produção dos cadernos, com aplicação de entrevistas semiestruturadas que permitiram entender os meandros da editoria, demarcar relações de poder e identificar as representações sociais. No meio rural, envolveu imersão etnográfica na Escola Família Agrícola Dom Fragoso – instituição situada em Independência, corresponsável por formar identidades locais com o Semiárido e estruturar a comunidade –, utilizando-se de observação participante e entrevistas semiestruturadas para conhecer o contexto e organizar o grupo leitor composto por dez camponeses. Contemplou ainda ações de leitura metodologicamente provocada, com administração de uma amostra de quatro cadernos

especiais aos camponeses, selecionados de um total de 35 cadernos, cujos critérios foram: referência ao cotidiano dos sujeitos; ênfase na fase estruturada da editoria; e diversificação da amostra, com prioridade às publicações mais recentes. As leituras geraram apreensões de sentido que ora convergiram com os direcionamentos simbólicos da editoria, ora divergiram desses, causando negociações de apropriação e reconhecimento em relação à amostra. Nas intervenções leitoras, destacaram-se saberes, críticas e julgamentos que, por serem compartilhados, evidenciaram conflitos de alteridade. Conclui considerando que o fator gregário das experiências informacionais e leitoras não acontece passivamente, mas negociado com crenças e ordenações culturais, enfatizando a condicionalidade das construções simbólicas que favorecem o protagonismo dos sujeitos.

Palavras-chaves: informação – aspectos simbólicos; leitura e apropriação; relações de poder; relações de sentido; Semiárido cearense – cultura de convivência; Teoria das Representações Sociais.

ABSTRACT

This thesis problematizes the social representations of the semi-arid region of Ceará, Brazil, and its subjects mobilized in the special reports produced between 1998 and 2020 by the former investigative section of the Brazilian newspaper *O Povo*, known as *cadernos especiais* (special notebooks), highlighting the systems of power and meaning that were part of the section's *modus operandi* and its aesthetics. In this sense, the research aims to understand and interpret, through reading, the interaction of a group of peasants linked to a rural community located mainly in the municipality of Independência, Ceará, with the representations in question, with the aim of confronting the symbolic elaborations mediated in the notebooks with the appropriations of the peasants, recruited because they refer to the universe designated by the newspaper. Specifically, the research (a) identifies the representations of the semi-arid region and its subjects materialized in the special notebooks, based on the study of their production process; (b) understands how the rural community constitutes alterity, based on the representations mobilized daily by its members about themselves and their context; (c) interprets the meanings provoked by the peasants' reading, highlighting the socio-cultural marks that result from the alterity of these subjects; and (d) analyzes how the meanings provoked by the reading dialogue with the editorial representations, highlighting the convergences and divergences that result from the forms of appropriation and recognition of the peasants with the special notebooks. Belonging to the field of Information Science, with a focus on studies of socially located subjects and mediation in favor of knowledge sharing, the thesis is based on the interdisciplinarity built between the theory of social representations; the concept of reading as the production of meanings; the idea of information as a hermeneutic and intersubjective process; and the notion of culture as the ordering and exercise of power. The nature of the research is exploratory and qualitative, its method is hermeneutic-dialectic, and it involved the analysis of two universes – the production of the sections and the rural community –, delimited and conducted according to the purpose of the exploration. In the newspaper environment, the study brought together seven professionals involved in the production of the notebooks, using semi-structured interviews to understand the intricacies of the section, demarcate power relations and identify social representations. In rural areas, the empirical work included an ethnographic immersion in the *Escola Família Agrícola Dom Fragoso* – an institution located in Independência that is co-responsible for forming local identities with the semi-arid region and structuring the community –, using participant observation and semi-structured interviews to understand the context and organize the reading group of ten peasants.

The research also included methodologically provoked reading sessions in which the peasants were given a sample of four special notebooks, selected from a total of 35 notebooks, with the following selection criteria: reference to the subjects' daily lives; emphasis on the structured phase of the editorial; and diversification of the sample, with priority given to the most recent publications. The group's readings generated apprehensions of meaning that sometimes converged with, and sometimes diverged from, the symbolic guidelines of the editorial board, generating negotiations of appropriation and recognition in relation to the sample of sections. In the readers' interventions, knowledge, criticism and shared judgments stood out, highlighting conflicts of otherness. The research concludes by considering that the gregarious factor of the subjects' information and reading experiences does not happen passively, but in a negotiated way with cultural beliefs and orders, emphasizing the conditional behavior of symbolic constructions that favor the subjects' protagonism.

Keywords: information – symbolic aspects; reading and appropriation; power relations; meaning relationships; semi-arid region of Ceará – culture of coexistence; Theory of Social Representations.

RÉSUMÉ

On problématise les représentations sociales sur la région semi-aride du Ceará et ses sujets mobilisées dans des reportages spéciaux réalisés entre 1998 et 2020 par l'ancien noyau d'investigation du journal de Fortaleza *O Povo*, nommés *cadernos especiais* (cahiers spéciaux), mettant en lumière les systèmes de pouvoir et de sens qui faisaient partie de le mode opératoire de l'éditorial et son esthétique. Dans cette perspective, on vise comprendre et interpréter l'interaction, à travers la lecture, d'un groupe de paysans liés à une communauté rurale située principalement à Independência, Ceará, Brésil, avec les représentations en question, en visant comparer les élaborations symboliques médiées dans les cahiers avec les appropriations des paysans, recrutés pour se référer à l'univers désigné par le journal. Concrètement, (a) identifie les représentations sur la région semi-aride susmentionnée et ses sujets matérialisées dans les cahiers spéciaux, sur la base de l'étude de son processus de production; (b) comprend comment la communauté rurale constitue l'altérité, à partir des représentations mobilisées quotidiennement par ses membres sur eux-mêmes et leur contexte; (c) interprète les sens provoqués par la lecture des paysans, en mettant en évidence les marques socioculturelles découlant de l'altérité de ces sujets; et (d) analyse comment les sens provoqués par la lecture dialoguent avec les représentations éditoriales, en soulignant les convergences et les divergences nées des formes d'appropriation et de reconnaissance des paysans avec les cahiers spéciaux. Appartenant au domaine des Sciences de l'Information, accentuant les études de sujets socialement situés et la médiation en faveur du partage des savoirs, son fondement réside dans l'interdisciplinarité construite entre la théorie des représentations sociales; le concept de lecture comme production de sens; l'idée de l'information comme processus herméneutique et intersubjectif; et la notion de culture en tant qu'ordonnancement et exercice du pouvoir. Dotée d'un caractère exploratoire et qualitatif, utilisant la méthode herméneutique-dialectique, la recherche comprenait l'analyse de deux univers – celui de la production de cahiers et celui de la communauté rurale –, délimités et menés selon le but de la recherche. Dans le milieu journalistique, elle a réuni sept professionnels qui ont participé à la réalisation des rubriques, à travers des entretiens semi-directifs qui ont permis de comprendre les subtilités de l'éditorial, de délimiter les rapports de force et d'identifier les représentations sociales. En milieu rural, il s'agissait d'une immersion ethnographique à l'*Escola Família Agrícola Dom Fragoso* – une institution située à Independência, co-responsable de la formation des identités locales avec la région semi-aride et de la structuration de la communauté –, en utilisant l'observation

participante et des entretiens semi-directifs pour comprendre le contexte et organiser le groupe lecteur composé de dix paysans. Elle comprenait également des actions de lecture provoquées méthodologiquement, avec la distribution d'un échantillon de quatre cahiers spéciaux pour les paysans, sélectionnés parmi un total de 35 cahiers, dont les critères étaient: la référence à la vie quotidienne des sujets; la mise de l'accent sur la phase structurée de la rédaction; et la diversification de l'échantillon, avec une priorité donnée aux publications les plus récentes. Les lectures génèrent des appréhensions de sens qui tantôt convergent avec les orientations symboliques de l'éditorial, tantôt s'en écartent, provoquant des négociations d'appropriation et de reconnaissance par rapport à l'échantillon. Dans les interventions de lecture, les savoirs partagés et les critiques se sont démarqués, mettant en lumière les conflits d'altérité. Il conclut en considérant que le facteur grégaire des expériences informationnelles et de lecture ne se produit pas passivement, mais est négocié avec les croyances et les ordres culturels, en soulignant la conditionnalité des constructions symboliques qui favorisent le rôle principal des sujets.

Mots-clés: information – aspects symboliques; lecture et appropriation; relations de pouvoir; relations de sens; région semi-aride du Ceará – culture de coexistence; Théorie des Représentations Sociales.

RESUMEN

Problematiza las representaciones sociales sobre la región semiárida de Ceará y sus sujetos movilizados en reportajes especiales producidos entre 1998 y 2020 por el antiguo núcleo de investigación del periódico *O Povo* de Fortaleza, llamados *cadernos especiais* (cuadernos especiales) destacando sistemas de poder y significado que formaban parte del *modus operandi* de la editorial y su estética. Ante esto, se pretende comprender e interpretar la interacción, por medio de la lectura, de un grupo de campesinos vinculados a una comunidad rural ubicada predominantemente en Independência, Ceará, Brasil, con las representaciones en cuestión, buscando comparar las elaboraciones simbólicas mediadas en los cuadernos con las apropiaciones de los campesinos, reclutados para referirse al universo designado por el periódico. Específicamente, (a) identifica las representaciones sobre la mencionada región semiárida y sus temas materializadas en los cuadernos especiales, a partir del estudio de su proceso productivo; (b) comprende cómo la comunidad rural constituye alteridad, a partir de las representaciones movilizadas diariamente por sus miembros sobre sí mismos y su contexto; (c) interpreta los significados provocados por la lectura de los campesinos, resaltando las marcas socioculturales que surgen de la alteridad de estos sujetos; y (d) analiza cómo los significados provocados por la lectura dialogan con las representaciones editoriales, destacando convergencias y divergencias derivadas de las formas de apropiación y reconocimiento de los campesinos con los cuadernos especiales. Perteneciente al campo de las Ciencias de la Información, con enfoque en estudios de sujetos socialmente ubicados y mediación a favor de compartir conocimientos, su fundamento está en la interdisciplinariedad construida entre la Teoría de las Representaciones Sociales; el concepto de lectura como producción de significado; la idea de información como proceso hermenéutico e intersubjetivo; y la noción de cultura como ordenamiento y ejercicio del poder. Dotado de carácter exploratorio y cualitativo, utilizando el método hermenéutico-dialéctico, incluyó el análisis de dos universos – el de la producción de cuadernos y el de la comunidad rural –, delimitados y conducidos según el objetivo de la investigación. En el ámbito periodístico, reunió a siete profesionales que participaron en la producción de las secciones, mediante entrevistas semiestructuradas que les permitieron comprender los entresijos del editorial, demarcar relaciones de poder e identificar representaciones sociales. En las zonas rurales, implicó una inmersión etnográfica en la *Escola Família Agrícola Dom Fragoso* – una institución ubicada en Independência, corresponsable de la formación de identidades locales con la región semiárida y de la estructuración de la comunidad –, utilizando observación participante y entrevistas semiestructuradas para

comprender el contexto y organizar la lectura del grupo formado por diez campesinos. También incluyó acciones de lectura metodológicamente provocada, con la administración de una muestra de cuatro cuadernos especiales para campesinos, seleccionados de un total de 35 cuadernos, cuyos criterios fueron: referencia a la vida cotidiana de los sujetos; énfasis en la fase estructurada de la redacción; y diversificación de la muestra, priorizando las publicaciones más recientes. Las lecturas generaron aprehensiones de significado que a veces convergían con las direcciones simbólicas del editorial, y a veces divergían de ellas, provocando negociaciones de apropiación y reconocimiento en relación con la muestra. Las intervenciones de los lectores revelaron conocimientos, críticas y juicios que, por ser compartidos, pusieron de manifiesto conflictos de alteridad. Se concluye considerando que el factor gregario de las experiencias informativas y lectoras no ocurre pasivamente, sino que se negocia con creencias y órdenes culturales, enfatizando la condicionalidad de construcciones simbólicas que favorecen el protagonismo de los sujetos.

Palabras clave: información – aspectos simbólicos; lectura y apropiación; relaciones de poder; relaciones de significado; región semiárida de Ceará – cultura de convivencia; Teoría de las Representaciones Sociales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa da primeira edição de O Povo e seu primeiro logotipo 93
Figura 2 – Semiárido cearense – localizações de Fortaleza e Independência 102
Figura 3 – Base cartográfica de Independência 103
Figura 4 – Pórtico de entrada do município de Independência 104
Figura 5 – Rua das Pedrinhas, centro comercial de Independência 104
Figura 6 – Mercado público de Independência 105
Figura 7 – Igreja matriz de Independência – Paróquia Senhora Sant'Anna 105
Figura 8 – Passeio de acesso à Secretaria Paroquial de Independência 106
Figura 9 – Trecho da estrada de acesso ao distrito Iapi, Independência 106
Figura 10 – Vilarejo rural em Independência 107
Figura 11 – Trechos alagados de estradas rurais de Independência 109
Figura 12 – Cancela de entrada da EFA Dom Fragoso 115
Figura 13 – Bloco de salas de aula da EFA Dom Fragoso 116
Figura 14 – Anfiteatro da EFA Dom Fragoso 116
Figura 15 – Auditório da EFA Dom Fragoso 117
Figura 16 – Refeitório da EFA Dom Fragoso 117
Figura 17 – Cozinha da EFA Dom Fragoso 118
Figura 18 – Mística realizada na EFA Dom Fragoso 118
Figura 19 – Ritual da mística na EFA Dom Fragoso 119
Figura 20 – Sistema de mandala produtiva na EFA Dom Fragoso 119
Figura 21 – Aula de campo na EFA Dom Fragoso 120
Figura 22 – Biblioteca da EFA Dom Fragoso 120
Figura 23 – Alojamento cedido ao pesquisador na EFA Dom Fragoso 121
Figura 24 – Capela de Santa Luzia, distrito de Iapi, Independência 123
Figura 25 – Casa de uma camponesa em Santa Luzia 123
Figura 26 – Rádio Comunitária de Independência anexa ao salão paroquial 124
Figura 27 – Estúdio da Rádio Comunitária de Independência 124
Figura 28 – Capas dos cadernos lidos pelos camponeses pesquisados 137
Figura 29 – Reprodução impressa da amostra de cadernos para os leitores 141
Figura 30 – Capas dos cadernos sobre o Semiárido da primeira fase da editoria 168
Figura 31 – Capas da trilogia *Mares, desertos e chuvas*, de 2007 e 2008 173

Figura 32 – Capas da trilogia *Autoestima cearense*, de 2009 174
Figura 33 – Capas da trilogia *Inquisição*, de 2010 175
Figura 34 – Capas da trilogia *Santificados*, de 2011, emulando um oratório 176
Figura 35 – Capas dos cadernos vinculados ao selo *Peleja da água* 179
Figura 36 – Capas dos cadernos remanescentes da segunda fase da editoria 181
Figura 37 – Capas dos cadernos sobre o Semiárido da terceira fase da editoria 186
Figura 38 – Exemplos de páginas de cadernos cujos títulos emulam a fala cotidiana 190
Figura 39 – Os canais e os trabalhadores em *A premência pela água* (2017) 263
Figura 40 – Matéria de *A seca que matou os peixes* (2016) sobre Elisa Pereira 266
Figura 41 – Matéria de *Os quinzes* (2015a) sobre Maria Alves, doceira 268
Figura 42 – Matéria de *A seca que matou os peixes* (2016) sobre Neto Braga 269
Figura 43 – Matéria de *Os quinzes* (2015a) sobre Daldécio Rocha, agricultor 272
Figura 44 – Páginas de *A seca que matou os peixes* (2016) aludindo à sequidão 275
Figura 45 – Páginas de *Documento BR* (2006) com representações excludentes 285
Figura 46 – Independência representada nos cadernos especiais sobre o Semiárido 288

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema formado a partir da fundamentação teórica da tese 84
Quadro 2 – Perfil resumido dos participantes do grupo leitor 129
Quadro 3 – Esquema das etapas e dos procedimentos metodológicos 144
Quadro 4 – Unidades de sentido selecionadas do material empírico 144
Quadro 5 – Representações sobre o Semiárido e seus sujeitos nos cadernos especiais 198
Quadro 6 – Representações dos camponeses acerca de si, do outro e do meio 225
Quadro 7 – Síntese das apreensões leitoras do grupo e suas ancoragens 257

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEFAI	Associação Escola Família Agrícola de Independência
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CBN	Central Brasileira de Notícias
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEP/UFMG	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA Dom Fragoso	Escola Família Agrícola Dom Fragoso
FDR	Fundação Demócrito Rocha
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IMA	Índice Municipal de Alerta
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LPJ	Levante Popular da Juventude
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PPGCI/UFC	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará
PPGCI/UFMG	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
PVFC	Projeto de Vida da Família Camponesa
SEDUC-CE	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria das Representações Sociais
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNEP	*United Nations Environment Program*
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: desvelar da peleja 22

2 ENREDOS DE INFORMAÇÃO E CULTURA: relações de sentido e poder 33

2.1 O gesto de representar e constituir realidades sociais 45

2.1.1 Ancoragem e objetivação: artifícios simbolizantes 49

2.1.2 Representações sociais e ideologia: dinâmicas de poder 54

2.1.3 Dialética do ato de representar: diferença e exclusão no vínculo social 60

2.2 Leitura como produção de sentidos 67

2.2.1 Leitura como prática cultural 71

2.2.1.1 Cultura, matriz de sentidos 72

2.2.1.2 Leitura e cultura: materialidade e apropriação 76

3 MONTAGEM DA PESQUISA: "*essa ciência do povo*" 85

3.1 Da natureza e método da pesquisa 86

3.2 Dos universos e sujeitos pesquisados 91

3.2.1 Universo do jornal 92

3.2.2 Universo rural 101

3.3 Da coleta das informações de campo 130

3.3.1 Ação hermenêutica dos leitores pesquisados: recortes metodológicos 134

3.4 Do tratamento das informações coletadas e sua interpretação crítica 142

4 SERTÃO EM PAPEL E TINTA: artimanhas simbólicas do jornal 146

4.1 Meandros da produção: intenções, *modus operandi* e poder 148

4.2 Historicidade da produção: fases da editoria e seus cadernos sobre o Semiárido ... 165

4.2.1 Fase dos recrutamentos 166

4.2.2 Fase da profusão simbólica e material 170

4.2.3 Fase da desarticulação do núcleo 183

4.3 Representações sociais nos cadernos especiais: materialidades significantes 188

5 MUNDOS EM INTERAÇÃO: sujeitos do campo em evidência 202

5.1 Representações dos camponeses sobre o universo deles 208

5.1.1 Inscrições contextuais dos sujeitos 209

5.1.2 Representações sobre o Semiárido e a alteridade camponesa 213

5.2 Intervenções dos camponeses sobre as representações do jornal 227

5.2.1 Relações de sentido provocadas pelas leituras **235**
5.2.2 Alteridade negociada com o jornal **260**

6 CONCLUSÃO: Semiárido encarnado por informação e leitura **291**

REFERÊNCIAS **300**

REFERÊNCIAS – CADERNOS ESPECIAIS DE O POVO SOBRE O SEMIÁRIDO **309**

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PESSOAS LIGADAS À PRODUÇÃO DOS CADERNOS ESPECIAIS **311**

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PESSOAS CAMPONESAS **313**

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – UNIVERSO DOS PRODUTORES DOS CADERNOS ESPECIAIS **315**

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – UNIVERSO DA COMUNIDADE RURAL (ENTREVISTA PRELIMINAR) **316**

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – UNIVERSO DA COMUNIDADE RURAL (ENTREVISTAS PÓS LEITURA DOS CADERNOS) **317**

APÊNDICE F – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM FRAGOSO **318**

1 INTRODUÇÃO: desvelar da peleja

> "Poeta, cantô de rua, / Que na cidade nasceu, / Cante a cidade que é sua, / Que eu canto o sertão que é meu. / Se aí você teve estudo / Aqui Deus me insinou tudo, / Sem de livro precisá, / Por favô, não mexa aqui, / Que eu também não mexo aí, / Cante lá, que eu canto cá." [1]

Esta tese trata de mundos entendidos por intermédio de simbolismos socialmente formados e compartilhados que, na perspectiva de Roger Chartier (1991), podem ser designados como *mundos como representação* – expressão referente à tradução brasileira do texto original desse autor, *Le monde comme représentation*, publicado em 1989 nos *Annales* vinculados à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, França. O mundo delineado para servir como ancoradouro teórico-epistemológico da presente tese diz, então, respeito às ações representacionais reveladas nos *e* pelos gestos de informar, editar e ler, tendo como premissa a ideia de cultura como *produção de sentidos*, ou seja, a compreensão do vasto tear das significações constituídas por transitórios e, ao mesmo tempo, sedimentados processos de ordenação, mediação e apropriação experienciados de maneira cotidiana e dialética.

Para Chartier (1991, p. 177) – que no artigo parte da crítica a uma suposta ruptura paradigmática atribuída à História, disciplina científica, no final dos anos 1980 –, não existe "prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles". Assim, na pretensão de refletir sobre o fenômeno representacional no âmbito dos movimentos culturais da escrita, situam-se, conforme o pensador, o *mundo do texto* e o *mundo do leitor*, a interagirem e se afetarem – mundos esses considerados aqui. Em rápidas palavras, entende-se que o primeiro, o *mundo do texto*, engloba o estudo dos registros humanos comunicantes, isto é, os livros e demais objetos escritos que, historicamente, têm modificado "as formas de sociabilidade", autorizado "novos pensamentos" e transformado "as relações com o poder" (Chartier, 1991, p. 178). Enquanto isso, o *mundo do leitor* equivale à maneira como, por meio das práticas sociais da leitura, usos e significações emergem apreendidos dos bens simbólicos originários das inscrições textuais, sinalizando para uma experiência que confunde o ato de compreender ao de confiscar, de tomar posse de algo que, em primeira instância, é-lhe alheio, a saber: os sentidos mediados pelo texto. Na visão de Chartier (1991), textos e leituras são, pois, fenômenos que se encontram, ora coabitando, ora rivalizando, para tornar possível o mundo enquanto representação existir e se tornar dinâmico.

---

[1] Trecho do poema *Cante lá, que eu canto cá*, da autoria de Patativa do Assaré, extraído de Carvalho (2015, p. 65).

Logo, textos e leituras podem ser caracterizados como construções sociais demarcadas e disseminadas contextualmente; ambos revelam ter corpo material ou *materialidade*, que diz respeito não apenas à porção tangível às percepções humanas, mas também ao conteúdo que se revela significante à humanidade. Explica-se: o texto, tanto para Chartier (1991), como para esta tese, é uma forma simbólica cujos contornos estão definidos por práticas sociais que, por sua vez, estabelecem as condições para que o texto aconteça e interaja com leitores; já a leitura não se expressa de maneira abstrata nem individualizada, mas como uma ação atravessada por interferências sociais e culturais outras – além das textuais ou editoriais –, múltiplas e diversas, que afetam os modos de ler e os significados construídos pelo leitor. Com isso, se o texto se faz por escolhas e condicionamentos de um entorno produtivo e ordenado, a leitura se figura como gesto, performance, ato de interagir e interferir nas composições textuais, a revelar aos sujeitos um mundo de novidades informacionais não apartadas de seus contextos e motivações.

Partindo desse pressuposto, textos e leituras integram o escopo desta pesquisa de tese que, em primeiro momento, lança um olhar antropológico e crítico sobre um objeto denominado *cadernos especiais*, produzidos pelo jornal cearense O Povo, em relação à forma como temas ligados ao Semiárido cearense e seus sujeitos foram trabalhados nesses materiais para fins de informação. Mas a investigação não se detém nas representações produzidas pela editoria em questão, avançando para o modo como essas interagem com um grupo de pessoas pertencentes ao universo explorado pelo jornal, recrutados metodologicamente para compor o estudo: um grupo de camponeses relacionados a uma comunidade rural localizada predominantemente no município de Independência, Ceará, participantes da cultura de convivência com o Semiárido.

Assim são desvelados os mundos do texto e do leitor considerados aqui: como instâncias pelas quais as representações de mundo se tornam experenciáveis – estruturam-se, circulam e produzem efeitos –, tanto quanto se comportam como realizações provenientes do complexo mundo social dos sujeitos envolvidos nessa peleja de sentidos e pesquisa. Como substantivo feminino, de acordo com o dicionário Houaiss, o termo *peleja* se refere à ação ou ao efeito de pelejar, podendo denotar: "[1] luta com ou sem armas; contenda, batalha"; "[2] defesa apaixonada de pontos de vista contrários; discussão, briga, disputa"; "[3] disputa esportiva; jogo, luta"; e "[4] desafio (no sentido de 'disputa') mais intenso que o usual" (Instituto Antônio Houaiss, 2024), remetendo à poética dos improvisos presentes na música e na literatura sertanejas, a exemplo dos versos de Patativa do Assaré transcritos de Carvalho (2015) e utilizados como epígrafes desta tese. Inserida no contexto das conversações cotidianas, comuns no Ceará e em outros estados brasileiros, *peleja* também assume o sentido do confronto

ordinário, das lutas simbólicas em torno de rotinas inscritas em situações de dominação diversa, na qual os sujeitos desafiam, a seu modo, a opressão diária.

É no simbolismo do conflito, mais especificamente da lida e seus enfrentamentos, que se justifica o uso do termo *peleja* no título desta tese, fazendo ainda menção à apropriação feita pela editoria dos cadernos especiais ao compor a coletânea "A peleja da água" – criada por O Povo para cobrir a estiagem que durou de 2012 a 2018 e que foi vivenciada pelos camponeses estudados –, bem como ao terreno de disputas atrelado à *escrita* e à *leitura* e seus respectivos mundos fenomenológicos, notadamente, quando postos em interação. As materialidades manifestas pelo texto e pela leitura dizem respeito à constituição dessas representações, em outras palavras, à *encarnação* dessas (Chartier, 1991). Por isso, podem ser interpretadas como representações socialmente formadas, situadas no constante fluxo das ordenações e interações, em acontecimento dialógico, mas também dialético, animado pela proposta de que as estruturas textuais e as práticas leitoras representam tanto quanto são culturalmente representadas.

Na tese, *o mundo dos textos* equivale aos cadernos especiais pesquisados, em seu processo de produção de subjetividades centradas no primado da informação e nas ações de mediação e representação de lugares e pessoas. Como anunciados, esses cadernos especiais são produtos editoriais do jornal O Povo, empresa de comunicação sediada em Fortaleza, capital cearense, em atividade desde 1928. Inserida em escopo de imprensa regional, com projeção nacional devido aos destaques conquistados ao longo da carreira, trata-se do periódico mais longevo no Ceará, sendo o único veículo no Estado a manter ininterrupta a rotina diária de publicações impressas, além da forte atuação em plataforma digital própria desde 2020.

Empreendidos pela técnica da *grande reportagem* ou reportagem aprofundada, os cadernos especiais de O Povo eram editados pelo chamado *Núcleo de Jornalismo Investigativo* da referida empresa desde 2003, ano em que o setor foi oficializado, apesar de constarem produções independentes, ligadas ao Semiárido e seus sujeitos, entre 1998 e 2002. No começo de 2020, o núcleo foi descontinuado em virtude de uma revisão nas estratégias midiáticas e econômicas promovida pela diretoria do periódico, na busca por adequação aos cenários globais e locais que se impuseram ao veículo nos últimos anos. Quando em atividade, a editoria dos cadernos se constituía pela maneira como trabalhava temas em profundidade, muitos desses referentes ao cotidiano de sujeitos rurais, habitantes do Semiárido cearense, mobilizando representações para informar ao público sobre a cultura dessas pessoas e, principalmente, sobre as formas de enfrentamento que elas articulavam frente às secas recorrentes no Ceará.

Tais representações eram elaboradas por um *modus operandi* que sistematizava as ações de informação e representação, envolvendo interações de uma equipe multidisciplinar composta

por uma coordenadora, repórteres de campo – também conhecidos como *repórteres especiais* ou investigativos –, fotógrafos, projetistas visuais, cineastas, além do pessoal de apoio, como motoristas, arquivistas e impressores, dentre outros. Ao todo, a operação abrangia, ao menos, três fases: uma de pré-produção, com reuniões realizadas no jornal para escolha e planejamento da *pauta* ou tema a ser investigado; viagem de campo para fins de *apuração* ou investigação, efetuada por repórteres e fotógrafos; e o processo de edição dos registros trazidos pela equipe de campo, em que os cadernos especiais tomavam uma forma material condizente com os direcionamentos éticos e estéticos adotados no núcleo, todos favoráveis ao contexto do jornal.

Esse esforço tornava a produção dos cadernos contrastante em relação às notícias *factuais* ou ordinárias, editadas pelos setores de cobertura cotidiana de O Povo e que também predominavam nas empresas de comunicação concorrentes do jornal, ao mesmo tempo em que transformava os produtos do núcleo investigativo em conteúdos que agregavam valor a O Povo, por sua dimensão antropológica e interpretativa. Conduzidas como reportagens etnográficas, as particularidades editoriais – textuais e imagéticas – permitiam o adensamento das informações nos cadernos, com experimentos jornalísticos de viés literário e ênfase na linguagem visual que ajudavam no relacionamento com leitores e investidores, resultando em premiações que respaldavam a dinâmica produtiva e que fortaleciam seu *modus operandi*. Não à toa, entre 1998 e 2020, foram produzidos 35 cadernos especiais ligados ao Semiárido cearense e seus sujeitos, afora um sem-número de matérias factuais e demais reportagens que supriram o periódico regularmente, auxiliando-o nas pretensões de vínculo social e de subsistência no Ceará, na condição de veículo supostamente capaz de traduzir e atender os interesses dos cearenses.

No movimento informacional, as decisões do núcleo dos cadernos especiais intentavam sintetizar – mesmo que provisoriamente, devido ao potencial impacto dos atos de leitura nos modos de apreensão de sentido da produção – a heterogeneidade pela qual se manifesta o cotidiano do universo sertanejo geográfico e cultural. Assim, dentro dos limites dessa produção, a ação da editoria moldava a matéria das reportagens, incidindo força contra o que e quem objetivavam informar – o sertão e os sertanejos –, que eram configurados mediante as narrativas formadas pelo jornal. Nesse âmbito, os artifícios técnicos e estéticos articulados pela equipe se misturavam aos registros colhidos nos locais visitados, modelando cenários e sujeitos com vista a serem comunicados de maneira densa. É por isso que se considera nesta tese que o gesto de representar lugares e pessoas, como o Semiárido cearense e seus sujeitos, acontece por via de relações prementes de forças sociais, isto é, de pelejas ou disputas simbólicas e ideológicas.

Pode-se dizer com isso que, ao executarem a estratégia editorial, os profissionais do núcleo investigativo se deslocavam ao encontro dos sertanejos, gerando sobre esses uma

imagem, uma representação mediada a contextos ligados ao leitorado do jornal. Inseridos nessa construção, pode-se ainda considerar que os sertanejos, os aqui denominados *sujeitos do Semiárido*, circunstanciadamente sofriam os efeitos dessa operação que os objetivava. Seriam os sujeitos do Semiárido reportado passivos às operações do jornal? Na intenção de informar sobre esses sujeitos, a equipe da editoria promovia protagonismos ou contribuía com cerceamentos, interferindo em culturas ditas sertanejas, dando-lhes espaço midiático e informacional, mas escamoteando origens e reforçando laços de dominação?

Os impactos das formulações simbólicas dos cadernos especiais de O Povo nos sujeitos representados não podem ser negligenciados, e é isso o que as questões acima buscam evocar. Pensando na instância gerada pela leitura enquanto ação significante, apreensora de mundo, tais questões desencadeiam outras que dão o principal encaminhamento desta pesquisa: como sujeitos do Semiárido cearense reagiriam às representações materializadas nos cadernos especiais? Haveria identificação com as representações da editoria? Que apreensões surgiriam quando as representações fossem colocadas para interagir com os sujeitos pela leitura?

Além da dimensão ideológica das representações sociais suscitada nesta introdução e problematizada em torno da produção do jornal e da pretendida leitura dos camponeses, a tese conta como motivação de pesquisa o estudo de mestrado realizado entre os anos 2016 e 2018 no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI/UFC), disponível em Mendonça (2018). Considerando o aspecto mediacional de âmbito cultural e informacional evidenciado no projeto gráfico de dois cadernos especiais – *Planeta seca* (2012) e *Sertão a ferro e fogo* (2014) – analisados pelo ponto de vista de seus produtores, o estudo provocou inquietações contempladas no percurso exploratório desta tese, de maneira que a atual empreitada se apresenta tanto como um desdobramento quanto como uma superação da dissertação primeira, por ampliar objetos e universos considerados, submetendo-os à ação leitora e, com isso, à lógica dos sujeitos rurais, na interação deles com as representações mediadas e com a alteridade designada pelo jornal.

Retomando a abordagem de Chartier (1991), quanto à ideia de mundos existirem como representação, o jogo de poder estabelecido entre as interfaces do texto e do leitor é factível. O mundo do texto está investido de intencionalidades que exercem pressão no leitor e vice-versa: as práticas leitoras, em seu turno, são capazes de desafiar as estratégias de sentido codificadas na matéria textual, apreendendo significados à revelia do privilégio historicamente dado às estruturas e prescrições simbólicas de cunho textual. O próprio fenômeno das representações sociais, como pensado por Serge Moscovici (2015b), cuja proposta seminal e seus prolongamentos participam do aporte teórico e compreensivo desta tese, revela-se como trama

impregnada por artimanhas consensuais, constituintes e reprodutoras de diferenças, a agir sobre algo *não familiar* a fim de torná-lo *familiar*. De acordo com Moscovici (2015b), tal operação ocorre no nível da cognição atravessada por mecanismos culturais, o que faz com que a relação traga consigo indícios referentes aos gabaritos socialmente convencionados, que germinam e modulam a ação representacional, revelando-a como algo comum ou corriqueiro, densamente inserido ou *inscrito* em artifícios contextuais homogeneizantes.

Nessa perspectiva, as representações sociais se manifestam como extensões simbólicas da ordem vigente em um grupo de sujeitos, valendo-se de seus paradigmas ou ordenações, isto é, da porção ideológica que legitima e está legitimada pelas práticas e saberes do grupo. Desse modo, as representações ganham força e são disseminadas, constituindo realidades sociais, ou seja, fragmentos de mundo alicerçados em pensamentos compartilhados, maneira como os sujeitos se sentem pertencentes à teia simbólica que os agrega e conforma. Ao mesmo tempo, tais representações se transformam em aparentes banalidades estruturadas pela familiaridade dia a dia processada, cujos efeitos podem ser ofuscados ou mascarados socialmente. Isso se liga à problematização das configurações formadas nos materiais de O Povo, como também à vida comunitária dos camponeses que atuaram como leitores dos cadernos especiais.

Desse modo, as perspectivas ofertadas pelas teorias concernentes aos movimentos de representação social ressaltam a necessidade do uso da crítica nas construções simbólicas cotidianas, sejam as situadas no ambiente do jornal e seus cadernos especiais, sejam as vinculadas às práticas culturais dos sujeitos representados pela editoria, habitantes do Semiárido cearense. Em vista desse desafio é que se optou por trabalhar com a comunidade rural de Independência, município situado a aproximadamente 310 km da capital cearense, em região onde as secas são comuns, ocasionadas por médias pluviométricas inferiores ao volume mínimo anual considerado pelos órgãos de monitoramento, que é de 800 mm de chuva. Ocupando um território geográfico de cerca de três mil km^2, Independência está marcada por contrastes, com área urbanizada reduzida a 3,44 km^2, e ampla zona rural inserida em situação de vulnerabilidade social, com quase a metade da população morando nessas áreas.

Além de agregar fatores favoráveis à operacionalidade da pesquisa, no que diz respeito a ser um local familiar ao pesquisador e que integrava a rota de cobertura da editoria dos cadernos, Independência também é conhecida por ser um espaço culturalmente ordenado por duas instituições que, para o estudo de representações sociais, possuem relevância graças às ações sistemáticas de agregar e dar sentido aos sujeitos do campo: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso) e a Diocese de Crateús, ambas interligadas em gênese e missão. A EFA Dom Fragoso foi fundada em 2002 como uma *escola de camponeses para*

camponeses, sob influência dos movimentos sociopolíticos da Diocese de Crateús que, desde a década de 1960, envolve-se em causas populares e emancipatórias, na luta por direitos de sujeitos assentados, vinculados à agricultura familiar de subsistência. Em paralelo, promove ações em prol da fixação das famílias de agricultores no campo, cooperando com a coletividade organizada e com o desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo um senso de identidade com a região e contribuindo com a diminuição da diáspora sertaneja.

Tanto a escola como a diocese colaboram com a formação do pensamento crítico dos sujeitos acerca das estruturas dos contextos em que vivem, mobilizando meios de convivência e superação de dificuldades presentes no Semiárido por intermédio da valorização do estar em comunidade, do compartilhamento de saberes novos e tradicionais e da formação de competências posicionadas em favor da dignidade. Considera-se esse universo rural relevante por se constituir como um meio catalisador de representações sobre o Semiárido cearense, possibilitando a contrapartida, em termos simbólicos, com a editoria dos cadernos especiais, além de ser um núcleo capaz de acessar e reunir os pretensos leitores pesquisáveis.

Com isso, perante as ações representacionais efetuadas pela equipe de O Povo e problematizadas aqui, a pesquisa tem, pois, como **objetivo geral**: compreender e interpretar a interação de camponeses ligados a uma comunidade rural do Ceará com as representações sociais materializadas nos cadernos especiais do jornal O Povo, cujas temáticas estão voltadas para o Semiárido cearense e seus sujeitos, confrontando as representações da editoria dos cadernos com as produções de sentido vinculadas à experiência leitora dos camponeses. Como **objetivos específicos**, encadeiam-se os seguintes propósitos:

a) Identificar as representações sociais sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos materializadas nos cadernos especiais de O Povo, a partir do estudo desses materiais e de seu processo de produção;
b) Compreender como a comunidade rural selecionada ao estudo constitui alteridade, tendo por base as representações sociais mobilizadas pelos camponeses acerca de si, do outro e do meio em que vivem;
c) Interpretar os sentidos provocados pela leitura dos camponeses em interação com os cadernos especiais, destacando as marcas socioculturais presentes nessa leitura e provenientes da alteridade em que os sujeitos do campo se colocam;
d) Analisar como os sentidos provocados pela leitura dialogam com as representações da editoria dos cadernos, ressaltando as convergências e divergências decorrentes das formas de apropriação, reconhecimento e estranhamento dos camponeses.

Desse modo, se o *mundo dos textos*, na pesquisa, diz respeito aos cadernos especiais de O Povo centrados no processo de produção de informações e representações sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos, o *mundo do leitor* se corporifica nas ações empíricas de campo aqui objetivadas. Faz-se pelo grupo selecionado e estudado, composto por camponeses de perfis variados, inseridos no contexto rural ordenado em conjunto pela EFA Dom Fragoso e pela Diocese de Crateús. Com dito, justifica-se tal escolha pelo fato dessas instituições atuarem como núcleos gregários de uma comunidade qualitativamente expressiva, formada por moradores de Independência e de outras cidades e distritos, vizinhos ou não desse município, o que contribui com a diversidade de público desejável à pesquisa.

Além disso, entende-se esse contexto rural como *núcleo representacional*, a influenciar nas maneiras de pensar e agir da comunidade sobre si, sobre o outro e sobre o meio em que vive, experenciando os simbolismos da região, a alteridade, a tradição, a memória e os saberes do que, socialmente, o Semiárido lhe representa, em um *continuum* contraditório comum às estruturas sociais, que não exclui as demais ordenações inscritas no sertão, mas se revela atravessada por essas. Logo, tais recortes cooperam para que haja na pesquisa ao menos quatro esferas comunicantes: a do jornal e a da comunidade rural – que constituem os pontos preferenciais de ancoragem articulados na *e* para a leitura –, a dos camponeses leitores – pois eles possuem o potencial de exercer relativa autonomia nas operações de sentido, apesar das ordenações dos contextos aos quais se inserem – e a esfera gerada pelo próprio pesquisador que, a partir da condução metodologicamente interventora sobre os materiais, os universos e os sujeitos empíricos, também acaba interferindo nas representações. Ou seja, quatro instâncias articuladoras de representações sociais sobre o Semiárido, a contribuírem com os estudos exploratórios e qualitativos, de abordagem antropológica, como o desta tese; quatro cenários humanos distintos, mas interagentes entre si, vinculados ao contexto semiárido local, do qual retiram vantagens e ao qual submetem inferências tomadas como legítimas por cada um.

Nesse desígnio, teórica e metodologicamente, a pesquisa se justifica na área da Ciência da Informação a partir das relações contemporâneas sobre o fenômeno informacional interpretado como *forma simbólica*, isto é, como produção humana gregária à cultura e suas relações mediacionais e representacionais, além de ideológicas. Esse termo é tomado emprestado de Thompson (2011), e seu emprego é subsidiado, principalmente, pelo trabalho de Capurro (2003; 2014), ao caracterizar a atual fase da Ciência da Informação como pertencente ao *paradigma social* ou *pragmático*, em que o objeto *informação* participa de dinâmicas intersubjetivas que projetam interpretações em uma hermenêutica socialmente conduzida.

Apoiado no modelo hermenêutico da Ciência da Informação, pode-se afirmar que as construções representacionais dos cadernos especiais se revelam como informacionais, pois se parte do pressuposto de que, pelo viés jornalístico, os simbolismos relacionados ao lugar e às pessoas assumiam forma pela ação dos produtores, que passavam a comunicá-los a um público genérico, notadamente urbano, que, no âmbito das práticas de leitura situadas em modos de vida, apreendia dos materiais um entendimento que levava a representações novas e, com essas, a apropriações que reajustavam os efeitos tencionados pelo jornal. Essa ação mediacional e interpretante possui qualidade cultural porque envolve significações em que participavam a equipe dos cadernos, o leitorado e os sujeitos rurais nos diferentes estágios de interação e produção de sentidos, englobando as disputas vivenciadas ao longo do processo. No bojo dessas operações, a informação compreendida como forma simbólica se soma às relações culturais de representação e leitura, fomentando-as e, paradoxalmente, resultando dessas relações.

É da complexidade das operações de cultura, informação, representações e leitura – objetivadas pela interação dos camponeses com os cadernos especiais de O Povo sobre o Semiárido – que se extrai o ineditismo da tese e suas contribuições à Ciência da Informação e à linha de pesquisa à qual o estudo pertence: *Usuários, gestão do conhecimento e práticas informacionais*, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG), centrada em informações conduzidas por sujeitos socialmente localizados e interagentes e em mediações direcionadas ao compartilhamento de saberes. Em continuidade aos pretensos resultados da investigação e seus impactos, é por intermédio do movimento cognitivo gerado pela pesquisa que a tese convida os *mundos* abordados, que são os sujeitos do jornal e os da comunidade rural, a refletirem sobre a sua práxis, sobre a alteridade que constroem no dia a dia para si e para o outro, e sobre a produção material e simbólica concernente a cada universo, ressaltando os vínculos e as discrepâncias vivenciadas e disseminadas por eles. Nessa proposta, localiza-se o citado avanço em relação ao estudo empreendido no mestrado, pois revisita-se, aqui, o *modus operandi* da editoria dos cadernos pelo prisma de sujeitos leitores inseridos no universo representado pelo jornal.

Quanto à estrutura do corpo textual, a tese se divide em seis grandes seções ou *capítulos*. O primeiro é este que se apresenta como *Introdução: desvelar da peleja*, que comunica sobre as questões motivadoras da pesquisa, os objetivos que nortearam a investigação e seus recortes, a síntese dos principais conceitos elencados como fundamento e problematização, a justificativa pertinente à área da Ciência da Informação e à linha de pesquisa à qual pertence, bem como os potenciais impactos nos sujeitos pesquisados, pretensões e síntese geral do conteúdo.

O segundo capítulo, *Enredos de informação e cultura: relações de sentido e poder*, de natureza teórica, demarca o aporte que subsidia a tese, permitindo o diálogo interdisciplinar entre representação social e leitura, além de informação e cultura, compreendendo-as como fenômenos que se entrelaçam e se reforçam por pertencerem às dinâmicas sociais cotidianas. Sua premissa está fundamentada na Teoria das Representações Sociais e seus desdobramentos de cunho antropológico (Jodelet, 2003; 2005; 2014; Moscovici, 2015b); no conceito de leitura como produção contextualizada de sentidos, levando-se em conta a formação de materialidades simbólicas e de apropriação informacional (Chartier, 1991; 2001; 2003); na ideia de informação como processo hermenêutico e intersubjetivo (Capurro, 2003; 2014); e na noção de cultura como ordenação social e exercício de poder (Geertz, 2015; Thompson, 2011). Outros estudiosos são mobilizados ao longo das reflexões em convergência com esses conceitos.

No terceiro capítulo, intitulado *Montagem da pesquisa: "essa ciência do povo"*, são identificadas e justificadas as estratégias empíricas da investigação, estando a pesquisa caracterizada como exploratória e qualitativa, vinculada aos estudos de comunidade com viés antropológico e representacional. Aplica-se o método hermenêutico-dialético, estruturado por Minayo (2014), para compor as análises de maneira associada com as incongruências acessadas nas realidades pesquisadas, apropriando-se dessas para contribuir com o conhecimento científico mediado pela tese, entendido aqui como transitório, por envolver tensionamentos e escolhas típicas das pesquisas qualitativas. São abordados os universos estudados, que são o do jornal e o da comunidade rural, delimitados pelas ações metodológicas objetivadas em cada um, quanto aos sujeitos recrutados e o modo de interagir com eles, no uso de técnicas e ferramentas de coleta de informações. Nessa ação, ressalta-se o que se denominou como *leitura provocada*: uma estratégia empreendida empiricamente para definir a amostra de cadernos especiais lida pelos camponeses, conduzindo a interação com vista aos objetivos da pesquisa.

Sobre o quarto capítulo, *Sertão em papel e tinta: artimanhas simbólicas do jornal*, esse possui natureza analítica circunscrita ao universo do jornal, sua antiga editoria investigativa e sua produção de cadernos especiais sobre o Semiárido e seus sujeitos. Decorre da abordagem empírica realizada com os sujeitos ligados à produção dos cadernos e visa, a partir do estudo do processo de produção dos materiais, demarcar intencionalidades e relações de poder expressas nos meandros desse *modus operandi* informacional e representacional subsidiado por O Povo e sua equipe. Também propõe a construção de uma linha do tempo que organiza as publicações de cadernos especiais concernentes ao tema da pesquisa, distribuindo os materiais em três fases: a dos recrutamentos, entre 2003 e 2006, em que houve a estruturação da equipe e da linha de cobertura dessa produção; a da profusão, entre 2007 e 2019, que abrange a fase

principal da produção, protagonizada pela presença de um núcleo central e estruturante que definia e operacionalizava as pautas investigativas visando informar e representar o Semiárido e seus sujeitos de maneira específica e seriada; e a da desarticulação do núcleo e da produção, em fins de 2019 e começo de 2020, quando O Povo reestruturou a produção, e o núcleo central investigativo foi dispersado, interrompendo a editoria dos cadernos. Ao final do capítulo, são identificadas as representações sociais predominantes em cada um dos 35 cadernos especiais, servindo à provocação leitora e ao subsequente confronto simbólico dos camponeses.

O quinto capítulo, nomeado *Mundos em interação: sujeitos do campo em evidência*, também de natureza empírica e analítica, está dividido em duas grandes seções. Na primeira, são apresentados e refletidos os aspectos contextuais dos sujeitos rurais e a inserção deles nos movimentos em favor da emancipação camponesa e das práticas sustentáveis de agricultura familiar, com consciência firmada na coletividade, por meio de gestos de solidariedade e cultivo de valores que estruturam seu espírito de comunidade. Atribui-se esses aspectos socialmente gregários à EFA Dom Fragoso e à Diocese de Crateús, representada em Independência pela Paróquia Senhora Sant'Anna, que, como colocado há pouco, atuam nos processos formativos e ordenadores dos sujeitos, dentre esses os leitores pesquisados, influenciado na alteridade em que se organizam, apesar de não serem as únicas instituições responsáveis por essa ordenação.

A segunda parte do capítulo cinco é dedicada ao estudo das apreensões de sentido geradas pela estratégia da leitura provocada, considerando os modos culturais como os camponeses identificam a si mesmos, o outro e o meio em que vivem. No estudo, foram respeitadas as intervenções dos sujeitos rurais, em suas apreensões que ora convergiram com os prescritos simbólicos materializados pelos jornalistas nos cadernos especiais, ora divergiram desses, causando negociações de apropriação e reconhecimento em relação aos materiais. São destacados ainda os saberes compartilhados por intermédio das leituras dos cadernos, bem como as críticas que evidenciam tensionamentos e conflitos de alteridade.

No sexto capítulo, designado como *Conclusão: Semiárido encarnado por informação e leitura*, é feito o arremate da pesquisa, ressaltando os principais aprendizados que o estudo oportunizou, dentre os quais a desmitificação do olhar dos camponeses pesquisados e do pesquisador, levando à compreensão de que os lugares e as pessoas do Semiárido – assim como de qualquer outro território e situação – não cabem em rótulos, mas se inventam e reinventam em ações de informação e de leitura, apontando para sujeitos que não se vergam às pelejas cotidianas, mas que interagem com essas de forma interventora tanto quanto condicionada.

2 ENREDOS DE INFORMAÇÃO E CULTURA: relações de sentido e poder

> "É o aboio magoado / Do vaqueiro na amplidão, / É o festejo animado / Da debulha do feijão, / Carro de boi e gaiola / E desafio, à viola, / Do cantador popular. / E também a toadinha / Da Ciranda – cirandinha / Vamos todos cirandar." [2]

O desafio de compreender e interpretar a interação dos camponeses relacionados à comunidade rural pesquisada com as representações sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos materializadas pela editoria dos cadernos especiais de O Povo demanda a tarefa de mobilizar e tensionar as categorias *representação social* e *leitura*. Apesar das implicações disciplinares advindas das respectivas áreas de origem, a saber, Psicologia Social e estudos literários, essas categorias não estão interpretadas aqui como teorias independentes, mas como fenômenos gregários e dialógicos, cujo vínculo se localiza em duas premissas igualmente entrelaçáveis: o *conceito antropológico ou hermenêutico de informação*, tal como definido por Capurro (2003; 2014) e Capurro e Hjørland (2007), e a *ideia de cultura como um tear de sentidos* – noção semiótica desenvolvida por Geertz (2015), problematizada e expandida por Thompson (2011) ao considerar a atuação irregular dos contextos sociais nas elaborações simbólicas.

Isso significa que a informação e a cultura tanto se enredam, como permitem que as ações de representação social e de leitura se aproximem, interpenetrem-se e interatuem, mediando efeitos. Trata-se de uma escolha epistemológica ancorada no campo da Ciência da Informação, área de inscrição desta pesquisa, motivada pelo respeito à complexidade dos objetos e dos sujeitos investigados. Nessa medida, a presente tese se insere no que Capurro (2003) sugere como *terceiro paradigma* da Ciência da Informação, fase em que o fenômeno informacional é caracterizado de forma hermenêutica, atrelada a redes sociais e pragmáticas que sustentam e conduzem a relação. Com isso, no referido campo científico, apesar de constituições passadas terem privilegiado a abordagem física (primeiro paradigma), seguida pelo viés mentalista (segundo paradigma), desde os anos 1990, o conceito de informação passou a ser priorizado como um fenômeno participante das operações intersubjetivas e culturais, que lhe fornecem substratos simbólico e material (Araújo, 2018).

Nessa perspectiva, o fundamento antropológico permite entender a informação como uma linguagem dinamizada por processos sociais que correspondem a construções transitórias de sentido, em que "os entrecruzamentos metafóricos e metonímicos permitem não apenas manter fluido o mundo das convenções e fixações [...], como também nos permitem gerar a

[2] Trecho do poema *O que é folclore?*, da autoria de Patativa do Assaré, extraído de Carvalho (2015, p. 136).

capacidade de perguntar pelo que não sabemos a partir do que cremos que sabemos" (Capurro, 2003, p. 5). Ou seja, na ordem da cultura, a informação se expressa por uma hermenêutica adequada à dialética humana, traduzida na imprevisibilidade e contingência das situações espaço-temporais, além das demarcações de poder que intentam conformar a informação, seus processos e sentidos – uma ação que, embora estrategicamente ameaçadora, revela-se em prática vacilante, por não aprisionar nem exaurir o fenômeno informacional, que segue variável conforme o devir significante dos sujeitos na trama mediacional da cultura.

Por não ser cristalizada, anacrônica ou impessoal, a informação também é entendida por Capurro (2003; 2014) como *mensagem*, isto é, como um fenômeno ligado aos movimentos semânticos da interação social – outro fator que rompe com a lógica linear e unidimensional ditada pelos caráteres tecnicista e idealista que marcaram a Ciência da Informação em seus estágios anteriores. Pois, ao se envolver com a intersubjetividade, a informação e sua hermenêutica se inserem nos trâmites com os quais os sujeitos constroem, compartilham e negociam compreensões de si, do outro e de seu entorno – uma relação de natureza simbólica e cultural. Assim, inscrita nos processos de troca, a informação medeia sentidos, considerando-se as convenções que propiciam e regulam tais operações, seja no âmbito dos agenciamentos visados e praticados pela emissão, seja no domínio das apreensões plurais da recepção, que interpreta a informação de maneira contextualizada aos modos de vida. Nessa dimensão cultural, estão incluídas as particularidades e motivações dos sujeitos dessa recepção, que colaboram na redefinição ou reajuste dos sentidos da informação mediada.

No exposto acima, percebe-se a relevância dada à interação social: sintoma e, ao mesmo tempo, condição com a qual a informação se envolve com as produções de sentido, extraindo dessa ação a dinâmica hermenêutica que tanto relativiza as relações mediadas, como embaralha os papéis e poderes ligados à emissão e à recepção das mensagens. Focar no caráter interagente da informação se mostra, portanto, favorável para se pensar em práticas socialmente inclusivas e dialógicas, ao mesmo tempo dialéticas, no que tange não somente aos fenômenos de informação e cultura, mas também aos de representação e leitura tratados nesta tese.

Ao problematizar a abordagem simétrica do conceito clássico de *mediação* no campo da Comunicação – que partilha do quadro teórico da Ciência da Informação desde a fundação da área – Ferrara (2015) observa que o código e os meios eram tradicionalmente privilegiados nos primeiros estudos comunicacionais, fazendo com que a recepção fosse compreendida como um componente passivo ante a hegemonia dos meios. Influenciados por correntes positivistas, tais estudos criticados pela autora postulavam que a relação mediacional acabava restrita à regularidade técnica *emissor-receptor*, evocando uma unidimensionalidade que enfraquecia,

pelo menos em teoria, as interferências da recepção, imprimindo a ideia de uma comunicação midiática infalível, inequívoca e simplificada. Ferrara (2015) confronta esse modelo, hoje ultrapassado por pesquisas contemporâneas, como as ligadas aos Estudos Culturais, com o conceito de interação como fenômeno cotidiano e social, que "caracteriza uma comunicação que se homologa como possiblidade ou tentativa incerta do comunicar", processada "entre um emissor e um receptor, entendidos no intercâmbio e porosidade dos seus papéis enunciativos e culturais, sempre prontos a serem superados, revistos ou reescritos" (Ferrara, 2015, p. 14).

Com isso, para a autora, é crucial que os pesquisadores dos fenômenos comunicacionais atentem para os processos mediacionais enquanto operações situadas no *entre* e não em polos, quer dizer, nas fronteiras existentes entre a ação dos códigos e dos meios e a realidade humana complexa e irregular. Em outras palavras, Ferrara (2015) reforça a prioridade a ser dada aos sentidos acionados pelos sujeitos no âmbito das interações cotidianas que, a despeito de conviverem com uma pretensa hegemonia dos meios, escapam das prescrições técnicas e ideológicas por intermédio de práticas sociais tão improváveis quanto significantes. Assim:

> Qualificam-se os espaços vitais e exige-se a proposta de um desenho cognitivo disposto a perceber ambivalências e a não reduzir a troca comunicativa ao padrão de uma simples mediação técnica. Nesse ambiente, supera-se a mediação para evidenciar a interação como prova inequívoca de que, na comunicação, a epistemologia e a ontologia tanto mais se aproximam, quanto mais se entrelaçam a produção cognitiva e o próprio questionamento da comunicação como área do conhecimento (Ferrara, 2015, p. 19).

A reflexão proposta por Ferrara (2015) encontra espaço na Ciência da Informação, principalmente em sua fase antropológica. De acordo com Capurro (2014), na filosofia ocidental, o fenômeno *informação* se revela vinculado a duas instâncias basilares: uma tangível, que trata da informação como um dado circunscrito ao plano objetivo e que possui valor em si mesmo, constituindo, assim, uma visão ontológica de informação; e uma intangível, que enfatiza o caráter transmissivo e referente do fenômeno informacional, situando-o na esfera da subjetividade e evidenciando sua natureza epistemológica. Partindo da abordagem de Weizsäcker (1974)[3], Capurro (2014) conecta a tangibilidade e a intangibilidade atribuídas à informação aos conceitos gregos *eidos* (ideia) e *morphé* (forma), afirmando que, no passado – localizado pelo autor no período que vai da Antiguidade Clássica à Idade Média –, a noção de informação prezava pela objetividade ontológica. Mas esse sentido foi rejeitado na

[3] WEIZSÄCKER, Carl Friedrich von. **Die Einheit der Natur**. München: DTV, 1974. *Apud* Capurro (2014).

Modernidade, quando a informação, classificada como fruto da relação dos sujeitos, ganhou força, culminando na abordagem antropológica apropriada pela área na contemporaneidade.

Apesar do marco paradigmático traçado por Capurro (2014), o autor defende que as duas noções de informação – a de substância (*morphé*) e a de subjetividade (*eidos*) – convivem hoje nos cotidianos informacionais. Conforme esse estudioso, a emergência das tecnologias digitais tem fortalecido a base ontológica da informação, junto ao processamento e organização de dados que objetivam a estruturação do conhecimento, por exemplo. Enquanto isso, tem-se a valorização dos estudos de linguagem e de sujeitos que redesenham a práxis social e informacional, provocando novos desafios teórico-metodológicos à área, na concepção de que seu objeto não é uma substância previamente definida, mas uma construção simbólica contínua e suscetível a reelaborações. Tensionados no atual contexto da Ciência da Informação, os sentidos ontológico e epistemológico estão indiciados desde a definição latina do vocábulo *informação*, tal como analisa Capurro (2014, p. 115, destaques do autor, tradução livre)[4]:

> A noção e o termo 'informação' vêm precisamente do latim. O termo *informatio* tem como significados fundamentais tanto o ato de dar forma a algo material quanto o de comunicar conhecimento a uma pessoa. Ambos os sentidos, o ontológico e o epistemológico, estão intimamente relacionados. O prefixo *in* tem, nesse caso, o sentido de acentuar a ação e pode significar também negação como no caso de *informis*, ou seja, 'sem forma'.

Além de fazer convergir as naturezas ontológica e epistemológica, o conceito e a ação informacional de *moldar algo ou alguém* revelam uma tônica inserida nas estruturas de circulação do poder, o que reforça a dimensão social e cultural do fenômeno. Sobre isso, ao analisar o impacto que os registros escritos exerceram sobre a humanidade, Flusser (2010, p. 27) afirma que: "Informar é um gesto negativo, orientado contra o objeto. O gesto de um sujeito que avança contra os objetos". Da mesma forma que informar também empreende, como continua o pensador, "o gesto de querer livrar-se de uma resistência obstinada que os objetos oferecem ao sujeito", uma ação que tem como alvo "romper com as condições do cárcere, isto é, abrir crateras nos muros do mundo objetivo que nos encarceram" (Flusser, 2010, p. 27).

Nas citações do parágrafo acima, pode-se substituir ou incluir a noção de pessoa ou de grupo de pessoas à palavra *objeto*, ressaltando a dialética em torno do conceito de informação,

[4] "La noción y el término 'información' provienen justamente del latín. El término *informatio* tiene como significados fundamentales el de la acción de dar forma a algo material así como el de comunicar conocimiento a una persona. Ambos sentidos, el ontológico y el epistemológico, están intimamente relacionados. El prefijo *in* tiene, en este caso, el sentido de acentuar la acción pudiendo significar también negación como en el caso de *informis*, es decir 'sin forma'".

sobretudo no que esse conceito mobiliza em termos de exercício e disputa de poder. Isso, sem ferir o princípio da dinâmica social e hermenêutica ressaltada por Capurro (2014), na reflexão que faz sobre a informação entendida como *mensagem*, detalhada a seguir:

> Quando os *textos* – os da natureza e os da cultura – são concebidos como *mensagens*, os *escritores* e os *leitores* se tornam *mensageiros*. Para que isso funcione em nível social sem estruturas verticais de poder que bloqueiam tais processos *ad libitum*, é essencial que desenvolvamos e mantenhamos dispositivos de comunicação bidirecional, horizontal e recursiva (Capurro, 2014, p. 130, destaques do autor, tradução livre)[5].

Como há pouco anunciado, é possível aproximar o discurso de Capurro (2014) à proposta de Ferrara (2015) em priorizar uma ciência sensível ao fenômeno da interação cotidiana. Pois, cada qual em sua área de atuação, esses estudiosos estão preocupados em sistematizar modos que contemplem a complexidade do universo intersubjetivo, oferecendo espaço para as inúmeras manifestações informacionais (Capurro, 2014) e simbólicas (Ferrara, 2015) – relações que podem ser compreendidas como culturais, por se localizarem no cerne dos processos ordenadores e formativos do *e* pelo social. Logo, assim como o tratamento dado à mediação deve atentar para as assimetrias dos contextos da interação e seus efeitos, promovendo estudos não mais restritos à imposição dos meios e das subjetividades pretensamente objetivadas por eles, o campo informacional, em suas análises, tecnologias, processos e práticas, deve igualmente procurar espelhar a transitoriedade das relações significantes e intersubjetivas, posto emanarem do dia a dia das práticas sociais.

Isso reforça, pois, o conceito de informação como "uma categoria antropológica que diz respeito ao fenômeno de mensagens humanas" (Capurro; Hjørland, 2007, p. 161), legitimando o domínio da interação social como um solo fértil para a produção de novas mensagens ou sentidos. Um curto apanhado de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros que reforçam a corrente antropológica na Ciência da Informação – e que contribuem diretamente com as reflexões desta pesquisa – é apresentado a seguir. Todos se inserem no paradigma social da área, e cada abordagem traz contribuições próprias, promovendo a complexidade do campo e do fenômeno informacional de maneira sensível às práticas sociais e culturais.

---

[5] "Cuando los *textos* – los de la naturaleza y los de la cultura– se conciben como *mensajes*, los *escritores* y *lectores* se convierten en *mensajeros*. Para que esto funcione a nivel social sin estructuras verticales de poder que bloqueen *ad libitum* dichos procesos, es indispensable que desarrollemos y mantengamos dispositivos de comunicación bidireccionales, horizontales y recursivos".

Partindo da teoria de Berger e Luckmann (1985)[6] e considerando a abordagem hermenêutica na Ciência da Informação, Araújo (2016) ressalta o diálogo entre informação e cultura, inserindo o fenômeno informacional nos processos sociais de construção da realidade. Para o autor, a informação acontece como um "ato fundador" resultante da "ação humana no mundo" (Araújo, 2016, p. 8), cuja natureza é representacional. Nessa perspectiva, a informação permanece atrelada ao domínio das práticas interagentes, e suas relações mediacionais permitem que o mundo físico seja simbolicamente configurado. Assim, por via da produção e do compartilhamento de sentidos, os atos de informar e de se informar integram os construtos pelos quais a realidade é formada, ligando o fenômeno informacional aos artifícios representacionais dos sujeitos. Em paralelo, sugere que, no mundo socialmente representado, nada está posto por essência ou de forma autoevidente, mas que tudo decorre do enlace entre informação e cultura mobilizado por sujeitos sociais, construtores desse mundo.

Entender o mundo como fruto de processos sociais e culturais, de acordo com Araújo (2018, p. 36, destaque do autor), é exercer o "*olhar informacional* sobre o real". Tal movimento fortalece não apenas o paradigma social, mas o próprio conceito de informação considerado neste estudo. Para Araújo (2018, p. 86), trata-se de uma competência da área que:

> [...] tem caminhado para a consolidação de perspectivas calcadas em aspectos do chamado paradigma social. Isso evidencia uma tendência, que é também um olhar mais atento à complexidade dos fenômenos, ao interrelacionamento [*sic*] de seus elementos e dimensões, bem como aos novos aspectos das realidades empíricas que demandam novos modelos explicativos.

A proposta antropológica e seu impacto na Ciência da Informação também encontram ressonância em Marteleto (2007), que defende uma proposta similar à de Araújo (2018) quanto à necessidade de uma "(re) conversão do olhar" (Marteleto, 2007, p. 15) nas pesquisas. Para a autora, isso reforça a inscrição da Ciência da Informação como ciência social, pois o fenômeno informacional fica compreendido como um "artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura" (Marteleto, 2007, p. 15). Por consequência, tem-se a informação qualificada como "um fato cultural e político, e não [simplesmente] técnico", cuja investigação científica deve ser conduzida "pelos caminhos dos sentidos e das ações humanas" (Marteleto, 2007, p. 25), em uma travessia inscrita nos planos da intersubjetividade e das assimetrias sociais.

---

[6] BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985. *Apud* Araújo (2016).

Tomando como referência a teoria semiótica e a Antropologia Cultural, Feitosa (2016) interpreta a informação como uma relação mediacional ordenada pela cultura. Segundo o pesquisador, no cerne dessa relação está a própria noção de cultura como regra significante, a estabelecer os sentidos da informação mediada, o que dispensaria a interferência de um sujeito mediador na relação com a informação. Por entender a cultura como "processo através do qual o homem cria o algo onde antes imperava o nada. [...] Um 'algo' que não se sustenta se não se entender os processos culturais como mecanismos de mediação entre nós e os fenômenos" (Feitosa, 2016, p. 102), a mediação cultural atuaria como matriz das outras mediações humanas, inclusive a da informação. Nesses termos, para o estudioso, a informação se mostra dependente da mediação cultural, não restrita ao tecnicismo nem ao objetivismo disciplinar, mas fluida pela porosidade das práticas comuns, no "espaço ambivalente das linguagens em atualizações constantes de seus significados e do próprio caráter fenomenológico da informação produzida, difundida e recebida, sempre a criar novas semioses" (Feitosa, 2016, p. 109).

Suscetível às ações, mesmo corriqueiras, de ordenar e de ser ordenada, a informação promove o conhecimento e sua difusão não pela imposição de um saber abstrato, mas pela perspectiva dos contextos em que esse conhecimento, visto aqui como plural e intersubjetivo, é materializado e interage. A relação com o conhecimento é uma abordagem clássica na Ciência da Informação e, nesta tese, está balizada pelo paradigma social, em que as intenções de mediar a informação e, por consequência, de interagir com o outro são maneiras de movimentar o saber, dessacralizando-o pela experiência relacional cotidiana. Nisso, permite-se que os sujeitos apreendam conhecimentos a seu modo, interferindo nesses e desenvolvendo o que Gomes (2019) conceitua como *protagonismo social*. Para a pesquisadora, a mediação da informação ocupa "ação central [...] em favor do desenvolvimento do protagonismo" (Gomes, 2019, p. 11), sendo esse definido como "ação de resistência contra a opressão" (Gomes, 2019, p. 11), "uma conduta, uma postura, um modo de existência que envolve todas as esferas da vida humana, nas suas diversas dimensões, incluindo a dimensão cultural [...]" (Gomes, 2019, p. 12).

Assim como o protagonismo, a informação visa o vínculo social, o que permite que as mediações aconteçam como comunicação, isto é, como relações que se dão por códigos de partilha, de interação em torno de algo comum. Nas palavras da autora: "o próprio caráter social da informação, que resulta da [...] busca do encontro com o outro, que a retomará em outro agir, em outra ação e reação, [...] constitui-se em contributo ao nascimento da ação e comportamento protagonista" (Gomes, 2019, p. 12). Essa informação não é algo estanque, porque:

> [...] representa uma instância de trânsito entre o conhecimento construído por determinados sujeitos, em um determinado contexto, e outros sujeitos que, no mesmo contexto e tempo histórico ou não, terão a oportunidade de ter acesso a ele, já que este fora externalizado (materializado). Quando compartilhado, esse conhecimento assume sua condição de informação, podendo vir a ser encontrado por outros sujeitos, podendo ainda, em tempos distintos, ser revisitado pelo seu próprio produtor (Gomes, 2020, p. 8).

Na visão da autora, com base em Arendt (2017)[7] e Habermas (1987)[8], principalmente, a informação é definida como um conhecimento materializado em uma representação que, por ser sociabilizada, "transita do singular ao coletivo" (Gomes, 2020, p. 9), dinamizando-se a cada interação, pois são produzidas novas representações no fluxo social. Essa é a premissa para conceber "a *informação como conhecimento em estado de compartilhamento*" (Gomes, 2020, p. 9, destaque da autora), uma proposição que dialoga com o conceito antropológico da informação como *mensagem*. Diante disso, como detalha Gomes (2019, p. 15), ressalta-se na informação a "sua qualidade de ação e de instância do colocar em comum o quê [*sic*] se sabe, sente e pensa", inserindo-a "na condição daquilo que potencialmente pode mover a tomada de posição e, ao mesmo tempo, como resultante de uma posição anterior de compartilhamento".

Em uma análise prévia dos objetos desta pesquisa, tendo como parâmetro os subsídios teóricos refletidos até aqui, pode-se dizer que os cadernos especiais de O Povo apontam para as dimensões informacional e cultural. Em parte, essas estão atreladas à intenção que havia de comunicar, mediando sentidos editorialmente processados para interagir com o público. Nessa operação, a editoria informava por via de um processo de produção dialógico com o contexto e com a cultura do periódico, traduzidos pelas diretrizes e valores a serem observados pela equipe, bem como pelos aprendizados oriundos da experiência profissional dos sujeitos, como seus caráteres cognitivo e prático, ético e estético. Isso configurava um tipo de saber materializado que, por via mediacional, era submetido ao leitorado. Assim, sob interferência hermenêutica advinda da intersubjetividade, a mediação em questão tinha o potencial de promover encontros que resultavam em apropriações diversas, maneiras como os objetos eram lidos e apreendidos, acatados ou contestados a cada interação. A partir dessa ilustração, a informação se mostra contraída e distendida por forças não apenas referentes às operações da emissão representada, mas pelas muitas recepções resultantes da ação mediacional, o que ressalta que os cadernos

[7] ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. *Apud* Gomes (2019).

[8] HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I**: racionalidade de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987. *Apud* Gomes (2019).

especiais, caracterizados como fenômenos informacionais, possuem substrato social e cultural, posto terem resultado de gestos de partilha e negociação de múltiplos sentidos e conhecimentos.

De acordo com Maffesoli (2003, p. 13), "a comunicação é o que nos liga ao outro [...] é cimento social". E como tal, a comunicação evidencia "que não podemos nos compreender individualmente, mas que só podemos existir e compreendermo-nos na relação com o outro [...], pois cada um está ligado a outro pela mediação da comunicação" (Maffesoli, 2003, p. 13). Quanto à informação, em pensamento análogo ao de Capurro (2014) e aos demais estudiosos refletidos aqui, o sociólogo afirma:

> Caso se dê à palavra informação o seu verdadeiro sentido etimológico – dar forma –, não haveria diferença entre informação e comunicação. Informar significa ser formado por. Trata-se da forma que forma, a forma formante. Quer dizer que numa era da informação, talvez a de hoje, não se pensa por si mesmo, mas se é pensado, formado, inserido numa comunidade de destino. Vale repetir: a forma é formante. A informação também liga, une, junta (Maffesoli, 2003, p. 14).

Portanto, a informação de viés antropológico não se restringe às ações isoladas nem às circunstâncias anômalas. Apesar de potencialmente fugaz, devido às dinâmicas sociais, em suas estruturas e ofertas de sentido, a informação acontece mediada por sujeitos que por ela projetam efeitos, compartilham ideias, sedimentam estratégias de apropriação, tudo isso na finalidade de que "o tempo perdure antes que suas informações se decomponham" (Flusser, 2010, p. 28). Assim, no âmbito da Ciência da Informação, produzir informação e planejar meios para que ela seja organizada, difundida e armazenada nada mais é do que, segundo Flusser (2010, p. 30), permitir ao "espírito livre do sujeito contrapor seu desejo pela imortalidade à pérfida inércia do objeto, à sua tendência para a morte térmica", quer dizer, para o esfriamento ou perda da capacidade de *fazer vibrar* em torno de uma comunidade de sentidos (Maffesoli, 2003).

Como trama de sentidos ou de *formas simbólicas* (Thompson, 2011) que modelam e são modeladas por processos sociais, a cultura, pensada de maneira semiótica, revela a mesma artimanha da informação. Para Geertz (2015, p. 4), "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu", agindo a cultura como um sistema ordenador pelo qual a experiência cotidiana se dá forma e se estabiliza, ainda que de modo transitório. Nesse estabilizar, estão incutidas as ações de informar e, por consequência, as de comunicar, tendo em vista que tais operações "exprimem o desejo de estar com outro, desejo de participação, de interação e de troca" (Maffesoli, 2003, p. 14). Ou seja, se a cultura pode ser vista como um "documento de atuação" (Geertz, 2015, p. 8), entende-se que as ordenações conduzidas por ela se comportam como relações informacionais atreladas a modos de vida.

No que diz respeito às representações sociais, Moscovici (2015b) atribui as ações de informação e comunicação à responsabilidade pela maneira como as representações são compartilhadas e trivializadas, passando a integrar o domínio do senso comum, cuja natureza é social e cotidiana. Trata-se de um processo dialético em que a informação e a comunicação, como fenômenos culturais, inserem-se na consolidação daquilo que Moscovici (2015b) chama de *universo consensual*: uma dimensão intersubjetiva que possibilita que o fenômeno representacional aconteça. Pode-se inferir que esse universo consensual diz respeito aos sistemas ordenadores da cultura, porque, conforme Duveen (2015, p. 15-16):

> Dentro de qualquer cultura há pontos de tensão, mesmo de fratura, e é ao redor desses pontos de clivagem no sistema representacional duma cultura que novas representações emergem. Em outras palavras, nestes pontos de clivagem há uma falta de sentido, um ponto onde o não familiar aparece. E, do mesmo modo que a natureza detesta o vácuo, assim também a cultura detesta a ausência de sentido, colocando em ação algum tipo de trabalho representacional para familiarizar o não familiar, e assim estabelecer um sentido de estabilidade [...].

Assim, junto às operações informacionais está a cultura tecendo possibilidades em prol da ação representacional dos sujeitos. Isso se torna mais claro quando Moscovici (2015b) apresenta os dois mecanismos configuradores das representações sociais – a *ancoragem* e a *objetivação* –, refletindo-os como artifícios "de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas" (Moscovici, 2015b, p. 60). Acionados de maneira social, por via dos consensos culturalmente ordenados, esses mecanismos estão a tornar familiar o que se manifesta como estranho aos indivíduos, configurando o *modus operandi* mais basilar com o qual as representações são formadas e podem ser identificadas. Recorrendo a Geertz (2015, p. 10), tem-se que a cultura "é um contexto, algo dentro do qual eles [os sistemas simbólicos] podem ser descritos de forma inteligível". Com isso, os conceitos de cultura e de informação considerados aqui, na tese, convergem com a abordagem de Moscovici (2015b), pois esses conceitos dialogam com as condições produtivas e mediacionais das representações sociais, evidenciando a realidade dos processos de interação e compartilhamento de saberes.

As representações sociais, assim como os conhecimentos práticos delas decorrentes, são, pois, fenômenos em que a informação e a cultura estão enredadas, exercendo atividade ordenadora e significante. Isso se mostra pelos autores relacionados nesta seção, em especial por Gomes (2019; 2020), que defende a similitude entre informação e conhecimento no âmbito das trocas sociais. Mesmo que a autora tenha partido de outras referências que não a da teoria moscoviciana, sua defesa interligada aos movimentos gregários dos sujeitos que compartilham

saberes entre si é aplicável ao presente argumento acerca da convergência entre as representações sociais e a informação de matriz antropológica. Isso porque, ao assumir como sendo a própria informação um conhecimento do tipo materializado e cambiante, sua afirmativa vai ao encontro do que Moscovici (2015b) disserta sobre as representações serem não apenas meios formadores de saberes, mas formas de conhecimento ancoradas e objetivadas para exprimirem familiaridades aos sujeitos, cuja dialética será detalhada na próxima seção.

Quanto à leitura, essa também é interpretada na tese como um fenômeno decorrente das práticas informacionais, culturais e representacionais dialógicas com os contextos humanos. Chartier (1991, p. 178) classifica a leitura como uma "operação de construção de sentido" socialmente localizada, em que os "modos e modelos [concernentes à ação leitora] variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades". Nas relações representacionais, a leitura está a interagir com o que esse pesquisador denomina como *mundo do texto*: universo materializado pelas ações de editoria e escrita, em que "as formas produzem sentido" e "a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços, hábitos" (Chartier, 1991, p. 178).

Na visão de Chartier (1991), o ato de ler manifesta relações simbólicas e interpretantes de mundo. Isso se refere à interação e à interferência dos sujeitos nos sentidos mediados pela matéria textual, enfatizando "a pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora – mesmo regulada – dos agentes" (Chartier, 1991, p. 179-180). Isso permite "voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido", reconhecendo "que nem as inteligências nem as idéias [*sic*] são desencarnadas" e que "devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas" (Chartier, 1991, p. 180). Nessa compreensão, a leitura conversa com os fundamentos da informação, da cultura e das representações sociais graças ao caráter complexo das produções de sentidos, que conferem estabilidade a um horizonte hermenêutico dinâmico que é a leitura.

A cultura promove as condições para que haja a materialidade com a qual o texto ganha forma, fazendo interagir as prescrições estéticas e editoriais com a experiência dos sujeitos que, por sua vez, encontram na cultura os referenciais que tanto mobilizam como condicionam a sua prática, permitindo os efeitos cognitivos e sociais advindos da leitura. As ações de apropriação informacional desencadeiam elaborações representacionais concernentes ao que Chartier (1991) intitula como *mundo do leitor*: a contrapartida do *mundo do texto*, ligado à condição social do leitor, que atravessa a sua singularidade e "faz [com] que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade" (Chartier, 1999, p. 92). Ou seja, pode-se dizer que a ação leitora tanto reafirma o aspecto ordenador que estrutura as operações culturais

de sentido, como dialoga com a teoria seminal das representações sociais em que a apropriação ocorre como uma maneira do sujeito tomar posse, familiarizando-se com algo.

Na crítica à ênfase dos códigos e dos meios, superáveis pelos sujeitos em suas práticas leitoras, pondera Flusser (2010, p. 63-64) em linguagem poética: "Textos são [...] tecidos inacabados [...] que devem ser recolhidos pelo receptor para serem urdidos. Só assim o texto ganha significado. O texto tem, pois, tantos significados quanto o número de leitores". Em sua fala, o filósofo mantém o foco nas ações dos sujeitos em interação com as objetivações de mundo, representadas aqui pela figura do texto. Ora, como se verá ao longo da pesquisa, o texto ocorre como encarnação de uma rede de intencionalidades editorialmente processadas, mas não apenas isso; o texto também é uma materialidade aberta à exploração do leitor, que interage com as prescrições configuradas, interpretando-as na fronteira entre a estratégia ideológica mediada pelo objeto e a semiose contextualmente ancorada do sujeito interpretante. No fluxo comunicacional, o leitor tensiona a recepção das mensagens, agindo de maneira próxima a um "*designer* de significados" que, de acordo com Ferrara (2015, p. 20, destaques da autora):

> [...] abandona o nicho que lhe havia sido reservado pela mediação programada pelos meios técnicos, abandona os veículos qualificados pela eficiência do modo como se desempenha, para aderir aos estímulos interativos do comunicar [ou do ler] que o faz desenhar a comunicação [ou a leitura] que convém ao seu contexto e produzir, não a eficiência extensiva da comunicação instrumental [ou da leitura técnica, linear, decodificadora], mas a redescobri-la no instante que configura a mediação como um *espaço entre*: uma espacialidade midiática [ou uma materialidade] que se distingue da natureza física do espaço, exatamente pela sua natureza sígnica de sentido fluído, indeterminado, ambivalente, interativo.

Com isso, pode-se dizer que a leitura se comporta como um fenômeno informacional. As relações envolvem a interação dos sujeitos com os textos, maneira como o ato de moldar e de moldar-se pela informação se diversifica. Por intermédio da leitura, os sujeitos interagem consigo e com a informação representada no texto, uma ideia originária de Iser (1979), em sua teoria sobre o efeito estético da recepção, posteriormente ampliada nos estudos de Chartier (1991; 1996; 1999; 2001; 2003) quanto à instância encarnada ou materializada da leitura. Pelo exposto, pode-se afirmar que, não à toa, a Ciência da Informação ressalta em seu paradigma social a dimensão informacional advinda das práticas de leitura, a saber: uma informação de aspecto simbólico e, ao mesmo tempo, material, participante de relações e saberes cotidianos.

É como pensa Dumont (2020), ao compreender a leitura no âmbito da Ciência da Informação como ação participante dos processos de circulação e apropriação da informação protagonizada pelos sujeitos, nos quais estão incididas variáveis múltiplas, desde questões

cognitivas até situações contextuais mais amplas. Para a pesquisadora, “a leitura é uma forma de se garantir a cidadania” (Dumont, 2020, p. 22), uma vez que se insere nas maneiras como as pessoas tanto acessam como medeiam informações e conhecimentos. Essa leitura de aspecto social “instiga questionamentos e induz a outras leituras, que vão se modificando, se complementando e interagindo, transformando a ação de ler em um ato verdadeiramente significativo” (Dumont, 2020, p. 22). Segundo a pesquisadora, no jogo de produzir sentidos pela leitura, há três pilares que orbitam e se intercruzam: o *contexto*, ligado à experiência sociocultural do leitor; o *sentido* ou modo “como o leitor interpreta e significa as suas leituras”; e a *motivação*, ou seja, aquilo “que leva o sujeito a querer ler determinada obra” (Dumont, 2020, p. 32). Conforme defende, é a mobilização desses três fatores que permite o sujeito leitor transcender o texto, apreendendo as “várias possibilidades para o seu uso e interpretação” (Dumont, 2020, p. 32), garantindo a complexidade necessária à informação como fenômeno social e cultural, além do protagonismo do sujeito leitor nas seleções de sentido.

Portanto, informação, cultura, representações sociais e leitura são interpretadas aqui como fenômenos correlacionados e que gravitam os objetos, os objetivos e os sujeitos desta pesquisa. São guias compreensivos, articulados para lançar luz ao estudo, fundamentando-o. Essa é a intenção com que este capítulo teórico foi escrito, cujos pormenores e desdobramentos relevantes à tese, e que escapam deste preâmbulo, são refletidos a seguir, de maneira organizada em duas grandes seções: a primeira, referente à Teoria das Representações Sociais; e a segunda, relacionada ao conceito de leitura como produção cultural de sentidos.

2.1 O gesto de representar e constituir realidades sociais

A Teoria das Representações Sociais foi desenvolvida por Moscovici (2015b) para permitir entender como a realidade cotidiana é construída socialmente a partir de ações representacionais conectadas aos contextos de vida. Na perspectiva dessa teoria, as representações sociais partem de uma premissa social interativa, não resultando de processos cognitivos exclusivamente individuais nem arbitrários. Antes, carregam um lastro social que as define, “que diz alguma coisa sobre o estado do nosso mundo ambiente e guia a nossa ação sobre ele” (Jodelet, 2015, p. 41). Por essa feita, as representações sociais são interpretadas pelos teóricos como um tipo de conhecimento sobre o mundo social a que fazem ligação, um saber de ordem prática sobre o sujeito que as elabora e sobre o contexto em que ele atua, uma vez que as representações sociais são constituídas na fronteira do singular com o coletivo.

As representações sociais possuem, assim, vínculos com a alteridade, na percepção de que se comportam como "produção, expressão e instrumento de um grupo" (Jodelet, 2015, p. 41). Essas não somente emergem das tramas sociais produtoras de sentido, mas as afetam, objetivando-as por um modo típico de pensá-las ou de experimentá-las, pondo em exercício um modelo compreensivo forjado pelo senso comum, cujas ancoragens são também sociais, pois partem do universo dos consensos que normalizam ações e pensamentos, tornando-os corriqueiros ou banais. Trata-se de um paradoxo: as representações sociais são um tipo de conhecimento cotidiano e comunal pelo qual o mundo e seus fenômenos podem ser apreendidos e, simultaneamente, construtos simbólicos resultantes das apreensões sociais de mundo.

No campo da Psicologia, berço dos estudos dessa teoria, as representações sociais fogem do tradicional esquema racionalista da área, uma vez que estão ligadas às interações em suas múltiplas dimensões sociais, incluindo as porções ideológica e afetiva. Manifestam-se de maneira por vezes implícitas, dado o efeito prescritivo exercido pelas convenções interiorizadas em comportamentos e pensamentos cotidianos. Apesar de camufladas pela obviedade ordinariamente instituída, as representações sociais revelam coerência e peso de autoridade, "a condição e o princípio de ordem da vida em comum", como considera Moscovici (2015a, p. 12), estando a formar "o subsolo que escapa aos próprios indivíduos cujos atos e palavras elas modelam, e a quem permitem coexistir" (Moscovici, 2015a, p. 12).

É por isso que, para o padrão da cientificidade cartesiana, as representações sociais manifestam qualidades ligadas à irracionalidade, à instabilidade e à afirmação vaga, supostamente inverificável, do mesmo modo como acontece com a informação de matriz antropológica. Pois, de maneira complexa, as interações que permitem que as representações sejam formadas e disseminadas são as mesmas que sabotam as evidências do processo representacional, ofuscando origens e naturalizando efeitos, na medida em que tais representações passam a compor o substrato das ações cotidianas, ou seja, tornam-se triviais. Isso pode sedimentar relações de dominação graças à natureza ideológica das representações sociais (Moscovici 2015a; 2015b), tal como acontece pela proliferação rotineira de estereótipos e preconceitos na sociedade, segundo Jodelet (2014), habituando a ordem social e interferindo na ação dos sujeitos, em seus processos psíquicos e intersubjetivos construtores da realidade. É por valorizar o aspecto multidimensional das interações e suas consequências ao campo prático das representações que a Teoria das Representações Sociais se constitui como uma virada paradigmática às abordagens restritamente mentalistas, assim como para aquelas em que o fato social exerce impacto estruturalmente coercitivo – um duplo movimento em que se respalda também a Ciência da Informação contemporânea, como refletido no começo do capítulo.

A concepção de Moscovici (2015a; 2015b), ampliada por Jodelet (2014; 2015) e pelos demais pesquisadores dessa temática, reforça os laços dialógicos e dialéticos com os quais o fenômeno das representações sociais deve ser tratado. Uma incursão que atravessa diferentes domínios, como o da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia Cultural e da Comunicação e Informação, para citar os mais próximos, em um movimento inclusivo e, ao mesmo tempo, crítico, em que as ações simbólicas estudadas pela teoria se revelam impregnadas de práticas sociais diversas, produtoras de sentido. De acordo com Moscovici (2015a, p. 25):

> [...] classificam-se os objetos; as pessoas são reclassificadas, desclassificadas ou super classificadas. É por isso que sempre se recorre a vários sistemas, tendo cada um deles o seu princípio, que responde ao objetivo perseguido. E dos quais cada um tem o poder de gerar uma realidade. Os homens não representam apenas a si próprios, aos seus semelhantes; eles atualizam essas representações. Na vida real, eles os põem objetivamente no palco, de modo que cada categoria se torna um ator efetivo da vida em comum.

Essa característica de mobilizar diferentes saberes acontece como condição essencial à compreensão do fenômeno representacional, uma vez que as práticas sociais são incertas e heterogêneas. Apesar de coletivas, no sentido da ordenação cultural imbuída das relações de poder, essas práticas não recebem impacto coercitivo suficiente, na concepção durkheimiana, para excluir particularidades advindas da engenhosidade de sujeitos que conseguem, a seu modo, elaborar e reelaborar a realidade, atualizando-a pela ancoragem das representações anteriormente formadas. Com isso, os sujeitos manifestam poder criativo originário tanto da singularidade, enquanto indivíduos pensantes, como da gramática das ações significantes e referentes ao mundo social a que pertencem. A Teoria das Representações Sociais ressalta, portanto, esse duplo viés, o individual e o coletivo, como instâncias coexistentes e colaborativas nos processos representacionais, com ênfase na criatividade humana e na alteridade. Pelas palavras de Jovchelovitch (2013, p. 66, destaques da autora):

> O sujeito constrói, na sua relação com o mundo, um *novo* mundo de significados. De um lado, é através de sua atividade e relação com outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao *mesmo tempo* descobre e constrói. De outro lado, as representações permitem a existência de símbolos – pedaços de realidade social mobilizados pela atividade criadora de sujeitos sociais para dar sentido e forma às circunstâncias nas quais eles se encontram.

E conforme continua:

> É desnecessário dizer que [...] não há possibilidade para a construção simbólica fora de uma rede de significados já construídos. É sobre e dentro

> dessa rede que se dão os trabalhos do sujeito de re-criar [*sic*] o que está lá. O sujeito psíquico, portanto, não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito (Jovchelovitch, 2013, p. 66).

Percebe-se o entrelaçamento dado às porções individual e coletiva dos sujeitos que mobilizam, no dia a dia, representações por via das relações de sentido culturalmente ordenadas. São operações significantes, ritualizadas e sedimentadas pela partilha do saber prático, comum e cotidiano, pelas identidades socialmente instituídas e seus mecanismos de diferenciação, pela memória e pela tradição com as quais um grupo lança mão para modelar cenários e modos de vida – os dele e os do mundo ao seu redor, conforme as ancoragens e as objetivações que realiza. Tudo isso diz respeito ao estado sociológico e antropológico das representações, maneira como essas se estruturam e dão forma ao real, gerando condutas que orbitam consensos associados "à dinâmica e à energética das interações sociais" (Jodelet, 2015, p. 43).

Para Moscovici (2013, p. 9), na ação constituinte da realidade social, importância é dada para as práticas da conversação, ou seja, para as interações corriqueiras e comunicacionais, por serem o modelo com que "se elaboram os saberes populares e o senso comum". Como também reflete Ferrara (2015), as interações são diversas. Essas se localizam no cotidiano dos sujeitos, perpassando instituições como a mídia, produzindo e disseminando informações e, com essas, "a crença coletiva e sua significação" (Moscovici, 2013, p. 10), tais como as ideologias e os diferentes tipos de conhecimento. É por isso que a polarização entre indivíduo e coletivo é rejeitada na Teoria das Representações Sociais, não estando a experiência individual restrita aos "processos íntimos, às vezes de natureza fisiológica" (Moscovici, 2013, p. 11), nem o mundo social esgotado pelas imposições estruturantes do poder (Moscovici, 2013).

A dinâmica social se faz pelo convívio conflitante entre as experiências dos sujeitos e da sociedade, de maneira que as representações elaboradas "carregam a marca desta tensão", por não existir "sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito" (Moscovici, 2013, p. 11). "O papel das representações partilhadas", defende Moscovici (2013, p. 11), "é o de assegurar que sua existência é possível", uma noção cuja ausência "não se pode compreender nem o dinamismo da sociedade nem a mudança de qualquer uma das partes que a compõem" (Moscovici, 2013, p. 11-12). Assim, as dicotomias estabelecidas – e que inscrevem tanto a suposta polaridade entre indivíduo e coletividade, como a ideia de uma sociedade presa a artimanhas excludentes intransponíveis – acabam funcionando como "lentes deformadoras" (Moscovici, 2013, p. 13), que interferem no modo como a totalidade dos fenômenos sociais se manifestam, em uma dimensão dialética, crítica e dissonante, como pode ser visto a seguir.

2.1.1 Ancoragem e objetivação: artifícios simbolizantes

Uma das maneiras pelas quais a Teoria das Representações Sociais mescla experiências individuais e coletivas nas ações representacionais, evocando a complexidade pela qual os modos de vida se organizam, definem e são definidos pelos sujeitos, manifesta-se na proposta de Moscovici (2015b) ao descrever os dois mecanismos basilares, geradores das representações: a *ancoragem* e a *objetivação*. Esses dois artifícios cognitivos, em operação sincrônica com as ordenações dos contextos em que são mobilizados, são os responsáveis por incorporar a não familiaridade na teia cultural dos indivíduos, constituindo as representações e desencadeando, simultaneamente, formas específicas de conhecimento notadamente comum, configuradas no seio de uma determinada trama social. Todo esse processo tem como marco o fenômeno da *familiarização*, isto é, o modo como, por ancoragem e objetivação, "o não familiar passa a ocupar um lugar dentro de nosso mundo familiar" (Duveen, 2015, p. 20).

Em síntese, conforme pontua Moscovici (2015b), a familiarização diz respeito à dupla função das representações sociais, a saber: o lado convencional e, ao mesmo tempo, prescritivo. A face convencional é justificada pelo fato das representações não apenas partirem de convenções prévias, mas promoverem as suas próprias convenções, atribuindo a objetos, pessoas ou acontecimentos uma forma ou aparência, ou seja, "um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas" (Moscovici, 2015b, p. 34), fora do qual não podem ser reconhecidos. Quanto à instância prescritiva, as representações "se impõem sobre nós com uma força irresistível", resultante da "combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o *que* deve ser pensado" (Moscovici, 2015b, p. 36, destaque do autor). Isso faz com que algumas prescrições atuem fora do campo da consciência dos sujeitos, que reproduzem quase que automaticamente esquemas históricos, culturalmente ordenados, isto é, incorporados a ponto de se tornarem como naturais ou à semelhança de algo naturalizado por eles.

Com isso, conforme arremata Moscovici (2015b, p. 58): "A tensão básica entre o familiar e o não familiar está sempre estabelecida, em nossos universos consensuais, em favor do primeiro", quer dizer, do familiar. Ao que continua:

> [...] as representações que nós fabricamos [...] são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que parecia abstrato, torna-se concreto e quase normal (Moscovici, 2015b, p. 58).

Ancoragem e objetivação são artifícios, gestos ou mecanismos subjetivos que se valem desses princípios. Enquanto o primeiro visa fixar algo estranho em um sistema de categorias prescritas por um contexto familiar, o segundo intenta materializar abstrações, dando-lhes uma aparência convencionada de concretude, de algo tangível, reconhecível ao sujeito. Ao operarem dessa maneira, esses mecanismos, que são simultâneos, transferem para o não familiar "a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo" e, em seguida, reproduzem a não familiaridade "entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e, consequentemente, controlar" (Moscovici, 2015b, p. 61), moldando-a.

A ancoragem implica em classificar e nomear alguma coisa ou alguém, transformando "algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias", comparando esse algo "com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada" (Moscovici, 2015b, p. 61). Ao realizar isso, o paradigma ou a categoria utilizada para classificar irá impregnar o objeto, a pessoa ou o fenômeno classificado com as ordenações que subsidiaram a classificação, definindo-os a partir das prescrições do ato classificatório. Assim, irá identificar o não comum, nomeando-o e transformando-o em algo comum, generalizado e homogeneizado, definindo, enfim, um modo familiar de se pensar sobre ele – operação análoga à da informação e à da leitura, se recuperada a análise conduzida no preâmbulo deste capítulo.

Essa operação se revela, pois, longe de ser neutra, é intencional, ainda que o peso e o efeito da ação classificatória se manifestem óbvios, banalizados pelo universo prescritor, consensualmente partilhado. Porque classificar compreende a aplicação de um modelo ou conceito sobre algo ou alguém, ação que Moscovici (2015b) denomina como *protótipo*. Esse protótipo diz respeito à categoria acionada para classificar, selecionada por estar naturalizada, germinando um processo cognitivo legitimado pela trama cultural de quem o executa. Portanto, do protótipo é desencadeada a classificação, que culmina na formação de uma identidade que também não é arbitrária, mas social. Do ponto de vista ideológico, é possível existir uma dimensão excludente incutida nas realizações classificatórias, no sentido de esgarçar diferenças em prol do estabelecimento radical de identidades. Não à toa, Moscovici (2015a, p. 24) alerta que "classificar é uma operação inocente no plano intelectual, mas perigosa no plano social".

Assim, quem classifica pode estar exercendo um tipo de poder sobre algo ou sobre alguém, na medida em que o reduz, avalia ou rotula, aplicando juízos ou sentenças sobre esse algo ou alguém. "Categorizar alguém ou alguma coisa", afirma Moscovici (2015b, p. 63), "significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele". Nos contextos de classificação, quanto mais legitimadas são as representações, mas fortalecidos ficam os protótipos ou paradigmas que embasam as

representações, estabilizando, por sua vez, o processo classificatório, tendo em vista que são deixadas marcas profundas na memória dos sujeitos, que tendem a inviabilizar ou desconsiderar qualquer outra representação possível. Assim, preconceitos e estereótipos acabam reforçados, estigmatizando e dando ênfase à banalização do considerado comum.

"Isso concretamente significa que ancorar implica também a prioridade do veredicto sobre o julgamento e do predicado sobre o sujeito", uma vez que o "protótipo é a quintessência de tal propriedade, pois favorece opiniões já feitas e geralmente conduz a decisões superapressadas [*sic*]", afirma Moscovici (2015b, p. 64), reforçando a ação ideológica prescritora de igualdades e diferenças. Se tomado esse raciocínio como absoluto, pode-se chegar à ideia de que não se conhece nada nem ninguém fora de algum filtro classificatório normativo, tendo em vista que as classificações são fenômenos que não se limitam às estruturas cognitivas pretensamente isentas, mas sofrem da interferência do plano simbólico das práticas e dos processos pelos quais a ordem social se instaura e demarca domínios (Thompson, 2011).

No âmbito do mecanismo da ancoragem, as marcações sociais, comuns nos fenômenos classificatórios, também acontecem pelos atos de nomear. Para Moscovici (2015b, p. 66, destaque do autor): "Ao nomear algo, nós o libertamos do anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na *matriz de identidade* de nossa cultura". E conforme o autor continua:

> [...] dar nome a uma pessoa ou coisa é precipitá-la [...] [e] as consequências daí resultantes são tríplices: a) uma vez nomeada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências etc.; b) a pessoa, ou coisa, torna-se distinta de outras pessoas ou objetos, através dessas características e tendências; c) a pessoa ou coisa torna-se o objeto de uma convenção entre os que adotam e partilham a mesma convenção (Moscovici, 2015b, p. 67).

Ou seja, se classificar implica em atribuir julgamentos – ou em reforçar juízos prévios – sobre algo ou alguém, nomear, como o próprio teórico atesta, resulta em conferir uma identidade social (Moscovici, 2015b) a um sujeito, objeto ou fenômeno, tornando-os consensualmente caracterizados. Nomeados, os sujeitos e as coisas passam a responder pelas ordenações culturais do mundo que os apreendeu, inserindo-se nos contextos da ordem vigente. Com isso, classificar e nomear, como engrenagens psicossociais do mecanismo da ancoragem, revelam uma relação lógica e ideológica importante às análises e interpretações mobilizadas nesta tese e fora dela, pois dizem respeito, sobretudo, ao cotidiano das práticas humanas.

O segundo artifício definido por Moscovici (2015b) a atuar na formação das familiaridades e, por consequência, das representações sociais é a objetivação. Esse mecanismo,

segundo o teórico, evoca a dimensão icônica da realidade, associando e convertendo o não familiar a uma imagem ou sensação familiar, materializando abstrações e gerando uma atmosfera de concretude e tangibilidade para o real. No processo da objetivação, o abstrato é apreendido e significado a partir de uma qualidade atribuída, selecionada da experiência cultural da qual o sujeito participa. Com isso, o que antes se apresentava como desconhecido, irreal, vago ou distante passa a adquirir feições representacionais advindas de uma referência estética ou imagética reconhecida pelo sujeito no âmbito de sua sociabilidade.

Nas palavras de Moscovici (2015b, p. 71-72), "objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância". No âmbito das disputas socialmente simbólicas, a grade ou gabarito do qual o sujeito se utiliza como referência para objetivar chama-se *núcleo figurativo*. Trata-se de "um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias" (Moscovici, 2015b, p. 72), ou seja, um padrão cujos "poderes figurativos" (Moscovici, 2015b, p. 72) estão convencionados pela sociedade. Quanto mais internalizado estiver, mais o núcleo figurativo ganha força para configurar as representações, constituindo clichês que são respostas imediatas, previamente formuladas, para questões originalmente complexas. As soluções imagéticas formadas se aglutinam na órbita do núcleo figurativo, adensando-o, e quão mais próxima estiverem do centro, mais familiares as imagens se tornarão ao sujeito, passando a constituir uma realidade específica, ordenada pelo padrão que se torna referência para as "várias situações sociais, como um meio de compreender outros e a si mesmo, de escolher e decidir" (Moscovici, 2015b, p. 73).

Empoderado pelo poder emanado das convenções sociais, o núcleo figurativo passa, assim, a formar realidades, e as representações objetivadas adquirem o *status* da verossimilhança, isto é, da coisa factível, inquestionável, naturalizada. Ou seja, recebem uma dimensão material, uma materialidade – réplica ou simulacro da realidade formada, conforme caracteriza Moscovici (2015b). Para o teórico, a realidade estabelecida oferece estabilidade para as objetivações de tal maneira que as imagens, ao serem assimiladas pela rede social que as sustenta, podem manifestar aspecto aparentemente independente da realidade constituída, no sentido de se torarem relações banais ou coisas reais. Nas palavras do autor:

> Então, como por uma espécie de imperativo lógico, as imagens se tornam elementos da realidade, em vez de elementos do pensamento. A defasagem entre a representação e o que ela representa é preenchida, as peculiaridades da réplica do conceito tornam-se peculiaridades dos fenômenos, ou do ambiente ao qual elas se referem, tornam-se a referência real do conceito (Moscovici, 2015b, p. 73).

Assim, as objetivações se transformam em consensos, fenômenos que não carecem de explicação quanto à aceitação. Primeiramente, são encarnadas ao nível do pensamento, assumindo uma dimensão icônica não destituída da esfera cultural, das memórias e das tradições ancoradas nos modos de vida e seus processos de classificação e nomeação. Em seguida, passam a circular entre os sujeitos, fixando-se nas conversações habituais e noutros gestos de interação, normalizando-se, ganhando força e passando a produzir efeitos tomados como evidentes por estarem comumente aceitos. Passam ainda a compor saberes ordinários e a significar aquilo que tal saber configura: uma informação enquanto forma simbólica, mascarada pelo anonimato do senso comum e colada à própria regra significante; um objeto pretensamente esvaziado das origens, cujo significado não sobrevive fora das convenções em que está inserido.

Isso acontece a ponto da norma, convenção ou gramática representacional se tornar objetivada, segundo o fluxo da interação dos sujeitos que se utilizam dela. Isso contribui para haver uma suposta automação – aparente ausência de consciência – dos processos significantes, o que estimula novas objetivações que se desdobram de maneira ilimitada. "Desse modo", afirma Moscovici (2015b, p. 76), "atributos ou relações são transformadas em coisas", uma realidade social alienada pela familiaridade construída pelos sujeitos. Portanto, com a apropriação cotidiana da regra e de seu padrão, protótipos e núcleos figurativos se convertem em representações sociais, como considera Moscovici (2015b, p. 77), ao que completa:

> Toda verdade autoevidente, toda taxonomia, toda referência dentro do mundo, representa um conjunto cristalizado de significâncias e tacitamente aceita nomes [ancoragens, classificações]; seu silêncio é precisamente o que garante sua importante função representativa: expressar primeiro a imagem e depois o conceito, como realidade.

Tal como refletido nas ações de classificação e nomeação, o ato de objetivar também revela implicações sociais, no que diz respeito à possibilidade do esgarçamento de diferenças em prol do estabelecimento de familiaridades. Essa abordagem crítica é algo que a Teoria das Representações Sociais propicia, ao considerar a dimensão ideológica do fenômeno das representações. Com isso, a depender do caso, objetivar se envolve com ações discriminatórias, em que estigmas são reproduzidos, reverberando modelos sociais excludentes, estereótipos e preconceitos que podem ser compreendidos como sintomas de um universo reificado (Jodelet, 2014; Moscovici, 2015b). Por outro lado, considerar a dialética do poder nas representações demonstra o quão paradoxais elas são, pois a alteridade compartilha de processos excludentes

em diferentes instâncias, sendo condição para que existam o vínculo identitário e a substância comunitária (Jodelet, 2005; 2015; Sawaia, 2014a).

Essa percepção importa à pesquisa, pois auxilia a descortinar as decisões que sistematizavam a editoria dos cadernos especiais de O Povo, identificando as representações materializadas pela equipe do jornal. Além disso, se pensada como estratégia de inserção social, em relação à configuração de saberes e modos de vida, a dimensão crítica das representações oferece meios compreensivos para que a comunidade rural e os camponeses do grupo leitor sejam estudados, revelando que artimanhas acionam nas ordenações de sentido. Tais reflexões são, por isso, úteis no entendimento da interação dos sujeitos com os cadernos, na negociação simbólica, no reconhecimento e no estranhamento processados por eles. Diante disso, reservam-se as duas próximas seções para tratar destes temas que se completam: a primeira, focada no aspecto ideológico das representações sociais; a segunda, no caráter dialético, inclusivo e excludente, das representações junto ao estabelecimento de vínculos sociais.

2.1.2 Representações sociais e ideologia: dinâmicas de poder

Como visto, Moscovici (2015b) considera a dimensão ideológica das ações representacionais e, com essa, os possíveis efeitos que tanto agregam como deslocam sujeitos. Por meio dos artifícios da ancoragem e da objetivação, o estabelecimento e a reprodução das familiaridades partem de elaborações não exclusivas aos processos mentais, mas se estendem conformadas por uma trama social que, em seu bojo, comporta traços consonantes e dissonantes advindos da dialética do poder. Com isso, uma representação acontece impregnada de condicionamentos cujo raio da ação afeta não apenas conceitos e abstrações, mas também incide sobre modos de vida, que são subjugados por prescrições ordenadoras, isto é, por modelos de inteligibilidade e estrutura social convencionados para produzirem sentido.

A dimensão ideológica, promotora de realidades positivas e negativas, emerge na Teoria das Representações Sociais como um todo, a exemplo dos estudos de Jodelet (2003; 2005; 2009; 2013; 2014; 2015) e Jovchelovitch (2013). Isso porque Moscovici (2015b) parte da análise sociológica clássica, notadamente dos estudos durkheimianos sobre as representações coletivas, suavizando o peso que essa perspectiva confere ao fator socialmente coercitivo. Por consequência, a teoria moscoviciana oferece aos sujeitos certa liberdade nas produções simbólicas ao contemplar a dialética das formações sociais (Duveen, 2015; Farr, 2013).

Para Moscovici (2015b), o social difere da noção sociológica de coletivo pela maneira como as relações subjetivas e culturais se enredam, intervindo nos processos representacionais. Mesmo assumindo a natureza em parte prescritiva das representações, o autor entende que a

organização social não esvazia a singularidade dos indivíduos, mas opera em conjunto com ela nas relações de sentido. É por isso que se defende aqui a aproximação entre as representações sociais e o conceito antropológico de cultura, pois se percebe que, como refletido, o contexto culturalmente ordenador e o universo consensual se equivalem, tornando as representações passíveis de serem interpretadas como simbolismos culturais. Diante disso, a cultura está a modelar formas de representação com vista à alteridade, ao mesmo tempo em que as relações consensuais estão sempre na iminência de serem atualizadas, dada a dinâmica com a qual os cenários humanos são formados, reformados e deformados.

Portanto, o dualismo que rechaça as representações individuais ante o peso superestimado das representações coletivas é rejeitado por Moscovici (2015b), que considera a integração indivíduo-sociedade e a complexidade-singularidade com que os processos representacionais acontecem. A flexibilidade da teoria de Moscovici (2015b) permite, então, relativizar o impacto prescritivo das ações coletivas, traduzindo-as como ações sociais protagonizadas por sujeitos que estão ordenados por elas – uma via de mão dupla, característica das relações culturais. Isso torna a Teoria das Representações Sociais uma abordagem sociológica dentro da Psicologia, sua área original, mas também permite pensar os fenômenos sociológicos e antropológicos pela matriz compreensiva da Psicologia Social, o que ressalta o aspecto transversal da teoria, importante para a pesquisa. De acordo com Jodelet (2016, p. 1270), "as representações sociais são fenômenos polimorfos [...], elas são o lugar onde operam diferentes disciplinas. Assim, são não somente ferramentas de cooperação entre saberes científicos, como também apresentam a particularidade de dar voz aos atores sociais [...]".

Diante disso, como caracteriza Farr (2013, p. 44): "Moscovici escreve como um cientista social e político" ao conceber o indivíduo tanto como "um agente de mudança na sociedade como é um produto dessa sociedade". A face sociológica das representações fundamenta e impulsiona a abordagem crítica, ainda que essa não esteja suficientemente objetivada por Moscovici (2015b). O teórico oferece indícios de criticidade sobre o fenômeno das representações ao ressaltar a postura ideológica entranhada nos mecanismos de ancoragem e objetivação, mas as desigualdades vinculadas a esses processos são de fato elucidadas por alguns de seus continuadores, como será analisado mais à frente. Assim, o universo consensual priorizado por Moscovici (2015b) – descrito como o ambiente em que "a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres", em que cada membro pode "falar em nome do grupo e sob seu auspício", pois ninguém possui "competência exclusiva, mas cada qual pode adquirir toda competência que seja requerida pelas circunstâncias" (Moscovici, 2015b, p. 50) –

parece mascarar o universo reificado, em que a "sociedade é vista como um sistema de diferentes papeis e classes, cujos membros são desiguais" (Moscovici, 2015b, p. 51).

A distinção entre os universos consensual e reificado parte da intenção de Moscovici (2015b) de se afastar da concepção durkheimiana, abrindo brechas para que as práticas sociais sejam interpretadas fora da relação culturalmente opressora. Mas para evidenciar os modos de enfrentamento ou convivência ante uma realidade configurada por ordenações impositivas, talvez convenha observar as dinâmicas que operam nos cenários sociais excludentes, considerando as estratégias representacionais discriminatórias. Paradoxalmente, seria adotar o próprio caminho sugerido por Moscovici (2015b, p. 53) quanto a reconhecer a natureza das ideologias, que é "transformar categorias consensuais em categorias reificadas" (Moscovici, 2015b, p. 53), evidenciando as artimanhas de poder disfarçadas nos consensos. Assim, minorias talvez possam ser contempladas, não apenas aquelas formadas pela atuação individual perante a coerção coletiva, foco de Moscovici (2015b), mas também em relação aos grupos formados por sujeitos que se encontram em estado de dominação e/ou exclusão social.

Ao refletir sobre as representações no contexto sociológico, Minayo (2013) chama a atenção para o caráter aguerrido desses fenômenos, observando as várias formas como os grupos produzem representações, seja consolidando relações de dominação, seja articulando maneiras de resistência ou de confronto às estratégias dominantes. Embora a autora não esteja se referindo especificamente à Teoria das Representações Sociais, ela oferece possibilidades para adensar ainda mais a proposta de Moscovici (2015b), ressaltando as dinâmicas pelas quais o universo reificado pode ser camuflado no interior de um universo formado por consensos, tendo em vista as intencionalidades materializadas pelos sujeitos em suas tramas simbólicas, nas mais diferentes situações. Atentar para essa questão fortalece o contragolpe necessário às supostas relações de dominação, configurando modos representacionais de resistência e reforçando a não passividade dos sujeitos dominados, sobretudo na interação mediada pela leitura como produção de sentidos, alvo desta pesquisa. Pelas palavras da autora:

> As Representações Sociais não são necessariamente conscientes. Podem até ser elaboradas por ideólogos e filósofos de uma época, mas perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz a partir das estruturas e das próprias categorias de pensamento coletivo ou dos grupos. Por isso, embora essas categorias apareçam como elaboradas teoricamente por algum filósofo, elas são uma mistura das ideias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes, e expressão das contradições vividas no plano das relações sociais de produção. Por isso mesmo, nelas estão presentes elementos tanto da dominação como da resistência, tanto das contradições e conflitos, como do conformismo (Minayo, 2013, p. 91).

E conforme continua:

> Por serem ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e "verdadeiras", as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade. Porém, é importante observar que as Representações Sociais não conformam a realidade e seria outra ilusão tomá-las como verdades científicas, reduzindo a realidade à concepção que os homens fazem dela (Minayo, 2013, p. 91).

Por via semelhante, abordando a Teoria das Representações Sociais em sintonia com o entrelaçamento dos conceitos de *esfera pública* e de *alteridade* (Arendt, 1958[9]; Habermas, 1990[10]; 1992[11]) – movimento equivalente ao realizado por Gomes (2020), em seu conceito de mediação na área da Ciência da Informação –, Jovchelovitch (2013, p. 54) considera os processos representacionais como a maneira com que os "sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social", abrindo-se "para a diversidade de um mundo de Outros", isto é, para a alteridade ou a vida experienciada em comunidade. O mundo social, para a autora, "é mais do que o agregado de indivíduos" (Jovchelovitch, 2013, p. 68), antes, é um universo plural e dinâmico, refletido nas representações sociais elaboradas por sujeitos que, conforme seus modos particulares de vida, subjetivos e intersubjetivos, lançam-se no desafio de demarcar o estar em sociedade, uma construção de natureza simbólica e identitária, culturalmente dialógica e dialética.

Com isso, a autora reflete as representações sociais como "uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente" (Jovchelovitch, 2013, p. 68). Esses atores, no curso das operações representacionais:

> [...] ancoram o desconhecido em uma realidade conhecida e institucionalizada e, paradoxalmente, deslocam aquela geografia de significados já estabelecidos, que as sociedades, na maior parte das vezes, lutam para manter. As representações sociais emergem desse modo como processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade (Jovchelovitch, 2013, p. 69).

---

[9] ARENDT, Hanna. **The human condition**. Chicago: The University of Chicago Press, 1985. *Apud* Jovchelovitch (2013).

[10] HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere**: an inquiry into a category of bourgeois society. Londres: Polity Press, 1990. *Apud* Jovchelovitch (2013).

[11] HABERMAS, Jürgen. Further reflections of the public sphere. *In*: CALHOUN, Craig (org.) **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: The MIT Press, 1992. *Apud* Jovchelovitch (2013).

Assim, para Jovchelovitch (2013), do ponto de vista de um grupo social ordenado como comunidade, as representações podem ser mobilizadas como formas simbólicas de mudança, atualização e superação de conflitos, revelando um comportamento protagonista por parte dos sujeitos que integram o grupo. Isso acontece na medida em que, por intermédio das ações representacionais ancoradas nos modos de vida dos sujeitos e objetivadas a partir de seus interesses, o grupo social consegue reelaborar o mundo ao seu redor, transgredindo comandos e estratégias que porventura intentem lhe acometer ou subordinar. Com isso, ressalta-se aqui não apenas a condição ideológica, mas também o caráter dinâmico das representações sociais, pela maneira como essas permitem existir as mais diferentes configurações sociais e culturais, bem como o confronto das estratégias de dominação vivenciadas pelos sujeitos.

Quanto aos conceitos de ideologia, Thompson (2011) os sintetiza em duas classes. Sobre a primeira, tem-se que, quando interpretada como representação dinamizadora do social, atrelada a sistemas comunitários de crença e acessível a todos que desejem a conquista de algo e que disponham de meios para isso, a ideologia é definida por Thompson (2011, p. 72) como fenômeno pertencente ao quadro das "concepções neutras de ideologia". Ou seja, é classificada como "um aspecto da vida social (ou uma forma de investigação social) [...] nem mais nem menos atraente ou problemático que qualquer outro" (Thompson, 2011, p. 72), não se limitando a manobras excludentes nem necessariamente despertando análises críticas, tendo em vista que os sujeitos interagem em igual chance e que suas forças se equalizam. Contrapondo-se a essa corrente, o autor apresenta um conceito de ideologia que alude às artimanhas simbólicas de dominação. Nessa, a ideologia possui "sentido negativo, crítico ou pejorativo" enfatizado pelo caráter "enganador, ilusório ou parcial" (Thompson, 2011, p. 73) das estruturas sociais.

Assumindo posicionamento favorável à concepção negativa de ideologia, Thompson (2011, p. 76, destaque do autor) defende que "*estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*". Essa ação resulta de operações culturais, notadamente quando essas são percebidas no interior de relações sociais discrepantes, mediadas por "formas simbólicas" que, por sua vez, são entendidas como "um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos" (Thompson, 2011, p. 79). Isto é, para o autor, as formas simbólicas resultam, ao mesmo tempo em que participam, dos processos culturais de produção de sentido, de maneira que as representações sociais e a informação estudas nesta tese podem ser qualificadas como formas simbólicas, já que ambos os fenômenos se inserem nos contextos sociais, sendo fruto de interações que possibilitam a sua produção, a sua circulação e o potencial prolongamento de seus efeitos.

Ainda conforme Thompson (2011), nem toda forma simbólica pode ser interpretada como ideológica, mas apenas as que estão a serviço de alguma relação de dominação, que expressam um sentido de negatividade e que mantém determinada situação assimétrica. Assim, o sentido de uma forma simbólica e, por extensão, de uma representação e de uma informação somente se mostra ideologicamente estabelecido e sustentado, quer dizer, sistematizado, no momento que, segundo o autor, "pode criar ativamente e instituir relações de dominação", mantendo e reproduzindo "relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas" (Thompson, 2011, p. 79). Por causa disso, há formas, representações e informações que, mesmo articuladas socialmente, fogem do escopo conceitual de Thompson (2011), apesar de poderem se comportar como ideologias de *concepção neutra*, que são aquelas concernentes às relações consensuais e que evocam a positividade das construções simbólicas e a igual chance de intervenção dos sujeitos. Essa é uma noção que se assemelha à abordagem social de Moscovici (2015b) e à cultural de Geertz (2015). Nos termos de Thompson (2011, p. 80), em seu posicionamento crítico:

> Podemos falar de "dominação" quando relações estabelecidas de poder são "sistematicamente assimétricas", isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

A origem da situação negativa e reificada nas relações de sentido está, pois, na realidade desigual dos contextos sociais e culturais, marcados pelo desnivelamento do poder. De acordo com Thompson (2011, p. 90), "as formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder", o que coloca a ideologia na base das operações sociais. Porém, como o próprio autor atesta, a ideologia e as relações de dominação se concretizam *apenas* quando constatada a cooperação dos sujeitos na instância da recepção e apropriação dessas formas simbólicas. Como refletido no começo, tal instância é capaz de desconsertar as prescrições vinculadas às estratégias de mediação centradas na pretensa hegemonia dos meios e da emissão (Capurro, 2003; 2014; Ferrara, 2015).

Inseridas em cenários de diferenciação e exclusão, as práticas que visam intervir, desafiar ou transformar o regime das desigualdades são identificadas pelo autor como "*formas simbólicas contestatórias* ou, mais especificamente, como *formas incipientes da crítica da ideologia*" (Thompson, 2011, p. 91, destaques do autor). Isso porque, ao mobilizarem uma atitude que busque "esvaziar qualquer força que as expressões ideológicas possam ter em circunstâncias particulares" (Thompson, 2011, p. 91), os sujeitos inseridos em situações de

dominação não constituem por si o poder de consolidar um novo tipo de ideologia, mas uma "versão incipiente de uma forma de crítica" (Thompson, 2011, p. 91). Organizados socialmente, porém, os indivíduos reforçam o potencial significante de suas apropriações, demarcando modos representacionais de resistência e confronto não dissociados do estado de contingência espaço-temporal em que tais práticas sociais estão ancoradas.

Portanto, entendidas como formas simbólicas, a natureza ideológica das representações sociais pode inseri-las em situações de dominação, imprimindo uma relação negativa no ato de representar, que passa a ser visto como ação promotora de diferenças e exclusão. Cabe ressaltar que as noções de diferenciação e exclusão são complexas e que essas dizem respeito à dimensão dialética das representações sociais. Dessa maneira, como tratado a seguir, as dinâmicas de inclusão e exclusão se revelam como condições inerentes ao fenômeno das representações sociais, visto estarem inscritas em zonas de disputa e conflitos de poder, que promovem vínculos gregários tanto quanto podem marginalizar sujeitos em condições radicais.

2.1.3 Dialética do ato de representar: diferença e exclusão no vínculo social

Prescritoras de uma realidade que caminha por fluxos de convenções contínuas, formadas por práticas que propiciam saberes instituídos e naturalizados culturalmente, sabe-se que as representações sociais estão longe de serem neutras. Antes, inscritas em múltiplos contextos, dado o propósito de transformar o não familiar em familiar, as representações podem cooperar com assimetrias, tendo em vista a possibilidade de lidarem com a perpetuação de poderes que objetivam sujeitos e modos de vida. Se como promotoras de alteridade, as representações podem interferir em tramas que visam configurar o outro – democratizando acessos e conhecimentos e assumindo uma função libertária para quem experiencia relações de dominação –, a perspectiva crítica alerta que os processos de "colocação em alteridade" (Jodelet, 2005; 2015), por mais virtuosos que pareçam ser, não acontecem isentos de diferenciação e exclusão, ressaltando a natureza dialética das representações sociais, quanto ao estabelecimento de vínculos positivos e negativos para *e* entre os sujeitos.

Pela perspectiva psicossocial, Sawaia (2014b, p. 8) defende que a exclusão é um "processo sócio-histórico, que se configura pelos recalcamentos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações". Isso por ser experienciado o que a autora denomina como "dialética exclusão/inclusão" ou "inserção social perversa", tendo em vista que a "sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão" (Sawaia, 2014b, p. 8). Essa possibilidade acontece de forma multifacetada, pois envolve:

> [...] uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema (Sawaia, 2014b, p. 9).

Tal dialética participa dos contextos culturais assimétricos e do esquema ideológico das representações sociais, na possibilidade de produzir e disseminar ilusões e desigualdades. Com isso, relações de exclusão e inclusão são formadas, tendo em vista que o familiar provém de operações representacionais que, simultaneamente, agregam e segregam, sintetizando a heterogeneidade do mundo. Trata-se de uma dinâmica que "demonstra a capacidade de uma sociedade existir como um sistema", manifestando uma "aporia fundamental", conforme caracteriza Sawaia (2014c, p. 110), colada às práticas humanas e à sua constituição societal, que se faz paradoxalmente pelo agir e pelo padecer da ação representacional mobilizada – a mesma dialética encontrada nos gestos de informar e de ser informado.

Segundo a autora, na construção de uma identidade, as representações tanto permitem ir ao encontro da alteridade, estabelecendo o senso de pertencimento a um grupo que resguarde "a multiplicidade das individualidades" (Sawaia, 2014a, p. 122), como, em contrapartida, podem ser utilizadas como mecanismos de proteção comunitária, autorizando comportamentos discriminatórios e abusivos na finalidade de "enfrentar, no plano individual e/ou social, a indeterminação, a multiplicidade e o medo do estranho, da incomensurabilidade e da relativa essencialidade das coisas" (Sawaia, 2014a, p. 122). Sintoma da dinâmica exclusão e inclusão, a identidade é analisada pela autora como uma contradição formada pelos sentidos de "transformação/multiplicidade" e de "permanência/unicidade" (Sawaia, 2014a, p. 123). A circularidade entre ambos possibilita que a identidade exista como processo de "identificações em curso" (Sawaia, 2014a, p. 123), ou seja, como um fenômeno móvel de identificação e, ao mesmo tempo, como um exclusivo "modo de ser" (Sawaia, 2014a, p. 123).

Para Sawaia (2014a), a dialética exclusão e inclusão ordena o processo de identificação dos sujeitos, livrando-os das estratégias de poder que reverberam nos extremos da identidade de tipo volátil ou relativista, bem como na de tipo estanque ou estigmatizante. Como fenômeno classificatório e representacional, a identidade "esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço" (Sawaia, 2014a, p. 125). Em suma, trata-se de um processo intersubjetivo

em constante revisão, que migra do individual ao coletivo e vice-versa, deixando "de ser destino e consciência 'em si', para se tornar consciência 'para si' e para o outro, sem perder o sentimento de ser único e, assim, poder dispor de si para si" (Sawaia, 2014a, p. 128).

O efeito contraditório presente nos vínculos definidores dos *e* pelos sujeitos é contemplado também por Jodelet (2003), que explicita e tensiona o enlace das representações sociais com a cultura. Conforme trata, as representações se inserem naquilo que estabelece liga aos indivíduos, estruturando-se a partir do jeito social como eles pensam e interagem consigo e com o mundo, reforçando as constituições identitárias como representações compartilhadas. Para a autora, as representações sociais indicam que os sujeitos não são seres idealizados nem pensadores autossuficientes; antes, considera-os como complexos, propensos a equívocos e condicionamentos, da mesma forma como "o pensamento deve ser analisado como uma atividade pública dependente do acesso às estruturas simbólicas societais" (Jodelet, 2003, p. 25). Tais estruturas são móveis, conduzindo e sendo conduzidas por coletividades intercambiantes, dotadas de pontos de convergência e divergência que interagem no horizonte das práticas culturais. Assim, as representações sociais se portam de maneira aparentemente ingênua, exercendo poder por aqueles que comungam delas em pensamentos e ações.

Sabe-se que a noção de sujeito na Teoria das Representações Sociais é densa, porque mescla dimensões cognitivas e sociais, fazendo com que a composição biológica e a inscrição cultural e ideológica coabitem em uma mesma identidade. Como propõe Jodelet (2009), o outro está internalizado no indivíduo, o que descarta a "visão solipsista no exame da parte subjetiva das representações sociais", que passam a responder por "um esquema tripartite" que relaciona "a gênese e as funções das representações sociais a três esferas (subjetiva, intersubjetiva e transubjetiva)" (Jodelet, 2009, p. 679). Ampliando o debate moscoviciano referente ao "lugar [social] reservado ao sujeito" (Jodelet, 2009, p. 680), a autora sinaliza como as representações se situam "no jogo da subjetividade" (Jodelet, 2009, p. 695), considerando que os sujeitos não são seres abstratos, mas pensadores encarnados, comunicantes e contextuais, que desempenham diferentes papéis socais e atuam como agentes de inúmeras ações.

Em sua revisão sobre o conceito de sujeito nas várias disciplinas e estágios das Ciências Sociais e Humanas, Jodelet (2009, p. 704) correlaciona que esse "aparece sob diferentes figuras", que são tipos de ancoragens e objetivações produzidas em cada época, a saber:

> [...] a de uma ilusão ou de uma enganadora transparência; a de uma objetivação em subjetividades historicamente constituídas; a de um poder reflexivo de resistência ou de vigilância; a de uma liberdade que reivindica seus direitos, suas referências identitárias, sua responsabilidade; a de um desafio nos combates simbólicos e políticos.

Tem-se aqui uma noção complexa de sujeito que vai ao encontro da transversalidade das representações sociais e do conceito de informação considerado nesta tese. No que se refere ao fenômeno da alteridade, a autora reafirma essa complexidade e completa: "Encarnação da diversidade humana, o outro é plural" (Jodelet, 2005, p. 23, tradução livre)[12]. Nessa sentença, estão contidas as premissas do sujeito pensante, participante das dinâmicas cultuais e de poder, assim como o caráter relacional e dialético das representações e da informação. Referindo-se ao vínculo social, o outro se inscreve nas definições do sujeito. Ao mesmo tempo, "como produto de um processo psicossocial de *colocação em alteridade*", o outro "suporta gradações que vão desde o reconhecimento de uma proximidade e de uma semelhança até ao posicionamento numa exterioridade radical, da interdependência ou intersubjetividade à estranheza absoluta" (Jodelet, 2005, p. 23-24, destaque da autora, tradução livre)[13].

Isso retoma a problemática refletida por Sawaia (2014a) nas inclusões e exclusões que delimitam identidades e coletividades, na forma como os sujeitos se agregam em torno de algo comum, valorizando o outro como semelhante, mas também nas práticas discriminatórias que, em grau elevado, mostram-se racistas, dolosas e judicialmente criminosas. Nesse caso, o outro, indivíduo ou grupo, não apenas é diferenciado, mas repelido e execrado. Com isso, segundo Jodelet (2005), no âmbito das representações sociais, notadamente nos estudos de alteridade e identidade, tem-se que a noção do outro e a do sujeito correspondem a figurações socialmente estabelecidas e compartilhadas. Essas figuras são fruto de objetivações ou, no dizer da autora, de encarnações ancoradas no plano social, que são atribuídas, aceitas ou contestadas, acarretando efeitos e consequências na trama subjetiva e social.

Nesses termos, "o objeto 'alteridade' [...] situa-se imediatamente no nível do laço social: [...] uma propriedade que se desenvolve dentro de uma relação social e em torno de uma diferença" (Jodelet, 2005, p. 26, tradução livre)[14] mobilizada como "o produto de um duplo processo de construção e exclusão social que, indissoluvelmente ligados como as duas faces de um mesmo tecido, são mantidos juntos por um sistema de representações" (Jodelet, 2005, p. 27, tradução livre)[15]. Como sublinha a autora, no jogo classificatório dos sujeitos, o outro é

[12] "Incarnation de la diversité humaine, l'autre est pluriel".

[13] "comme le produit d'un processus psychosocial de *mise en altérité* [...] supporte des gradations allant de la reconnaissance d'une proximité et d'une similitude au positionnement dans une extériorité radicale, de l'interdépendance ou l'intersubjectivité à l'étrangeté absolue".

[14] "l'objet « altérité » [...] se trouve d'emblée situé au plan du lien social : [...] c'est une propriété qui s'élabore au sein d'une relation sociale, et autour d'une différence".

[15] "le produit d'un double processus de construction et d'exclusion sociale qui, indissolublement liées comme les deux faces d'une même feuille, tiennent ensemble par un système de représentations".

dimensionado e redimensionado, representado como alguém próximo ("*autrui*", "*le prochain*") ou como um estrangeiro ("*autre*", "*l'alter*"), a depender da situação, estando cada representação implicada em consequências psíquicas e sociais diversas quanto aos processos de inclusão e exclusão ou de identificação e diferenciação. Como citado há pouco, esse processo pode desembocar em uma forma radical de alteridade que, nas palavras da autora, "encontra no racismo a sua expressão ideal-típica e extrema" (Jodelet, 2005, p. 39, tradução livre)[16].

Paradoxalmente, segundo a autora, esse modelo radical de alteridade abrange dois agrupamentos: no primeiro, encontram-se os sujeitos mobilizadores das representações sociais, que se reúnem em uma "'comunidade de racistas', entre os quais existem laços de imitação" (Jodelet, 2005, p. 40, tradução livre)[17]; no segundo, o grupo das vítimas do racismo que, sob efeito reverso e em constrangimento, acabam formando uma comunidade própria. Por meio desse exemplo, vê-se como a alteridade pode provocar uma inclusão ilusória, estabelecendo e sustentando laços de dominação, como apregoa Thompson (2011) para as formas simbólicas de caráter ideológico. Segundo Jodelet (2005), as relações radicais acontecem sempre que a representação do outro se dá por processos de diferenciação acionados e legitimados como mecanismo de defesa de uma identidade coletiva, no caso, a dos racistas. Nessas, o outro não somente é objetivado, mas sistematicamente oprimido, explorado e subalternizado.

Nas estratégias excludentes medidas pelas classificações sociais, são considerados ainda dois fatores vistos como gérmenes do processo identitário, por estarem ligados às descrições e aos juízos atribuídos aos *e* pelos sujeitos: os preconceitos e os estereótipos (Jodelet, 2014). O preconceito é definido por Jodelet (2014, p. 61) como uma atitude de "julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio a propósito de uma pessoa ou de uma coisa e que, assim, compreende vieses e esferas específicas". Enquanto isso, o estereótipo resulta de "processos de simplificação próprios ao pensamento do senso comum", como um tipo de "economia cognitiva e [...] uma função do conhecimento" cujos efeitos "caracterizam os membros de um determinado grupo ou de uma categoria social dada" (Jodelet, 2014, p. 61).

Na categorização de sujeitos, imputa-se a eles uma característica que funciona como "uma classe definida pela divisão desta característica" (Jodelet, 2014, p. 62), configurando uma imagem ao sujeito que sugere um modo de pensar sobre ele e de interagir com ele congruentes à classificação atribuída. Com isso, "a categoria segmenta o meio social em classes cujos membros são considerados como equivalentes em razão de características, ações e intenções

[16] "trouve son expression idéal-typique et extrême dans le racisme".

[17] "« communauté de racistes » entre lesquels existent des liens d'imitation".

comuns" (Jodelet, 2014, p. 62). Nessa situação, tanto a complexidade de mundo fica simplificada pelo esquema designado, como a "acentuação de semelhanças no interior de uma categoria e de suas diferenças com uma outra" passam a "ter consequências dramáticas no plano da percepção e dos comportamentos, dando lugar a discriminações", que seguem acompanhadas "de vieses favoráveis ao grupo do qual somos membros, com uma tendência a desfavorecer os grupos dos quais nos distinguimos" (Jodelet, 2014, p. 62-63). Portanto, processada como artimanha de exclusão, a categorização conduz ao sentido da alteridade ilusória ou radical, pois os sujeitos são classificados de modo discriminatório.

Os processos de alteridade e identidade afetam não apenas sujeitos, mas se estendem ao lugar em que eles vivem, produzindo *representações socioespaciais* (Jodelet, 2013). Essas representações assumem forma de memória social, pois resultam de relações culturais estabelecidas e vivenciadas em um local sob determinado período histórico. Por consequência, tais representações estão inscritas nas configurações físicas e organizacionais desse local, compondo uma cartografia acessível por via interpretativa, ancorada no contexto e sua história. Conforme Jodelet (2013), isso leva ao reconhecimento da identidade social de um lugar, em uma classificação que visa afirmar a memória em torno desse local como resultante:

> [...] por um lado, dos arranjos coletivos impostos pelos planos de urbanização que incidem sobre as formas de sociabilidade ou provocam apropriações particularizadas e plurais do espaço e, por outro lado, da intervenção de formações grupais (associações, ativistas etc.) que organizam a cidadania [do *e* no lugar]" (Jodelet, 2013, p. 6, tradução livre)[18].

Assim, estabelece-se um vínculo de proximidade e causalidade entre a materialidade do ambiente e as relações praticadas nele, em um movimento que circunscreve os significados do lugar aos sujeitos, bem como coloca os sujeitos na dependência das ordenações instituídas no lugar. "O espírito de uma época se torna o dos lugares onde ela implantou a sua ordem estética, funcional e social. Este espírito dos lugares vem da sua capacidade de perpetuar a atmosfera e a história de um tempo [...] perenidades felizes e sombrias", completa Jodelet (2013, p. 7, tradução livre)[19]. Na dialética socioespacial, existe uma dupla interferência firmada entre o local e os sujeitos, atrelando a dimensão física às relações simbólicas de cunho histórico-

[18] "d'une part, des aménagements collectifs imposés par les plans d'urbanisation qui ont un effet sur les formes de sociabilité ou provoquent des appropriations particularisées et plurielles de l'espace, et, d'autre part, de l'intervention des formations groupales (associatives, militantes, etc.) qui organisent la citoyenneté".

[19] "L'esprit d'un temps devient celui des lieux où il a déployé son ordre esthétique, fonctionnel et social. Cet esprit des lieux, vient de leur capacité à perpétuer l'atmosphère et l'histoire d'un temps [...] pérennités heureuses et sombres".

cultural, em que se inscrevem demarcações de poder, assim como de memórias e afetos. Isso porque tanto a constituição do local é socialmente modelada, como os sujeitos se reconhecem no espaço onde vivem, reforçando o seu pertencimento e a diferenciação do outro. Da mesma forma, os sujeitos manifestam orgulho, vergonha ou culpa sobre o lugar e seu passado a depender das memórias cultivadas que, conforme sejam, podem fomentar reparações históricas e sociais.

O problema da exclusão também é tratado por Guareschi (2014), que se utiliza do conceito de *relação*, entendido como "ordenação intrínseca de um ser em direção a outro", que permite que o sujeito se constitua "a partir dos milhões de relações que ele estabelece com todos os seres existentes" (Guareschi, 2014, p. 144). Além disso, diferente de Sawaia (2014a; 2014b) e Jodelet (2005; 2014), o autor se utiliza da perspectiva materialista-histórica situada nos meios de produção, afirmando que as relações humanas transitaram do modo de vida camponês para os modelos de dominação e exploração capitalistas, em que "algumas [pessoas] se tornaram 'donas', proprietárias [dos meios de produção]; [enquanto] outras passaram a oferecer a única coisa que possuíam [para subsistir]: o trabalho" (Guareschi, 2014, p. 144). Com as mudanças tecnológicas no mundo contemporâneo, as relações foram agravadas, fazendo com que as pessoas fossem "simplesmente *excluídas* do trabalho, excluídas da produção [...] [pelo] tipo de trabalho, e de emprego, que era central até agora (Guareschi, 2014, p. 146, destaque do autor).

Segundo o autor, as relações excludentes são, assim, sustentadas pela ideologia capitalista e individualista, manifesta por três eixos em que outros processos excludentes podem ser desencadeados: por intermédio de ações de competitividade instauradas no *e* pelo regime atual de produção; por meio da culpabilização que afeta sujeitos, responsabilizando-os por circunstâncias que ignoram fatores contextuais; e pela hierarquização do saber, que é o que mais interessa à presente pesquisa. Para Guareschi (2014), existe um movimento de ancoragem iluminista, ainda hegemônico na ciência, que concebe o conhecimento de forma purificada do popular e das práticas espontâneas do senso comum. Trata-se de um modelo intelectual elitista e excludente, posicionado contra uma suposta desvalorização ou deformação do conhecimento.

Na contramão dos estudos de Moscovici (2015b), que valorizam os saberes ordinários como fruto do cotidiano complexo e significante, o discurso discriminatório imposto contra saberes e sujeitos comuns, segundo Guareschi (2014), intenta sobrepujar práticas divergentes do modelo capitalista. Isso promove a segmentação social, abrindo espaço para a circulação de preconceitos, estereótipos e demais representações negativas. Assim, em sua visão, enquanto for legitimada a exclusão dos saberes pejorativamente definidos como *vulgares*, "dificilmente poder-se-á falar numa sociedade verdadeiramente democrática e pluralista, tanto política como

cultural e economicamente" (Guareschi, 2014, p. 155). Como o conhecimento acontece pelas trocas humanas e suas materialidades informacionais, o privilégio dado a um tipo de saber resulta na subordinação de outros tipos e, consequentemente, das práticas e dos sujeitos aos quais os saberes estão ligados. Não à toa, Guareschi (2014) situa a relação de exclusão centrada no conhecimento hierarquizado como sustentáculo das demais formas de exclusão social.

Retomando a análise de Jodelet (2005) sobre a dialética da alteridade, a autora considera que a forma com que o outro pode ser conhecido resulta do modo como ele é classificado, pois "o outro é o suporte de uma série de construções, imputações, projeções e, assim, coloca o problema de seu conhecimento e de seu desconhecimento" (Jodelet, 2005, p. 43, tradução livre[20]). Isso chama a atenção para a questão enquadrada por Guareschi (2014), em que o ato de conhecer interage com o de excluir. No exemplo das representações radicais, Jodelet (2005) atenta ao fato de como a intelectualidade coopera com elaborações racistas. Nesse sentido, é possível inferir que o desconhecimento acerca do outro e o modelo que sustenta essa realidade mantêm a rubrica da dominação. Não obstante, acionado pela consciência socialmente crítica, o conhecimento capacita que os sujeitos superem a lógica da opressão, permitindo que relações inclusivas em torno do outro se sobreponham às excludentes e, com isso, que haja protagonismo necessário à contestação e à revisão de identidades e alteridades historicamente impostas.

A abordagem dos autores analisados neste tópico oferece possibilidades de pensamento sobre o fenômeno das representações sociais de modo crítico, colaborando com as investigações aplicadas aos cadernos especiais de O Povo e à comunidade rural, no que se refere às colocações em alteridade promovidas por esses universos e que se encontraram no espaço de interação e disputa dos sujeitos do campo com os materiais do jornal. Operações que, pela Teoria das Representações Sociais, são dialógicas, significantes, ideológicas, configurativas de mundos marcados pela dimensão do poder. Portanto, Moscovici (2015b) e seus pares oferecem meios compreensivos para que tais elaborações sejam analisadas, assim como os estudiosos da leitura o permitem fazer, assunto trabalhado na próxima seção.

2.2 Leitura como produção de sentidos

Na área dos estudos literários, uma mudança paradigmática foi conduzida por teóricos da Universidade de Constança, Alemanha, especialmente por Jauss (1979) e Iser (1979),

[20] "l'autre est le support d'une série de constructions, d'imputations, de projections et pose par là même le problème de sa connaissance et de sa méconnaissance".

servindo de base aos estudos de leitura que os sucederam. A partir da aula inaugural proferida por Jauss (1979) em 1967, esse estudioso passou a defender um método analítico pretensamente deslocado "do círculo fechado de estética da produção e da representação [de caráter formalista, centrado no universo do autor]" (Jauss, 1967 *apud* Lima, 1979, p. 11), a fim de valorizar as elaborações de sentido da recepção. No mesmo período, Iser (1979) sustentava a tese de que a interação texto-leitor acontece segundo a dinâmica das comunicações face a face, baseando-se na intersubjetividade como forma pela qual o leitor participa da hermenêutica do texto.

Segundo Lima (1979), apesar das proposições não serem totalmente homólogas – uma vez que Jauss (1979) estava interessado na recepção fruitiva da obra literária, ao passo que Iser (1979) se preocupava com os efeitos comunicacionais do texto e com um tipo de leitura que correspondesse aos requisitos cognitivos da interação –, ambos convergiam na ideia de priorizar a ação leitora nos estudos literários, caracterizando-a como um fenômeno produtor de sentidos, algo até então negligenciado na área. A finalidade de Jauss (1979) era revisar o modo imanentista como a literatura era abordada, em que o texto era considerado como uma estrutura anacrônica de sentido absoluto. Com isso, sua proposta visava aprofundar a análise textual pela abordagem histórica, transcendendo a literatura ao estágio de produção contextualizada cuja hermenêutica depende da experiência estética do leitor, isto é, de sua subjetividade.

Originária do campo filosófico das artes, a teoria estética de Jauss (1979) contempla três momentos interpretativos que se aproximam das relações de produção (*poiesis*), recepção (*aisthesis*) e comunicação (*katharsis*) de uma obra artística. O estudioso aplica esse raciocínio ao universo da literatura, relacionando a dimensão da recepção ao deleite, ao mesmo tempo, preceptivo e compreensivo pelo qual um texto é experienciado pelo leitor. Nessa perspectiva, o texto passa a ser entendido como representação humana que, ao ser apreciada, tem os efeitos redefinidos pelo sujeito da interação, manifestando a dimensão comunicacional a partir da relação estética capaz de rearranjar o *horizonte de expectativas* da obra, isto é, os indícios histórico-culturais codificados na estrutura textual pela ação do autor. Assim, o texto não mais poderia ser considerado como uma textualidade circunscrita a si mesma, reservada ao "lado produtivo da experiência estética [*poiesis*]" (Jauss, 1979, p. 44), mas como sistema dinâmico (*katharsis*), relacionado às múltiplas interpretações geradas nas configurações de sentido dos leitores (*aisthesis*). Para o teórico, tal dinamicidade superaria o problema da imanência, pois a hermenêutica da obra é remodelada no caminhar das leituras efetivadas.

Vistos como estruturas abertas, os textos estão, então, à mercê da subjetividade leitora e não mais restritos ao polo uníssono objetivado pelo autor e sua autoridade socialmente

instituída. Essa concepção forma a premissa do novo método analítico com o qual a *teoria da estética da recepção* se vincula. Pelas palavras de Jauss (1979, p. 46):

> A experiência estética não se inicia pela compreensão e interpretação do significado de uma obra; menos ainda, pela reconstrução da intenção de seu autor. A experiência primária de uma obra de arte realiza-se na sintonia com [...] seu efeito estético, i.e., na compreensão fruidora e na fruição compreensiva. [...] Disso resulta a dupla tarefa da hermenêutica literária: [...] de um lado aclarar o processo atual em que se concretizam o efeito e o significado do texto para o leitor contemporâneo e, de outro, reconstruir o processo histórico [ou o horizonte de expectativas] pelo qual o texto é sempre recebido e interpretado diferentemente, por leitores de tempos diversos.

Isso significa que, para Jauss (1979), a pretendida análise filológica deve mobilizar as esferas do texto e da recepção como instâncias que dialogam entre si, estando os efeitos do texto subordinados à ação leitora e seus subsídios contextuais. De acordo com Jauss (1979, p. 50), enquanto a leitura acontece como ação expansível graças à característica "mundivivencial" – social e dialética – dos sujeitos, o significado da obra está codificado na estrutura linguística que projeta à leitura um determinado horizonte "derivável do próprio texto". Diante disso, por considerar a dimensão interativa da práxis estética, Jauss (1979) estabeleceu que a ação comunicacional deve ser fruto das operações da recepção, possibilitando superar a pragmática instrumental e diferenciando a sua abordagem dos estudos positivistas. Conforme Jauss (1979, p. 54), a análise hermenêutica deve conceder primazia à condição histórica que interfere e condiciona a experiência leitora, permitindo pensar "a literatura como comunicação", posto serem, a literatura e a leitura, fenômenos humanos densamente interativos.

Quanto a Iser (1979), esse teórico compreende a interação texto-leitor como algo resultante de operações assimétricas mobilizadas entre as instâncias textuais e leitoras. Partindo de referenciais psicológicos sobre a percepção e o comportamento humano, o autor toma como modelo a maneira como os sujeitos se comunicam e buscam preencher as indeterminações cognitivamente estabelecidas entre si nas conversações. Para Iser (1979), princípio semelhante acontece na leitura, pois o texto, notadamente o literário, está formado por vazios estruturais que tanto determinam a maneira como o sujeito interage pela leitura, como indeterminam se a ação leitora está articulada de forma suficientemente apta ao preenchimento das lacunas e ao equilíbrio da relação. Em linhas gerais, segundo Iser (1979), a interação com o texto implica no modo como a estrutura textual incide impacto no leitor e vice-versa: na maneira como o sujeito infere sentidos ao texto, dialogando com a estrutura e reelaborando seus efeitos.

Nas palavras de Iser (1979, p. 87), apesar do texto não poder "sintonizar, ao contrário do parceiro na relação diádica, com o leitor concreto que o apanha", sua limitação se dá como:

> [...] traço decisivo para caracterizar-se a relação texto-leitor e oferece, neste ponto, um elo decisivo com a interação diádica, que autoriza tomar-se a relação texto-leitor como uma forma de interação. Pois a relação interativa do mundo social deriva da contingência dos planos de conduta, i.e., da impossibilidade de experimentar-se a experiência alheia [...]. Do mesmo modo, são os vazios, a assimetria fundamental entre texto e leitor, que originam a comunicação no processo da leitura. Aqui como ali, esta carência nos joga para fora, ou seja, a indeterminabilidade, ancorada na assimetria do texto com o leitor, partilha com a contingência [...] da função de ser constituinte da comunicação. [...] O equilíbrio só pode ser alcançado pelo preenchimento do vazio [...]. Assim o texto constantemente provoca uma multiplicidade de representações do leitor, através da qual a assimetria começa a dar lugar ao campo comum de uma situação (Iser, 1979, p. 88).

Desse modo, para que a interação se consolide, o teórico ressalta que as projeções devem ser mútuas. Como instância prescritora do "horizonte de referência da situação" (Iser, 1979, p. 89), o texto deve forçar que o leitor revisite representações habituais; enquanto isso, o sujeito deve transitar satisfatoriamente por tal condição, superando projeções habituais e introduzindo "múltiplas possibilidades de comunicação [com o texto]" (Iser, 1979, p. 89). É nesse âmbito que a leitura se processa como ação interagente, regulada por "complexos de controle [presentes no texto]" (Iser, 1979, p. 89), cabendo ao leitor gerar sentidos que contestem "o significado de estruturas de sentido anteriores", possibilitando "a alteração de experiências passadas" (Iser, 1979, p. 89). Ou seja, ante as determinações e indeterminações provocadas pelo desequilíbrio estrutural, o leitor revela a destreza de combinar informações que confrontem a mediação do texto, constituindo uma compreensão caracterizada como *comutação* ou *competência* fixada nesse jogo de interação "que segue as condições postas pelo texto" (Iser, 1979, p. 91) e que, ao mesmo tempo, permite a superação dos vazios e a emancipação do sujeito em sua leitura.

Sintetizada aqui, a proposta de Iser (1979) leva, pois, à concepção de um tipo de leitor hábil para interagir com as prescrições codificadas na estrutura semântica, dialogando com a lógica da malha textual inscrita por um autor. Trata-se da figura do *leitor implícito*, definido como entidade que "personifica o conjunto das *pré-orientações* que um texto de ficção oferece, como condição de recepção, aos seus possíveis leitores", ao que o teórico completa: "A concepção do leitor implícito circunscreve, portanto, o *processo de transferência* pela qual as estruturas textuais se *traduzem* para o campo de experiências do leitor, através da atividade ideacional" (Iser, 1976 *apud* Gumbrecht, 2002, p. 994, destaques do autor). Seria, então, um nível ideal de leitura a ser perseguido e conquistado pelo leitor comum.

Com isso, mesmo percursor de uma nova epistemologia para as pesquisas sobre leitura, o conceito de *leitor implícito* de Iser (1979) acaba aludindo à competência leitora vista como

grau de erudição, distanciando-se da realidade cotidiana que interessa a esta pesquisa de tese. Essa suposta limitação da teoria, compreendida aqui como sintoma de uma época em que as ciências humanas e sociais permaneciam influenciadas pelo conceito civilizatório europeu de ordenação e hierarquização de práticas e saberes (Elias, 1996), ao mesmo tempo que possui o mérito de unir a abordagem hermenêutica de fundo histórico-social aos estudos de recepção, colocando as mídias, como o texto literário e o jornal, de forma suscetível às intervenções leitoras, revela uma provável fragilidade ou "calcanhar de Aquiles", como consideram Lima (1979) e Dumont (2020), ao sustentar o domínio racionalista sobre as operações de sentido e, com isso, a maneira mentalista, abstrata e individual de intervir nos textos.

Assim, em prática, o leitor implícito existiria se considerado que quem entra em cena junto ao texto não é o sujeito comum, mas o proficiente capaz de realizar a análise textual pretendida, ainda que os demais modos de ler e suas interpretações não estejam descartadas. Em vista disso, e considerando os objetivos da tese, opta-se pelos estudos da materialidade dos textos e das práticas leitoras, assim como da apropriação, conduzidos por Chartier (1991; 1996; 1999; 2001; 2003) em seu viés cultural que, tal como os teóricos das representações sociais, respeita os movimentos sociais e ideológicos como dinâmicas inerentes às construções simbólicas. Isso não quer dizer que as propostas de Iser (1979), acerca da interação texto-leitor, e de Jauss (1979), sobre a fruição estética nas dilatações do horizonte hermenêutico do texto, sejam aqui desprezadas, mas complementadas pelo viés de Chartier (1991; 1996; 1999; 2001; 2003) e dos outros pensadores cujas propostas estão sintetizadas na próxima seção.

2.2.1 Leitura como prática cultural

Defende-se neste tópico a ideia de leitura como uma prática cultural produtora de sentidos. Nessa feita, a leitura não acontece deslocada dos contextos sociais, antes, localiza-se no meio desses, no dia a dia desses, interagindo com as ordenações pelas quais os contextos se estruturam e significam. Para embasar esse raciocínio, revela-se imprescindível o conceito semiótico de cultura (Geertz, 2015), acrescido da noção estrutural desenvolvida por Thompson (2011), algo comentado no preâmbulo deste capítulo e que convém ser recuperado agora. Isso porque, ao longo do tempo, o termo *cultura* adquiriu uma polissemia que poderá confundir a presente proposta, levando-a para um caminho que deve ser evitado, que é o desse fenômeno pensado como produto de uma elite intelectual e como mantenedor de hierarquias sociais.

Interpretada sob o prisma da cultura como produção de sentidos, isto é, como um tear significante e representacional, dialógico e dialético, a leitura se manifestará de maneira plural e ancorada no cotidiano com que os sujeitos elaboram e reelaboram a realidade,

independentemente desses sujeitos serem classificados como leitores eruditos ou comuns. Em vista disso, convém dedicar algumas linhas para elucidar um pouco mais sobre a questão de como a cultura pode ser compreendida como fenômeno simbólico e estrutural para, em seguida, tratar da leitura como produção de sentidos sustentada nessa base antropológica.

2.2.1.1 Cultura, matriz de sentidos

No âmbito dos estudos antropológicos, a ideia de que o ser humano age como um "animal simbolizante" (Geertz, 2015, p. 102) é recente, tendo em vista que, conforme Bauman (2012), datam do século XVIII os primeiros movimentos em torno de estabelecer um conceito de cultura. Nesse período, identificado como sendo um "divisor de águas filosófico" (Bauman, 2012, p. 12), a compreensão acerca do que representa a humanidade e o mundo desprendeu-se, paulatinamente, do plano imanentista para considerar a esfera da temporalidade e da mobilidade históricas. A Modernidade propiciou tal acontecimento na medida em que as representações humanas não mais eram designadas pela concepção invariável do divino, marca da Idade Média, mas pela dinâmica da cena moderna, que atribuía às suas representações uma atmosfera desenvolvimentista centrada na "liberdade de autodeterminação" (Bauman, 2012, p. 15), ou seja, no protagonismo humano e nas formas coletivas de ordenar individualidades.

Diante disso, a ideia primária de cultura esteve relacionada ao princípio da "regulação normativa" (Bauman, 2012, p. 16), uma espécie de cultivo de padrões morais e intelectuais, cuja lógica provinha, segundo Eagleton (2011), das práticas agrícolas. Nessa perspectiva, o ser humano era visto como alguém detentor de um saber iluminado, cultivado por ele. Elias (1996) trata desse princípio normativo de cultura na tese sobre o processo civilizador do Ocidente. Para o autor, o mundo moderno aconteceu pelas ordenações dos hábitos e das condutas, reprimindo subjetividades em prol de um modelo de racionalidade prescrito por elites europeias, que coibia impulsos biológicos e formas de organização e interação consideradas impróprias à civilidade. Na época, esse princípio demandou a produção e a leitura de manuais que instruíram a classe burguesa recém-criada sobre as maneiras ditas *corretas* de se portar nos círculos considerados *nobres*. Assim, a sociedade ocidental foi hegemonicamente regulada por um padrão idealizado de comportamento, uma economia afetiva que rechaçava a vida considerada simples e tolhia a liberdade das expressões humanas, classificadas como *kultur* (Elias, 1996), noção que se contrapõe ao de *cultura como civilização* ou *regulação*.

De acordo com Elias (1996), o regime da civilidade permitiu a estabilidade necessária ao relativo sucesso da Modernidade, expandindo modos de vida predominantemente urbanos e letrados, bem como fatores morais e intelectuais tidos como absolutos. Trata-se do modelo

cultural adotado no processo civilizador, em rota do suposto progresso social, um "instrumento de autorreprodução monótona das formas de vida", segundo Bauman (2012, p. 40), "resistente à mudança, a menos que empurrada ou puxada por forças externas". Apesar desse poder conformador, a cultura ordinária não se encapsulava no empreendimento moderno, o que fez com que, no trajeto histórico-conceitual, essa passasse a ser representada também como um signo de *mudança*, em outras palavras, como "matriz de permutações possíveis, um conjunto jamais implementado de modo definitivo e sempre inconcluso" (Bauman, 2012, p. 43).

Nessa corrente, a ideia de cultura passou a englobar qualquer ação ordenadora de sentidos, incluindo o extremo das estratégias civilizatórias, configurando-se como um fenômeno humano ancorado em práticas sociais que convencionam e são convencionadas por tramas de significados. Segundo Eagleton (2011, p. 36), trata-se da cultura caracterizada como "modo de vida", capaz de conferir "cor e textura à abstração iluminista da cultura como civilização", quer dizer, ao conceito etnocêntrico e dogmático da regulação normativa. A nova abordagem permitiu que fossem estabelecidos diálogos nos lugares onde antes eram enfatizadas as relações de distanciamento e ruptura conduzidas pelo ideal civilizatório. Assim, afora a repressão e a exclusão promovidas pela implantação do projeto moderno, a cultura pode ser entendida como algo experienciado socialmente, uma condição essencial à existência humana.

Para Geertz (2015, p. 10), a cultura conceituada nesses termos implica no "alargamento do universo do discurso humano". É por meio de seu tear representacional que as ações humanas produzem e disseminam sentidos, informações, conhecimentos, subsidiando a noção de leitura considerada aqui, assim como a dos fenômenos *informação* e *representação social*. Essa cultura de viés semiótico é compreendida como plural e dinâmica, porque se encontra vinculada aos "dilemas existenciais da vida" (Geertz, 2015, p. 21) e não separada desses. Conforme Geertz (2015), na experiência social, o sujeito cria os simbolismos culturais e deles se torna dependente para ordenar o cotidiano. Isso porque a cultura não significa somente "um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade" (Geertz, 2015, p. 33). Por causa disso, é inviável conceber qualquer realidade, pensamento ou ação que não seja perpassado por construções culturais, uma vez que, no entender do antropólogo, existe um vazio nos sujeitos preenchível apenas "com a informação (ou desinformação) fornecida pela nossa cultura" (Geertz, 2015, p. 36).

Como complementa Eagleton (2011, p. 143): "A cultura é o 'suplemento' que tampa um buraco no cerne de nossa natureza e nossas necessidades materiais são então remodeladas em seus termos". Dessa forma, enquanto modo de vida, a cultura "pertence às pessoas comuns" (Eagleton, 2011, p. 167), não correspondendo apenas àquilo "de que vivemos", mas

constituindo também e largamente “aquilo para o que vivemos” (Eagleton, 2011, p. 184), reforçando o pensamento de Geertz (2015) acerca da profunda dependência humana em relação à cultura e aos seus artifícios ordenadores e simbolizantes. Justificadas por essa questão é que a escrita e a leitura podem ser caracterizadas nesta pesquisa como práticas culturais, não na perspectiva da erudição, isto é, do sujeito emérito, idealizado, mas por serem ações cotidianas, inseridas em contextos dinâmicos dos quais retiram a base e os encaminhamentos necessários para se estruturarem como formas materiais e, ao mesmo tempo, simbólicas, reconhecidas e habilitadas para a produção de sentidos e para a mediação de conhecimentos.

Se pode ser classificada como prática cultural pela concepção de Geertz (2015), a leitura está à mercê da transitoriedade humana, afastando-se da imanência, porque sua ação e seus efeitos não poderão ser entendidos como anacrônicos e invariáveis, mas no devir de serem confirmados ou contestados, inscritos ou reelaborados, disseminados ou esquecidos por meio de uma fruição cuja estética acontece comprometida com intencionalidades temporais, fadadas ao rumo incerto dos contextos e, ao mesmo tempo, condicionadas socialmente. A leitura pode ser compreendida de forma dialética, produzindo efeitos transitórios, porque é da cultura de matriz semiótica o inventar e o reinventar, assim como o de ser inventado e reinventado, em uma semiose sem fim. Se fosse plenamente durável, a leitura estaria enrijecida por um padrão lógico, antes, sedimenta-se seguindo o fluxo pelo qual a cultura acontece de maneira pública e múltipla de referências significantes. É por isso que seus sentidos são fixados para depois serem desprendidos, perdem o norte para se ancorarem em outros portos, sempre de maneira provisória, o que garante às práticas de leitura e aos sujeitos que leem o estado antropológico e contingente da complexidade, à guisa de modos de vida plurais com suas semioses infinitas.

Segundo Wagner (2020), o ato de inventar é uma realização cultural que opera no trâmite dos contextos formados por convenções criadas e disseminadas em diferentes instâncias sociais. Inventa-se pela cultura, não na perspectiva do ineditismo, inato e desencarnado, mas a partir de condições prévias que possibilitaram a invenção acontecer e gerar impactos. As significações, como representações culturalmente inventadas, surgem das “maneiras pelas quais criamos e experienciamos contextos” (Wagner, 2020, p. 70). Portanto, os contextos são aqui tomados como parâmetro para as definições simbólicas, construídas pelo mesmo fundamento com o qual as familiaridades são estabelecidas no processo representacional. Nesse ínterim, as convenções são mobilizadas, de modo consciente ou não, para estabelecer conexões com o que se apresenta culturalmente estranho, deslocado das fronteiras habituais do sentido.

Com isso, percebe-se dinamismo na regência entre cultura e contextos, estando ambos engrenados nas operações de sentido, de maneira que, pelas palavras de Wagner (2020, p. 71):

"Não há limites perceptíveis para a quantidade e a extensão dos contextos que podem existir em uma dada cultura", assim como "não existem significados 'primários' [evidentes por si só]" (Wagner, 2020, p. 72). Os sujeitos e suas práticas, como as de leitura, estão em processos de construção e desconstrução, ordem e desordem, a depender das relações ancoradas e objetivadas pela "base relacional *coletiva*" (Wagner, 2020, p. 74, destaque do autor) que sustenta a ideia semiótica de cultura, "uma base que pode ser atualizada explícita ou implicitamente por meio de uma infinita variedade de expressões possíveis" (Wagner, 2020, p. 74).

Por isso, revela-se importante pensar no diálogo entre leitura e cultura como produção de sentido, porque objetiva a leitura como ação mediacional e representacional que se vale dos mecanismos contextuais para atribuir significados aos textos, mesmo quando a cultura é entendida de maneira *estruturada*. Essa conceituação elaborada por Thompson (2011) defende que as formas simbólicas acontecem atreladas às circunstâncias e disparidades do meio social, que incidem no modo como os sentidos são produzidos e compartilhados pelos sujeitos. Em seu conceito de cultura, Thompson (2011) submete a abordagem antropológica de Geertz (2015) à perspectiva sociológica do poder, vinculando as formas simbólicas às relações de força implícita e explicitamente atuantes nos diferentes contextos. Isso expõe a dimensão ideológica das relações de sentido como intersubjetividades que podem estar voltadas para o exercício e a manutenção de alguma relação dominante, conforme analisado nas representações sociais.

"A concepção estrutural da cultura é tanto uma alternativa à concepção simbólica [de Geertz (2015)], como uma modificação dela, isto é, uma maneira de modificar a concepção simbólica, levando em conta os contextos e processos socialmente estruturados", afirma Thompson (2011, p. 182). Ao considerar as estratégias sociais de poder inseridas nos processos constitutivos e interpretativos da cultura, o autor realça a não isenção das práticas de sentido, tendo em vista que o poder é compreendido pelo autor como "a capacidade de [um sujeito] agir na busca de seus próprios objetivos e interesses" (Thompson, 2011, p. 199), sendo a relação de dominação aquela em que o poder está concentrado nas mãos de alguns, que passam a controlar, manipular, inibir ou excluir as práticas e elaborações simbólicas de outros sujeitos. Além disso, a despeito das formas simbólicas estarem atreladas ou não às relações de dominação, visto o próprio autor estabelecer essa possibilidade, o conceito de Thompson (2011) fortalece o caráter material das operações de sentido, localizando-as como encarnação de intenções, convenções, estruturas, referências e contextos sociais inseridos em processos de disputa.

Por consequência, isso mostra como as práticas e os efeitos da recepção ou da leitura não acontecem como "um processo passivo de assimilação; ao contrário, [...] [manifestam-se como] um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas

simbólicas é ativamente constituído e reconstituído" (Thompson, 2011, p. 201). Desse modo, apesar do risco de reprodução das estratégias representacionais de dominação, os simbolismos configurados pelo ato de ler se revelam ancorados à gramática complexa dos modos de vida, inscrevendo-se em uma coletânea pública de ordenações factíveis e, ao mesmo tempo, maleáveis, negociáveis e atualizáveis, a funcionar como que alinhavados, isto é, urdidos, porém sob a constante ameaça de serem desatados e reatados em outras tramas, em outros contextos sociais e culturais, tal como consideram os teóricos contemplados na próxima seção.

2.2.1.2 Leitura e cultura: materialidade e apropriação

A relação entre leitura e cultura é densa. Freire (1983) correlaciona ambos os fenômenos, compreendendo que a leitura do texto verbal é precedida pela leitura cultural do mundo, quer dizer, pelas apreensões objetivadas por um sujeito no âmbito de seus modos de vida. Dessa maneira, a leitura se manifesta como um prolongamento das experiências humanas interagentes, memorialísticas, sociais. Inscrita nesse universo, a ação leitora está carregada por "uma certa forma de 'escrevê-lo' ou de 'reescrevê-lo' [o mundo], quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente [que caracteriza o ato de ler]" (Freire, 1983, p. 22).

Ora, essa forma de interferir no mundo é jamais neutra, mas essencialmente cultural. Perpassa domínios mentais e se materializa como uma representação social estruturada para produzir efeitos, para informar aquilo que se deseja fazer com o mundo, assim como receber do mundo o que, socialmente, pode ser impresso nos sujeitos: as ordenações e as informações negociadas e apropriadas para preencher e dar sentido à existência humana. Por tudo isso, na proposta de Freire (1983), a leitura se enreda à cultura, tomando proveito dela para significar. Não à toa, o autor defende que "as palavras do Povo [são] grávidas de mundo" (Freire, 1983, p. 23), isto é, são formas simbólicas ancoradas e objetivadas em modos de vida, permitindo, por via da leitura – associada aos processos de educação compreendida como ação libertária e contra-hegemônica –, contribuir com a formação crítica e com o protagonismo dos sujeitos.

O espaço das ações culturais e seu enlace com a leitura também é considerado por Ricoeur (2010). Segundo esse autor, as narrativas textuais estão atreladas a uma narrativa maior, formada pelo contexto das práticas culturais, configurativas e mediacionais. Esse mundo mais amplo é considerado por Ricoeur (2010) como humano, intencional e dinâmico, pois está sistematizado por tessituras de temporalidade e intriga – historicidade e dialética – instituídas como fenômenos que subsidiam e prefiguram narrativas textuais. Diante disso, para o filósofo, o texto narrativo é uma forma complexa, concebida como *mímesis* II ou *mundo configurado*, que sintetiza e medeia o universo das práticas cotidianas, impregnadas por conflitos,

temporalidades e sentidos, chamado *mímesis* I ou *mundo prefigurado*, direcionando-o para a dimensão constituída pelo sujeito em sua leitura, a *mímesis* III ou *mundo refigurado* que, semelhante à *mímesis* II, não se abstém das influências do universo social e cultural da *mímesis* I, mas acontece coabitada por essas, conforme sejam as tramas contextuais do leitor.

Partindo das teorias de Iser (1979) e Jauss (1979), Ricoeur (2010) estabelece o circuito hermenêutico em torno da experiência representacional com que a leitura intervém na "literariedade da obra literária" (Ricoeur, 2010, p. 94), instituída pela configuração do fazer narrativo. Assim, o leitor atua como "o operador por excelência" (Ricoeur, 2010, p. 95) do processo das *mímesis*, de maneira ancorada no mundo das ações práticas, que é a base de sua subjetividade. Nesse mundo, o "agir é sempre agir 'com' outros" (Ricoeur, 2010, p. 98), quer dizer, existe socialmente, contemplando as operações dialéticas da interação e da alteridade. Pela análise de Ricoeur (2010), o leitor não somente coopera com a trama textual, mas vai além: refigura a semântica, interpretando os códigos de forma contextualizada, alterando o significado original do texto e compondo uma nova narrativa, expressa no plano de sua ação.

É por isso que, de acordo com Ricoeur (2010, p. 131): "Acompanhar uma história é atualizá-la em leitura"; sendo a leitura entendida como "o último vetor da refiguração do mundo da ação sob o signo da intriga" (Ricoeur, 2010, p. 132). Isso significa que a leitura opera de modo indissociável ao mundo das ações práticas ou cotidianas e, como participante desse universo, o leitor manifesta o protagonismo de não apenas reiniciar todo o circuito mimético, mas de estabelecê-lo a partir de seu ponto de vista, desarticulando a "circularidade viciosa" (Ricoeur, 2010, p. 124) com a qual os textos sintetizam a heterogeneidade humana para promover, por meio da ação ordinária e fruitiva de sua leitura, uma elipse virtuosa, orgânica e significante em que, como teoriza Ricoeur (2010, p. 130, destaque do autor), "o círculo hermenêutico da narrativa e do tempo não cessa de renascer do círculo formado pelos estágios da *mímesis*". Assim, na perspectiva de Ricoeur (2010), a leitura é uma ação criativa, socialmente representacional e emancipatória.

Outros autores a colaborar com essa reflexão são Chartier (1991; 1996; 1999; 2001; 2003) e Certeau (2014). O primeiro situa a leitura como um fenômeno cultural, que possibilita a produção de sentidos de modo negociado entre dois fatores: a materialidade do texto e as condições sócio-históricas ou de alteridade do leitor. A materialidade não se restringe ao aspecto físico dos suportes, abrangendo a dimensão simbólica culturalmente associada aos artefatos, incluindo os dispositivos digitais, que medeiam significados, afetando a leitura. Para Chartier, Santos e Dumont (2022, p. 47), "essa materialidade desempenha um papel essencial na relação tanto corporal como intelectual do leitor com os textos que está lendo" – uma ação

instituída nos primórdios dos registros e sofisticada mediante as diferentes tecnologias e processos desenvolvidos desde então, que geraram as múltiplas formas de escrever, editar e ler conhecidas e contribuíram com as maneiras de discernir essas práticas no decurso do tempo.

"Todos estes elementos materiais, corporais ou físicos [representados no texto]", afirma Chartier (2001, p. 30), "pertencem ao processo de produção de sentido", o que faz com que a leitura seja processada como uma ação intersubjetiva, conduzida por representações localizadas contextualmente e objetivadas por interesses diversos. Assim, a interação por via da leitura não é classificada por esse autor como um fenômeno abstrato, mas encarnado, tanto quanto o texto também o é: uma estrutura material e simbólica, espacial e temporalmente delimitada, cuja materialidade manifesta natureza representacional inscrita em contextos sociais, demandada pela ação do escritor e, principalmente, pelas escolhas práticas do editor, que é quem projeta, tecnicamente, a configuração imagética do texto (Chartier, 1991; 1996; 2001).

A materialidade do texto, em que a aparência e os elementos gráficos cooperam com o verbal no objetivo de informar, possui lógica semelhante à da performance gestual do orador, que se utiliza do corpo, e não apenas da voz, para se expressar (Chartier, 2001). Assim, a operação que medeia sentidos na *e* pela materialidade está subsidiada pelas relações humanas, e seu intento, segundo Chartier (1996), não é legitimar nem priorizar um tipo ideal ou implícito de leitor (Iser, 1979), mas promover uma experiência implícita de *leitura*, que se valha dos desígnios editoriais da produção para constituir sentido, ou seja, das intervenções do editor na tipografia, no formato da obra, nas cores, nas imagens, enfim, nos componentes que oferecem forma à mensagem do texto. De acordo com Chartier (1991, p. 182):

> Contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda materialidade, é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. Daí a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão

Provocado pelas decisões editoriais, o modo implícito de ler – ou *leitura implícita* – é propiciado por competências específicas do leitor quanto à familiaridade em interagir com os grafismos da matéria textual, que são compreendidos por ordenações sociais (Chartier, 1996). Daí o fato de algumas composições receberem mais prestígio do que outras na história escrita, como acontecia pela hierarquia dos impressos herdada dos manuscritos, em que grandes infólios eram utilizados para ornamentar o gabinete das elites, enquanto livros de pequeno

formato eram destinados a leitores modestos (Chartier, 1999). “Os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos”, afirma Chartier (1991, p. 182), referindo-se ao processo editorial que objetiva e materializa as abstrações manuscritas pelos autores, mobilizando referências técnicas e estéticas que são de ordem cultural.

Nessa perspectiva, conclui Chartier (1996, p. 100): “Os dispositivos tipográficos têm, portanto, tanta importância, ou até mais, do que os ‘sinais’ textuais, pois são eles que dão suportes móveis às possíveis atualizações do texto”. Assim, ao estudar a materialidade, Chartier (1991; 1996; 1999; 2001) alarga os pressupostos de Jauss (1979) e de Iser (1979), vinculando a leitura aos processos materiais e mediacionais da cultura nos quais técnicas e estéticas se manifestam como objetivações ancoradas de sentido. O encontro do sujeito com sua leitura se evidencia, então, na dimensão material da relação, que o estimula e, ao mesmo tempo, recebe do sujeito novas significações e representações advindas da leitura. Nesse ciclo, o horizonte de expectativas do texto se esgarça, pois esse é multiplamente explorado e transcendido pelo leitor, que se projeta e interage com as facetas verbal e não verbal constituintes da matéria.

É o exemplo dos cadernos especiais de O Povo elencados ao estudo, produzidos como documentos voltados a informar com densidade. Para elaborá-los, a editoria se utilizava de designações imagéticas expressas nas fotografias, que ocupavam espaço privilegiado nos materiais, e nas tipografias, que davam corpo à escrita dos repórteres. O processo era conduzido pelo *modus operandi* jornalístico de viés aprofundado e interpretativo, embasado pela pesquisa de campo, em que se falava sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos de forma experimental, porém dentro desse escopo. Com isso, lugares e pessoas sertanejas eram apreendidas de sua realidade e traduzidas graficamente nas páginas dos cadernos, causando impactos na informação verbal, no leitorado, no veículo e sua equipe e nos sujeitos e cenários reportados.

Direcionada à ação leitora, a materialidade dos objetos informacionais remete, pois, a uma ordem que incide nos sujeitos, visando conformá-los. Nessa dinâmica, as condições sociais dos sujeitos demandam sentidos, permitindo sua não passividade. Para Chartier (2001, p. 32), a inserção social do sujeito diz respeito à sua “comunidade de leitura”, portadora de “normas, regras, convenções e códigos de leitura próprios” que ordenam a prática leitora. Assim, o vínculo da alteridade fornece ao sujeito o “modelo cultural” (Chartier, 2001, p. 22) necessário para que ele produza sentidos à *e* pela leitura, negociando com as provocações da materialidade. Se o “texto transmite em sua leitura [...] uma ordem, uma disciplina, uma forma de coação”, propõe Chartier (2001, p. 24), a leitura, no âmbito da inscrição social do leitor, “impõe uma autoridade”, de modo a permitir que haja atualizações simbólicas efetuadas pelos sujeitos. É justamente por acontecer de maneira social que a leitura pode ser vista como produtora de

representações “plurais e móveis” (Chartier, 1996, p. 78) pertencentes à comunidade em que o leitor se coloca – o espaço social onde circulam as motivações e significações do leitor.

Desse modo, “a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção: é por [*sic*] em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro” (Chartier, 1991, p. 181). Na visão do historiador, a corporeidade é própria das práticas leitoras, tanto como é da materialidade do texto, porque a leitura não acontece destituída de intersubjetividade e de uma forma de ler e de ser representada. Ainda que se trate de uma prática aparentemente solitária, a leitura contempla a alteridade, isto é, o agir com o outro, agregando sentidos e conhecimentos de forma seletiva. De acordo com Goulemot (1996, p. 107), “seja popular ou erudita, ou letrada, a leitura é sempre produção de sentido”, e conforme continua: “Não creio [...] que exista leitura ingênua, quer dizer, pré-cultural, longe de qualquer referência exterior a ela”. O termo *referência*, citado por Goulemot (1996), significa tudo aquilo que participa da formação de sentidos na leitura. Nisso está incluída “uma história coletiva e pessoal [do leitor]” (Goulemot, 1996, p. 107), reforçando a ideia de comunidade de Chartier (1991; 1999; 2001), a qual implica em como a singularidade do sujeito acontece atravessada pela experiência social.

Essa maneira de ler, negociando sentidos por intermédio de uma materialidade textual e no âmbito de condicionamentos sociais, é interpretada por Chartier (1999) como *apropriação*. Por suas palavras: “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados”, uma prática de ordem subversiva, “cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura” (Chartier, 1999, p. 77). Esse conceito se insere nas relações de poder representadas pelos mundos do texto e do leitor (Chartier, 1991), tendo como premissa a ideia de que “a força da imposição dos modelos culturais não anula o espaço próprio de sua recepção, que pode ser resistente, sutil, rebelde”, o que leva à necessidade de “postular que existe uma separação entre a norma e o vivido, a injunção e a prática, o sentido visado e o sentido produzido – uma separação em que se podem insinuar reformulações e desvios” (Chartier, 2003, p. 147).

Assim, partindo da concepção assimétrica de mundo, em que “as formas de apropriação dos textos, dos códigos, dos modelos partilhados são tão, se não mais, distintivas que as práticas próprias a cada grupo social” (Chartier, 2003, p. 151), o autor, assumindo posição favorável a sujeitos e práticas classificados como “populares”, defende a apropriação como “uma maneira de utilizar os objetos ou as normas que circulam em toda a sociedade” (Chartier, 2003, p. 152), transgredindo a lógica dominante. Essa ação “visa a uma história social dos usos e das interpretações, remetidas às suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as constroem” (Chartier, 2003, p. 152). Nesses termos, identificar o fenômeno

da apropriação é estar atento "às condições e aos processos que, muito concretamente, fundamentam as operações de produção de sentido", reconhecendo "que nem as ideias nem as inteligências são desencarnadas" e "que as categorias dadas como invariantes [...] devem ser pensadas na descontinuidade das trajetórias históricas" (Chartier, 2003, p. 152-153).

Nessa perspectiva, de modo simplificado, apropriar-se diz respeito ao ato de tomar posse do que pertence ao outro, do que foi instituído ou legitimado por ele. Essa posse acontece pelas tensões existentes entre "os mecanismos da dominação simbólica" e a ação configurada pelos múltiplos "empregos, usos, maneiras de fazer seu o que é imposto" (Chartier, 2003, p. 153), indicando que a apropriação dialoga com o social e com a pluralidade, apesar das artimanhas excludentes do poder, histórica e culturalmente sedimentadas. Assim, a apropriação não implica nem afeta apenas o sujeito que a realiza, mas todo o entorno social, revelando a dimensão pública, e não somente a individual, característica das relações culturais. Na leitura, ao se apropriar, o sujeito reelabora o discurso do autor materializado pelo editor, gerando sentidos não autorizados, isto é, transgredindo lógicas, direcionamentos e condicionamentos objetivados no *e* pelo texto. Com isso, a mensagem do texto é reordenada na hermenêutica da composição verbal e imagética, tendo negociadas as intencionalidades ali representadas. É por isso que Chartier (2001, p. 116) defende que a "apropriação é, na ordem do discurso, a vontade por parte de uma comunidade, qualquer que seja a sua natureza, de estabelecer um monopólio sobre a formação e circulação de discursos". Ou seja, faz-se "algo com o que se recebe" (Chartier, 2001, p. 116), quer dizer, cria-se um sentido pelo que se lê, ancorado em um modo de vida, que poderá corromper as prescrições codificadas no texto, em seus laços ideológicos.

Reforçando o sentido social e contestatório da apropriação, Certeau (2014) reflete a leitura como *tática*, isto é, como gesto de astúcia mobilizado ante a dominação. Trata-se de uma ação discreta e imprevisível, pertencente às operações pelas quais o cotidiano é formado de maneira não autorizada, ou seja, à revelia de estratégias sistematicamente articuladas para criar e sustentar relações dominantes, tal como considerado por Thompson (2011). O sujeito leitor, por sua vez, é interpretado por Certeau (2014) como alguém não entregue à disciplina das estratégias dominantes, buscando "tirar partido de forças que lhe são estranhas" (Certeau, 2014, p. 45), em momentos e espaços considerados oportunos por ele. Nessa abordagem sobre as práticas leitoras, a apropriação acontece por movimentos sutis e incertos de intervenção do leitor sobre o texto, em contínuo policiamento dos mecanismos sociais representados nas *e* pelas inscrições textuais – um modo de fazer análogo ao que Thompson (2011, p. 91, destaque do autor) considera como "*formas simbólicas contestatórias*". Ou seja, uma produção simbólica

que acontece *apesar das* estratégias da dominação, constituindo-se como operação "oblíqua" sobre os textos, como frisa Chartier (2003, p. 155) em alusão à Certeau (2014).

> De fato, a atividade leitora apresenta, ao contrário [de uma relação conformada], todos os traços de uma produção silenciosa: flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectação de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera. [...] Ele [o leitor] insinua as astúcias do prazer e de uma reapropriação no texto do outro: aí vai caçar, ali é transportado, ali se faz plural como os ruídos do corpo. Astúcia, metáfora, combinatória, esta produção é igualmente uma "invenção" de memória. [...] Um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do autor (Certeau, 2014, p. 47-48).

Vê-se como a leitura pode ser pensada como uma ação que, mesmo aparentemente desinteressada e solitária, revela-se complexa e significante, não cabendo nela o estereótipo da passividade. A leitura é classificada por Certeau (2014) como artifício pertencente ao núcleo das *artes de fazer* – práticas ordinárias, que remetem ao improviso e que são protagonizadas por sujeitos anônimos, pertencentes ao universo das pessoas comuns, privilegiadas por Moscovici (2015b) em seus estudos. Portanto, trata-se aqui de uma leitura não idealizada, mas corriqueira, e de sujeitos leitores cujo modelo de intelectualidade está ancorado no mundo cotidiano, assim como estão os camponeses contemplados na empiria da tese, vinculados à comunidade rural pesquisada. Logo, realizada sob circunstâncias às quais não se deixa dominar, a leitura se torna um ato subversivo, em que tramas ideológicas são desafiadas.

"Com efeito, ler é peregrinar por um sistema imposto", acrescenta Certeau (2014, p. 240) sobre os sistemas normativos que afetam sujeitos e modos de vida. Nesses termos, as representações resultantes do processo de apropriação pela leitura podem ser entendidas como *relações improváveis*, pela possibilidade de trapacearem as expectativas objetivadas no texto, fazendo com que seja corrompida a "ficção do 'tesouro' escondido na obra, cofre-forte do sentido, [que] não tem evidentemente como base a produtividade do leitor, mas a *instituição social* que sobredetermina a sua relação com o texto" (Certeau, 2014, p. 243, destaque do autor). Ao urdir sua leitura – modo como "o texto ganha significado" (Flusser, 2010, p. 51), conforme a colocação refletida no começo do capítulo –, o leitor tem o potencial de escapar da "lei da informação" (Certeau, 2014, p. 244), quer dizer, da mera assimilação de conteúdos estranhos e impostos ao seu modo de vida. Com isso, como afirma o pensador:

> Experiência inicial, até iniciática: ler é estar alhures, onde não se está, em outro mundo; é constituir uma cena secreta, lugar onde se entra e de onde se sai à vontade; é criar cantos de sombra e de noite numa existência submetida

> à transparência tecnocrática e àquela luz implacável que [...] materializa o inferno da alienação social (Certeau, 2014, p. 245).

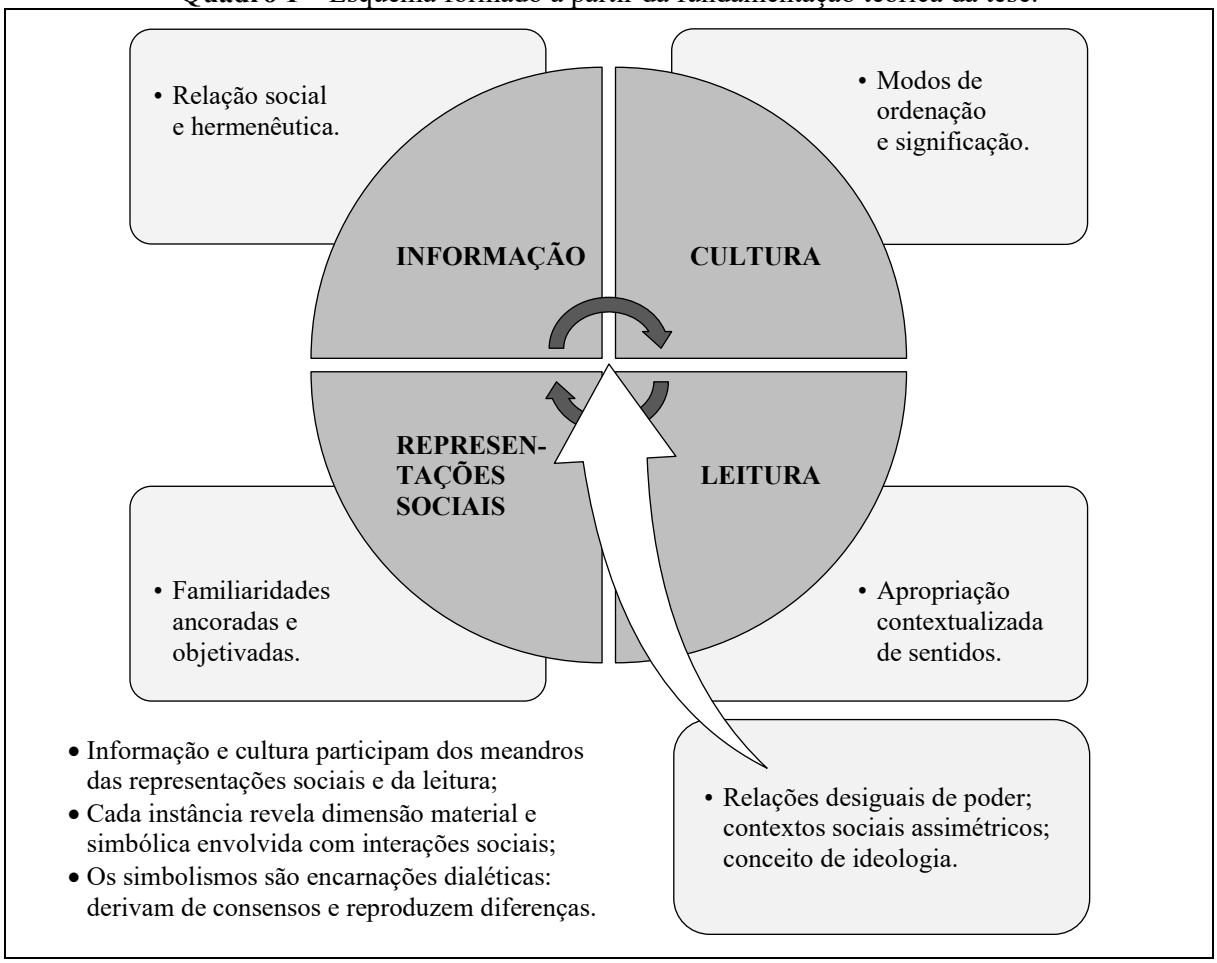
Ao que completa:

> Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente, mas agora trabalhando no solo da linguagem, [...] os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para usufruí-los. A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo [...], ela não conserva ou conserva mal a sua posse, e cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido (Certeau, 2014, p. 245-246).

Isso significa declarar que, qualificada a leitura como tática produtora de sentidos, o sujeito leitor consegue mobilizar tramas culturais de maneira favorável a si, frustrando a lógica que visa conformar a sua condição social. Isso acontece não somente porque o sujeito retira das assimetrias contextuais a referência para representar e, com isso, estabelecer sentidos, familiaridades, conhecimentos, mas por conseguir, por meio dessas tramas, o álibi que lhe permite imprimir uma marca no mundo, isto é, realizar a apropriação – um gesto simbólico que interfere no sujeito e no mundo ao redor dele. Assim, vê-se como o fenômeno da leitura é denso e o quão enredado está com as dinâmicas sociais e culturais de mundo, uma experiência fugaz, posto ser mobilizada no aqui-e-agora junto ao texto, porém com potencial para abrir frestas no solo encrostado das estruturas sociais prefiguradas no mundo dos textos.

É nessa condição, enquanto sujeito inserido em ordenações culturais, que o leitor afeta e é afetado, produzindo informações para si e para o mundo ao seu redor. Agirão do mesmo modo os camponeses estudados, quando provocados pelas representações sociais mediadas nos cadernos da amostra pesquisada? A resposta preliminar é que sim, cabendo a esta investigação revelar as particularidades pelas quais isso acontece, considerando os meandros contextuais dos sujeitos, bem como as suas singularidades. Dito de outra maneira, como as teorias refletidas neste capítulo e esquematizadas no quadro 1, a seguir, inserem-se nos enredos da empiria.

Quadro 1 – Esquema formado a partir da fundamentação teórica da tese.



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

O referido quadro contém o esquema esboçado na abertura do capítulo e pormenorizado nas seções subsequentes, em que os quatro principais conceitos articulados para embasar o presente estudo – informação, cultura, representações sociais e leitura – estão postos no que sugere ser um movimento sincrônico e concêntrico, cuja intenção é aludir ao dialogismo evidenciado aqui, entre eles. Afora o aspecto interdisciplinar da pesquisa, ressalta-se o tensionamento dado aos conceitos, de forma que estão localizadas e destacadas, no centro do conjunto, as propostas de Thompson (2011) sobre a dimensão crítica das relações sociais e significantes que, investigadas nos dois *mundos* contemplados empiricamente neste estudo, guiaram as análises e as descobertas às quais se terá acesso no decorrer da tese.

3 MONTAGEM DA PESQUISA: "*essa ciência do povo*"

> "Eu sei que seu moço dêxa / Eu contá minhas razão, / Pois eu tenho munta quêxa / Da tá civilização. / Escute, que eu vô dizê / Promode o senhô sabê, / E tê bem conhecimento / Do bicho que me incomoda / Eu sou puxadô de roda, / De roda de aviamento." [21]

A densidade discursiva construída no capítulo anterior, que considerou a relação dialógica entre os fenômenos *representação social* e *leitura*, estando essa relação subsidiada pelo enredo existente entre *informação* e *cultura* – fenômenos inseridos no campo da Ciência da Informação –, leva à empreitada de tornar exequível a pesquisa. Como anunciado na ocasião, o entrelaçamento entre os conceitos abordados e a ênfase crítica tiveram por motivo a tentativa de contemplar a complexidade dos materiais e dos sujeitos investigados, todos dotados de natureza social, lançando parâmetros teóricos que tanto fundamentaram o estudo, como poderão ser confrontados com as apreensões empíricas nos momentos de análise.

Partindo da orientação de Minayo (2012, p. 622), em que: "Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente", tem-se este capítulo estruturado na finalidade de apresentar e justificar as escolhas metodológicas que conduziram a exploração empírica[22]. Por meio dessas escolhas, a contribuição com a Ciência da Informação foi priorizada, reforçando o tratamento antropológico dado à área e aos fenômenos estudados por ela, e, com isso, a perspectiva centrada na interação com os sujeitos, característica da linha de pesquisa desta tese. Além disso, tem-se a consciência de que o conhecimento pretendido possui "caráter incompleto, provisório e aproximativo" (Minayo, 2012, p. 622), posto ser típico das abordagens que demarcam e estão demarcadas pelo terreno das ações intersubjetivas, simbólicas, plurais e contingentes.

Portanto, as seleções e processos que compõem a metodologia da pesquisa não foram feitos de forma aleatória, mas na intenção de empreender reflexões coerentes com o campo e com as realidades trabalhadas. Dito isso, este capítulo apresenta, reflete e justifica a natureza e o método da pesquisa, assim como os mundos ou universos estudados, finalizando com as estratégias e os instrumentos mobilizados na coleta e na análise das informações empíricas.

---

[21] Trecho do poema *O puxadô de roda*, da autoria de Patativa do Assaré, extraído de Carvalho (2015, p. 21).

[22] Para o subtítulo deste capítulo, "*essa ciência do povo*", tomou-se emprestada uma frase dita em entrevista por Lurdes, camponesa integrante do grupo leitor da pesquisa, ao qualificar os estudos inseridos em meio rural.

3.1 Da natureza e método da pesquisa

Este estudo se caracteriza como pesquisa de natureza exploratória e qualitativa, tendo em vista não partir de, nem querer resultar em, verdades monolíticas ou intransponíveis, mas de uma percepção de mundo epistemologicamente situada. É definida como *exploratória*, por envolver um processo dinâmico e retroalimentar de compreensão e interpretação que dá forma e conduz a investigação. Trata-se de uma pesquisa que assume a razão de ser de uma incursão científica de cunho social, suscetível a contestações e revisões, voltada a "desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias [*sic*], tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" (Gil, 2008, p. 27). Além disso, classifica-se esta pesquisa como *qualitativa*, por seguir um modelo de inteligibilidade ancorado na concepção significante de cultura e suas formas simbólicas, preocupado "com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 2002, p. 21-22).

Em vista disso, opta-se pelo movimento compreensivo-interpretativo não subsidiado por esquemas quantificáveis nem pela lógica positivista que, deslocada dos contextos ordinários, foca no estabelecimento explicativo de um mundo à parte, delineado por ela. Tais balizas, em suas supostas imparcialidade e neutralidade, intentam estabilizar a dialética humana, promovendo, nas palavras de Demo (2009, p. 22), uma "luta metodológica contra inimigos [...] que degradam a pureza formal de sua criação", pois priorizam o rigor científico como maneira de representar o mundo como "perfeito, atraente, acreditável" (Demo, 2009, p. 31). Antes, este estudo assume a centralidade na realidade socialmente fértil dos simbolismos culturais, em seu estado complexo de ordenação e inventividade – um estudo dotado de "consciência histórica" (Minayo, 2002, p. 14), em que materiais, contextos e sujeitos são tratados como "um fato científico construído" (Minayo, 2012, p. 623), delimitados espaço-temporalmente.

A natureza exploratória e qualitativa desta pesquisa evoca, pois, um comportamento inquieto e crítico perante a investigação e os investigados, que tanto interroga e tensiona o universo empírico, como respeita as relações apanhadas em campo, contemplando o chamado *débito* das ciências sociais (Demo, 2008), ou seja, a impossibilidade de exaurir o que foi apreendido. Com isso, mesmo cercada por recortes, as análises buscaram ser fiéis às descobertas advindas da exploração (Minayo, 2012), ressaltando o direcionamento ético como predicativo que permite ir ao encontro do outro (Guareschi, 2000b).

Assim, sincronicamente propostas por Minayo (2012) como sintoma e fio condutor das pesquisas qualitativas, as ações de compreender e interpretar configuram-se como artifícios metodológicos com os quais este estudo se envolve. Na perspectiva exploratória, os fenômenos abordados se revelam condicionados por artimanhas de sentido e poder exercidas por ambos os universos elencados: o da editoria dos cadernos especiais do jornal e o da comunidade rural. Afora isso, considera-se a *reificação* resultante do processo de pesquisar (Sá, 1998), em que os fenômenos são apropriados da esfera ordinária para serem entendidos como representações científicas, conceituais e objetivas, ainda que se trate de um processo cujos limites e efeitos sejam aqui reconhecidos e respeitados. Nesse âmbito, segundo Minayo (2012, p. 623):

> O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. [...] Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses.

Enquanto isso, a ação de interpretar, conforme continua a autora:

> [...] é um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido (Minayo, 2012, p. 623).

Nesta tese, a compreensão resulta da incursão empírica realizada, sobretudo, na comunidade rural selecionada para a pesquisa. Esse movimento contou com o norteamento de operadores analíticos que, por sua vez, foram projetados a partir da discussão teórica urdida no capítulo anterior. O aporte dos conceitos não predomina sobre a experiência empírica, embora apresente meios de objetivá-la e confrontá-la para a finalidade do estudo; ele foi propiciado pela estratégia da *pesquisa bibliográfica* – um subsídio reflexivo, como definido por Cruz Neto (2002, p. 53), que "coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse". Com tal direcionamento, "o campo [empírico] torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos" (Cruz Neto, 2002, p. 54).

Assim, a ação das teorias e seus conceitos colocados para dialogar auxiliaram na transformação das observações de campo em relações de domínio científico. Tal discernimento

é importante, principalmente porque se trata de um estudo de representações sociais, em que a investigação aconteceu atrelada ao contexto empírico, ou seja, no seio da comunidade rural – um local onde as representações sociais puderam ser percebidas no decurso provocativo da leitura dos cadernos especiais de O Povo, efetuada pelos camponeses abordados. Conforme Sá (1998, p. 14): "O objeto de pesquisa, conquanto construído basicamente a partir do fenômeno de representação estudado não constitui uma réplica do fenômeno, mas uma aproximação ditada pelas possibilidades e limitações da prática da pesquisa científica", uma vez que incorpora, como continua o autor, "aspectos do fenômeno [...] em uma versão condicionada pela perspectiva teórico-conceitual assumida" (Sá, 1998, p. 15). Com isso, por via da exploração metodológica, assume-se o campo empírico como lugar privilegiado da pesquisa, pois se trata do ambiente em que as representações materializadas nos cadernos foram interpretadas pelos camponeses, que se apropriaram dessas, interferindo em saberes e sentidos mediados. Além de terem ganhado novas forma e força pela ação leitora, tais representações, por terem sido selecionadas e estudadas, passaram a compor o "universo reificado da ciência" (Sá, 1998, p. 22), submetendo-se ao tratamento estruturado pelo pesquisador, segundo o olhar metodológico e compreensivo da Ciência da Informação, em sua base antropológica.

Para Sá (1998), os objetos de pesquisa sofrem um processo de simplificação em relação à complexidade fenomenológica original, que atinge dois níveis: o da teorização, que aponta para um modo de esquadrinhar os objetos, e o da pragmática da pesquisa, pela adoção dos critérios metodológicos que conduzem o movimento compreensivo-interpretativo à finalidade da investigação. Como o fenômeno das representações sociais, por si, constitui-se como uma "simplificação da realidade na medida em que funciona como uma [...] 'teoria do senso comum'" (Sá, 1998, p. 22), haja vista a ação dos mecanismos de familiarização refletidos no capítulo anterior, a ação reificante da ciência efetua uma síntese da síntese representacional. Para esta pesquisa, isso mostra como a abordagem nunca dará conta, em termos de exatidão, da totalidade do fenômeno investigado, existindo sempre uma parcela social não contemplada, como tratam Demo (2009) e Minayo (2002; 2012; 2014), a denunciar o caráter falível, aproximativo e provisório das abordagens qualitativas e exploratórias conduzidas na tese.

Na maneira como as ações foram mobilizadas neste estudo, compreender e interpretar prefiguram o *método hermenêutico-dialético* aplicado para processar e analisar as apreensões representacionais oriundas da exploração empírica. Entende-se que o referido método encontra espaço na Ciência da Informação, por ressaltar a perspectiva crítica, contextual e interpretante nas pesquisas da área (Azevedo, 2004; Martins, 2015; Perdigão, 2021). Como visto, a

abordagem hermenêutica é proposta por Capurro (2003; 2014) ao conceber a informação como uma mensagem cujos sentidos são elaborados socialmente. Nas palavras do autor:

> A hermenêutica como paradigma da ciência da informação [*sic*] postula justamente a diferença entre pré-compreensão, oferta de sentido e seleção, tomando como marco de referência, não a pré-compreensão de um sujeito ou usuário isolado, mas a de determinada comunidade assim como a de um campo específico de conhecimento e/ou de ação no qual o usuário está já implícita ou explicitamente inserido (Capurro, 2003, p. 8).

Conforme prossegue Capurro (2003, p. 10), se o processo hermenêutico conduz "a uma explicitação e com ele também a uma seleção", o diferencial da Ciência da Informação "consiste em poder distinguir entre uma oferta de sentido e um processo de seleção cujo resultado implica na integração do sentido selecionado dentro da pré-compreensão do sistema, produzindo-se assim uma nova pré-compreensão". Ora, trata-se da representação da informação como *mensagem*, em que os sentidos correspondem a um horizonte ilimitado de possibilidades. Entendida como estado de intersubjetividade que antecipa e promove a prática hermenêutica, a chamada *pré-compreensão* está ancorada nesta pesquisa na ação ordenadora dos contextos ou *sistemas*, como o autor nomeia, uma vez que os processos significantes da interação acontecem no bojo dos contextos e sob o efeito desses. Tendo em vista que um contexto não é uma estrutura isolada, mas uma trama social densa, intercruzada com outros contextos (Wagner, 2020), a experiência hermenêutica se concretiza sempre no devir de uma nova experiência, constituindo-se como construto para que outras interpretações sejam formuladas. Isso ressalta a condição pré-compreensiva ou contextual das operações de sentido, que nunca serão finais e totais, mas matrizes do que virá a ser constituído a cada interação social.

Além disso, como "os textos não falam por si", mas "respondem a indagações dos investigadores" (Minayo, 2014, p. 195), a hermenêutica irá fomentar os processos "de intersubjetividade e de objetivação humana" (Minayo, 2014, p. 328) subsidiados pelos direcionamentos da pesquisa. Esses se configuram como forma compreensiva de se colocar no lugar do outro, ou seja, do pesquisador interagir com os sujeitos pesquisados, representando-os de maneira verossímil no ato das análises (Minayo, 2012; 2014). Assim, o método evoca a alteridade, o que reforça o comportamento ético da pesquisa, com a consciência das diferenças que demarcam os papéis do pesquisador e dos pesquisados, bem como no que tais diferenças implicam em termos de poder exercido dentro e fora da pesquisa – motivo pelo qual se deve "exercitar [...] o entendimento das contradições" (Minayo, 2012, p. 623). Assim, para que a interpretação contemple a realidade do campo explorado, e os sujeitos pesquisados se sintam

compreendidos e representados no *texto* do pesquisador, a baliza ética age por meio do exercício dialético a reforçar a crítica de que existe "uma polaridade entre familiaridade e estranheza e nela se baseia a tarefa hermenêutica, buscando esclarecer as condições sob as quais surge a fala [dos depoentes e a do pesquisador, em forma analítica]" (Minayo, 2014, p. 337).

Diante disso, é necessário estar atento para o fato de que as discrepâncias sociais podem realçar mecanismos de dominação no fazer científico, como consideram Guareschi (2014) e Jodelet (2005) acerca das relações radicais – autores em certa medida corroborados por Minayo (2014) e Demo (2009). Realmente, a ciência se revela inserida em disputas de poder, pois:

> Todo conhecimento está baseado em pré-conhecimento, em tradições herdadas, em pontos de partidas ligados a mundivisões subjetivas. Toda demarcação científica revela esta problemática inerente, a começar pela concepção subjacente do que é realidade e do que é ciência para captá-la e influenciá-la (Demo, 2009, p. 31).

Assim, encontra-se na hermenêutica-dialética a maneira como exercer a compreensão e a interpretação com criticidade, propiciando e sendo propiciado pelo comportamento ético na pesquisa. Em defesa desse método, Minayo (2014, p. 347) ainda afirma que:

> Uma análise compreensiva ancorada na hermenêutica-dialética busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionados por tal seguimento histórico e por isso, podem ter simultaneamente interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem. Sendo assim, a orientação dialética de qualquer análise diz que é fundamental realizar a crítica das idéias [*sic*] expostas nos produtos sociais [...] buscando, na especificidade histórica, a cumplicidade com seu tempo; e nas diferenciações internas, sua contribuição à vida, ao conhecimento e às transformações.

Tem-se, então, um método condizente com a proposta investigativa da pesquisa, por se preocupar com as incongruências manifestas em campo, isto é, com a realidade desigual e transitória. Em outras palavras, tem-se justificada uma forma "dinâmica de interpretar o mundo" (Minayo, 2014, p. 339), abordagem que, combinada à análise qualitativa, localiza e tensiona as apreensões dos sujeitos empíricos como sendo relações apropriadas ao universo científico. Como dito, o método converge com os pressupostos sociais da Ciência da Informação, permitindo que a área e seus estudos – tal como o desta tese – caminhem "mais proximamente às CHS [Ciências Humanas e Sociais]" (Azevedo, 2004, p. 132), estando os

objetos entendidos "como um fenômeno inserido nas relações de dominação e poder entre os sujeitos e as classes sociais" (Azevedo, 2004, p. 133), atrelados à complexidade humana.

A reflexão está ligada ao conceito antropológico de informação de Capurro (2003; 2014), enquanto a natureza e o método da pesquisa se sustentam nos requisitos metodológicos que, segundo Sá (1998), devem ser observados nos estudos de representações sociais. Conforme esse autor defende, diante da diversidade de ramificações que a "*grande teoria* [moscoviciana]" (Sá, 1998, p. 65, destaque do autor) desencadeou ao longo do tempo[23], nenhum método ou metodologia em si é reservado ao tratamento das representações, estando as escolhas condicionadas ao perfil da pesquisa e do pesquisador. Desse modo, localizada na perspectiva antropológica de um estudo sobre comunidade – respectivamente, eixo e temática considerados adequados para identificar a tese –, tem-se a abordagem qualitativa como pertinente, articulada com as técnicas de entrevista e de observação participante, conforme o mesmo autor propõe. Quanto a isso, a orientação de Sá (1998) foi aqui ampliada pela hermenêutica-dialética de Minayo (2014) e pela estratégia da *leitura provocada* – uma ação planejada e efetuada com os sujeitos camponeses e que está detalhada mais à frente, logo após apresentados os universos e os sujeitos mobilizados para compor a pesquisa, tema do próximo tópico.

3.2 Dos universos e sujeitos pesquisados

No objetivo de compreender e interpretar a interação dos camponeses com os cadernos especiais de O Povo relacionados ao contexto semiárido cearense, possibilitando o confronto de sentidos entre o que foi materializado editorialmente e o que foi apropriado por intermédio das leituras provocadas empiricamente, a pesquisa contemplou dois mundos ou universos: um de características urbanas, localizado em Fortaleza, capital do Ceará, referente ao ambiente e processo em que eram produzidos os cadernos do jornal e representado por um grupo de profissionais que atuou nessa produção; e um rural, posicionado em Independência, município do interior cearense, onde está inserida a comunidade camponesa estudada, assim como a maior parte dos sujeitos ligados a essa comunidade, recrutados para compor o grupo que interagiu com a amostra dos cadernos especiais. Como revelado, esses universos equivalem na tese ao

[23] Sá (1998) apresenta três eixos teóricos que se desdobram a partir da teoria proposta por Moscovici: o antropológico, o sociológico e o cognitivo-estrutural. Além disso, lista sete temáticas recorrentes, distribuídas nesses eixos: a ciência, a saúde, o desenvolvimento, a educação, o trabalho, a comunidade e a exclusão social. A título de situar a presente pesquisa pelo que Sá (1998) enumera, pode-se dizer que este estudo se localiza no eixo *antropológico*, focado na temática *comunidade*. Daí a importância da reflexão tecida sobre a cultura como sendo ordenação produtora de sentidos, inserida nos processos informacionais, representacionais e de leitura, que envolvem conflitos de interesse e manifestações sociais de poder.

mundo do texto e ao *mundo do leitor* caracterizados por Chartier (1991) e, para fins de organização da seção, ambos estão descritos em tópicos separados, a seguir.

3.2.1 Universo do jornal

Esse universo da pesquisa remete ao núcleo investigativo do jornal O Povo, delimitado pela abordagem empírica focada na antiga editoria dos cadernos especiais, especificamente sobre os 35 cadernos ligados ao Semiárido cearense e seus sujeitos. Como estudado, a informação midiática é interpretada pelos teóricos das representações sociais como um meio privilegiado para a disseminação de consensos que, em âmbito cultural, integram os construtos ordenadores das representações nas operações de inserção social (Guareschi, 2000a; Jovchelovitch, 2008; 2013; Moscovici, 2013; 2015a; 2015b). De acordo com Sá (1998, p. 43), "é com as práticas sócio-culturais [*sic*] e com a comunicação de massa que o estudo das representações sociais mantém as relações mais significativas", estando reservado "aos meios de comunicação de massa um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas".

Não apartados desse raciocínio, Maffesoli (2003) e Thompson (2011), respectivamente, refletem a mídia como uma espécie de totem em torno do qual os sujeitos estruturam relações, desejando se reconhecerem nele; e como veículo em que as formas simbólicas podem ser produzidas, fixadas e transmitidas socialmente. Essas percepções são ainda compartilhadas por Feitosa (2011), Ferrara (2015), França (1998) e Silveira (2012), quando analisam a mídia como extensão significante da cultura e como um sistema dependente e promotor de vínculos sociais. Para esses estudiosos, os dispositivos de informação midiática possuem força para interferir na realidade humana, ao mesmo tempo em que, não deslocados das relações sociais, têm os efeitos condicionados aos contextos de apropriação e não apenas aos de produção, apesar da ênfase que os veículos de comunicação, em geral, empregam nos processos mediacionais.

Recuperadas algumas das teorias que subsidiam a tese, essa reflexão justifica em parte a escolha do jornal O Povo, por via da editoria dos cadernos especiais, como um dos núcleos participantes da pesquisa, pois, enquanto instituição midiática, o jornal e sua antiga editoria estão intrinsecamente ligados ao fenômeno das representações sociais. O Povo foi criado em sete de janeiro de 1928, o que o torna, atualmente, o jornal cearense mais antigo em exercício. Seu fundador, Demócrito Rocha, trabalhava em um periódico fortalezense chamado *O Ceará* e, a partir de 1925, passou a publicar notícias desfavoráveis a José Moreira da Rocha, na época, governador do Estado cearense. Demócrito Rocha liderou a criação de O Povo na pretensão de que o veículo servisse como ferramenta de denúncia contra o então governador, que tinha perfil

político autoritário e conservador. Definido o nome do jornal a partir de um concurso lançado em Fortaleza, o logotipo de O Povo foi desenhado em alusão ao ícone de um chicote, como expõe a figura 1, ilustrando a intenção de confrontar políticos poderosos, conforme indica abaixo o trecho do editorial da primeira edição do periódico:

> Quando o povo geme escravo [...], o jornal é o sangue novo, forte e generoso a nutrir-lhe as cellulas dormentes, a despertar-lhe os neuronios amortecidos, a ondear-lhe, nas veias, à torrente vigorosa e energica da revolta. O povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento. Eis porque surgimos (Naddaf; Brito, 2018, p. 17).

Figura 1 – Capa da primeira edição de O Povo e seu primeiro logotipo.

Anno I — N. 1 Director—DEMOCRITO ROCHA Fortaleza (Ceará), 7-1-1928

O POVO

PRAÇA GENERAL TIBURCIO, 158 Gerente ADALGISA CORDEIRO

A QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E A BOLIVIA

Rio, 6 — Uma nota publicada pelo ministro das Relações Exteriores, sr. Octavio Mangabeira, reproduz o telegramma que foi enviado ao chanceller bolivianos, respondendo ao convite feito pelo mesmo, para que o Brasil submettesse á arbitragem a questão de limites entre este paiz e a Bolivia.

Naquelle telegramma, o sr. Octavio Mangabeira declara que o governo paraguayo havia retirado seu adhesão ao principio de arbitramento, mas esperava que tal principio fosse acceito, pela circumstancia importante de se precisar attender a questões que não permittem entendimentos directos.

Falando ao povo

Contrariamente ao pensamento de muitos, nunca será demais um novo jornal.

A complexidade da vida moderna, agitada e vertiginosa, já por si, justificaria a preferencia dos periodicos sobre os livros.

A vista não mais se apura no estudo paciente e methodico dos gabinetes, mas limita-se a percorrer titulos e a deter-se onde encontra o assumpto escolhido pelas necessidades materiaes e mentaes de cada momento.

O livro está, evidentemente, restricto ás perquirições das elites.

O jornal é do vulgo.

E' no jornal que o povo encontra o seu pão espiritual de cada dia.

O jornal descortina-lhe o mundo, vencendo distancias.

E' a lanterna magica do progresso.

E' a força propulsora e conductora das massas insatisfeitas, para as grandes reivindicações de seus direitos postergados pela cafila absorvente dos magnatas de todos os tempos.

Quando o povo geme escravo, entorpecido pelas algemas do captiveiro, indifferente e modorrento, resignado á violencia paralysante do grilhão, o jornal é o sangue novo, forte e generoso a nutrir-lhe as cellulas dormentes, a despertar-lhe os neuronios amortecidos, a ondear-lhe, nas veias, á torrente vigorosa e energica da revolta.

O povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento.

Eis porque surgimos.

Ao desfraldar a nossa bandeira de combate, pelos mais puros ideaes de justiça e liberdade, não nos entontece a gloria de vencer, porque a alvorada redemptora ainda está muito longe de raiar no oriente da patria.

Mas havemos de ser o grão de areia do formidavel monumento, contra o qual, serão impotentes as picaretas aguçadas dos erros seculares.

O POVO é, pois, uma bateria descoberta para os embates francos e leaes, na arena da imprensa.

E o futuro dirá da nossa fidelidade ao programma aqui traçado.

O caminho, que temos a percorrer, embora seja bordado de precipicios e semeado de espinhos, não será a picada sinuosa dos hypocritas, mas a estrada real por onde marcham, alheiados de si mesmos, aquelles que se acostumaram a fitar a claridade dos infinitos desnublados.

Alenta-nos a confiança de chegarmos, incólumes, ao término da jornada.

Mas, se porventura, rolarmos no abysmo, os que ficarem, empunhando a penna, poderão dizer, com o poeta: «Um cadaver de mais, um sonhador de menos...»

"A imprensa modelo-antigo, de elogios é ataques systematicos, desmoralizou-se perante a opinião sensata do paiz"

J. Ibiapina, director de "O Ceará" e vigoroso impulsionador da nova imprensa cearense, em carta ao director de «O Povo», affirma que, no Ceará, «cada depositario de uma parcella do poder publico tem a convicção de que administra cousa sua"

CARO DEMOCRITO

Pediste de mim um artigo para o primeiro numero do O Povo.

Preferi escrever-te este bilhete dando parabens á população pelo apparecimento de mais um jornal a servir de escudo ao povo indefeso contra os habitos de arbitrariedade dos poderes publicos, alliados ás forças retrogradas do meio.

Pelo que reconheço da tua actuação quando collaborador do O Ceará, *domina-me a certeza de que, no leme do novo periodico, has de ser um defensor unsado e intelligente de todas as causas populares.*

O teu feitio intellectual impedirá, em qualquer hypothese, que te atires na avalanche dos jornalistas thuriferarios dos poderosos, dos que mandam.

Ao O Povo, *pela confiança que nelle deposita o publico, está reservada a missão importante de concorrer para diminuir, por uma fiscalização severa dos actos dos administradores, essa mania de arbitrio dos governantes.*

Por falta de critica imparcial é que os governos se desregram.

A imprensa modelo-antigo, de elogios ou ataques systematicos, desmoralizou-se perante a opinião sensata do paiz, a ponto de ninguem dar credito aos seus conceitos que nem elevam nem desmoralizam.

Para esse periodismo o immoralidade dos homens publicos está sempre em funcção da attitude de partidaria que assumem em determinados momentos e nunca é bitolado pelos seus actos em relação ao povo.

Por isso, perderam os jornaes a ascendencia sobre as massas que só por excepção se movem ao seu aceno, e sobre os dirigentes, que conhecem muito bem a causa do estravasamento dos seus odios.

Não é assim o jornal que procura actuar, esclarecendo o povo, indicando-lhe os direitos, defendendo-o em todos os casos, quaesquer que sejam as pessoas alvo de suas criticas.

A esta sorte de imprensa, os governantes, por mais inescrupulosos, têm de dar attenção, por saberem que através do jornalista está a opinião publica, que as suas idéas não são filhas de odios industriaes mas reflexo do sentir da collectividade.

Aqui mesmo, no Ceará, onde cada depositario de uma parcella do poder publico tem a convicção de que administra cousa sua e que é proprietario do cargo em vez de nosso delegado do povo, são inumeras as vezes em que a intervenção da imprensa tem evitado o sacrificio dos interesses publicos.

Para mim — e julgo que para o povo na sua quase unanimidade — é, pois, motivo de intenso prazer o apparecimento de mais um contingente de ataque aos governos inscientes dos seus deveres.

A posição que assumistes é das mais delicadas e difficeis, alcançada como é pelas iras dos potentados e até pelas injustiças dos fracos.

Em compensação, terás sempre o prazer intimo de não haver posto o teu talento a serviço dos fortes contra os humildes, o que constitue o maior degradado de um intellectual.

Certo do acolhimento enthusiastico com que será recebido O Povo, *sou o*

amigo e admirador de sempre

J. IBIAPINA.

Uma generosa offerta a "O Povo"

As nossas installações electricas não nos custaram um real

Este jornal, desde os primeiros instantes de sua organização, começou a receber um acolhimento tão franco e tão exponianeo do publico cearense, que somente esse estimulo bastaria para dar-nos forças de chegar como realmente chegamos — ao termino de nossa jornada sem o mais leve desfallecimento.

Sem referirmo-nos ao modo carinhoso pelo qual nos recebeu a população do interior deste e dos Estados vizinhos, onde estivemos angariando assignaturas, cumpre-nos, entretanto, registrar o gesto da «COMPANHIA MECHANICA DE ELECTRICIDADE», por seu digno chefe o estimavel cavalheiro sr. Joaquim Sebastião Ferreira, que lez cerrada questão de executar todos os trabalhos, de que precisavamos, de installações electricas, para força e luz, sem a despeza de um real para os cofres deste jornal.

Fica, portanto, aqui estampada a nossa gratidão.

Notas do dia

I

Realmente, quando estou na praça do Ferreira, a noticia de que chegaria do Rio um cabograma publicando a officialmente as candidaturas de conselheiro João Thome, e doutor Accioly, quando arrebentou, na praça, a nova desse cabograma dirigiu-se o povo, positivamente dos limites agoreiros foi indescriptivel.

O actual presidente da Camara Municipal, coronel José Frederico de Andrade, sellou uma phrase que se tornou celebre.

Tendo alcançado, por zombaria, referindo-se ao conselheiro João Thome, lhe perguntando:

Então, Frederico?! Que tal o presidente?

Qual presidente, qual nada! O presidente virou mulungú pedro!

Entre os accionistas a decepção não foi menor.

A praça, que ferviliava de curiosos a espera de forasteiros se desenha. Cada um julgou melhor cahir em casa antes uma desillusão partidaria.

Mas qual! Os cabograma que estendia ao povo da aquella gente disposta a uma campanha eleitoral!

Otra qual foi...

Foi o que trazia a noticia do rochavo segundo cujas tasses, o palacio do governo de Alvaro Fernandes, intuita em diagnosticos de males complicadissimos.

Mas si o dr. Alvaro Fernandes não estiver de accordo, cognumigo ha de, forçosamente ficar o dr. Leite Machado.

Pois é esta a doença responsavel pelas semanas em pelos cochilos governamentaes de s. excia. que é innocente, absolutamente inaccentuo e para começar apoia do Acaraupe.

E' uma pasmar sem fel

E querem saber? Elle mui en especial ser presidente do Ceará. Não acreditava nisto. Mas a sorte o compellio a esse posto de sacrificio, a esse calvario mais escarpado do que a serra da Maruaca.

Quando, no Rio, entre os srs. Francisco Sá, Arthur Bernardes, Antonio Carlos, João Thomé e outros paredros, surgiu em reserva, a hypothese do sua candidatura (tanta reserva, que nem s. excia. suspeitava do que seus amigos tramavam contra seu nome, através dos tempos que hão de vir) o sr. Vicente Sabóya, ao par de todos os demaches, ingurrou-o pela aba do pallio e lançou intelligentemente o projecto:

Você é que devia ser o candidato.

Você é que devia ser o candidato. Você é quem pode solucionar esta sendencia.

Mas Vicente, — replicava s. excia. — eu não dou para presidente...

— Dá, sim! Dá, e dos bons!

— Não dou, não, Vicente. Eu me conheço. Garanto-lhe que não dou para presidente.

E, quase em segredo, ao ouvido do sr. Vicente Sabóya, accrescentou:

— Eu dou, ouviu? eu dou mas é pra secretario

D. R.

Fonte: acervo da pesquisa.

Além das vertentes política e estética, aprimoradas no decurso do tempo, O Povo é uma instituição dirigida por uma família, o que contribuiu com o aspecto tradicional da empresa. Demócrito Rocha presidiu o jornal de 1928 a 1943, tendo também atuado como deputado federal eleito pelo Ceará. Entre 1943 e 1968, o periódico foi dirigido por Paulo Sarasate, genro de Demócrito Rocha, que, na esfera pública, também foi deputado federal, governador do Estado e senador. Depois de sua morte, assumiu Creuza Rocha, esposa de Demócrito Rocha, comandando o grupo de 1968 a 1974. Em sequência, Albanisa Sarasate, primogênita de Demócrito Rocha e esposa de Paulo Sarasate, assumiu a presidência do veículo entre 1974 e 1985. A sucessão ficou a cargo do sobrinho, Demócrito Dummar, de 1985 a 2008, e de Luciana Dummar, filha de Demócrito Dummar, atual gestora desde 2008 (Naddaf; Brito, 2018).

Durante sua história, o Grupo de Comunicação O Povo também diversificou a estrutura midiática para além do formato impresso, o que potencializou os vínculos e as representações sociais geradas em torno dos cearenses, abrangendo diversas gerações de público e diferentes tipos de interação com ele. Dos fatos mais recentes, cita-se que, em 1982, foi fundada a Rádio O Povo que, em 2005, tornou-se afiliada da Central Brasileira de Notícias (CBN), passando a se chamar Rádio O Povo CBN. Em 1985, foi criada a Fundação Demócrito Rocha (FDR), instituição de direito privado e sem fins lucrativos, que atua nas áreas de desenvolvimento social, educação, editoração e publicação de livros e revistas, além de comunicação. O portal *O Povo Online* foi inaugurado em 1997, passando por diversas reestruturações nas décadas seguintes. Em 2007, foi criada a TV O Povo que, em 2017, passou a retransmitir a programação do Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, do Rio de Janeiro. Em 2020, a TV O Povo passou a compor a estrutura da Fundação Demócrito Rocha, alterando seu nome para Canal FDR e mantendo a afiliação com o Canal Futura. No mesmo ano, foi fundada a plataforma de transmissão digital O Povo +, que reúne e disponibiliza, exclusivamente para assinantes, todo o conteúdo informativo criado pela empresa, predominando as produções audiovisuais editadas em formato de documentário (Naddaf; Brito, 2018; O POVO 95, 2023).

Reforçando as estratégias informacionais e representacionais, O Povo também ocupa espaço nas redes virtuais, como Facebook, Instagram, TikTok e YouTube, além de possuir o serviço de *ombudsman* – que objetiva ser um intermediário entre o jornal e seu leitorado, fiscalizando as notícias publicadas – e o *Conselho de leitores* – grupo formado por membros da sociedade fortalezense, que se reúne periodicamente para discutir as produções do jornal, interferindo na condução dessas. Em 2018, por ocasião do aniversário de 90 anos de O Povo, as editorias passaram por um processo de reformulação e integração em vista de atender a dinamicidade do público em contexto digital. Foi definido um modo transversal das equipes

trabalharem, valorizando o caráter investigativo em sintonia com as outras plataformas da empresa, que vieram a mesclar a abordagem *factual*, isto é, as notícias instantâneas, diárias e pretensamente imparciais, com as reportagens de caráter aprofundado e interpretativo, tornando a editoria dos cadernos especiais inserida em todas as produções do veículo, sejam impressas, sejam audiovisuais e digitais, e desembocando na atual fase de convergência midiática adotada no jornal (Naddaf; Brito, 2018; O Povo 95, 2023; Para descobrir [...], 2018).

Produtos de O Povo, classificados pelo gênero da *grande reportagem* e pertencentes à categoria do *jornalismo interpretativo* (Melo; Assis, 2020) com viés antropológico ou etnográfico (Girardi Júnior, 2000), os cadernos especiais podem ser compreendidos como materialidades que apontam para uma intencionalidade e seu *modus operandi*, ou seja, para um arcabouço específico de saberes e práticas que eram articuladas para ancorar e objetivar, sistematicamente, informações densas e representações sociais relacionadas a lugares e pessoas, dentre essas, as do Semiárido cearense. Assim, quando reportava sobre o universo sertanejo local – ação conjugada no passado, porque a editoria foi interrompida no começo de 2020, embora os trabalhos investigativos de O Povo tenham continuado sob outras modalidades, notadamente a digital, em O Povo+ –, o núcleo constituía para os contextos trabalhados imagens ou representações direcionadas ao público consumidor do jornal, predominantemente urbano e fortalezense, na intenção de constituir vínculos com esse, gerando subsistência econômica para si ao se destacar da concorrência e ao fidelizar leitores e patrocinadores das produções.

Portanto, com base na perspectiva representacional, que se mistura à informacional e à cultural, o jornal O Povo e seus cadernos especiais podem ser contemplados na pesquisa por estarem envolvidos com a ação de estabelecer e sustentar sentidos, manifestando, por meio disso, dinâmicas de poder. Não à toa, o estudo faz a correspondência do universo do jornal, que é urbano, situado em Fortaleza, Ceará, com o *mundo do texto* de Chartier (1991), dado o primado informacional e mediacional sustentado, na época, pela equipe dos cadernos. Há, pois, pregnância na maneira como o contexto semiárido cearense foi editorialmente processado nos especiais, cuja origem pode ser atribuída à tradição de O Povo em trabalhar com temas locais ao longo de sua carreira. Isso habilita pensar em uma atividade representacional assentada no histórico do veículo em apreender temas locais, principalmente os modos de vida dos sujeitos do campo, situados no interior do Estado do Ceará, transformando-os em informação.

Como será tratado no próximo capítulo, destinado ao estudo do processo de produção dos cadernos e à identificação das representações sociais materializadas nesses objetos, o trabalho de O Povo sobre o Semiárido encontrou lugar privilegiado na editoria em questão. Nela, por via dos recursos editoriais aplicados às reportagens, bem como da linha investigativa

que conduzia as apurações e coberturas, pôde-se desenvolver uma especificidade técnica e estética cuja pretensão era gerar informações de natureza etnográfica, mesclando interfaces textuais e imagéticas a fim de traduzir ao leitor a densidade de experiências desse jornalismo de campo. Nesse propósito, eram conduzidos projetos de reportagens que procuravam romper com a objetividade jornalística, ambicionando informar de maneira narrativa sobre temas do Estado, sobretudo a seca, seus dilemas e modos de enfrentamento, com exploração de cenários e de personagens, que eram tomados como fontes de informação para as matérias.

Afora a relação e os efeitos das representações sociais sobre o Semiárido e seus sujeitos, conduzidas pela intencionalidade e *modus operandi* do núcleo responsável pelos cadernos, o recorte deste estudo se justifica pela familiaridade do pesquisador com O Povo, adquirida por intermédio de pesquisa anterior, no mestrado (Mendonça, 2018), que demandou interações com alguns participantes da editoria, mantendo propício o acesso à equipe ligada ao jornal na atual investigação de doutorado. Naquela ocasião, foram analisados os projetos gráficos de dois cadernos especiais, *Planeta seca* (2012) e *Sertão a ferro e fogo* (2014), defendendo a ideia de que ambos os cadernos podem ser compreendidos como manifestações informacionais de matriz cultural e, portanto, mediacional, recorrendo a conceitos próximos aos trabalhados agora na tese, porém focados na perspectiva dos produtores desses materiais. Apesar da qualidade dos dados coletados na ocasião do mestrado, as diferenças de enfoque, as mudanças sofridas no veículo e a ampliação do raio da análise instigaram esta nova empreitada, que não mais se resume ao contexto de produção dos cadernos especiais, mas avança para refletir sobre as apropriações leitoras e os reconhecimentos simbólicos protagonizados pelos camponeses.

Assim, para que fosse possível colher dados úteis à atual compreensão dos objetos e sua editoria, foram selecionados sete sujeitos, entrevistados entre os dias 14 de dezembro de 2022 e 17 de janeiro de 2023, a saber: a coordenadora do setor, três repórteres especiais, um jornalista visual, um designer e um repórter-fotográfico[24]. Como será abordado no próximo capítulo, a editoria – cujo nome oficial era *Núcleo de Jornalismo Investigativo*[25], constituído em 2003 e interrompido no começo de 2020 – contemplou diferentes fases e profissionais em seu tempo de operação. Dos sete sujeitos abordados, cujo parâmetro de escolha se deu pela contribuição decisiva prestada por eles na produção dos cadernos, principalmente na amostra pesquisada,

[24] Em atenção aos critérios de anonimato e confidencialidade da pesquisa, os nomes dos sujeitos foram substituídos pelo cargo ou função que desempenharam na editoria dos cadernos especiais de O Povo.

[25] Quando inaugurada, a editoria se chamava *Núcleo de Reportagens Especiais*, também conhecida internamente como *núcleo dos especiais*. Em 2018, com as mudanças editoriais relacionadas aos 90 anos do periódico, a editoria passou a se chamar pelo título utilizado nesta tese, *Núcleo de Jornalismo Investigativo*, porque centralizava as demandas investigativas do jornal que abasteciam outras editorias e plataformas, além dos cadernos especiais.

tem-se que, com exceção do Designer, todos participaram de modo longevo no núcleo, colaborando com sua definição e estruturação, com destaque para a Coordenadora – que se manteve como líder da equipe do começo à interrupção da editoria –, além dos Repórteres 1 e 2 e do Jornalista Visual, que integravam a célula principal da produção.

Quanto ao Designer, ele foi selecionado para a pesquisa por ter participado do desfecho do núcleo e da produção de cadernos, substituindo o Jornalista Visual em 2019 e liderando a equipe que projetou graficamente os cinco últimos cadernos lançados. Com relação ao Repórter-Fotográfico, também cabe um adendo: ao longo do tempo da editoria, houve grande rotatividade de fotógrafos e de editores de fotografia – profissionais que ocupavam uma função relativa à de chefia dos fotógrafos. O Repórter-Fotográfico, além de ter participado de todo o período de operação do setor, conquistou, ao longo do tempo, esse cargo de gestão, sendo um dos responsáveis por indicar qual fotógrafo ficaria encarregado de trabalhar em determinada cobertura. Seu recrutamento na pesquisa também se deve à recomendação do Repórter 2, ao ser perguntado sobre quem poderia representar a atividade da fotografia no estudo.

Diálogos mantidos desde a experiência de mestrado com a Coordenadora, com os três repórteres e com o Jornalista Visual facilitaram os acessos ao grupo nesta pesquisa. Para a tese, todos, incluindo o Designer e o Repórter-Fotográfico – que não foram abordados na ocasião do mestrado –, aceitaram participar de maneira consciente e espontânea, tendo a adesão confirmada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)[26], autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG) no dia 5 de dezembro de 2022. Uma curta descrição sobre o perfil de atuação de cada um desses sujeitos em O Povo é apresentada a seguir:

- **Coordenadora:** ingressou no jornal nos anos 1990, atuando por um breve período como repórter. Em meados de 2000, foi promovida à diretora de redação, função exercida em paralelo ao cargo de editora-chefe do Núcleo de Jornalismo Investigativo até 2014. A partir de 2015, ficou exclusiva como editora-chefe do núcleo, focando no trabalho de produção dos cadernos especiais e demais produtos vinculados à editoria. No final de 2019, migrou de função, assumindo o cargo de editora-chefe na plataforma de produção e transmissão de conteúdos digitais *O Povo+*, demarcando a interrupção da editoria dos cadernos, em seu formato impresso, tradicional. No núcleo investigativo, sua função abrangia a edição dos materiais, além da interlocução e negociação com a diretoria-geral de O Povo e com os setores comercial, financeiro e industrial, dentre outros, articulando

[26] Uma cópia do TCLE está disponível no apêndice "A" para consulta.

formas de operacionalizar e manter a produção. Contribuiu também com a organização do *modus operandi* da editoria e com a identidade dos materiais;

- **Repórter 1:** é *repórter especial* do jornal O Povo desde 2004, ou seja, profisisonal especializado em cobertudas aprofundadas ou investigativas, tendo sido chefe de outras editorias em períodos anteriores do periódico. Hoje, atua na plataforma O Povo+, ainda com projetos ligados ao jornalismo investigativo. Em relação aos cadernos especiais, trabalhou na maioria das vezes como repórter de campo, incorporando a função de editor em algumas ocasiões. No núcleo dos cadernos, participava desde a concepção de pauta à execução, revisão e finalização dos projetos, produzindo coberturas cotidianas e factuais, além das reportagens em profundidade que caracterizaram os especiais;
- **Repórter 2:** é repórter especial de O Povo desde a década de 1990 e, atualmente, integra a coordenação do setor de audiovisual na plataforma O Povo+, onde roteiriza e dirige documentários atrelados a grandes reportagens. Na editoria dos cadernos, atuou por 15 anos como repórter e foi editor de alguns projetos, assim como o Repórter 1, com quem costumava dividir as pautas de cobertura, principalmente as relacionadas ao Semiárido. Também foi chefe de outras editorias do jornal, como o antigo núcleo *Cidades* – setor responsável pelas matérias cotidianas e fatuais do periódico;
- **Repórter 3:** foi repórter especial de O Povo, trabalhando no jornal entre 1996 e 2019, quando saiu depois de ter sido aprovada em um concurso público. Além da editoria dos cadernos especiais, atuou nos núcleos *Cultura*, *Cidades* e *Economia* do referido veículo. No Núcleo de Jornalismo Investigativo, trabalhava em parceria com os Repórteres 1 e 2 na montagem e na seleção das pautas, no levantamento das fontes investigativas, no planejamento estratégico das coberturas, na construção dos roteiros para as investigações, nas apurações de campo e na redação das matérias;
- **Jornalista Visual:** iniciou em O Povo como estagiário de design editorial em 1999, ano em que concluiu a graduação em Jornalismo. Logo foi efetivado, galgando funções de editor até assumir o cargo de executivo de design, função na qual permaneceu até 2019, quando mudou de setor. Chefiou a equipe responsável por desenvolver, em termos gráficos, os projetos empreendidos pelo periódico, como as capas e páginas internas das edições diárias, suplementos e publicações paralelas, além dos cadernos especiais. Sua gestão abrangia a equipe de imagem composta por designers, ilustradores, fotógrafos e infografistas. Quanto ao núcleo investigativo, atuou nas definições estéticas dos projetos em parceria com a Coordenadora. Sobre o termo *jornalista visual*, refere-se ao modo

como sua profissão pode ser identificada, pois aplica fundamentos da comunicação à prática do design editorial, além de ser essa a forma como preferiu ser tratado aqui;

- **Designer:** ingressou no Grupo de Comunicação O Povo pela Fundação Demócrito Rocha (FDR) em 2001. Lá, atuou como designer editorial até 2012, quando saiu para se dedicar à formação acadêmica em Design. Em 2019, retornou a O Povo na função de executivo de design, cargo antes ocupado pelo Jornalista Visual, trabalhando também junto ao núcleo investigativo. Em 2019, sua equipe foi responsável pelo projeto dos cinco últimos cadernos lançados pela editoria, tendo desenvolvido também aplicativos que mediavam acesso ao conteúdo eletrônico desses cadernos. Atualmente, está na FDR como coordenador de cursos de capacitação promovidos pela instituição;
- **Repórter-Fotográfico:** atua em O Povo desde 1995, iniciado no serviço de tratamento de imagens do departamento de arte do jornal. Em 2005, tornou-se repórter-fotográfico e, por volta de 2010, assumiu o cargo de editor adjunto de fotografia. Em 2020, voltou a ser repórter-fotográfico, agora classificado na categoria *especial*, por estar vinculado a grandes projetos de reportagens desenvolvidos por O Povo. Hoje, seu trabalho abrange pautas investigativas e cotidianas, com atuação nos meios impresso e digital. Sobre o título *repórter-fotográfico*, trata-se, segundo ele, de um fotográfico que se especializou em coberturas jornalísticas, produzindo imagens interpretadas como narrativas e fontes de notícia. Seu trabalho foi expressivo no núcleo dos cadernos, de modo que diferentes fases de sua carreira se conectam com variados momentos da editoria, o que manteve seu nome direta e indiretamente ligado à produção dos cadernos especiais.

Percebe-se nas descrições o vínculo dos sujeitos com O Povo, além do fato de que todos acumulavam funções não limitadas à editoria dos cadernos. Com exceção da Coordenadora, os profissionais não eram exclusivos do núcleo investigativo, respondendo em paralelo a outras demandas, como a escrita de editoriais, colunas e matérias, afora escalas de plantão cumpridas em demais setores do veículo. O Jornalista Visual, o Designer e o Repórter-Fotográfico também tinham as suas respectivas equipes e demandas. Com isso, a produção dos cadernos implicava em uma rede colaborativa de sujeitos dentro e fora do Núcleo de Jornalismo Investigativo, não excluindo as tensões frequentes à rotina do jornal em suas múltiplas coberturas.

Nota-se também que o Núcleo de Jornalismo Investigativo de O Povo apresentava uma produção diversificada: havia a pauta dos cadernos especiais e existia também a de reportagens isoladas ou em série que alimentavam diariamente o periódico. A diversidade produtiva do núcleo acontecia ainda quanto à pluralidade de formatos, linguagens e tecnologias apropriadas. Até 2015, a editoria dos cadernos atuava majoritariamente no meio impresso, quando passou a

aplicar a estratégia de multiplataforma em seus projetos – uma demanda assumida pelo setor de audiovisual do jornal, que era parceiro da editoria dos cadernos especiais.

Sobre a estratégia em multiplataforma ou *transmidiática*[27], mesmo ganhando progressivo destaque, essa não desvalorizou o formato tradicional dos cadernos, que era o impresso, de maneira que os materiais foram inseridos nesse cenário sem perder as características físicas, perdurando como uma espécie de "carro-chefe" no portifólio da editoria. Apenas com a interrupção do núcleo investigativo, em 2020, é que os cadernos especiais foram descontinuados, e a histórica ênfase na impressão cedeu lugar à atuação predominantemente digital em O Povo. Essa tradição no impresso reforça, pois, a seleção dos sujeitos pesquisados, ligados ao contexto de produção dos cadernos, bem como a opção por analisar e submeter esse tipo de formato à interação dos camponeses. Isso porque, como produtos de destaque do jornal, compreende-se que os cadernos especiais se caracterizavam como materialidades impregnadas do objetivo de informar com densidade sobre o Semiárido cearense, constituindo desse universo representações sociais que importam à tese, além de pertencerem ao mundo ordenado pela cultura escrita, em seus processos clássicos de registro e edição que se preferiu estudar.

Assim, optou-se na pesquisa por não contemplar as demais estratégias e linguagens vinculadas à produção da editoria, mantendo a centralidade na textualidade impressa, isto é, no modo como as representações foram editorialmente ancoradas e objetivadas nesse formato. Especificamente quanto aos cadernos especiais, também convém esclarecer que a editoria não se limitava a produzir informações sobre o Semiárido cearense, cobrindo também pautas ligadas à capital. No entanto, havia na editoria o interesse recorrente de reportar sobre o universo sertanejo, notadamente ao público urbano, que é o segmento que predomina em O Povo. Com isso, a maior parte da produção referente aos cadernos especiais está relacionada à cobertura do

[27] Para Macedo (2024), as produções em multiplataforma e as transmidiáticas se distinguem conceitualmente, embora se confundam na prática devido às limitações operacionais. Ambas contemplam múltiplos formatos e são originárias da ascensão do digital e das crises sofridas pelo jornalismo, como a perda da exclusividade nas notícias, as rupturas nos modelos de negócio, a migração do público e os abalos na credibilidade. Teoricamente, *transmídia* é um processo de linguagem em que a narrativa é projetada para assumir diferentes roteiros de contação de uma história, conforme sejam as plataformas envolvidas na estratégia midiática. O ponto central dessas produções é a expansão narrativa em múltiplos formatos, não admitindo redundância nem mera adaptação de conteúdo, mas a noção de que as extensões possuem especificidades e convergências, complementando-se e retroalimentando-se. Enquanto isso, as estratégias em multiplataforma, por si só, são identificadas pela adaptabilidade midiática que não necessariamente segue uma complexidade de roteiro, restringindo-se ao plano da variação técnica e estética nos diferentes formatos. Em O Povo, os experimentos em multiplataforma foram iniciados na produção do caderno *Sertão a ferro e fogo* (2014) e na cobertura das eleições de 2014, desenvolvendo-se, a partir de 2015, por intermédio de *webdocs* – documentários realizados para as plataformas digitais do veículo – e demais projetos de captação e edição digitais para TV, rádio e Internet. A intenção era aderir ao conceito de transmídia, interagindo com as pautas investigativas do jornal e com outras demandas, como as editorias de informação factual e de entrevistas.

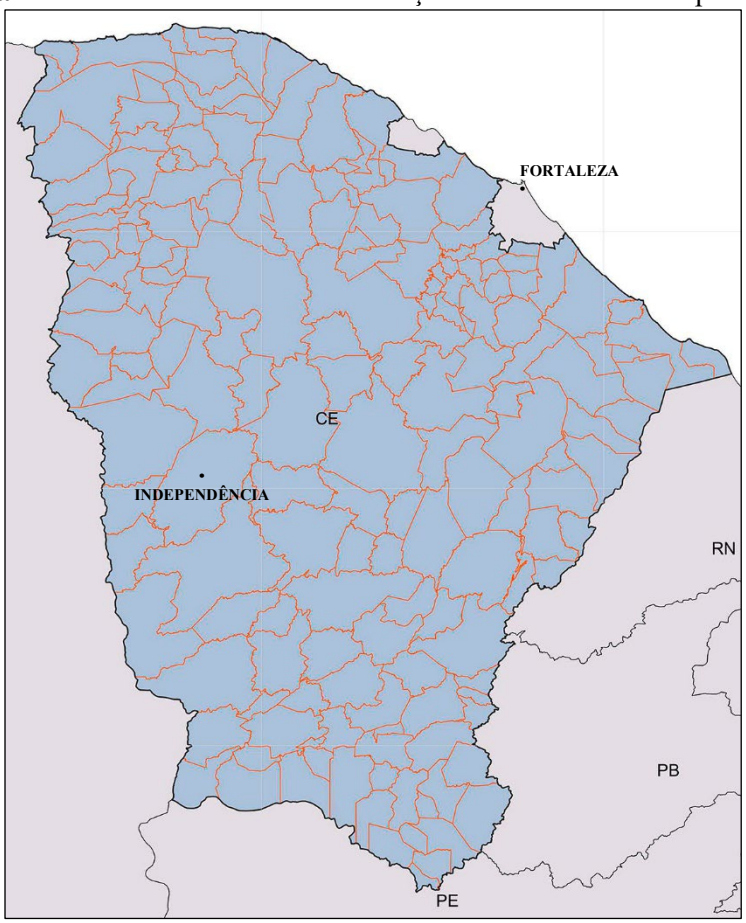
Semiárido cearense, totalizando no montante de 35 cadernos publicados entre 1998 e 2020[28], que tratam de temas como história, cultura, violência, religiosidade, estiagem e convivência. A linha temporal das fases dessa produção e a identificação das representações sociais em questão materializadas pela editoria são tratadas no próximo capítulo, junto à análise do *modus operandi* do núcleo investigativo, de seus direcionamentos e práticas de poder.

3.2.2 Universo rural

Em relação ao universo rural, esse foi delineado e prescrutado no propósito de formar o grupo leitor que interagiu com os cadernos especiais, composto por pessoas cujo perfil se assemelha ao dos sujeitos representados nesses materiais. Por isso, assim como ocorreu com as escolhas que definiram o universo do jornal, as seleções efetuadas no meio rural não se deram de maneira aleatória, mas no intuito de contemplar a finalidade central da tese que é analisar o ponto de vista de sujeitos inseridos no Semiárido cearense acerca das representações sociais materializadas pela editoria dos cadernos de O Povo. Portanto, a opção por Independência visou contemplar esse objetivo, por se tratar primeiramente de um dos 175 municípios inseridos geograficamente na região semiárida do Ceará – Estado que possui ao todo 184 municípios –, cuja extensão territorial, alusiva ao Semiárido, pode ser visualizada na figura 2.

[28] Como será abordado no próximo capítulo, houve produções sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos datadas de 1998 a 2002, ou seja, lançadas antes da formalização da editoria, assim como foi publicada uma série composta por dois cadernos especiais em janeiro de 2020, envolvendo uma equipe de repórteres e editor diferente da formação original do núcleo investigativo, uma vez que esse já havia sido interrompido.

Figura 2 – Semiárido cearense – localizações de Fortaleza e Independência.



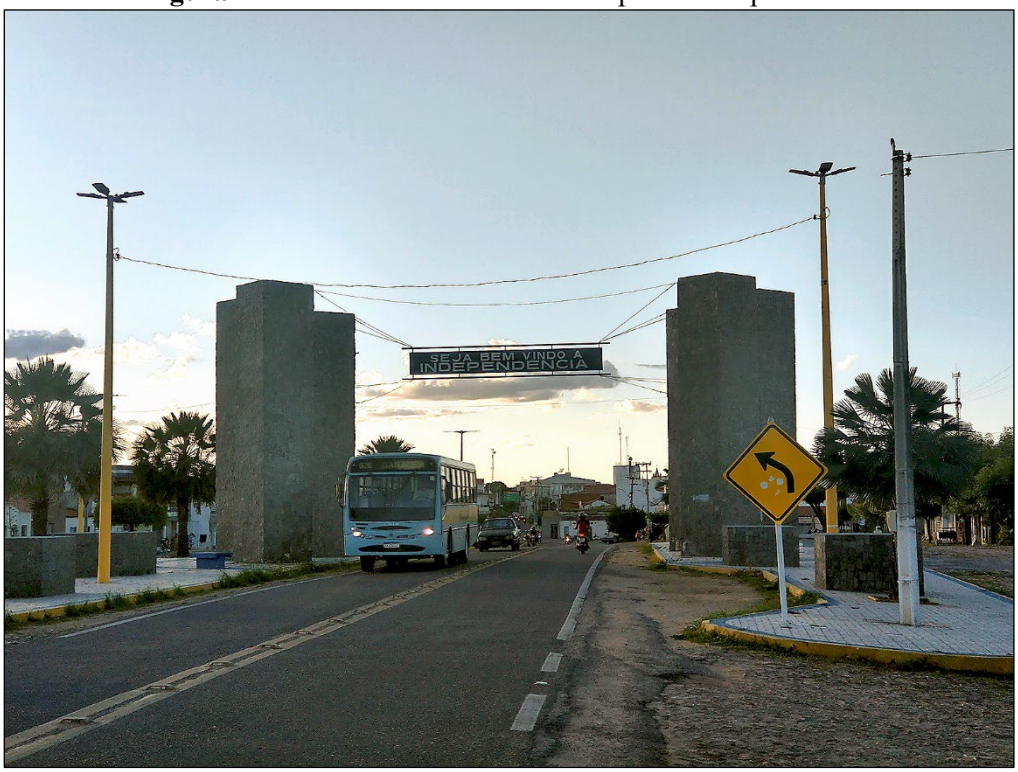
Fonte: adaptado de Instituto Nacional do Semiárido (2024).

Oficialmente fundada em 1933, Independência dista cerca de 310 km de Fortaleza e está localizada na parte centro-oeste do Estado, na região conhecida como *Sertão dos Crateús* – uma das 14 regiões cearenses de planejamento governamental criadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) a partir dos trabalhos de regionalização elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por gestões anteriores do Ceará (Instituto [...], 2015). Pelos dados do IBGE (2023), Independência ocupa uma área de 3.222,381 km^2, sendo apenas 3,44 km^2 desse território considerado urbanizado, isto é, dotado de domicílios ligados à rede de esgoto, com vias públicas pavimentadas e iluminadas. É constituída por seis distritos – Independência (sede e centro urbano do município), Ematuba, Iapi, Jandrangoeira, Monte Sinai e Tranqueiras (que formam a zona rural) – e sua população geral é composta por 24 024 mil pessoas, conforme o censo de 2022 (IBGE, 2023), com pouco mais da metade da população habitando em zona rural (Instituto [...], 2018). A figura 3 mostra a base cartográfica de Independência, enquanto as figuras 4 a 10 apresentam as partes urbanizadas da sede do município em contraste com trechos da zona rural.

Figura 3 – Base cartográfica de Independência.

Fonte: adaptado de Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (2014).

Figura 4 – Pórtico de entrada do município de Independência.



Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 5 – Rua das Pedrinhas, centro comercial de Independência.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 6 – Mercado público de Independência.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 7 – Igreja matriz de Independência – Paróquia Senhora Sant'Anna.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 8 – Passeio de acesso à Secretaria Paroquial de Independência.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 9 – Trecho da estrada de acesso ao distrito Iapi, Independência.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 10 – Vilarejo rural em Independência.

Fonte: acervo da pesquisa.

Conforme a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (2024), o índice de aridez de Independência, referente aos anos 1974 a 2016, foi de 28.69, o que classifica seu clima como sendo *semiárido*. O índice provém de um cálculo que contempla a média anual das precipitações aferidas no município durante um prazo de 30 anos, tendo como base o método empregado pelo *United Nations Environment Program* (UNEP) para estudos de desertificação. A classificação segue uma tabela, definida pelo UNEP, em que locais com índice de aridez entre 20 e 50 são considerados semiáridos[29]. No Ceará, o histórico de seca é frequente, e a pluviosidade média registrada em Independência em 2017 foi de 608,4 mm (Instituto [...], 2018), chegando a 317,1 mm em 2021 (Anuário [...], 2022, p. 148), o que reforça a classificação empregada pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). Esses dados também vão ao encontro da caracterização proposta pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), que estabelece que um dos critérios utilizados para que determinado município esteja

[29] Quanto à relação entre índice de aridez (IA) e classificação do tipo de clima, a tabela proposta pelo UNEP e adotada pela FUNCEME indica que: IA < 20 indica clima árido; 20 ≤ IA < 50 indica clima semi-árido; 50 ≤ IA < 65 indica clima sub-úmido seco; 65 ≤ IA < 100 indica clima sub-úmido úmido; IA ≥ 100 indica clima úmido. Por esse método, o clima de Fortaleza pode ser classificado como sub-úmido úmido, com IA médio calculado entre os valores registrados pelas quatro estações instaladas na capital: Castelão (IA de 86.80), FUNCEME (IA de 97.32), Messejana (IA de 78.94) e Pici (IA de 85.79), referentes aos anos 1974 a 2016 (Fundação [...], 2024).

inserido na área do Semiárido brasileiro é que esse possua a precipitação média anual inferior a 800 mm (Medeiros *et al.*, 2012)[30].

Além disso, o Índice Municipal de Alerta (IMA) referente ao ano de 2021, que buscou "medir a vulnerabilidade dos municípios no que diz respeito a aspectos climáticos, agrícolas e de assistência social" (Instituto [...], 2021, p. 5), classificou Independência como município de alta vulnerabilidade, com taxa de IMA de 0,8088[31]. Esse número colocou Independência na 11ª posição de um grupo de 30 municípios considerados os mais vulneráveis do Estado, distribuídos nas regiões: Cariri (dois municípios), Litoral Leste (dois municípios), Litoral Oeste/Vale do Curu (cinco municípios), Sertão Central (seis municípios), Sertão de Canindé (seis municípios), Sertão de Sobral (um município), Sertão dos Crateús (dois municípios), Sertão dos Inhamuns (quatro municípios) e Vale do Jaguaribe (dois municípios) (Instituto [...], 2021).

Desse modo, o levantamento técnico atesta a inserção de Independência no Semiárido cearense, mas, em termos operacionais, a opção por pesquisar no município se deve a questões de familiaridade e fácil acesso, porque se trata de local de moradia de parentes do pesquisador. Isso se mostrou relevante na coleta de dados, pois a sistematização do estudo contemplou uma imersão de viés etnográfico, tendo em vista que a tese se inscreve na perspectiva antropológica dos fenômenos estudados. Logo, a exploração *in loco* e o recrutamento do grupo leitor, que integra a finalidade desse processo, foi paulatina e demandou a necessidade de conhecer o cotidiano dos sujeitos, pois os conceitos de leitura, de representação social e de informação aqui trabalhados estão vinculados ao de cultura como produção de sentidos, da mesma forma que a ideia de leitor está ancorada na figura do sujeito comum, socialmente ordenado. A esse respeito, a presença de parentes em Independência, bem como o trajeto simplificado ao município – possível de ser trafegado por carro particular ou pela empresa de viação que cobre a região –, foram importantes para a condução da pesquisa. A presença de familiares também teve especial contribuição, porque o período de realização do estudo, entre março e junho de 2023, coincidiu com meses chuvosos no Ceará, o que levou ao transbordamento de rios e de reservatórios e ao alagamento de estradas, como ilustra a figura 11, dificultando o acesso às localidades rurais pretendidas – um problema contornado graças ao apoio dos familiares locais.

---

[30] Conforme Medeiros *et al.* (2012, p. 21), "para fazerem parte da região semiárida", os municípios brasileiros devem "atender pelo menos a um dos critérios: precipitação média anual inferior a 800 milímetros, índice de aridez de até 0,5 e risco de seca maior que 60%".

[31] Com relação ao IMA, as classes de vulnerabilidade e seus índices são: (i) alta vulnerabilidade – IMA acima de 0,7517; (ii) média-alta vulnerabilidade – IMA entre 0,6657 e 0,7517; (iii) média vulnerabilidade – IMA entre 0,5797 e 0,6657; (iv) baixa vulnerabilidade – IMA abaixo de entre 0,5797. Nesse parâmetro, Fortaleza foi classificada como menos vulnerável, com IMA de 0,4816, referente ao ano de 2021 (Instituto [...], 2021).

Figura 11 – Trechos alagados de estradas rurais de Independência.

Fonte: acervo da pesquisa.

Outro motivo de escolha desse município se atrela ao aspecto cultural: Independência e região integravam as rotas de cobertura do núcleo investigativo de O Povo. Além disso, há o fato de haver no município a presença de duas instituições consideradas centrais na constituição formativa e identitária dos camponeses locais, a saber: a Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso) e a Diocese de Crateús, ambas ideologicamente interligadas. Mesmo existindo outros fatores responsáveis pelo processo ordenador desses sujeitos, uma vez que nem todos os independencianos e demais habitantes da região se veem como camponeses nem se reconhecem nessas instituições ou exclusivamente nessas, no caminhar da pesquisa, foi possível perceber o papel socialmente gregário realizado por ambas, concernente às influências geradas no cotidiano dos sujeitos, sobretudo aos relacionados à agricultura familiar, abordados na tese[32].

[32] A despeito da força histórica exercida pela Igreja Católica Apostólica Romana, representada na região do Sertão dos Crateús pela *Diocese de Crateús* e em Independência pela *Paróquia Senhora Sant'Anna*, representante local da diocese, nem todos os independencianos são católicos e, mesmo entre os que se consideram pertencentes à religião católica, nem todos são praticantes dos ritos da Igreja e, principalmente, das ideias sociopolíticas, de cunho marxista, disseminadas regionalmente pela instituição desde a década de 1960 – e que foram aproveitadas ao estudo da tese. Para que se tenha noção, ainda que defasada, do número de pessoas declaradas como católicas em Independência, tem-se o censo demográfico realizado em 2010 com a população residente nesse município, única pesquisa até então disponibilizada no banco de dados do IGBE (2023), que informa que 23.125 pessoas se declararam como católicas apostólicas romanas naquele ano, enquanto 1.624 se afirmaram como evangélicas, reunindo aqui denominações pentecostais, não pentecostais e indeterminadas. As demais respostas ligadas a essa amostragem indicam que 659 pessoas se assumiram sem religião, 23 como católicas ortodoxas, 29 como espíritas, 93 como testemunhas de Jeová e 20 não souberam responder, totalizando em 824 pessoas.

Vista como sendo de profundo impacto social, a interferência cultural protagonizada pelas referidas instituições tem importância na pesquisa, pois serve como catalisadora das representações mobilizadas pelos camponeses estudados – uma espécie de esteio simbólico ao qual os sujeitos recorrem para ancorar e objetivar suas relações de mundo. Inclusive, essa dimensão cultural e sua interferência simbólica se manifestaram nas leituras, no âmbito da interação dos sujeitos com os cadernos, sem, no entanto, exercerem poder coercitivo suficiente para determinar as apreensões de sentido que, conforme as análises apontarão, aconteceram na fronteira entre as ordenações do contexto, as prescrições editoriais codificadas nos cadernos e as particularidades e motivações de cada sujeito leitor. Disso resultaram leituras complexas, indicativas de um horizonte dinâmico de significação, que tanto esteve marcado pelo aspecto formativo e identitário atribuído às instituições, como se abriu ao contraditório e à inventividade cotidiana que, em prática, atualizaram as representações e os saberes dos participantes.

Recorrendo à teoria das representações, tal efeito ordenador na vida dos sujeitos vai ao encontro do que Moscovici (2015a; 2015b) e Jodelet (2003; 2005) consideram como condição essencial ao fenômeno de representação social e, de acordo com Sá (1998), a partir dessa constatação, é que se tem a possibilidade de transformar o fenômeno em objeto de estudo. Nas palavras de Sá (1998, p. 45), "para gerar representações sociais, o objeto [...] [deve] ter suficiente 'relevância cultural' ou 'espessura social'", manifestando-se nele "um saber efetivamente praticado em comportamentos e comunicações que de fato ocorram sistematicamente" (Sá, 1998, p. 50). No contexto de Independência e entorno, a ação cultural mobilizada pela EFA Dom Fragoso e pela Diocese de Crateús comunga com essas premissas, em que as representações se revelam como fenômenos estruturados, distintos das formas simbólicas incipientes cuja ancoragem é indefinida. Portanto, no fenômeno de representação social há uma relação de poder em jogo, uma ideologia, ainda que essa relação não invalide as subjetividades contrárias a ela, tal como observado na pesquisa empírica, quanto à leitura dos cadernos feita pelos sujeitos. Os condicionamentos dos camponeses evitaram, então, que se trabalhasse na tese com "o discurso social flutuante, sem assento nem referência sobre a prática, e apresentando sobretudo o risco de ser falacioso" (Jodelet, 1986 *apud* Sá, 1998, p. 27)[33].

[33] A atuação institucional nos modos de vida é aceita nos estudos de matriz sociológica, como a Teoria das Representações Sociais, com a diferença de que, como abordado no capítulo anterior, enquanto a Sociologia clássica tende a anular o indivíduo perante as coletividades, Moscovici (2015a; 2015b) e seus pares, como Jodelet (2005; 2009) e Jovchelovitch (2008), defendem a relativa autonomia do sujeito nas formações simbólicas, que acontecem *condicionadas* – e não determinadas ou exauridas – pela sociabilidade expressa como ordenação cultural. Relação semelhante é encontrada nas pesquisas sobre a leitura, a exemplo de Chartier (1991; 1996; 1999; 2001; 2003), Dumont (2020), Iser (1979) e Jauss (1979), que reconhecem o impacto da subjetividade humana, tanto quanto o das influências sociais, nas significações demandadas pelo ato de ler.

Soube-se da existência da EFA Dom Fragoso e de seu papel cultural na região e proximidades no final de 2021, em decorrência de uma ida a Independência para sondar possíveis locais para a experiência empírica. Em abril de 2022, foi feito um movimento de aproximação com a escola, por via de sua página virtual inscrita na rede social do Instagram, o que culminou com uma visita realizada em 11 de maio de 2022[34]. Na ocasião, foi possível conhecer um pouco da realidade da EFA, interagir com alguns de seus educadores e educandos e verificar a disponibilidade e a viabilidade de sua participação na pesquisa. O êxito decorrente da visita, interpretada como *abordagem-teste*, possibilitou que a proposta do estudo, avaliada e qualificada no programa de doutorado no dia 29 de setembro de 2022, concretizasse-se. Com isso, a EFA Dom Fragoso pôde ser trabalhada como ponto de partida para a compreensão do contexto local e consequente acesso aos sujeitos que formaram o grupo leitor dos cadernos, em ações metodológicas praticadas nos meses de março a junho de 2023.

A partir da exploração etnográfica na EFA Dom Fragoso é que se teve conhecimento da atuação da Diocese de Crateús junto à cultura da região, pois a origem e a estrutura pedagógica da EFA estão atreladas aos fundamentos sociais da diocese, apesar de não ser uma escola religiosa. O próprio nome da EFA foi dado em homenagem ao bispo que, na década de 1960, assumiu a Diocese de Crateús e iniciou um processo de mudanças que impactaram não apenas na liturgia da Igreja católica local, mas na forma como essa se inseria nas comunidades rurais, promovendo ações de conscientização política e ambiental, reverberadas pela EFA e por outras entidades populares centradas na emancipação social do campesinato. Quanto ao efeito disso nas representações sociais sobre o Semiárido cearense, por intermédio da Diocese de Crateús e da EFA Dom Fragoso, promoveu-se a cultura da convivência com o sertão local, permitindo a adesão de camponeses a práticas agroecológicas adaptadas à realidade deles, na forma de sistemas produtivos desenvolvidos em pequenos espaços, como o quintal das casas, voltados à subsistência familiar e ao cultivo de valores relacionados à coletividade e à solidariedade.

Assim, a compreensão dos vínculos culturais, notadamente os praticados e disseminados na região por intermédio dessas instituições, confirma e reforça a seleção de Independência para a pesquisa. Esse entendimento possibilitou também que outros cenários do município fossem contemplados, diversificando o perfil dos sujeitos recrutados para o grupo leitor, sem ferir o conceito de comunidade com o qual os camponeses estudados se reconhecem e estabelecem alteridade. Vale salientar que a opção por trabalhar com camponeses partiu do enfoque dado à

[34] O agendamento dessa visita à EFA Dom Fragoso foi formalizado por via de uma carta de encaminhamento assinada pela professora orientadora da pesquisa e endereçada à coordenadora pedagógica da escola.

EFA Dom Fragoso, identificada localmente como *uma escola composta por camponeses e voltada para camponeses*. No entanto, confrontando o estereótipo dado ao camponês, esse sujeito não é concebido pela EFA, nem consequentemente por esta pesquisa, como uma pessoa arcaica e circunscrita ao roçado, mas como alguém que experiencia o campo de forma ampla, consciente e holística, ou seja, com um modo de vida não limitado às práticas agrícolas, embora essas permaneçam adotadas na comunidade como meio básico de subsistência.

Por isso, como abordados na pesquisa, há sujeitos que, mesmo distantes da lavoura e do estereótipo camponês, compreendem-se e são compreendidos localmente como camponeses a partir do modelo cultural compartilhado nas comunidades ordenadas pela EFA e pela diocese, que legitimam essa identificação. Porém, como será demonstrado nas análises, esse modelo não corresponde a uma regra absoluta, o que permite a existência de sujeitos nas comunidades que se definem a partir de estereótipos depreciativos internalizados por eles. Além disso, em certos momentos, as próprias instituições EFA Dom Fragoso e Diocese de Crateús colaboram com tal estereotipagem entre os sujeitos, o que mostra a complexidade do universo pesquisado, quanto à dialética das práticas de poder e de representação social compartilhadas no meio rural.

Como dito, para o percurso compreensivo desse ambiente humano e cultural, a EFA Dom Fragoso serviu como ponto estratégico. Sua comunidade acolheu este pesquisador durante todo o tempo necessário ao empreendimento empírico. Para tanto, contou-se com a estrutura de alojamento da escola, a saber: um quarto foi disponibilizado ao pesquisador, facilitando o acompanhamento cotidiano dos educadores e educandos, que convivem 24 horas na escola em cumprimento ao regime pedagógico da alternância[35]. Além disso, como também anunciado, o apoio de parentes locais do pesquisador se mostrou favorável ao fazer da pesquisa, nos auxílios com hospedagem e locomoção, como por exemplo nas visitas realizadas à localidade Santa Luzia, um dos cenários abordados, decorrentes da imersão na EFA.

Distante 14 km da sede municipal, a EFA Dom Fragoso situa-se em perímetro rural isolado, localizado em Santa Cruz, distrito Ematuba, cujos dez quilômetros iniciais de percurso

[35] A *pedagogia da alternância* é a metodologia praticada na EFA Dom Fragoso e em outras escolas de mesmo perfil. Assenta-se na perspectiva da educação contextualizada ao campo, estabelecendo períodos de permanência dos educandos na escola, onde ficam alojados e cumprem rotinas diárias de formação teórica e prática, envolvendo manhã, tarde e noite, de domingo a domingo, alternados com períodos em que eles retornam às famílias para aplicarem os conhecimentos apreendidos. Na EFA Dom Fragoso, os turnos para os educandos são de 12 dias na escola e 12 dias em casa. Esse método visa a integração dos educandos, das famílias e das comunidades com a escola, em regime de conscientização e valorização dos contextos locais e seus sujeitos, promovendo a identificação com o meio em que vivem. Nesse sistema, também se visa desarticular a hierarquia entre educador e educando. Os educadores na EFA Dom Fragoso são denominados *monitores*, pois, além de educarem e de exercerem funções administrativas de forma remunerada, realizam, em esquema de mutirão com os educandos, serviços gerais na escola, como manutenção, limpeza, cuidados agrícolas, preparo e distribuição de refeições.

são feitos em estrada pública, mantida pela prefeitura, enquanto os quatro finais são percorridos em estrada particular, aberta há alguns anos por camponeses vinculados à escola. É tida como uma instituição de ensino pioneira, voltada à cultura camponesa no Ceará, sendo qualificada como escola família agrícola de referência em comunidades dos sertões Central, dos Crateús e dos Inhamuns, assistidas por ela. Na Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE), está registrada como escola de nível médio técnico, contemplando turmas de primeiro a terceiro ano, tendo aberto matrícula para o nono ano do ensino fundamental em 2024. Seus educandos concludentes recebem certificado de *técnico em agropecuária* e são orientados a permanecerem nas comunidades em que vivem, contribuindo com o desenvolvimento local sustentável.

A EFA Dom Fragoso foi inaugurada em 2002, no dia 19 de março – dia dedicado a São José, tido pela fé católica como responsável pela estação chuvosa no Ceará. Sua fundação partiu de movimentos organizados, relacionados a assentamentos e sindicatos rurais, fomentados pela Diocese de Crateús e por células da Igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), liderados pelo Padre Camponês e por uma freira. Um ano antes, em 2001, uma comissão formada por religiosos e camponeses criou a Associação Escola Família Agrícola de Independência (AEFAI), entidade que se responsabilizou pelas demandas burocráticas que o projeto de fundação e construção da escola exigia, atuando hoje no gerenciamento de recursos em prol da manutenção da EFA, que se sustenta por contribuições de voluntários e cobrança de mensalidades de baixo custo às famílias dos educandos. O terreno da EFA Dom Fragoso, cuja extensão cobre 130 hectares, foi adquirido por meio de doações financeiras de entidades ligadas ao meio católico, e as instalações foram erguidas em regime de mutirão, reunindo grupos da Igreja, sindicatos e camponeses de áreas de assentamento.

Inicialmente, a EFA Dom Fragoso funcionou atendendo crianças de 10 anos em diante, filhas e filhos de camponeses assentados, e a proposta visava expandir para outras faixas etárias a cada ano. Mas, em 2012, o núcleo responsável pela escola optou por mudar para o público juvenil, estruturando o atual ensino médio. Até 2023, a EFA Dom Fragoso possuía 52 jovens matriculados, provenientes de 14 municípios cearenses, incluindo Independência, distribuídos nas três turmas do curso – primeiro, segundo e terceiro ano. Sua proposta pedagógica visa inserir os educandos no manejo de práticas agroecológicas que orbitam a cultura da convivência com o Semiárido. Em sistema de alternância entre escola e família, os educandos são estimulados a desenvolver e apresentar, no final do terceiro ano, o que chamam de *Projeto de Vida da Família Camponesa* (PVFC): uma proposta de intervenção local sustentável, destinado à produção agrícola familiar, que agrega os núcleos familiares e comunitários dos educandos, mesclando saberes tradicionais da região com os aprendizados técnicos do curso.

Desse modo, pelo PVFC e atividades preliminares realizadas nas turmas de primeiro e segundo ano, a escola tem a pretensão de formar sujeitos socialmente conscientes da realidade em que vivem, capazes de valorizar vínculos familiares e comunitários, assim como os saberes partilhados nesses círculos, contribuindo com a convivência no Semiárido fundamentada no tripé *escola, família e comunidade* (Machado; Araújo, 2021). Nessa intenção, são enfatizadas a formação crítica dos educandos, a socialização do conhecimento e a valorização das tradições inseridas no Semiárido, adotando as denominadas *tecnologias sociais*, que são maneiras de subsistência adaptada à realidade local, envolvendo conduções agroecológicas e unidades produtivas – pequenos espaços de produção agrícola destinada às famílias –, que integram o conjunto de práticas e saberes dos camponeses direcionados ao cuidado consigo, com o outro e com o meio ambiente. As figuras 12 a 23 ilustram algumas das estruturas da EFA Dom Fragoso às quais se teve acesso e que foram importantes à incursão empírica da pesquisa.

Figura 12 – Cancela de entrada da EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 13 – Bloco de salas de aula da EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

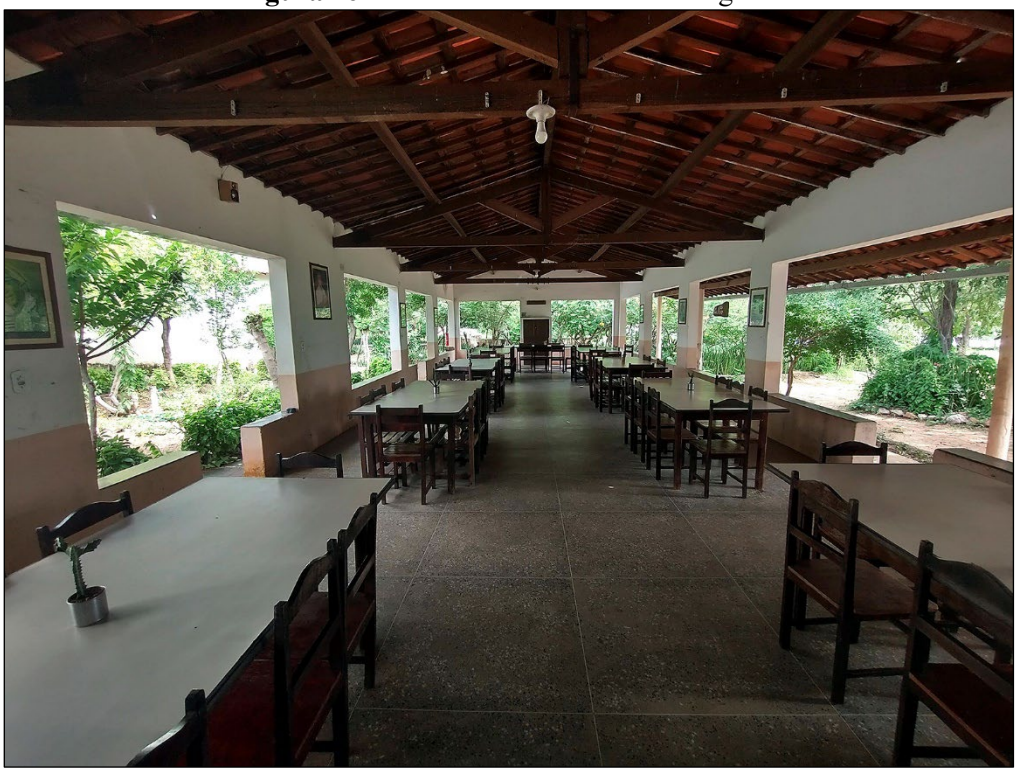
Figura 14 – Anfiteatro da EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 15 – Auditório da EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 16 – Refeitório da EFA Dom Fragoso.



Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 17 – Cozinha da EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 18 – Mística realizada na EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 19 – Ritual da mística na EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 20 – Sistema de mandala produtiva na EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

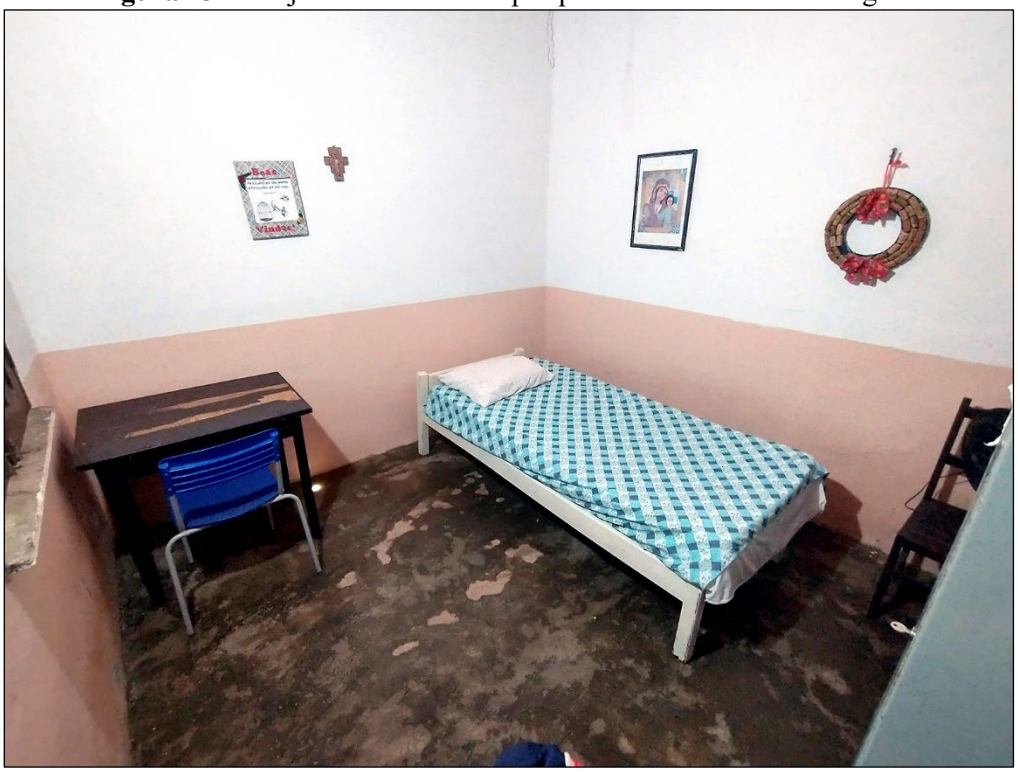
Figura 21 – Aula de campo na EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 22 – Biblioteca da EFA Dom Fragoso.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 23 – Alojamento cedido ao pesquisador na EFA Dom Fragoso.



Fonte: acervo da pesquisa.

O espaço da EFA Dom Fragoso lembra um grande sítio arborizado, de aspecto rústico, bem zelado e acolhedor. Sua configuração administrativa e pedagógica contempla diferentes blocos dispostos separadamente, com trilhas ladeadas por jardins interligando-os. Toda a estrutura é plana e se localiza no térreo. Além da sala reservada aos educadores e das salas de aula, que são duas, amplas e arejadas, a escola possui sala de informática, biblioteca, sala com recursos multimídia, auditório, anfiteatro, refeitório, banheiros e alojamentos distintos para educadores e para educandos, diferenciados também conforme o sexo. Há ainda as chamadas *unidades produtivas*, que integram o sistema pedagógico e fornecem água e alimentos de origem animal e vegetal para a comunidade escolar, como um açude de pequeno porte, casa de sementes, casa produtora de pães, sistemas de roçado, viveiro de mudas, mandalas produtivas, hortas e criatórios de animais, como galináceos, suínos e caprinos, comuns na região.

Nas paredes, gravuras pintadas por um artista local evocando o sentido de comunidade camponesa, completada por outras intervenções gráficas, como a placa do refeitório que sinaliza a inscrição “Pai/Pão Nosso”. Também estão expostas imagens de personalidades alinhadas aos movimentos de esquerda, como Dom Hélder, Frei Tito, Paulo Freire e Che Guevara. Defronte ao alojamento dos educandos, existe uma estrutura circular coberta e rodeada por alpendres, nomeada *telhoça*, destinada a reuniões, como as relacionadas à *mística* – um ritual frequente no campesinato, em que pessoas se agrupam em torno de uma simbologia formada por elementos

ligados à terra, à água e à produção, na intenção de provocar reflexões sobre o meio em que estão inseridos. As plantas são catalogadas com etiquetas que identificam nomes populares e científicos, e há placas de madeira, espalhadas nos jardins, com frases que aludem ao projeto de convivência – ou "bem viver" – com o Semiárido. A eletricidade provém de placas solares, não há sinal telefônico e as conexões à internet são via rádio, com acesso livre, porém instável.

A partir da EFA Dom Fragoso, a exploração empírica permitiu o acesso a outros três cenários de Independência, a saber: a localidade Santa Luzia, distante cerca de 60 km da sede do município, pertencente ao distrito Iapi, a Rádio Comunitária de Independência e a Paróquia Senhora Sant'Ana, ambas localizadas na sede do município. No entanto, convém esclarecer que apenas na EFA Dom Fragoso houve o estudo sistemático e que a menção aos outros cenários ocorre por esses serem locais de moradia – no caso de Santa Luzia – e de atuação – no caso da rádio e da paróquia – de alguns camponeses que participaram do grupo leitor e que não possuem vínculo formal com a escola, ou seja, que não são educadores nem educandos. Tais cenários e seus sujeitos foram inseridos dada a necessidade de diversificar o grupo leitor, evitando a endogenia na pesquisa. Conforme as interações de campo foram acontecendo, percebeu-se que os três cenários compartilham do mesmo contexto cultural da EFA Dom Fragoso – não à toa, os cenários e seus sujeitos foram fruto de indicações feitas por educadores da escola.

Com isso, pôde-se escrutinar as fronteiras simbólicas da comunidade estudada, com o cuidado para não desfigurar a metodologia da tese. Esses cenários serão contemplados no quinto capítulo, que analisa as representações sociais e as leituras dos sujeitos. No momento, pode-se dizer que Santa Luiza é uma das localidades tradicionalmente assistidas pela EFA Dom Fragoso, sendo reconhecida como um importante centro de engajamento social na zona rural de Independência. A Rádio Comunitária de Independência é um projeto parceiro da EFA, e seu idealizador é o mesmo fundador da escola, o Padre Camponês, que nessa época era pároco de Independência. A rádio comunitária, juntamente com o informativo produzido pela Diocese de Crateús, *O Roceiro*, constitui-se como um dos meios de comunicação local que os camponeses acessam para se informar e pelos quais se sentem representados. Sobre a Paróquia Senhora Sant'Ana, trata-se da representante da Diocese de Crateús em Independência; as instalações da rádio ficam anexas ao salão paroquial, e sua programação respeita os interesses da Igreja. As figuras 24 a 27 permitem visualizar cada um desses cenários envolvidos na pesquisa.

Figura 24 – Capela de Santa Luzia, distrito de Iapi, Independência.

Fonte: acervo da pesquisa.

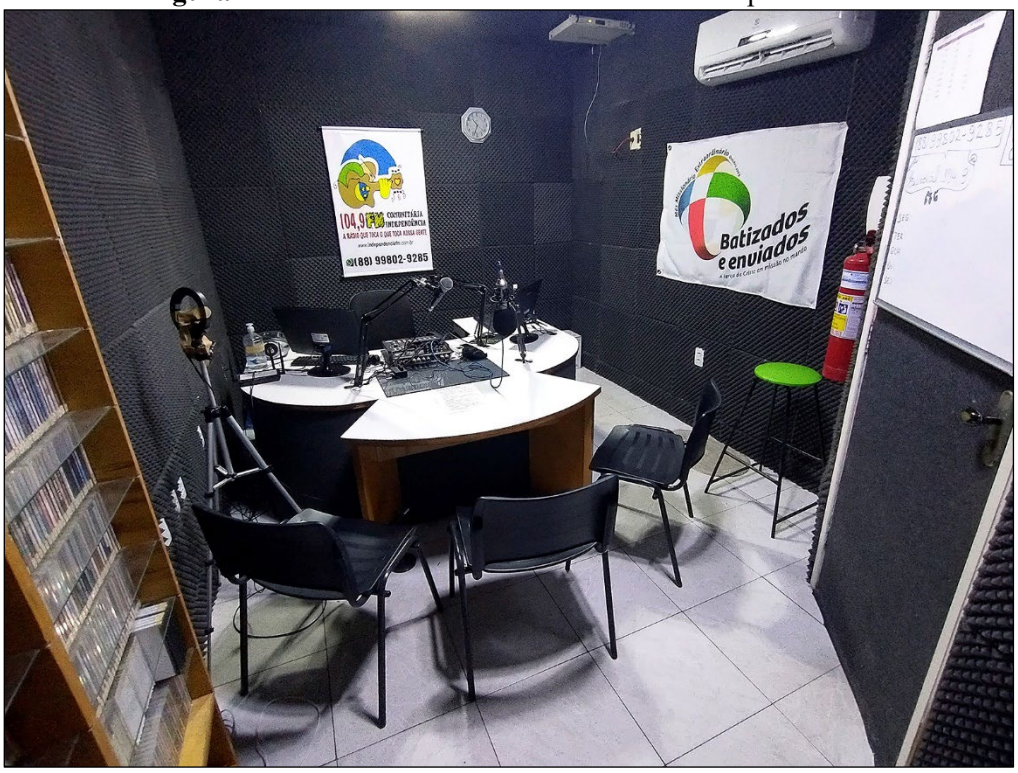
Figura 25 – Casa de uma camponesa em Santa Luzia.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 26 – Rádio Comunitária de Independência anexa ao salão paroquial.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 27 – Estúdio da Rádio Comunitária de Independência.



Fonte: acervo da pesquisa.

Vê-se como esses ambientes sociais estão interligados e cooperam com o desenho da pesquisa. Quanto à composição do grupo leitor, foram recrutados dez sujeitos, distribuídos da

seguinte maneira: quatro vinculados à EFA Dom Fragoso, sendo dois educadores e dois educandos; dois vinculados à Santa Luzia; dois à rádio comunitária e dois à Paróquia Senhora Sant'Ana. Essa organização assume aqui função meramente didática, porque, em prática, os vínculos estabelecidos entre os sujeitos se esgarçam, o que reforça o sentido de alteridade, tanto a vivenciada por eles, em suas experiências cotidianas, como a exercida metodologicamente na pesquisa, na ação de agrupá-los para o estudo. Por exemplo, apenas um dos dez sujeitos não se reconhece inserido na EFA Dom Fragoso, apesar de comungar com os valores disseminados pela escola. Trata-se de uma senhora de 78 anos, membra ativa na Paróquia Senhora Sant'Ana. Quanto aos demais sujeitos, eles resultam das indicações colhidas no interior da EFA. Nas entrevistas, os nove relataram ter algum sentimento de pertencimento à escola, mesmo que informal ou vago, o que faz refletir sobre a força ordenadora mediada por essa instituição.

No grupo leitor, os sujeitos se identificaram como camponeses, embora as ocupações relatadas por eles sejam variadas, não se limitando à agricultura nem à pecuária. Há diferença também quanto às idades e equilíbrio entre os sexos. Os recrutamentos partiram da experiência junto à EFA Dom Fragoso, principalmente das indicações colhidas no interior da escola. Essas indicações foram submetidas aos critérios estabelecidos pela metodologia da pesquisa de tese, que envolvem os aspectos éticos, conceituais e operacionais sintetizados a seguir:

- Identificar-se como camponês, participante da cultura de convivência com o Semiárido local, devido à relevância que o fator gregário e ordenador possui para o fenômeno das representações sociais, assim como para o conceito antropológico de leitura. Como dito, tal condição vem da exploração empírica realizada na EFA Dom Fragoso e da intenção de manter a ancoragem na comunidade, pois todos se identificam como camponeses, independentemente da ocupação profissional. Manter a relação foi também uma forma de confrontar o estereótipo que objetiva negativamente os sujeitos inseridos no campo, evitando que a pesquisa reproduzisse esse tipo de artimanha socialmente excludente;
- Saber ler, não importando a proficiência nem a escolaridade do sujeito, tendo em vista a abordagem do estudo, em que a ação *leitura* e o sujeito *leitor* não são tratados como abstrações ou idealizações, mas como encarnações sociais cotidianas;
- Ser maior de 18 anos, em conformidade com o quesito aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG);

- Ter interesse e disponibilidade em participar dos processos da pesquisa, condição atestada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)[36];
- Preferencialmente, desconhecer os cadernos especiais estudados, porque, embora não fosse decisória, a não familiaridade do sujeito com os materiais geraria dados relevantes à análise das representações advindas dos atos de leitura, tendo em vista que representar socialmente envolve a constituição de familiaridades indicativas de posicionamentos atrelados a modos de vida, que são a base das representações sociais.

Segue o descritivo do perfil de cada camponês participante do grupo leitor da pesquisa, acompanhado pelo quadro 2 que sintetiza essas informações. Da mesma forma como aconteceu com os sujeitos interrogados no universo empírico do jornal, os nomes das pessoas do campo foram substituídos na finalidade de manter a condição de anonimato dos pesquisados.

- **Fátima:** tem 38 anos, é solteira e possui dois filhos pequenos. Mora na localidade São Jerônimo, situada na zona rural de Independência, a cinco quilômetros da sede do município. É formada em Pedagogia e História e atua como educadora na EFA Dom Fragoso desde 2018, nas disciplinas História, Sociologia e Filosofia, além de cuidar dos serviços práticos, complementares da escola, como o sistema produtivo da mandala e o viveiro de mudas do bloco dos vegetais. Nas atividades pedagógicas, contribui ainda com o plano de estudos dos educandos e com o PVFC, e, entre 2019 e 2022, assumiu o cargo de coordenadora pedagógica na EFA. A localidade onde mora é envolvida com o movimento social e religioso das CEBs, e, desde os 12 anos, Fátima está engajada nos mutirões da Igreja. Sua inserção nesse contexto abrange também a rádio comunitária, em que atuava representando os interesses da EFA e da localidade onde reside;
- **Cícero:** tem 32 anos, é solteiro e não possui filhos. É natural de Crateús, morador do assentamento Dom Fragoso, localizado a 20 km da sede do município. Possui vivência no campo desde criança, nas práticas agrícolas ensinadas pelos pais, que sempre o incentivaram a estudar como forma de superar as dificuldades do meio rural. É licenciado em Química pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e atua como educador na EFA Dom Fragoso desde 2015, sendo responsável pelas disciplinas Química e Física, além de desempenhar as atividades práticas complementares e os demais acompanhamentos pedagógicos pertencentes à metodologia da alternância. Em 2023, assumiu o cargo de coordenador financeiro da EFA Dom Fragoso;

[36] Afora o TCLE direcionado aos camponeses (ver apêndice "B"), também foi submetido à coordenação da EFA Dom Fragoso um termo de anuência à pesquisa aprovado pelo CEP/UFMG.

- **Franscisca:** tem 38 anos, é solteira e possui um filho de 18 anos. É natural de Quixeramobim, Sertão Central, e reside na localidade rural Lagoa de São Miguel, onde nasceu. Mora com os pais idosos e com o filho, todos envolvidos com a agricultura familiar. Foi mobilizadora social no polo da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE) de seu município e coordenadora do sindicato local. É educanda do terceiro ano na EFA Dom Fragoso; ingressou na escola em 2022 para cursar o segundo ano, transferida da EFA de seu município, chamada *Danilo Almeida*, onde havia feito o primeiro ano;
- **Antônio:** tem 27 anos, é solteiro e não possui filhos. É natural de Choró, Sertão Central, onde reside com os pais na localidade Riacho do Meio. Apresenta-se como *agricultor agroecológico,* exercendo a atividade com a família desde 2002. Possui produção no campo diversificada, envolvendo o cultivo de gergelim e de algodão, além da produção de mel de abelha, apicultura e meliponicultora, e da manipulação de alimentos, como doces. Foi presidente da associação de jovens produtores rurais de sua localidade e acredita na força do engajamento popular. É educando da EFA Dom Fragoso, na mesma turma de Franscisca, terceiro ano, também transferido da EFA Danilo Almeida. Um dos motivos de sua transferência foi a identificação com a pedagogia da EFA Dom Fragoso, à qual teve contato por meio do irmão mais velho, egresso da escola;
- **Lurdes:** tem 83 anos, é viúva e mora com o filho, a nora e os dois netos na localidade Santa Luzia, onde nasceu. Atua como *animadora cultural* em sua localidade, título originário da experiência dela com as CEBs e destinado a quem trabalha em prol do engajamento comunitário intermediado pela Igreja. É praticante da agricultura familiar, com produção caseira diversificada: feijão, hortaliças e mel de abelha, por exemplo, além de artesanato – sua nora tece redes de dormir, confeccionadas com embalagens plásticas de arroz e goma de tapioca. O contato de Lurdes com a EFA Dom Fragoso teve início em reuniões da década de 1990, lideradas pelo Padre Camponês, que culminaram com a fundação da escola. Seu vínculo se manteve pelos auxílios prestados aos educandos, nos estágios e nas pesquisas que os jovens realizam em Santa Luzia;
- **Assis:** tem 51 anos, é solteiro e não possui filhos. Mora com os pais em Santa Luzia e, assim como Lurdes, é reconhecido como animador cultural na localidade, com atuação centrada nos movimentos sindicais e na CPT, na organização e atendimento a agricultores familiares. É presidente da associação dos moradores de Santa Luzia, coordenador de base do sindicato dos agricultores familiares de Independência e

membro do conselho fiscal do sindicato rural em Independência. No quintal de casa, cultiva milho, feijão e cria galinhas e caprinos para a subsistência da família. A interação com a EFA Dom Fragoso acontece pelas visitações técnicas à escola e pela participação como membro da AEFAI, além de acompanhar os estágios dos educandos;

- **Rita:** tem 57 anos, é divorciada e possui dois filhos. Nasceu na localidade São Jerônimo, a mesma de Fátima. Desde a juventude, engaja-se nos movimentos pastorais e comunitários. Na adolescência, foi para a sede do município estudar, onde atualmente mora, mas manteve os vínculos com o campo, ajudando o pai sempre que possível no cultivo de milho, feijão, arroz, batata e mandioca, além da produção de farinha e criação de animais de pequeno porte. Segundo informou, foi a primeira mulher no Ceará a conseguir anular o casamento na Igreja católica, fruto de união forçada quando jovem. Possui atuação política, denominando-se como militante das causas sociais. Em 1997, integrou o grupo que fundou a Rádio Comunitária de Independência, em que está hoje como diretora e apresentadora de um programa semanal sobre os direitos das mulheres. Também participou do processo de criação da EFA Dom Fragoso, integrando as equipes que visitaram algumas EFAs de outros estados para colher exemplos pedagógicos. Defende a correlação entre a rádio comunitária e a EFA Dom Fragoso, não apenas pela origem comum, mas pelo projeto de emancipação conduzido por ambas as instituições;
- **Josias:** tem 26 anos, é solteiro e não possui filhos. Nasceu no assentamento Floresta, na zona rural de Independência, e atualmente mora com a avó na sede do município. É comunicador na Rádio Comunitária de Independência há cerca de dois anos, responsável por dois programas: um dedicado a músicas regionais populares e o principal noticiário da rádio, transmitido de segunda a sexta. É também estudante de um curso técnico em manipulação de alimentos pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), em Crateús. Seu contato com a EFA Dom Fragoso se deu inicialmente por intermédio da família, pois o irmão mais velho foi educando da escola. Na época, Josias, mesmo criança e na companhia da família, participava dos mutirões articulados na EFA. Ele se sente parte da comunidade pelas memórias que cultiva e por intermédio da atuação na rádio comunitária, que comunga com a ação formativa e cultural da escola;
- **Benigna:** tem 78 anos, é viúva e possui oito filhos, quase todos casados. É natural de Canindé, município localizado a 117 km de Fortaleza, e morou por 37 anos em Iapi, Independência. Fixou-se nesse distrito após o casamento, passando a cuidar da fazenda herdada pelo esposo. Quando solteira, acompanhava os pais em peregrinações entre municípios do interior cearense, à procura de trabalho. Além das atividades na fazenda,

atuou como agente de saúde da prefeitura de Independência. Hoje, aposentada, mora na sede do município, na companhia de parte da família. É ministra da eucaristia na Paróquia Senhora Sant'Ana, dedicando-se às atividades católicas, na visitação a idosos e pessoas com mobilidade reduzida, impedidas de frequentar as missas. É a única do grupo da pesquisa a não se sentir vinculada à EFA Dom Fragoso, apesar de divulgá-la no município, motivada pelos relatos que escuta na Igreja e por pessoas conhecidas que frequentam a escola. Com isso, a participante se insere no contexto maior, ligado à Diocese de Crateús, tendo atuado nas CEBs desde que residia em Iapi, quando manteve diálogo profícuo com o Padre Camponês, na época, pároco de Independência;

- **Clemente:** tem 51 anos, é solteiro e não possui filhos. É *leigo* na Paróquia Senhora Sant'Ana – agente paroquial não ordenado pela Igreja. Nasceu em Mombaça, Sertão Central, e se estabeleceu em Independência em 1984. Seus avós maternos e seus pais o influenciaram na decisão de se dedicar ao catolicismo. No final da década de 1990, a convite do Padre Camponês e de outros religiosos, assumiu funções nos movimentos sociais da Igreja, incluindo as CEBs, oficializando o diálogo com as comunidades rurais da região. Possui vivência na EFA Dom Fragoso desde a fundação da escola, onde presta serviço voluntário como educador na área de *orientação humana*, com carga horária mensal de oito horas cedidas pela paróquia. Também participa da AEFAI, como membro da associação, e já comandou um programa na rádio comunitária.

Quadro 2 – Perfil resumido dos participantes do grupo leitor.

Participante	Descrição
Fátima	38 anos, solteira, possui dois filhos, educadora da EFA Dom Fragoso e moradora da localidade São Jerônimo, zona rural de Independência/CE.
Cícero	32 anos, solteiro, não possui filhos, educador da EFA Dom Fragoso e morador do assentamento Dom Fragoso, zona rural de Crateús/CE.
Francisca	38 anos, solteira, possui um filho, educanda da EFA Dom Fragoso e moradora da localidade Lagoa de São Miguel, zona rural de Quixeramobim/CE.
Antônio	27 anos, solteiro, não possui filhos, educando da EFA Dom Fragoso e morador da localidade Riacho do Meio, zona rural de Choró/CE.
Lurdes	83 anos, viúva, possui um filho e duas netas, animadora cultural e moradora da localidade Santa Luzia, zona rural de Independência/CE.
Assis	51 anos, solteiro, não possui filhos, delegado sindical e morador da localidade Santa Luzia, zona rural de Independência/CE.
Rita	57 anos, divorciada, possui dois filhos, comunicadora da rádio comunitária e moradora da sede de Independência/CE.
Josias	26 anos, solteiro, não possui filhos, comunicador da rádio comunitária e morador da sede de Independência/CE.

Benigna	78 anos, viúva, possui oito filhos e vários netos, ministra da eucaristia da Paróquia Senhora Sant'Anna e moradora da sede de Independência/CE.
Clemente	51 anos, solteiro, não possui filhos, leigo da Paróquia Senhora Sant'Anna, orientador na EFA Dom Fragoso e morador da sede de Independência/CE.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Como é possível observar, todos os dez integrantes do grupo leitor possuem algum tipo de relação com o contexto social e cultural priorizado no estudo. Sobre a dinâmica do recrutamento, salienta-se que uma das participantes indicadas na EFA Dom Fragoso desistiu de participar da pesquisa no meio da condução empírica, levando-a à substituição sem que sofresse qualquer penalidade, bem como à exclusão de seus dados coletados, em obediência aos termos expressos no TCLE. Ainda se ressalta que, afora os dez sujeitos, mais quatro foram abordados no intuito de auxiliar na compreensão de aspectos do contexto explorado, como o Padre Camponês, cujos relatos abrem as análises do quinto capítulo. Quanto à sistemática da coleta de dados aplicada no universo do jornal e no rural, essa é tratada no tópico seguinte.

3.3 Da coleta das informações de campo

As técnicas e as ferramentas utilizadas na coleta das informações empíricas foram mencionadas anteriormente: envolveram entrevistas conduzidas por roteiros semiestruturados e observação participante. Além dessas, a pesquisa contou com uma estratégia metodológica planejada para promover a interação dos camponeses com os cadernos especiais, a qual foi denominada como *leitura provocada*. Nesta seção, os instrumentos, as técnicas e as estratégias usadas serão apresentadas e justificadas conforme a relevância perante as particularidades do estudo, relatando como se deu a pragmática em campo e o que isso demandou em termos de recorte nos dois universos da pesquisa: o do jornal e o rural.

No do jornal – que corresponde ao ambiente do antigo núcleo dos cadernos especiais, representado pelos sete sujeitos abordados, dada a importância da atuação deles na editoria e, principalmente, na amostra estudada –, as ações visaram a investigação e a organização do processo de produção dos cadernos, atualizando a compreensão originada pela citada experiência de mestrado (Mendonça, 2018), em conformidade com os objetivos e operadores analíticos da tese. Quanto ao rural, tencionou-se realizar uma descrição densa da realidade dos camponeses pesquisados, por via da imersão etnográfica praticada no interior da EFA Dom Fragoso e do contato pontual com os demais cenários alcançados pela pesquisa – Santa Luzia, Rádio Comunitária de Independência e Paróquia Senhora Sant'Ana. A finalidade desse

processo foi munir-se de informações acerca dos contextos, que tanto possibilitassem a formação de um grupo leitor heterogêneo, inserido na comunidade trabalhada, como subsidiassem a posterior análise das leituras dos cadernos, quanto a indicar as marcas socioculturais presentes nas apreensões de sentido decorrentes dos atos de leitura.

Como dito, o roteiro das entrevistas praticadas no universo do jornal e no rural foi do tipo semiestruturado. Para Minayo (2014), quando empregada como técnica de pesquisa, a entrevista em si é interpretada como uma "*conversa com finalidade*" (Minayo, 2014, p. 189, destaque da autora), objetivada pela intenção de "ouvir e conduzir o entrevistado para que explicite, de forma mais abrangente e profunda possível, seu ponto de vista" (Minayo, 2014, p. 190). O roteiro semiestruturado é um instrumento que segue uma sequência de perguntas previamente definidas, porém adaptáveis ao momento e às circunstâncias do entrevistado. Isso permite que a entrevista não meramente dite a interação, sobrepondo-se à experiência, mas que, na ocasião da entrevista, sejam absorvidos "novos temas e questões traduzidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura de relevância" (Minayo, 2014, p. 191). Assim, a predefinição do roteiro serve tão somente para assegurar que "alguns itens indispensáveis para o delineamento do objeto em relação à realidade empírica [sejam contemplados], facilitando abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação" (Minayo, 2014, p. 191).

Nas pesquisas qualitativas que envolvem o estudo de representações em comunidades, como a desta tese, as entrevistas, em conjunto com a observação participante, são ferramentas necessárias, pois permitem captar nuances pelas quais os fenômenos podem ser interpretados, oportunizando apreensões profundas pelo nível de intimidade e interação que o pesquisador consegue ter com os sujeitos da empiria (Minayo, 2014; Sá, 1998). Para esse desafio, Deslandes (2005, p. 167) recomenda que o pesquisador adote a postura de *aprendiz*, quer dizer, de alguém que "busca aprender sobre a cultura local, sobre comportamentos e práticas que desconhece". Além disso, conforme continua a autora, é importante na ocasião da entrevista "que o entrevistador esteja atento, pois, freqüentemente [*sic*], o que pareceria redundante ou sem sentido pode conter significados implícitos, estilos de discurso ou uma mensagem do tipo 'não quero responder a isto'" (Deslandes, 2005, p. 170). Assim, junto às entrevistas, a observação participante (ver roteiro no apêndice "F") atuou como um artifício metodológico balizador da interação desejável, em termos éticos de pesquisa, bem como promotor de sensibilidades pelas quais foram possíveis perceber as *deixas simbólicas* dos entrevistados, em forma de relato e de gestos, no âmbito de seus contextos, enriquecendo o processo de interação com eles.

Com o grupo ligado à produção dos cadernos especiais, foi realizada uma entrevista semiestruturada para cada participante. Das sete entrevistas, cinco aconteceram no espaço físico

de O Povo, agendadas mediante a disponibilidade dos entrevistados, na seguinte sequência: Repórter 1 (14 de dezembro de 2022), Coordenadora (15 de dezembro de 2022), Repórter 2 (20 de dezembro de 2022), Jornalista Visual (22 de dezembro de 2022**)** e Repórter-Fotográfico (17 de janeiro de 2023). Com a Repórter 3, tentou-se agendar a entrevista em seu atual local de trabalho, mas, em respeito à decisão dela, a conversa precisou ser adaptada ao formato de e-mail, processada desta forma: em 21 de dezembro de 2022, foi enviada ao seu endereço eletrônico a sequência de perguntas pertencentes ao roteiro da entrevista (ver apêndice "C"), solicitando que as questões fossem respondidas livremente; em 23 de dezembro de 2022, a entrevistada remeteu as respostas ao pesquisador. Quanto ao Designer, também a pedido dele, a entrevista foi adaptada e aconteceu por videoconferência no dia 27 de dezembro de 2022.

Todas as entrevistas feitas face a face, as presenciais e a virtual, foram gravadas e depois transcritas segundo a autorização de cada participante. Todos assinaram o TCLE no mesmo dia em que foram entrevistados; no caso da Repórter 3 e do Designer, a disponibilização do documento aconteceu via e-mail, e as assinaturas foram colhidas digitalmente. Quanto ao roteiro, tratou-se essencialmente do mesmo tipo para todos os interlocutores do jornal, com alterações discretas quanto à atuação e à experiência de cada um no núcleo investigativo, afora as perguntas complementares, consideradas oportunas à pesquisa, fruto das interações.

Com os sujeitos do universo rural, o processo empírico foi denso e resultou no total de 34 entrevistas, distribuídas com 14 entrevistados. Explica-se: por serem os atores principais do estudo, investiu-se na interação com eles, e as entrevistas foram organizadas em duas fases que cumpriram finalidades específicas, apesar de complementares: a (i) necessidade de formar e interagir com o grupo leitor, precedida pela (ii) necessidade de compreender o contexto dos sujeitos. As ações dessas duas fases foram simultâneas e aconteceram entre os dias 15 de março de 2023 e 18 de junho de 2023. Das 34 entrevistas, 30 se referem ao processo de recrutamento e aos ciclos de leitura com os dez sujeitos do grupo leitor, em que cada um deles foi entrevistado em três ocasiões específicas, como será detalhado no próximo tópico. Quanto às outras quatro entrevistas, aplicadas a não integrantes do grupo leitor, essas se relacionam à descrição dos cenários alcançados pela pesquisa, que contou com um levantamento documental paralelo para fins de compreensão desses cenários.

Ainda sobre as quatro entrevistas extras, três dessas estão relacionadas ao entendimento do contexto da EFA Dom Fragoso: história, motivações, valores, estrutura pedagógica, público, hierarquia interna e redes de apoio, dentre outras questões objetivas. Para isso, foram abordados três sujeitos: o atual coordenador pedagógico, uma das educadoras e o Padre Camponês, fundador da escola. A outra entrevista que fecha as quatro interações extras está relacionada ao

contexto de Santa Luzia; foi realizada com outra educadora da EFA Dom Fragoso, moradora e atuante nessa localidade, que havia indicado Lurdes e Assis como participantes do grupo leitor. Sobre os contextos da rádio comunitária e da paróquia local, as informações ficaram a cargo de conversas com Rita e com Clemente, não demandando procedimentos metodológicos extras.

Devido à natureza exploratória e qualitativa da pesquisa, os números de entrevistados e de entrevistas do universo rural não foram premeditados nem passaram por critério estatístico. Resultaram da experiência imersiva na comunidade, de suas sugestões e indicações, bem como da necessidade de diversificar os perfis dos participantes do grupo leitor. Em parte, os números desse contexto atendem ao critério metodológico de *saturação*, descrito por Sá (1998, p. 92) como meio de definir o "número-limite" de procedimentos e sujeitos em amostras qualitativas, feito "no decorrer da pesquisa", quando "temas e/ou argumentos começam a se repetir" e que "entrevistar uma maior quantidade de outros sujeitos pouco acrescentaria de significativo ao conteúdo da representação". No meio rural, a amostra priorizou as indicações colhidas no seio da comunidade, submetendo essas sugestões aos crivos ético, conceitual e operacional da pesquisa, explicitados no TCLE que todos precisaram assinar. O apurado em cada entrevista se mostrou suficiente aos objetivos da tese, não necessitando recrutar mais sujeitos.

Quanto à estruturação dos roteiros aplicados ao universo rural, procurou-se contemplar os fundamentos da tese ligados ao fenômeno das representações sociais e da leitura, ancorados na Ciência da Informação e no conceito antropológico de cultura. Assim, buscou-se atender ao que Sá (1998) aconselha: que as entrevistas conduzam o entrevistado a revelar pontos de vista e juízos de valor sobre o problema e o objeto estudados, evitando perguntas abstratas que o levem a elaborar respostas vagas e preconcebidas. Por outro lado, o mesmo autor sublinha que promover a espontaneidade do entrevistado, por si só, não garante o acesso às representações sociais pesquisadas, pois isso poderá encobrir aspectos relevantes da realidade em foco. Por isso, deve-se começar "com perguntas de caráter mais concreto, factuais e relacionadas às experiências cotidianas dos sujeitos, para gradativamente passar a perguntas que envolvam reflexões mais abstratas e julgamentos" (Sá, 1998, p. 90). Logo, priorizaram-se perguntas que permitissem "ir além da espontaneidade [do entrevistado] em direção ao que por várias razões não é comumente dito", procurando acessar "um conhecimento óbvio para a população estudada; mas não para o pesquisador, [...] pois com freqüência [*sic*] o não dito [...] constitui um conteúdo principal da representação" (Sá, 1998, p. 90).

Com isso, os roteiros aplicados aos dez participantes do grupo leitor (ver apêndices "D" e "E") foram organizados em prol de acessar suas representações acerca de si, do outro e do meio em que vivem, operacionalizando a estratégia da leitura provocada, tratada no próximo

tópico. Sobre os roteiros utilizados nas quatro entrevistas extras, de finalidade descritiva dos cenários alcançados pela pesquisa, esses foram produzidos segundo cada situação e ao longo do processo empírico, caracterizando-se como roteiros mais abertos, se comparados aos semiestruturados priorizados na interação com os participantes do grupo leitor.

Quanto aos profissionais relacionados à editoria dos cadernos especiais de O Povo, os roteiros de entrevista contemplaram três blocos de assunto, que são: o operacional da produção dos cadernos sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos, com suas motivações; o histórico dessa produção; e os impactos sociais decorrentes da produção. Todos os roteiros semiestruturados utilizados na pesquisa estão disponíveis nos apêndices da tese, discriminados conforme o público e a ocasião em que foram aplicados.

3.3.1 Ação hermenêutica dos leitores pesquisados: recortes metodológicos

Tendo em vista que a ação leitora integra o objetivo de promover a interação dos camponeses com os cadernos de O Povo, a *leitura metodologicamente provocada*, ou apenas *leitura provocada*, nos moldes como é referida aqui, nasceu da necessidade de sistematizar meios que favorecessem essa interação de maneira significante ao estudo, dialogando e contribuindo com as abordagens exploratória e qualitativa e com os fundamentos da tese. Portanto, sem a pretensão de ser apresentada como método ou técnica, trata-se de uma estratégia desenvolvida em prol do cumprimento da pesquisa, dentro das condições sociais da empiria, e que abrangeu seleções feitas no universo do jornal e no rural, quanto à definição da amostra de cadernos especiais lida pelos camponeses – um recorte dos 35 cadernos sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos, produzidos ao longo da carreira do núcleo investigativo.

Essa estratégia partiu do conceito de leitura como fenômeno participante dos processos representacionais, produtores de sentidos, que permite aos sujeitos assumirem posições ante um mundo socialmente mediado e desigual (Certeau, 2014; Chartier, 1991; 2001; 2003; Freire, 1983). Além disso, por se tratar de uma leitura metodologicamente provocada, e não *forçada* nem *manipulada*, tomou-se como referência o que considera Dumont (2020) acerca da tríade *contexto-sentido-motivação* que circunda o processo leitor inserido na Ciência da Informação. Nas palavras da autora: “A ação leitura se inicia por algum estímulo, por alguma vontade de ler” (Dumont, 2020, p. 49). Com isso, em prol da efetividade e da profundidade da experiência, a estratégia se preocupou com aquilo que estimularia a atenção dos camponeses, motivando-os à leitura dos cadernos, da qual a pesquisa e seus resultados são dependentes.

Nessa perspectiva, a leitura tanto se adequou às condições teóricas da pesquisa, como ventilou, em campo, oportunidades para que os camponeses, ao terem contato com os cadernos,

interagissem com esses materiais de maneira a ressaltar a dialética em torno das representações tencionadas pela editoria do jornal. Nesse âmbito, a leitura provocada permitiu conhecer não apenas se os sujeitos se identificavam com os cadernos estudados, mas quais sentidos poderiam ser apreendidos e articulados por eles, evidenciando análises, ressalvas e demais julgamentos dos camponeses perante o conteúdo lido. Isso reforça o conceito de leitura como apropriação de informações, notadamente simbólicas, que acontece por via interferente de contextos.

Diante disso, assume-se a leitura provocada como ação alinhada às seguintes sentenças provenientes dos conceitos que fundamentam a tese: (i) leitura como produção de sentidos ou informações; (ii) leitura como relação de mundo; (iii) leitura como objetivação e apropriação; e (iv) leitura como transgressão simbólica. Em outras palavras, uma estratégia que buscou priorizar a perspectiva dos camponeses, seus contextos e motivações, de maneira a produzir sentidos pesquisáveis. A ideia da provocação comunga com a perspectiva de Chartier (1996), que reflete sobre os efeitos planejados nos processos de edição, em que se pretende um tipo de *leitura implícita* a esses processos, confirmável ou não pelos leitores em suas apreensões. Por isso, tomou-se proveito da estética dos cadernos de modo balizado à ética da pesquisa.

Da mesma forma que Sá (1998) considera diferentes o fenômeno de representação e o objeto de estudo ligado às representações, uma vez que o primeiro ocorre por circunstâncias cotidianas, relativas ao senso comum, enquanto o segundo se insere nas operações reificantes da ciência, a leitura provocada se embasa na ação leitora, porém, seu aspecto estratégico, voltado à finalidade da pesquisa, faz com que essa se distinga do conceito de *tática* de Certeau (2014), refletido no capítulo teórico. Com isso, não se trata da mesma experiência leitora que os camponeses provavelmente teriam caso não estivessem participando do estudo, mas de uma aproximação típica das explorações qualitativas (Minayo, 2012), uma provocação à qual os sujeitos foram esclarecidos e convidados a interagir, respeitando as liberdades de recusa e de desistência de qualquer um, a qualquer tempo, como registrado no TCLE.

Somado ao aspecto diferencial da leitura provocada está o fato de que, justamente por ser uma prática conduzida metodologicamente, o pesquisador é ativo nos processos de seleção e mobilização das representações sociais e, com essas, das alteridades postas em interação com os leitores. Essa intervenção na *e* pela pesquisa, simbolizada pelos recortes aos quais os cadernos especiais foram submetidos, assim como o recrutamento que os participantes do grupo leitor sofreram, faz com que a ação do pesquisador possa ser equiparada à de um mediador ou moderador dessas representações e suas leituras, tendo em vista as articulações dadas em prol de promover uma zona de confronto e de negociação expressa pelo ato de ler. Assim, tomado dessa consciência acerca do estudo e de seus impactos nos sujeitos, buscou-se dar centralidade

ao grupo pesquisado, respeitando as produções de sentido decorrentes das leituras que fizeram, bem como a forma como se posicionaram em relação ao próprio estudo conduzido.

Em termos operacionais, como dito, os recortes no universo do jornal empreenderam a seleção dos cadernos especiais a serem lidos, pois o total contabilizado desses documentos com temática ligada ao Semiárido é de 35 cadernos, em que as publicações menos volumosas possuem oito páginas e a maior, 20 páginas. Assim, na intenção de não descaracterizar o formato tradicional dos materiais e de oferecer meios pragmáticos para que a leitura e as entrevistas referentes à experiência leitora acontecessem, foram escolhidos quatro cadernos para compor a amostra da pesquisa, em atenção aos seguintes critérios:

- Relacionar-se ao cotidiano dos camponeses, considerando suas ordenações culturais, a fim de estimular o interesse pela leitura, submetendo a pretensa objetividade produzida pela editoria ao crivo dos que a vivenciam no dia a dia, favorecendo negociações de sentido, criticidade e tensionamento de relações informacionais e representacionais;
- Enfatizar a fase estruturada da editoria, que compreende o período entre 2007 e 2019, pois se entende que é nesse momento que a produção dos cadernos sobre o Semiárido cearense passou a ser sistematizada, adquirindo direcionamentos que regulavam como as representações sociais sobre o sertão e os sertanejos deveriam ser trabalhadas;
- Diversificar a amostra quanto ao conteúdo e ao assunto, evitando induzir interpretações acerca do jornal e sua equipe, priorizando as publicações com data mais recente.

As capas dos quatro cadernos especiais, intencionalmente escolhidos para compor a amostra disponibilizada ao grupo leitor da pesquisa, podem ser visualizadas na figura 28.

Figura 28 – Capas dos cadernos lidos pelos camponeses pesquisados.

Fonte: acervo da pesquisa.

O primeiro caderno, *Documento BR: histórias de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais*, foi publicado em 17 de dezembro de 2006 e possui 12 páginas. Traz relatos de vítimas dessa violência, denunciando a participação de policiais, profissionais do transporte de cargas e comerciantes em pontos localizados próximos a rodovias que cruzam o Estado do Ceará. O caderno data do mesmo ano em que o governo federal lançou uma campanha de combate à exploração sexual, resultando de um prêmio conquistado pelo jornal, promovido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e pelo Instituto WCF-Brasil. Sua seleção foi motivada por tratar de uma questão sensível ao contexto local, assim como pela maneira como a editoria objetivou as vítimas da exploração nas reportagens, utilizando-se, em determinados momentos, de termos depreciativos, apesar do enfoque social. Além disso, sua escolha se deu pela possibilidade de despertar críticas e estranhamentos nos camponeses, devido à temática sexual abordada e às questões de gênero que povoam o tema e que poderiam despertar debates morais acerca do problema e das vítimas, já que a região apresenta casos de machismo e demais formas de desabono e exclusão às mulheres do campo.

O segundo caderno, *Os quinzes: capítulo 1*, foi publicado em 18 de agosto de 2015 e possui dez páginas. Integra uma série de coberturas chamada *Peleja da água*, lançada entre 2012 e 2017, que tratam da estiagem prolongada que acometeu o Ceará nesse período. O título faz menção ao romance de Raquel de Queiroz, *O quinze*, que completava 100 anos na ocasião. Traz histórias de pequenos produtores que conseguiram se adaptar ao regime de escassez de água. O motivo da escolha se deu por tratar de práticas e saberes compartilhados pelos camponeses estudados, no que se refere aos modos de convivência com o Semiárido e à condução da agricultura familiar, de maneira que, dentre os quatro cadernos da amostra, esse é o que mais se aproxima dos preceitos ordenados pela comunidade rural pesquisada. O volume dois, que continua esse caderno, foi lançado na semana seguinte e traz mais exemplos desse modo de convivência com a seca, complementando a temática trabalhada pelo jornal.

O terceiro e o quarto cadernos – *A seca que matou os peixes*, de 30 de agosto de 2016, e *A premência pela água: o cinturão que vai trazer o São Francisco*, de 13 de outubro de 2017 –, também estão inseridos na série *Peleja da água*. Com 12 páginas, *A seca que matou os peixes* (2016) trata dos efeitos resultantes da estiagem que atingiu os açudes cearenses, com relatos colhidos de sujeitos, entre pequenos pescadores e médios empresários, prejudicados pela situação. Já o caderno *A premência pela água* (2017), com oito páginas, denuncia os atrasos de construção e entrega da obra *Cinturão das Águas* – um projeto de aproximadamente 1.200 km de extensão, que interliga o eixo norte do canal da transposição do rio São Francisco, localizado na fronteira sul do Estado do Ceará, à Região Metropolitana de Fortaleza, litoral, e que deveria

abastecer emergencialmente a capital nesse período de estiagem prolongada. O caderno *A seca que matou os peixes* (2016) foi escolhido por evocar a imagem da seca como calamidade pública; e *A premência pela água* (2017), por tratar de aspectos político-ideológicos em torno da pretensa vontade do governo em sanar o suposto problema da seca – duas temáticas que, a princípio, contrapõem-se às representações sociais dos camponeses sobre o sertão e a seca.

Quanto à escolha de *A seca que matou os peixes* (2016), também cabe esclarecer que, dentre os cadernos classificados na temática da *seca vista como calamidade* – como é o caso de *Planeta seca* (2012), que retrata Independência e abre a série *Peleja da água* –, priorizou-se o de data mais recente em diálogo com a condição temporal das representações. Apesar de não incluir Independência na apuração, mas municípios vizinhos, como Tauá, viu-se em *A seca que matou os peixes* (2016) a oportunidade de explorar outros elementos familiares aos camponeses pesquisados, seja pelo fato de Independência e a própria EFA Dom Fragoso disporem de açudes e riachos que também secaram na estiagem, fazendo com que os sujeitos ligados à piscicultura local enfrentassem problemas semelhantes aos reportados no caderno, seja porque a abordagem feita pelos jornalistas despertaria questões centrais à cultura da convivência com o Semiárido, como o respeito que os camponeses mantêm com a natureza e com os seres viventes, além das críticas políticas posicionadas contra assuntos do caderno, como a açudagem e a migração.

Ainda sobre a operacionalização, por causa das dinâmicas locais agravadas no período das chuvas, que pioraram a situação das estradas da zona rural de Independência, limitando acessos, a aplicação da leitura provocada variou conforme a disponibilidade de cada participante do grupo, tendo em vista que as abordagens foram todas individuais. Assim, a condução envolveu três encontros realizados com cada um dos dez sujeitos recrutados, em momentos variáveis da pesquisa, tendo como auxílio instrumental as entrevistas de roteiro semiestruturado e a observação participante, conforme sintetizado a seguir:

- **Primeiro encontro:** contemplou entrevista introdutória sobre a ligação do entrevistado com o contexto representado pela EFA Dom Fragoso, as caracterizações que ele articula sobre o Semiárido, a alteridade camponesa e a mídia, afora os gostos pessoais de leitura. Após a entrevista, mediante o aceite em participar das outras etapas do processo, foram disponibilizados de forma conjunta os cadernos *Documento BR* (2006), *Os quinzes* (2015a) e *A seca que matou os peixes* (2016), combinando um prazo flexível de retorno referente ao segundo encontro da pesquisa. Esse prazo variou segundo a disponibilidade de cada participante, em seus afazeres diários, ritmos de leitura e segurança para falar;
- **Segundo encontro:** entrevista focada na experiência em torno dos três cadernos lidos, com relato livre sobre a experiência, preferências tidas entre os cadernos e seus motivos,

sensações e lembranças despertadas pela leitura, prováveis mudanças de pensamento ou opinião, críticas e julgamentos ao conteúdo e reconhecimento com o material. Ao final do encontro, foi disponibilizado o caderno *A premência pela água* (2017) e combinado outro prazo flexível de retorno, nos moldes do primeiro encontro;

- **Terceiro encontro:** enfoque na experiência leitora do último caderno, com roteiro de entrevista similar ao do segundo encontro, comparando essa experiência com a anterior, bem como os quatro cadernos entre si, seus temas e representações mobilizadas.

A forma como a amostra dos cadernos foi administrada ao grupo teve como motivação a diferença quanto à natureza dos enfoques dados pela editoria. Embora o Semiárido esteja representado sob óticas diferentes nos três primeiros cadernos – pela da violência, pela da convivência com a seca e pela da tragédia da seca, respectivamente –, e os sujeitos simbolizados como *vítimas de contexto hostil* em Documento BR (2006), *pessoas comuns que se reinventam para conviver com a seca* em *Os quinzes* (2015a) e *heróis resignados e persistentes* em *A seca que matou os peixes* (2016), o aspecto social está ressaltado nesses três materiais por intermédio de histórias de vida, fotografias humanizadas, letras de estilo manuscrito e ilustrações lúdicas, dentre outras soluções jornalísticas e editoriais. O contrário acontece no quarto caderno, cujo enfoque é político e estão priorizadas imagens da construção dos canais da transposição, levantamentos técnicos, cores sóbrias, letras de aspecto sisudo e infográficos detalhados.

Diante disso, a estratégia de dividir os cadernos nos encontros consistiu em saber, primeiramente, como os camponeses se comportariam com os materiais aparentemente mais suscetíveis ao gosto deles, por enfatizarem o lado humano, para comparar essa experiência com a leitura de um caderno que, apesar do tema ser igualmente sensível a eles – pois o grupo criticava o poder público nas entrevistas –, tratava-se de uma publicação que tanto era mais "séria" ou "fria" em relação às anteriores, como parecia exaltar o projeto da transposição do rio São Francisco e do Cinturão das Águas – outro assunto polêmico para a comunidade camponesa estudada, que acusa o Estado de intervir, por meio de obras como essas, nos ecossistemas locais, além de privilegiarem setores poderosos, como o agronegócio, ao qual se opõe com veemência.

Ainda sobre os materiais da amostra e sua distribuição aos membros do grupo, também cabe informar que, pelo fato de O Povo não possuir estoque de exemplares impressos – tendo em vista que a constituição física dos objetos é facilmente degradável, já que eram produzidos em papel jornal –, a versão digital e em alta resolução de cada um dos 35 cadernos sobre o Semiárido foi disponibilizada ao pesquisador pela equipe do periódico, constituindo um acervo ao estudo desses documentos e permitindo a reprodução dos quatro cadernos da amostra em uma gráfica de pequena tiragem, tudo de forma autorizada pela Coordenadora. Assim, como

indica a figura 29, foi providenciado um jogo de três exemplares para cada caderno da amostra, coloridos e em grande formato, na intenção de remeter à estética original, porém adaptados aos limites da gráfica. Essas cópias, juntamente com as versões digitais, foram distribuídas ao grupo, destinando os impressos para quem os preferisse ou tivesse limitação em leitura por dispositivo eletrônico. As cópias foram, então, revezadas entre os que apresentaram essas condições, e as versões digitais foram encaminhadas para quem pudesse lê-las, o que fez com que o ciclo das entrevistas, quanto aos prazos dos encontros, adequasse-se à dinâmica.

Figura 29 – Reprodução impressa da amostra de cadernos para os leitores.

Fonte: acervo da pesquisa.

Como pode ser visto no capítulo que analisa as leituras, pode-se dizer, em linhas gerais, que a provocação permitiu que os camponeses refletissem sobre si e seu entorno, considerando as representações deles sobre o universo em que se situam, bem como as apreensões deles acerca das representações materializadas pela equipe do jornal. Os sentidos apropriados pelos dez integrantes do grupo leitor fazem referência ao contexto cultural da comunidade em que esses pesquisados estão inseridos, evidenciando consensos e dissensos, ou seja, as ofertas simbólicas não dissociadas da complexidade diária e suas formas de discrepância e contradição. Além disso, as leituras praticadas foram do tipo *analíticas*, quer dizer, exercidas com criticidade e fôlego, o que permitiu que os sujeitos demarcassem o seu lugar social frente às representações dos jornalistas. Em suma, apesar das dificuldades da região – que atestam que as acusações dos

camponeses contra o poder público têm razão de ser –, os participantes se mostraram motivados e interagiram significativamente com a pesquisa, cedendo gentilmente o tempo necessário, no curso de seus afazeres, à participação e recebendo, sempre de bom grado, o pesquisador. O próximo tópico, último deste capítulo, retoma as reflexões sobre o método da pesquisa, nas considerações sobre como o apurado de campo foi tratado e analisado na tese.

3.4 Do tratamento das informações coletadas e sua interpretação crítica

Como pesquisa que se lança a explorar artimanhas de representação social inscritas por gestos de informação e leitura, buscou-se fazer jus à perspectiva antropológica dos estudos de comunidade, considerando os universos pesquisados. Procurou-se contemplar o que Minayo (2012, p. 623-624) indica sobre o estudo envolver um "trabalho de campo profícuo", capaz de conduzir à tessitura de "uma história ou uma narrativa coletiva, da qual ressaltam vivências e experiências com suas riquezas e contradições [...], uma história em que os diversos interesses e as várias visões tenham lugar e possibilidade de expressão". Diante de tal desafio, o método hermenêutico-dialético possibilitou reunir em análise as particularidades dos cenários e dos sujeitos abordados, valorizando a complexidade que essas realidades sociais evocam.

Em prática, à medida que as informações e as impressões de campo foram registradas – isto é, gravadas em arquivos de áudio, anotadas em diário de campo, transcritas e documentadas –, essas foram organizadas a fim de possibilitar o tratamento da interpretação crítica. O roteiro dos instrumentos aplicados cooperou com a ordenação dos conteúdos captados, constituindo as seções que compõem o quarto e o quinto capítulo da tese, ambos analíticos, em que o primeiro versa sobre o universo do jornal e o segundo, sobre o dos camponeses e suas leituras. Esse tratamento partiu da proposta operativa de Minayo (2014), sofrendo ajustes de acordo com os objetivos da pesquisa, na intenção de promover a escrita delineada pelos achados de campo – uma ação carregada por tensionamentos, que encontrou guarida no método hermenêutico-dialético e seu estímulo à criatividade e à criticidade das relações humanas.

Assim, evitou-se tratar e interpretar os conteúdos coletados de modo restrito à condução técnica e categórica que, segundo Minayo (2012), por se contrapor à característica dialética do método, empobreceria os resultados. A organização envolveu a correlação: (i) "dos textos teóricos e referências que balizaram o projeto e [que] agora precisam ser complementadas"; (ii) do "material de observação [...] contido no diário de campo, fonte legítima de informação para compor a análise"; (iii) dos "documentos geográficos, históricos, estatísticos e institucionais que porventura existam, que foram pesquisados e que devem ajudar na contextualização do

objeto" – no caso, das fontes usadas na compreensão sobre o camponeses e seus modos de vida; além das (iv) "entrevistas, resultados [...] de outras fontes primárias" (Minayo, 2012, p. 624). O esforço em favor da contextualização dos pesquisados, seguindo as recomendações de Minayo (2012), envolveu os três primeiros itens citados, enquanto isso, no quarto, que se refere à fala dos participantes entrevistados, deu-se "prioridade numa leitura atenta, reiterativa e cheia de perguntas" (Minayo, 2012, p. 624), isto é, investigativa, provocativa, exaustiva.

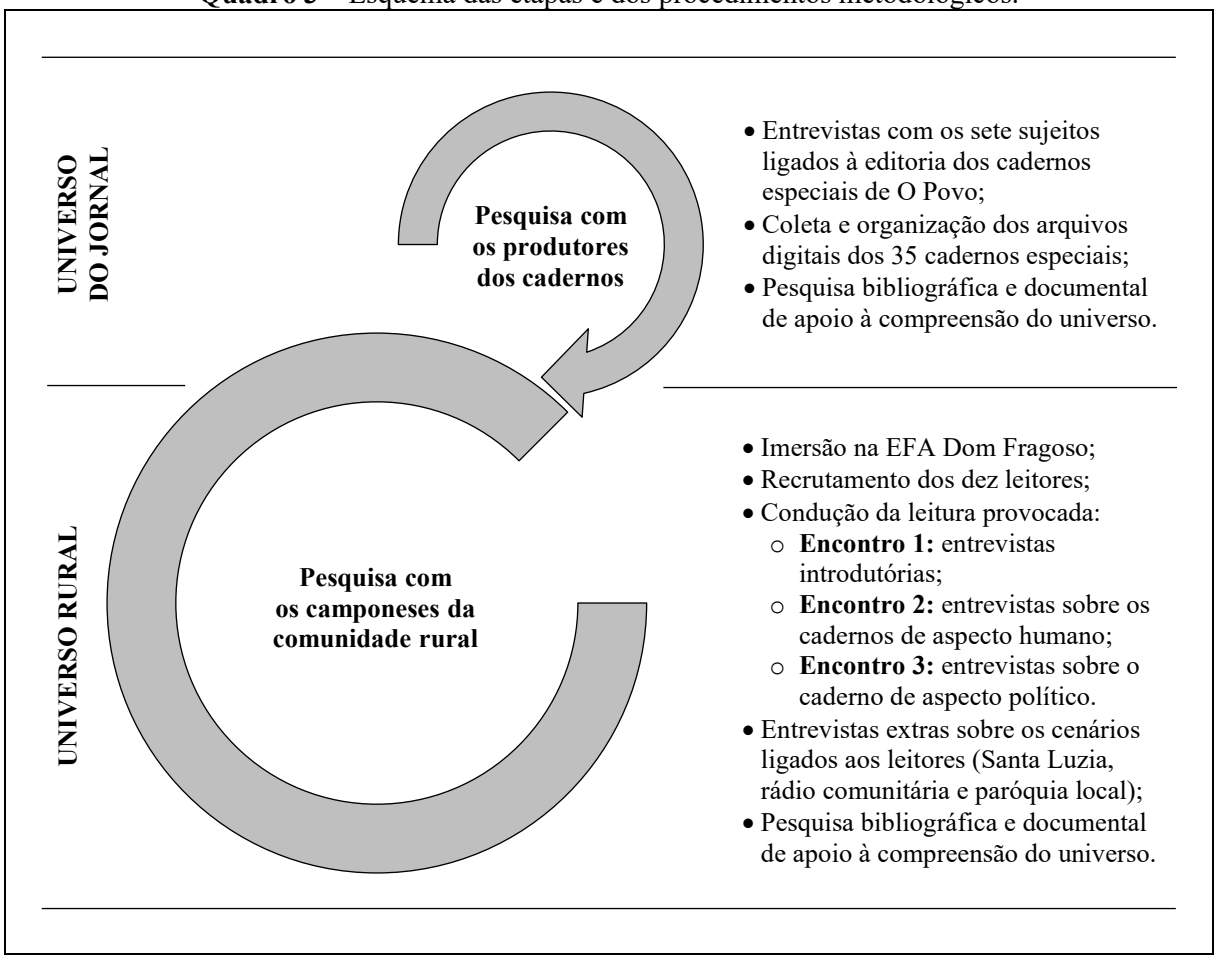
Logo, a tipificação do material coletado visou a "apropriação da riqueza de informações do campo, tentando, na medida do possível, não 'contaminá-lo' por meio de uma interpretação precipitada" (Minayo, 2012, p. 624). Por isso, foi exercitada a impregnação dos conteúdos delineada pela finalidade da pesquisa, com a sistematização e a simplificação compreensivas atentas às contradições dos contextos pesquisados. Em relação a isso, priorizou-se o que se considerou relevante, em movimento constante de reiteração às bases do conteúdo das análises, na pretensão de não ser leviano nem imediatista nas conclusões, mas buscando acessar a "lógica interna dos atores, do grupo, ou do segmento", alvo da incursão etnográfica, e sendo "capaz de ultrapassar o nível descritivo do seu material empírico" (Minayo, 2012, p. 624). Nesse intento, recorreu-se a estudos complementares a fim de esclarecer tópicos dos universos explorados não contemplados no aporte teórico desenvolvido no segundo capítulo, que são sobre a informação jornalística editada aos cadernos de O Povo e sobre a natureza sociopolítica, de viés marxista, presente no catolicismo praticado em Independência e respeitada pelos camponeses do grupo.

Nesse processamento, as "unidades de sentido" (Minayo, 2012, p. 625) selecionadas, que equivalem à categorização empírica e que deram corpo aos tópicos da organização e da tipificação das informações, contemplam, então, o propósito de salvaguardar a fidedignidade do estudo em relação aos sujeitos pesquisados, "fugindo à ideia de verdade única" (Minayo, 2012, p. 625), anacrônica e positivista. Ao mesmo tempo, teve-se o cuidado em produzir objetivações conscientes do princípio excludente que toda representação social carrega em si, mobilizando "uma análise o mais possível sistemática e aprofundada e que minimize as incursões do subjetivismo, do achismo e do espontaneísmo" (Minayo, 2012, p. 626), não dissolvida também no tecnicismo contrário à operacionalização hermenêutico-dialética.

Na tese, tais *unidades de sentido* articuladas foram, no universo do jornal: (i) o perfil de atuação da editoria; (ii) os objetivos e as motivações nas familiaridades instituídas; (iii) as relações ética e estética priorizadas na estratégia editorial; (iv) a dialética do poder nas operações simbólicas sistematizadas; (v) a recepção estimada; e (vi) o impacto social das ações do núcleo dos cadernos especiais. Quanto ao universo rural: (vii) as inserções sociais dos sujeitos; (viii) as visões de si, do outro e do meio; (ix) os modos de mobilização e resistência

comunitária; (x) as apreensões de sentido pela leitura; (xi) as formas de reconhecimento pela leitura; e, de modo complementar, (xii) os estranhamentos, os tensionamentos, os enredamentos improváveis, as contradições e as contestações pela leitura. O quadro 4 organiza e resume esses tópicos da análise, estando precedido pelo quadro 3, que recupera os estágios e procedimentos pertinentes à coleta das informações empíricas realizada nos dois universos da pesquisa.

Quadro 3 – Esquema das etapas e dos procedimentos metodológicos.



Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Quadro 4 – Unidades de sentido selecionadas do material empírico.

Universos empíricos	Unidades de sentido
Universo do jornal	(i) perfil de atuação; (ii) objetivos e motivações; (iii) relações ética e estética; (iv) dialética do poder; (v) recepção estimada; (vi) impacto social.
Universo rural	(vii) inserções sociais; (viii) visões de si, do outro e do meio; (ix) formas de mobilização e resistência; (x) apreensões de sentido; (xi) formas de reconhecimento; (xii) formas de estranhamento.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Portanto, a partir de Minayo (2012; 2014), tem-se esquematizada a lógica de Sá (1998) sobre a necessidade de existir articulação entre a coleta e o tratamento de dados empíricos. Um

esforço em que cooperam teorias, método e metodologias com o fim de assegurar a objetividade da pesquisa e sua análise, evidenciando a dimensão representacional dos universos abordados, compreendidos como significantes e interagentes, insuflados por disputas simbólicas – culturais e ideológicas –, como também por refigurações cotidianas, atreladas às dinâmicas humanas e suas poéticas de mundo, como pode ser visto nos próximos capítulos.

4 SERTÃO EM PAPEL E TINTA: artimanhas simbólicas do jornal

> "Sertão, arguém te cantô, / Eu sempre tenho cantado / E ainda cantando tô, / Pruquê, meu torrão amado, / Munto te prezo, te quero / E vejo qui os teus mistero / Ninguém sabe decifrá. / A tua beleza é tanta, / Qui o poeta canta, canta, / E inda fica o qui cantá." [37]

O trabalho informacional e representacional desenvolvido pelo jornal O Povo sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos encontrou lugar privilegiado na editoria dos cadernos especiais. Embora não abordasse exclusivamente temas vinculados ao sertão local, o chamado *Núcleo de Jornalismo Investigativo*, responsável pelos referidos cadernos, dentre outras produções, tinha no perfil o tratamento jornalístico de cunho etnográfico, com linhas voltadas para a cobertura dos quadros de estiagem, incluindo os modos de vida situados na dinâmica das secas, as interferências e negligências do poder público e outros contextos do Ceará, como os relacionados à violência e à política. Apesar de não ser única, a pauta sobre o Semiárido era recorrente na editoria em questão, de maneira a tornar as operações sistemáticas e, ao mesmo tempo, renováveis conforme as mudanças conceituais, operacionais e tecnológicas apropriadas pelo núcleo ao longo de sua existência, impactando nas maneiras de interagir com esse universo, ou seja, de apreendê-lo e materializá-lo nas produções, dentre essas, os cadernos especiais.

As motivações para a recorrência de pauta em torno do Semiárido e seus sujeitos se atrelam ao fato de O Povo ser uma mídia regional, apesar do conteúdo abrangente. Sediado em Fortaleza, O Povo tem como foco de inserção o Ceará – onde o clima semiárido ocupa quase todo o território, a escassez de água é comum, sobretudo nas localidades rurais, menos assistidas pelo governo, e a população se concentra no litoral e nas áreas urbanas, principalmente na capital e Região Metropolitana, que contam com mais investimentos e, por isso, melhor infraestrutura do que os municípios do interior –, bem como o cotidiano dos cearenses, formado por relações heterogêneas e desiguais, em geral ligadas ao sertão por laços afetivos, culturais e/ou familiares, quando não de moradia, e que, de forma variável, atrelam-se aos problemas do Estado, sentindo os impactos das estiagens prolongadas. Nesse propósito de inscrição no lugar e nas pessoas, codificado no nome *O Povo*, em referência à pretensa representação democrática do veículo, as coberturas sobre o Semiárido datam do começo do jornal, sendo, portanto, anteriores à formação da editoria dos cadernos, inaugurada em 2003.

Por exemplo, no livro que celebra os 90 anos de O Povo, Brito (2018) apresenta um recorte de matérias produzidas pelo jornal durante sua história e que remetem a acontecimentos

[37] Trecho do poema *Eu e o sertão*, da autoria de Patativa do Assaré, extraído de Carvalho (2015, p. 141).

locais, regionais, nacionais e internacionais, no intuito de mostrar a atuação do periódico como testemunha e mediador das diferentes épocas e contextos para seus leitores, predominantemente situados em Fortaleza e demais centros urbanos do Ceará. Das notícias da primeira década que orbitam temas do Semiárido e seus sujeitos, a jornalista destaca a apuração de O Povo sobre a "saga de Lampião" (Brito, 2018, p. 36) e seu grupo pelo Nordeste, iniciado por uma edição de 1928, ano de fundação de O Povo, com reprodução de uma entrevista com Virgulino Ferreira da Silva, nome de batismo de Lampião, publicada inicialmente no jornal pernambucano *A Noite*. No mesmo período, outro personagem frequente nas páginas de O Povo foi Padre Cícero, líder religioso e político de Juazeiro do Norte, região do Cariri, entre os anos 1911 e 1934, cuja imagem póstuma tem sido venerada pela fé popular e segue em processo de beatificação pelo Vaticano desde 2022. Em paralelo, O Povo cobria o chamado "flagelo da seca" (Brito, 2018, p. 39), ressaltando as crises hídricas e sociais do Estado, as migrações e concentrações de retirantes cearenses, como também as políticas estaduais e federais vistas como insuficientes ou equivocadas frente a essa realidade, com matérias datadas de 1932 em diante.

Além disso, a prática da *grande reportagem* ou reportagem aprofundada – a que o núcleo dos cadernos se especializou, distinguindo-se das demais editorias do periódico e das notícias *factuais* ou objetivas sobre efemérides e do dia a dia –, também integra as bases do veículo. Como afirma Costa (2018), outro jornalista a colaborar com o livro dos 90 anos do jornal, relacionando algumas séries de coberturas que repercutiram e foram premiadas: "A sina pela grande reportagem começou junto com o jornal [O Povo] e ganhou reconhecimento de fora" (Costa, 2018, p. 134). Realmente, para os jornalistas pesquisados, o exercício de reportar, isto é, de aprofundar um fato jornalístico, noticiando-o antes da concorrência, compõe o "DNA" de O Povo, e o prestígio recebido pelas reportagens é interpretado por eles como estímulo e evidência da tradição instituída nessa prática. Dentre os reconhecimentos obtidos nesse percurso investigativo estão 16 prêmios Esso ou *ExxonMobil* de Jornalismo, tidos como referência por setores hegemônicos da imprensa brasileira, recebidos até 2016, quando o concurso foi encerrado. Sobre isso, o primeiro Esso ganhado pelo jornal aconteceu pela sequência de oito matérias nomeadas *Seca, irrigação, açudagem e piscicultura*, escritas por J. C. Alencar Araripe e publicadas em 1954; dos outros 15, a maioria decorreu de produções da editoria investigativa, incluindo alguns cadernos sobre o Semiárido e seus sujeitos, tais como *Patativa voou* (2002), a trilogia *Inquisição: no rastro dos amaldiçoados* (Inquisição [...], 2010a; 2010b; 2010c), *Planeta seca* (2012) e *Sertão a ferro e fogo* (2014).

Ora, a preocupação de O Povo em participar do cotidiano dos cearenses, guiando o olhar do público para questões do Estado, que incluem o fenômeno das secas e seus impactos, aliada

à necessidade do jornal de se manter ativo e se destacar da concorrência enquanto veículo de comunicação pertencente a um meio que também é econômico, favoreceu a criação do Núcleo de Jornalismo Investigativo. Esse pode ser caracterizado como uma editoria montada para elaborar e executar pautas estratégicas que alimentassem o periódico, na finalidade de informar com densidade, atendendo leitores classificados pelos jornalistas como "*consumidores de informação*" – sujeitos com particularidades e relativa autonomia, a serem contemplados e fidelizados pelos produtos disponíveis nas plataformas integradas do jornal. Tal propósito servia, pois, à sustentabilidade do veículo e sua inserção social, à mediação contextualizada dos acontecimentos e à sua imagem cultivada como intermediário dos interesses públicos.

Na busca de O Povo por essa atuação constante, em que a editoria investigativa cumpria função estratégica, os cadernos especiais se constituíram como expressão simbólica e material desse fim e seu direcionamento ideológico e pragmático. Não à toa, mesmo passados alguns anos após a interrupção do núcleo e a mudança de ênfase do impresso ao digital, que aconteceu em 2020, os cadernos ainda são vistos pela equipe do jornal como "*vitrines*" a divulgarem a marca de O Povo e seu gesto informacional, servindo como "*argumentos de venda*" para atrair patrocinadores e atestar a capacidade técnica dos jornalistas, além de funcionarem internamente como referenciais ético e estético ao exercício da grande reportagem, no interesse em acirrar debates que propiciem a formação e a sustentação de laços com o Ceará e os cearenses.

Assim, como resposta ao primeiro objetivo específico da tese, que é identificar as representações sociais sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos materializadas nos cadernos especiais a partir do estudo do processo de produção desses objetos, este capítulo se dedica a descrever e refletir sobre os meandros operacionais da editoria investigativa, conforme os dados extraídos nas entrevistas com os profissionais do núcleo, historicizando a produção para, enfim, proceder com a identificação das representações mobilizadas nos impressos, por essas serem formas simbólicas contextualmente ancoradas e objetivadas. Isso servirá à posterior análise das negociações de sentido e reconhecimento dos camponeses participantes do grupo leitor da pesquisa, no que diz respeito às convergências e divergências representacionais que resultaram da interação a que eles foram provocados ter com a amostra dos cadernos especiais.

4.1 Meandros da produção: intenções, *modus operandi* e poder

Na empreitada de fazer parte do cotidiano dos cearenses, muitas "*bandeiras*", como se referiu a Coordenadora às pautas desenvolvidas pela editoria dos cadernos, foram erguidas por meio das reportagens quase sempre relacionadas ao Semiárido e seus sujeitos. O termo, que em

senso comum evoca posicionamento político, talvez não tenha sido usado acidentalmente pela entrevistada, pois os relatos da equipe indicam a existência de uma militância que era fomentada nos bastidores do jornal e que influenciou no jeito como as temáticas abraçadas pelo núcleo foram exploradas em campo e processadas em informação. Notoriamente sobre a edição dos cadernos, a justificativa revelada é que havia um sentimento de incômodo compartilhado na equipe sobre os modos como o sertão e os sertanejos eram costumeiramente representados pelos veículos de fora do Ceará, em que as imagens de seca e miséria eram exacerbadas. Esse incômodo teria fomentado a decisão que culminou na organização do núcleo, cuja pretensão envolvia a superação dos preconceitos e estereótipos articulados pelas mídias "*estrangeiras*" – um processo aprimorado durante as muitas incursões dos repórteres pelo Semiárido cearense, por se tratar de uma pauta recorrente no jornal O Povo (Sudário, 2019).

Porém, por si só, as constantes idas e vindas para noticiar lugares e pessoas não foram suficientes para consolidar os rumos representacionais pretendidos pela editoria nos cadernos. Mesmo que as viagens tenham propiciado familiaridade com o universo em apuração, essas não aconteceram isentas, mas instigadas e dirigidas por fatores como o norteamento ético, estético, moral e técnico dos jornalistas – uma competência oriunda da formação curricular dos sujeitos e da experiência da produção compartilhada. Tal *ancoragem*, aliada à motivação do periódico em se inserir socialmente, manifestava natureza ordenadora: situava-se como um mecanismo significante da cultura, com domínio nos artifícios do poder. Isso tornava as operações intencionais e impactantes quanto à forma da equipe se aproximar e interagir com as realidades locais, como também na maneira de falar sobre essas, a mobilizar representações, a princípio, divergentes dos preconceitos da esfera midiática, no mesmo ímpeto com o qual se inscrevia em assimetrias contextuais, sustentando-as, pois os cadernos eram materialidades condicionadas à realidade do jornal e ao crivo dos jornalistas e seu enredo informacional e cultural.

De acordo com França (1998), as produções jornalísticas não são realizações isentas, antes, estão permeadas por distinções sociais. Para a pesquisadora, o "dizer" cotidiano de um jornal destoa "da palavra banal do senso comum e se institucionaliza como prática autônoma e especializada" (França, 1998, p. 28). Esse aspecto dialoga com o que Certeau (2014), Thompson (2011) e demais autores mobilizados na tese refletem sobre as estratégias articuladas por agentes de poder diante da possibilidade de demarcarem relações. Como estudado, o ato de informar se faz culturalmente por estas dinâmicas: visa moldar sujeitos, seja pela representação autorizada ou não sobre si, que os coloca como formas simbólicas atreladas a um propósito, seja imprimindo força naqueles que consomem a informação – um direcionamento tensionado pelas ações de leitura e apropriação. Assim, segundo França (1998), o poder do jornalismo não

se revela pela custódia das informações produzidas, mas pelas mediações orquestradas, gerando uma prática democrática de circulação informacional não dissociada de interesses privados.

Percebem-se pontos de contato da abordagem de França (1998) com a proposta de O Povo em sua editoria investigativa, no que diz respeito ao trabalho realizado com a finalidade de estabelecer relações de identificação com lugares e de protagonismo das pessoas – gestos negociados, passíveis de ilusão, pela impossibilidade de acontecerem isolados de operações excludentes. Isso não significa que as produções da editoria participavam de sistematizações depreciativas, mas que, como formas simbólicas, sobretudo de caráter midiático, as intenções, processos e produtos de informação se impregnavam da dialética exclusão/inclusão. Segundo Guareschi (2000b, p. 67), ressaltando o problema ético e ideológico das operações jornalísticas, "a grande dominação e o escândalo da comunicação em nossa sociedade brasileira reside exatamente no fato de que a estrutura social impede as pessoas de falarem", ao que completa: "Podemos até [...] dar a eles [aos sujeitos silenciados] benefícios, assistência etc. Mas essa continua sendo uma dominação disfarçada" (Guareschi, 2000b, p. 68).

Em perspectivas próximas estão Feitosa (2011) e Silveira (2012). O primeiro afirma que a mídia, a despeito de seu comportamento gregário, age na "atualização dos textos da cultura" (Feitosa, 2011, p. 9), o que resulta no alargamento do imaginário social e na promoção de possíveis distorções. Em relação ao segundo, esse compreende que as investidas da mídia junto aos sujeitos comuns podem ser interpretadas como um reforço às desigualdades sociais quando privilegiam o "lugar de fala" de atores do sistema, enquanto processam os sujeitos comuns e suas culturas "pelo signo da ausência" (Silveira, 2012, p. 804). Portanto, para esses estudiosos, em geral, o universo midiático estaria a promover aproximações e, no mesmo instante, rupturas, porque se insere em contextos socialmente estruturados, sofrendo e agindo por meio desses.

Como tais questões refletiam no núcleo investigativo e em seus cadernos? Os relatos a seguir, colhidos de trechos das entrevistas com o Jornalista Visual, com a Coordenadora e com o Repórter 2, apontam respostas. Essas sintetizam a abordagem adotada pela editoria dos cadernos, assim como as intencionalidades envolvidas e suas interferências simbólicas, indo ao encontro da perspectiva social dessas relações informacionais e representacionais.

> [...] *a gente não está falando de um jornalismo qualquer.* [...] *A gente está falando de um jornalismo antropológico.* [...] *O sujeito é que diz ao que veio, a voz está toda para o sujeito, o sujeito é, enfim, a representação máxima daquela reportagem.* [...] *Porque se a gente está procurando um novo... Nem sei se "novo" é a palavra, mas se a gente está procurando o sertão de hoje, de agora, quem é que pode falar? É a gente? Não, não é o nosso local de fala. Então, a gente tem que ouvir essas pessoas* (Jornalista Visual).

> *Esse é um objetivo desse jornal, você vai produzir um conteúdo que é nosso. Não adianta a gente produzir um conteúdo lá, sobre o Sul, sobre os alemães que estão lá no Sul, sobre a Savana que nós não temos. Nós temos o Semiárido, e o jornal O Povo, ele é o olhar em excelência para isso aí. Então, na verdade, o objetivo... Como é que eu diria? É sobreviver, é fazer jornalismo, é contar história. Porque eu não vou sobreviver aqui, contando uma história que ninguém vai se identificar com ela aqui. A não ser pela curiosidade* [...]. *Mas a construção* [de O Povo] *não é essa, não. A construção é o que a gente faz aqui* (Coordenadora).

> [...] *tem uma coisa chamada no jornalismo, que aí você aprende com o tempo* [...]. *Todo ano tem a possibilidade de você cobrir seca. Todo ano você vai cobrir a política. Todos os anos você vai cobrir os problemas da cidade.* [...] *Só que, no jornalismo, não tem essa história da repetição. Não é "de novo". Você vai ter outra visão sobre a história.* [...] *Seca tem todo ano, maior ou menor intensidade.* [...] *Essa pauta vai se repetir. Não é que ela se repita, ela existe, e eu tenho que ter o exercício, como repórter e como editor, como pauteiro, de ver o que é que a gente aborda de diferente* [...]. *Qual é a narrativa que se impõe naquele momento* (Repórter 2).

Pelos extratos, tem-se que a caracterização do tipo de abordagem – o jornalismo antropológico, interpretativo – orientava os trabalhos da editoria como núcleo estratégico à inserção e manutenção do jornal. O sertão e os sertanejos eram reportados por intermédio de uma relação estreitamente estabelecida com lugares e pessoas, marca das grandes reportagens, em que a equipe designava a narrativa no vivenciar das circunstâncias, propiciando a identificação com o leitorado. Não seriam histórias ficcionadas, manipuladas ou falaciosas, mas triadas e processadas para cumprir demandas do jornal, apesar de algumas críticas direcionadas ao setor o acusarem de criar "*uma cobertura fantasiosa do Semiárido*", como revelado pela Coordenadora, em alusão ao fato de que o sertão e o sertanejo eram por vezes narrados de forma poética e hedônica, embora contextualmente ancorada, confrontando o imaginário depreciativo. Com isso, os trabalhos da editoria buscavam trazer à tona a fala do *outro*, isto é, dos sujeitos e seus contextos, atrelando-a aos interesses da instituição e sua validação. Isso gerava um protagonismo, como dito, potencialmente ilusório, delegado aos sujeitos reportados, porque, como esclarece Girardi Júnior (2000, p. 204) em sintonia com França (1998), Guareschi (2000b) e demais autores citados: nos interstícios do ato de reportar acontece "uma luta pelo estabelecimento de narrativas consideradas mais legítimas que outras", em que a informação passa por filtros e hierarquias do jornal – uma ação investida da dialética de exclusão e inclusão típica do fenômeno das representações sociais, como estudado no segundo capítulo.

Assim, mediados pelas páginas de O Povo, notadamente pelos cadernos especiais, o Semiárido e seus sujeitos eram informados pela editoria à semelhança de "pedaços de realidade social" (Jovchelovitch, 2013, p. 66), subordinados ao enfoque e à angulação da equipe

jornalística que, no tempo e no espaço da produção, traduzia o lugar e as pessoas como formas simbólicas agenciadas ao público. Desse modo, o fazer etnográfico cultivado pelo setor, ao mesmo tempo que possibilitava O Povo "fugir da *usina de textos*" e dos "*modelos* ou *roteiros* fechados" (Girardi Júnior, 2000, p. 207, destaques do autor), sistematizando alternativas aos clichês e estigmas disseminados pelos outros veículos, tinha a densidade das apurações e a sofisticação das edições condicionadas à visão e ao pragmatismo do jornal, em que sujeitos e contextos do campo ascendiam de condições anônimas para ocupar o estágio de personagens e de fontes de informação, no mesmo ato que os colocava como "*objetos de reportagem*" (Girardi Júnior, 2000, p. 208, destaque do autor), ou seja, como construtos simbólicos voltados a nutrir os interesses da instituição por intermédio da narrativa aprofundada.

O *modus operandi* da editoria dos cadernos especiais se estruturava, pois, inscrito nas artimanhas de representação social e de informação, das quais se davam conflitos de dominação simbólica, com formas de exclusão e inclusão simultâneas, posto serem indissociáveis, a envolver lugares e pessoas. A sistemática do núcleo era complexa, por englobar várias etapas e processos, muitos desses concomitantes entre si, e o objetivo de sua descrição e reflexão aqui é tão somente oferecer um panorama compreensivo da operação, de maneira apoiada nos dados coletados com os entrevistados ligados ao jornal. Diante disso, pode-se dizer que os trabalhos da editoria dos cadernos eram iniciados por meio de uma agenda de reuniões periódicas, realizadas nas instalações de O Povo, para fins de planejamento e prestação de contas sobre as apurações realizadas e em andamento. Após aprovadas e parcialmente definidas, tendo em vista que a concretude e o desfecho das narrativas dependiam das operações de campo, as ideias para novos projetos eram documentadas e guardadas temporariamente em uma "*estante de pautas*", como nomeou o Repórter 1, a serem executadas, em média, um ano depois de aceitas.

A razão para o tempo relativo de espera entre aceite e execução era a maturação da ideia e seu encaixe em período considerado oportuno de apuração e produção. As propostas tinham origens diversas: eram votadas a partir da sugestão de fatos que demandassem aprofundamento, de denúncias recebidas, de inquietações geradas por leituras literárias e acadêmicas e por contextos observados em outras coberturas. Além disso, como grandes reportagens, dependiam de uma fase de pré-produção, com roteirização e demais encaminhamentos, a saber: liberação de verba, escalação de equipe, escolha de locais a serem percorridos, reserva de datas de viagem e contato com potenciais interlocutores. Esse estágio sinalizava a existência de um processo representacional e informacional empreendido desde o começo para resolver demandas de modo ajustado à programação do jornal, justificando os investimentos recebidos. Todavia, em prol da densidade da cobertura, justamente por serem matérias etnográficas, havia a autorização

e o encorajamento dados pela chefia do núcleo para que alguns acordos prévios fossem quebrados na apuração, ocasionando desde adaptações sutis a revisões severas de pauta.

O relato do Repórter 1, a seguir, mostra como a construção dos cadernos especiais convivia com essa dinamicidade na investigação e seus desafios, e como a imprevisibilidade vivenciada em campo era normalizada – valorizada e administrada – pela equipe:

> *Como buscar mergulho nesse personagem sertanejo?* [...] *Digamos que, se no início, a gente era muito referenciado por outras coisas* [o olhar estrangeiro]*, a gente passou a buscar as nossas próprias andanças como referência. Em todas, a gente saía do lugar* [comum] [...]. *A gente saía, claro, com roteiro* [...] *de lugares, de coisas e de possíveis perfis. Mas, numa pauta, o repórter* [...] *precisa ser surpreendido. Ele precisa viver com o improviso e com o inesperado, isso é do ofício* [...]. *A gente encontrou pessoas às oito e meia, dez da noite, que não estavam no roteiro, que precisávamos estar com elas naquele dia. E a gente passava a fazer meio que uma cronometragem* [...]*, qual o tempo que a gente ia estar em tal cidade* [...]. *Em alguns momentos, eram roteiros improvisados, porque era o que acontecia.* [...] *A gente tentava fazer com que a viagem se desdobrasse para render o máximo possível.* [...] *A gente pensou em uma viagem de duas semanas, só acontecia em uma. A gente pensou em viajar com dois roteiros, só ia com um. A gente tinha que concluir o caderno, em vez de ser em um mês, vai ser em 15 dias.*

Para os repórteres, a tensão de lidar com imprevistos e incertezas dos bastidores das grandes reportagens conferia credibilidade à investigação, sendo a maneira deles se perceberem no universo em apuração e, a partir disso, estruturarem as histórias. Por regra do núcleo investigativo, referindo-se à metodologia etnográfica aplicada a seu fazer, as pautas abertas ou mutáveis, frente ao que fora definido na pré-produção, bem como o improviso em campo administrado pela equipe, não deveriam ser confundidos com casualidade ou aleatoriedade. Como destacou o Repórter 2: "*Improviso para caminhar, mas para escrever, não; para apurar, não*", ao que completou a Coordenadora: "[...] *a gente saía, realmente, com alguns caminhos traçados. E eu diria que, quase sempre, a gente não encontrava no campo o que a gente pensou na redação*". Desse modo, nos conflitos vivenciados pela editoria, localizados entre os direcionamentos e as instabilidades de percurso, era exigido dos jornalistas a habilidade de traçarem as ancoragens e objetivações pertinentes à configuração das matérias, conformando o fluxo instável da operação em conteúdo classificável como *informação* aos cadernos.

Isso reforça a análise de que se tratava de um exercício de poder ou controle transitório de situações para fins de produção – estratégias esquematizadas para familiarizar e, por consequência, simplificar complexidades de mundo, estabelecendo um domínio provisório sobre o Semiárido e seus sujeitos que, materializados pela perspectiva editorial, permaneciam, enquanto signos, abertos a plurais semioses do público leitor. No *modus operandi* da editoria,

todo o processo também era feito de forma coletiva, a saber: após autorizada a apuração, normalmente seguiam quatro pessoas para a viagem de campo – dois repórteres, um fotógrafo e um motorista[38] –, que cooperavam entre si, acelerando o ritmo da produção, enquanto o restante do grupo trabalhava no espaço físico da redação, em sintonia com quem viajou. Tais trocas serviam desde o compartilhar das experiências e dos dados coletados, atualizando a apuração de modo quase instantâneo, até a promoção de aprendizados entre os jornalistas, o que influenciava na cobertura *in loco* e na edição dos cadernos. Sobre os aprendizados adquiridos pela experiência compartilhada, segundo o Repórter-Fotográfico:

> [...] *essa turma* [da editoria dos cadernos especiais]*, direta e indiretamente, eles me ajudavam muito, porque* [...] *me davam um norte para as coisas. E a forma como eles* [os repórteres] *desenvolviam o diálogo, esse relacionamento com as pessoas* [do sertão]*, eu observava e meio que ia aprendendo um pouco com aquilo* [...]*. E aí você, ao mesmo tempo, já vai fazendo aquilo paralelo. É para* [fazer] *uma imagem? Então, é muito importante.* [...] *Até porque, quando a gente produz, não tem retorno* [ao local da apuração]*. É aquilo e pronto.* [...] *Daí a questão da experiência* [adquirida nas interações].

Com isso, no pragmatismo das operações da editoria, o compartilhar das experiências entre os membros da equipe, ao longo da produção, favorecia a dinâmica do processo, a pretensa estabilização das intercorrências de pauta e o predomínio do enfoque antropológico. Já no âmbito representacional, as mesmas interações asseguravam o consenso dos profissionais que, em cooperação, convertiam contextos do Semiárido visitado nas páginas dos cadernos, mobilizando formas simbólicas socialmente condicionadas para a tessitura encarnada das informações. Como sublinhado, isso incidia e repercutia nas incursões de campo e nos processamentos de redação, de maneira que, em campo, havia a consciência de que a apuração envolvia o comportamento invasivo dos repórteres, motivo pelo qual buscavam ser respeitosos com os sujeitos reportados. Como pontuou a Repórter 3 sobre como chegavam aos sertanejos: "*Íamos até onde a fonte permitia, a partir da confiança que nós íamos estabelecendo*".

Segundo detalhou o Repórter 1, uma vez firmado o acordo de confiabilidade e permissão entre o jornalista e sua fonte, os sujeitos reportados se expunham a ponto "*de lhe convidar para dentro da sua casa, de dar a água que é pouca para ele*", ao que continuou: "*Isso é muito comum no sertanejo, ele é muito grato. Talvez por estar sendo olhado por nós naquele momento* [...]*. Porque ele sabe que a gente tem acesso a alguém que possa trazer algum benefício para*

[38] Essa era a formação tradicional da equipe de campo. A partir de 2015, com o desenvolvimento dos recursos audiovisuais e a progressiva implantação das estratégias transmidiáticas, a equipe agregou a participação de profissionais ligados à captação de vídeos, ampliando e diversificando as operações, tanto quanto as encarecendo, além de oferecer uma nova roupagem às elaborações de cadernos especiais em diálogo com o digital.

ele". Subsidiada pela ideia de que o trabalho da imprensa possui o potencial de deslocar o poder público, além de outros conceitos da profissão, a fala do Repórter 1 evoca um tópico que não deve ser ignorado, pois vai ao encontro da problematização da tese: a suposta passividade do sertanejo que, ao desejar ser ouvido, submete-se à objetivação do jornal. Dessa feita, os laços de confiança que culminavam na edição dos cadernos poderiam ocorrer nos moldes de uma troca irregular de poderes, em que as cessões de privacidade e de informações eram autorizadas pelo sujeito, mas consubstanciadas às discrepâncias da relação: usadas em nome do fazer jornalístico e de sua sistemática de inclusão social, a sustentar esquemas de dominação pela interação institucionalizada, com seus desníveis de poder e marcadores de diferenças.

Como mencionado, a dinâmica da apuração não impedia que os integrantes da editoria tivessem noção desse jogo desigual, nem que procurassem amenizá-lo. Daí a forma como os jornalistas buscavam chegar e dialogar em campo, concedendo prioridade à fala dos depoentes que, por fim, era editada na intenção de divergir da grade dos estigmas midiáticos, gerando impactos favoráveis à *poiesis* dos cadernos, em seu perfil antropológico de informação, bem como à visibilidade condicionada dos sujeitos reportados. Segundo o Repórter 1:

> *Havia lugares que a gente ia que era rincão.* [...] *Então, eles contavam essas histórias particulares, talvez, como um pedido de ajuda.* [...] *Eles pedem ajuda por uma entrevista, por uma fala mais intimista,* [...] *para poder pedir um socorro. Ou contam detalhes de uma coisa particular, de um sofrimento de um familiar e tal. A gente encontrou de tudo nisso, de histórias de amores antigos* [...]. *A gente buscava essas perguntas, eles contavam quando viam a permissão. Achavam que não iam ser lidos naquela região, então, de alguma forma, eles se devassavam ali, na entrevista. Se auto devassavam na entrevista para contar.* [...] *Isso acontece muito, e tudo era ouvido. A gente tentava não só literatizar, mas apurar para contar uma história com alguma linha jornalística e de beleza também.* [...] *Porque os cadernos, eles não são só beleza. Eles têm a coisa triste; tem a poesia e tem a dureza.*

No cerne do ato de constituir informação, a face conflituosa e estetizante das interações do núcleo dava seus frutos mais perceptíveis no espaço da redação, notadamente pelo processo de edição dos cadernos, com seleção, corte e ampliação dos conteúdos trazidos de campo. Tratava-se de uma etapa conduzida após o retorno da equipe, impregnada por tensões e interferências que pretendiam dar forma à narrativa oriunda da investigação. Até esse momento, os materiais em elaboração, condicionados aos movimentos de pauta da experiência *in loco*, eram uma abstração da equipe, ou seja, habitavam o "*plano da cabeça*" dos profissionais, como caracterizou o Repórter 2, tornando-se objetivações textuais e imagéticas no processo de edição que, na perspectiva representacional, intervinha encarnando – em papel, tinta e demais recursos e tecnologias de O Povo – as ideias, coletas e experiências trocadas na fase de apuração.

Apesar dos conflitos ordinários do jornal, que caracterizavam a produção dos cadernos, os relatos dos entrevistados indicam que as relações mantidas no setor não eram impositivas ou castradoras, mas amistosas, permitindo que as especialidades técnicas e as perspectivas estéticas que compunham a editoria convergissem em prol do arranjo do produto. Nesse âmbito, a Coordenadora assumia dois papéis que, na rotina do trabalho, misturavam-se, levando-a à designação dos critérios de edição: o papel de *gestora* do núcleo e o de *leitora implícita* na situação. Como *gestora*, a profissional se alinhava ao operacional de O Povo, interferindo nos registros de campo, no sentido de restringir certos conteúdos e priorizar outros, assim como no de justificar o valor financeiro destinado à equipe e sua produção, conduzindo os processos de modo econômico e encaminhando o excedente de cobertura, que eram os conteúdos excluídos dos cadernos, para a composição de outros produtos da editoria, de modo que a exploração rendia sob variadas configurações de informação. Como declarado pela Coordenadora: "[...] *a gente trabalhava um pouco na escassez, só não de talento. Numa escassez financeira. Bom, você sabe o que é imprensa regional, então, a gente não perdia nada. Às vezes, seis meses depois, a gente ainda estava aproveitando material de viagem*", ao que continuou:

> [...] *para um investimento dessa monta, eu não posso estar deixando só um lado ou só o outro. Eu tenho que compensar. Esse investimento tem que valer a pena na qualidade do conteúdo, seja no visual, seja no texto, enfim, de todo jeito* [...], *porque, no próximo ano, eu usava aquela cobertura, aqueles produtos, para conseguir novos, outro investimento, entendeu?*

A visão integrada da Coordenadora sobre as características, finalidades e adequações desse processo e seus produtos encontrava lugar no papel também assumido por ela como *leitora implícita*, pois, ao se projetar de maneira institucionalmente ordenada nos interstícios das matérias, promovia a gerência dos conteúdos. Assim, agindo como leitora implícita, a Coordenadora acenava para o conceito de Iser (1979), no que se relaciona à prescrição das determinações e indeterminações que povoam uma estrutura narrativa e seu horizonte de expectativas, como também confirmava o pensamento de Chartier (1991; 1996; 2001) acerca da função de editar, na conformação de textualidades vinculadas a modelos culturais e pragmáticos de mundo que, no caso, seguia o propósito relacional de informar sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos, constituindo e divulgando interpretações desse universo. Como exposto pela Coordenadora: "*Antes de editar, eu sou uma receptora. Eu digo: 'isso aqui tem que estar* [no caderno]*, porque se eu me interessei, muitas pessoas vão se interessar*'". Com isso, mesmo consciente do poder da leitura nas refigurações de mundo pela geração de sentidos não programados, a entrevistada e sua equipe planejavam uma estratégia hermenêutica

que mediasse as ancoragens da produção, priorizando os lugares e as pessoas sertanejas, cujas representações poderiam ser confirmadas ou reelaboradas pelo público leitor.

Logo, projetavam-se experiências significantes, focadas na fruição dialogada com os prescritos da editoria, com chamarizes simbólicos e hierarquias informacionais. Como declarou a Coordenadora: "*Para mim, interessa que a pessoa entre aqui* [no caderno]. [...] *Se essa entidade 'leitor' estava presente numa decisão* [do núcleo]*, ela estava presente numa perspectiva minha* [de edição]", posicionando-se na finalidade de assegurar a mediação e de contribuir com os pretensos efeitos junto aos sujeitos reportados, ao público leitor e ao veículo de comunicação, que são a valorização dessas diferentes instâncias por meio da informação contextualizada. Para isso, uma das iscas usadas pela jornalista e sua equipe – e que sempre esteve presente nas reformas editoriais de O Povo e suas conduções cotidianas – foram as representações imagéticas, o que conferia peso nas coberturas fotográficas e na criação do projeto gráfico dos cadernos, equiparando os elementos visuais aos textuais e estabelecendo, com isso, uma espécie de convivência entre os signos. Isso fazia germinar novos conflitos e negociações de interesse ao forçar, coletivamente, a concisão dos repórteres e a adaptabilidade nas decisões dos designers, conformando a produção. De acordo com o Repórter 2:

> [...] *essas negociações tinham tensões? Tinham. Porque o designer quer... A perspectiva dele é o desenho, é o bonito, é o belo, é o não sei o que. E a perspectiva da gente é o belo também* [...]*, mas é na história que a gente encontrou ali* [na apuração] *e que a gente acha que, de alguma maneira, vai bater na porta de quem trabalha com seca na Assembleia, no poder público.*

O predomínio da imagem – que marcou a estética geral dos cadernos especiais – era, ao mesmo tempo, opção comunicante e recurso estético usado em favor da sustentação da linha produtiva. No âmbito comunicacional, a imagem era interpretada como informação privilegiada ao leitor, na intenção de apanhá-lo por sua poética, tornando-o cativo. Desse modo, como afirmou a Coordenadora: "*A minha tendência é priorizar a imagem* [...]*, ela puxa* [...] *a gente para dentro de uma cobertura* [...]", ao que completou o Repórter 2: "[...] *os cadernos davam muita prioridade à imagem.* [...] *Não é nem prioridade.* [...] *A imagem não é um acessório do texto,* [...] *ela faz parte da narrativa ou ela tem uma narrativa específica, que ali, os dois, vão se complementar, vão se acrescentar*". Nessa disputa, visava-se, pois, instituir meios de informação pelas imagens, estando essas inseridas nos cadernos não apenas por intermédio das fotografias – que ocupavam um grande espaço de página –, mas pelo projeto gráfico e suas tipografias, cores, ilustrações e demais soluções de design que reforçavam as intenções relacionais dos jornalistas acerca do universo explorado nas reportagens.

Como fator estético, o manejo negociado entre imagens e textos, com predomínio na linguagem visual, permitia o desenvolvimento das matérias nos limites de um objeto impresso e de seu custo de produção, com a redução da quantidade de páginas sem o empobrecimento narrativo dos cadernos especiais. A síntese procedente desse acordo que mobilizava juntos o verbal e o não verbal, designando uma identidade gráfica aos materiais, criava diferenciais frente à concorrência de O Povo, promovendo a produção e contribuindo com a manutenção de seu *modus operandi*. Isso sustentava o motivo pelo qual os cadernos eram chamados internamente pela equipe como "*argumentos venda*", pois esses objetos atraiam leitores e investidores que impulsionavam as demandas do núcleo investigativo, como também as do jornal como um todo. Portanto, ao protagonizar estratégias pelos meandros da edição, vê-se como os papéis da Coordenadora se confundiam e se completavam na rotina da produção.

De acordo com os jornalistas, o fato de que a editoria dos cadernos interagia e dependia das ações comerciais do periódico não implica dizer que as pautas conduzidas pelo núcleo eram encomendadas ou que estavam a serviço de patrocinadores ou ainda que havia algum tipo de pressão interna por parte de empresas e órgãos do governo que, porventura, comprassem espaço publicitário nos cadernos. Todos os entrevistados defenderam a ideia de que os cadernos e demais produtos da editoria eram coberturas não alienadas a interesses mercadológicos e político-partidários, de maneira que os processos, apesar de condicionados ao contexto econômico do jornal, aconteciam separados das imposições externas ao âmbito investigativo. Com isso, para esses sujeitos, o impacto financeiro se dava atrelado à viabilidade da produção em si, em que o setor comercial do veículo se responsabilizava em intermediar o custeio junto à capitalização de patrocínios, tornando o núcleo investigativo restrito às incursões e projeções sobre o tema trabalhado. Nas palavras do Repórter 1: "[...] *a gente foi muito mais subversivo do que sofreu interferência nessa relação com o comercial, conseguimos muito mais avançar do que recuar. E a gente conquistou muita coisa credibilizando essa cobertura do sertão*", ao que continuaram, respectivamente, a Coordenadora e o Repórter 2 sobre a questão:

> [...] *esses são projetos muito caros.* [...] *Então, todos esses projetos, eles passaram por essa fase de convencimento, e o núcleo de reportagem especial do jornal O Povo, ele não pode se queixar muito de não ter conseguido apoio do jornal, porque estava sempre entre os dois ou três projetos que o jornal bancava durante o ano.* [...] *Não havia encomenda de pauta, até porque, se você for olhar, os caminhos que a gente viu do Semiárido, eles nem são, assim, uma coisa, digamos, atraente para as empresas quererem ligar seus nomes.* [...] *Isso aí era um investimento jornalístico mesmo. O fato do jornal O Povo ser uma empresa essencialmente de comunicação ajudava muito nisso.* [...] *Como eu te falo, poderia não dar o lucro direto, mas ele dava argumento* [...].

> *Pode-se dizer o que quiser, pode-se criticar do jeito que quiser, mas ali criou-se um know-how de fazer jornalismo mais aprofundado* [...] (Coordenadora).

> [...] *sendo bem objetivo, é assim: esses cadernos, eles têm um patrocínio, mas eles não determinam a pauta. Tanto que, às vezes, tem patrocínio do Governo do Estado, e a gente estava falando lá do que faltava do Estado ali, de uma falta de política pública.* [...] *E outra coisa, a história da redação é uma coisa, o comercial é outra. Há um diálogo entre comercial e redação? Há. Mas não há imposição do comercial sobre a redação, ao contrário.* [...] *Nem o poder público nem a iniciativa privada determinaram a pauta dos cadernos. Tanto que a cobertura da seca é uma cobertura crítica* (Repórter 2).

Desse modo, não se pode afirmar que as relações comerciais se impuseram a ponto de enviesar ou comprometer, do ponto de vista ético, as operações da editoria, embora se perceba que tais relações afetavam as produções, como a dos cadernos, tendo em vista serem realizações de alto custo e dependerem do recurso financeiro. Além disso, a manutenção do *modus operandi* da equipe também era justificada pelas contribuições que o núcleo agregava à imagem de O Povo. Como interveio o Repórter 1, colaborando com a análise de que a equipe e os cadernos eram estratégicos ao jornal, tanto quanto estavam envolvidos em uma lógica de mercado: "*A gente tinha um poder de qualificar o material do jornal,* [...] *tinha que pensar coisas interessantes, surpreendentes, que pudessem reforçar um jornal que tem 90 e pouco, 95* [anos]*, agora, em janeiro* [de 2023]". Afora o expressivo volume de matérias produzidas, seu destaque estético e perfil antropológico, uma das retribuições da editoria dos cadernos a O Povo foram as premiações que o núcleo recebeu em decorrência da prática da grande reportagem. Como colocado no preâmbulo do capítulo, esse tipo de prestígio animava e certificava a competência da equipe perante os investimentos recebidos, não no sentido de que os jornalistas produziam na determinação de receberem prêmios ou outros incentivos, mas que os reconhecimentos obtidos serviam como ateste de que, nos parâmetros da profissão e do capital, o trabalho desempenhado tinha respaldo e que, por isso, compensava ser mantido naquele momento.

Para a perspectiva representacional, que se apoia na estruturação social e ideológica do poder, o *status* recebido pela equipe de O Povo e seu impacto especialmente sobre o processo de produção dos cadernos eram, em certa medida, garantias de estabelecimento de método, continuidade e validade das formas simbólicas configuradas pela editoria, fortalecendo o jogo da dominação provisória sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos para fins informacionais e econômicos. Na lógica dos jornalistas, o prestígio conquistado pelo núcleo nas premiações e demais tipos de reconhecimento dava "*visibilidade aos sertões que ainda eram despercebidos*", como afirmou a Repórter 3, realçando a figura socialmente instituída do jornal como pretenso

porta-voz desse universo e demais contextos cearenses na esfera midiática. O relato do Repórter 2 ilustra com mais clareza essa relação tensa e dialética conduzida por O Povo:

> *A gente não ganhou prêmio só nisso aqui* [nos cadernos sobre o Semiárido]. *A gente ganhou prêmios em outras áreas, como segurança pública, meio ambiente* [...]. *Eu, por exemplo, ganhei mais de 40 prêmios de jornalismo só nesses anos em que eu estou no jornal. E tinha uma questão que eu acho que era legal também da premiação: na hora que eu ganho um Prêmio Esso – eu, digo, a equipe –, lá no Rio de Janeiro,* [...] *a gente apresenta supostamente para eles, para o sudestino, para os jornalistas do Sudeste,* [...] *que o Semiárido não é só seca, não é só a perspectiva do açude rachado, a carcaça do boi e o homem encouraçado. É também isso aqui. Mas você apresenta para eles* [...] *essa outra visão do Semiárido.* [...] *Essa premiação influencia no nacional, nesse tipo de evento, e vai influenciar também nas premiações locais* [...]. *Por exemplo, o Prêmio BNB* [Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo] *era um prêmio que* [...] *se acostumou entre* [...] *as editorias de economia* [...]. *Quando a gente foi premiado com "Mares" e "Desertos"* [cadernos lançados em 2007] [...]*, a gente falava de economia, mas de outro jeito, com outra narrativa,* [...] *dessa história cotidiana, não de números do economês. Então, quebra meio que isso.*

Na tessitura de vínculos sociais (França, 1998), que convivia com a validação quase autocrática com que jornais como O Povo, na época dos cadernos especiais, recorriam para legitimar a sua mediação de acontecimentos, prêmios e demais formas de prestígio não apenas agregavam substrato à construção identitária do veículo, como serviam para abrir lacunas nos circuitos da imprensa, permitindo o periódico cumprir uma agenda supostamente pedagógica e libertária nesse meio, em que as formas simbólicas articuladas por seu núcleo investigativo demarcavam lugar perante abordagens pejorativas de outras mídias. Porém, tais produções de O Povo não eram de todo alusivas a um Semiárido positivado; apesar de criticadas pela equipe, algumas representações aparentemente negativas acabaram predominando em certos cadernos especiais. É o caso de *A seca que matou os peixes* (2016), que integra a amostra lida pelos camponeses pesquisados, em que uma ilustração que remete a um açude rachado, assim como outras elaborações relacionadas a um sertão escasso foram enfatizadas.

Quanto a isso, a justificativa dos jornalistas foi que a realidade se impôs naquele instante de cobertura a ponto de não ser ignorada, uma vez que são produções contextualizadas. Porém, nos estudos de representação social, convém lembrar que uma dimensão simbólica não é evidente por si só, tampouco é manifestação arbitrária e individual: essa provém de lentes e enredos culturais que formam e condicionam as representações a perspectivas carregadas de ideologia. Com isso, a editoria não estava passiva às circunstâncias dos locais visitados, mas exercia algum controle sobre essas, no que diz respeito ao recorte selecionado, que emergiu das inúmeras miradas pelas quais o Semiárido poderia ser retratado. Não à toa, como refletirá o

próximo capítulo, o sertão sob consequência da estiagem foi representado de forma oposta pela comunidade rural, a saber: por figuras de ressurgência e convivência semelhantes às que a editoria de O Povo processou em *Os quinzes* (2015a), outro caderno da amostra, lançado um ano antes de *A seca que matou os peixes* (2016). Isso ilustra o quão complexas são as representações sociais e como os sujeitos estruturam realidades por parâmetros internalizados.

Para os profissionais da editoria, além da possível incidência nos círculos da imprensa, as produções e seu *modus operandi* reverberaram em outros ambientes, como o acadêmico, em que os materiais e as experiências de produção teriam provocado debates como o que acontece nesta tese. A relação, somada à anterior, da esfera midiática, evoca uma nova figura socialmente modeladora aos cadernos: a desses materiais servirem à equipe e ao jornal não apenas como "*vitrines*" e "*argumentos de venda*" circunscritos à lógica de mercado, mas como um "*acervo* [mais amplo] *para discussão,* [...] *para criação de pensamento,* [...] *para a crítica*", como classificou o Repórter 2, remetendo ao que se previa quando teorizado no capítulo dois sobre o horizonte hermenêutico e sua potencialidade semiósica infinita. Nesse aspecto, os cadernos especiais mobilizariam representações na função de instigar inquietações na sociedade, sendo essa, na opinião dos jornalistas, a principal contribuição do núcleo investigativo ao universo sertanejo explorado nas publicações. Como continuou o Repórter 2:

> [...] *a gente cai na ilusão de que esses cadernos aqui* [...] *vão mudar a vida daquelas pessoas que a gente entrevistou. O impacto, o primeiro impacto que elas têm, é quando elas são entrevistadas. Porque, quando eu estou sendo entrevistado, agora mesmo eu estou sendo entrevistado, eu produzo milhões de histórias aqui, de narrativas, coisas que eu disse ou repeti ou que eu falei de uma maneira diferente* [...]*, e isso, na minha cabeça, vai rodar.* [...] *Eu não quero ser um repórter, não quero ser um fotógrafo, que eu faça uma foto* [ou uma matéria] *só para as pessoas dizerem: "ah, foi lindo".* [...] *Eu quero incomodar* [...]*. Mas eu não posso ter controle* [sobre a recepção]*, eu deixei isso. Essa perspectiva de controle não é para mim*.

A compreensão sobre os cadernos especiais servirem como um "*acervo para criação de pensamento*" vai ao encontro das respostas de outros membros da editoria. Entretanto, esse efeito e suas consequências são interpretados neste estudo como *impactos estimados*, pois não havia em O Povo empreendimento logístico nem tecnológico capaz de mensurar os resultados das reportagens impressas – uma realidade que aos poucos tem mudado na atual fase do jornal, predominantemente digital, que conta com mecanismos aferíveis de distribuição, acesso e engajamento nas redes virtuais. Em vista disso, os impactos nos lugares e nas pessoas reportadas no tempo dos cadernos foram relatados pelos entrevistados como sendo de ordem conceitual e indireta, inerentes ao exercício da grande reportagem, que não busca mudanças imediatas de

contextos, mas um trabalho de conscientização pública, no caso, sobre os significados de ser e viver no Semiárido local, ante seus desafios climáticos e sociais. Conforme a estratégia apropriada pela equipe, objetivava-se constranger a sociedade e o poder público, fazendo-os pensar e agir em favor da suposta causa sertaneja, porque, como colocou o Repórter 1:

> *A gente falando de secas, de secas* [...]. *Aquele martelado ali ajudava a mudar um pouco a prioridade. O jornal tem essa função. Ele não vai para a especificidade, ele não é um definidor da agenda daquele dia do governo* [...]. *Pode ser. Mas num caderno especial, eu acho que ele é muito mais do conceito. Eu acho que ele muda muito mais isso, a linha* [de pensamento] *e não especificamente uma agenda. Se um caderno denuncia que fulano matou ciclano, aí não, é uma coisa pontual. Mas se ele vai discutir que há uma logística errada da água,* [...] *ele vai ter que mudar um conceito, uma política, uma forma, um programa. É diferente* [...]*, mas ele* [o caderno] *tem a sua efetividade jornalística. O jornalismo é isso, não é só ser contemplativo.*

Como problematizado, não obstante o núcleo investigativo priorizasse o enfoque contextualizado, havia ausência nas aferições de impactos junto às localidades visitadas. Era incomum haver retorno aos municípios do interior para verificar prováveis mudanças nos cenários reportados, pois os recursos do jornal estavam concentrados na estrutura montada à produção e seu aperfeiçoamento, causando irregularidades nas demandas de pós-produção que deveriam abranger a mensuração dos impactos. Como disse o Jornalista Visual: "[...] *fazer jornalismo é muito caro, então, essas viagens, embora a gente diga: 'mas é para o interior', elas são viagens muito caras, envolvem uma logística tremenda*", impedindo o acompanhamento direto e constante dos efeitos das reportagens. Ainda na época dos cadernos, observava-se questão semelhante na distribuição do jornal impresso, que exigia orçamento e infraestrutura indisponíveis em O Povo, acarretando privilégio às cidades litorâneas, como Fortaleza e Região Metropolitana, cuja sistemática de acesso e distribuição era mais simples e menos dispendiosa do que no sertão. Logo, seria equivocado atribuir as falhas de aferição de impactos e a má distribuição dos impressos a uma recusa ou desinteresse dos jornalistas; as razões dessa negligência, assim como da baixa recepção nos distritos rurais do Estado, atrelam-se ao fato de que o periódico reproduzia as discrepâncias do contexto em que estava inscrito, perpetuando desníveis de poder e suas manobras de exclusão e inclusão de sujeitos.

Desde a fundação de O Povo, o público leitor do jornal tem sido formado em maioria por fortalezenses, principalmente na fase em que predominavam as publicações impressas, que coincide com o período dos cadernos especiais. Em um momento da história do veículo que a equipe entrevistada não soube precisar – e que não foi possível verificar por outros meios da pesquisa –, existiram rotas de distribuição que adentravam o interior do Estado e que eram

mantidas por O Povo e seu principal concorrente, o Diário do Nordeste, mas que foram desativadas por ambos por causa do custo elevado das operações. Em O Povo, funcionaram simultaneamente duas rotas: uma a percorrer a parte leste do Ceará, e outra, a oeste; e como esclareceu a Coordenadora, nessas rotas circulavam carros de categoria van, que saiam da capital para o interior transportando a edição do dia para assinantes e bancas de revista. Por estar inclusa nas operações regulares do jornal na época, apesar dos limites da operação, essa era a maneira formal dos exemplares chegarem aos sertanejos alcançados pelas rotas.

Outros modos do periódico e, por consequência, dos cadernos especiais chegarem às localidades interioranas, principalmente àquelas reportadas pela editoria, acontecia por maneiras informais e pontuais. Por exemplo, quando determinado município ou região do Estado era destaque em uma edição, o jornal aumentava a quantidade de exemplares destinados ao local, oportunizando um aumento nas vendas e na circulação dos impressos relativos à tal circunstância. Porém, o tipo de distribuição mais comum no núcleo se dava individualmente, na forma de reparte de exemplares encomendados, a funcionar do seguinte modo: um dos repórteres solicitava ao setor industrial de O Povo, responsável pelas impressões e acabamentos dos materiais gráficos, uma tiragem excedente de 100 a 300 cadernos em relação à programação habitual, a ser doada aos sujeitos das reportagens, ou seja, às chamadas *fontes* ou *personagens* que protagonizavam as histórias narradas nos cadernos, além de associações, sindicatos, igrejas e demais organizações populares que tivessem atuado como interlocutores no processo de apuração das matérias ou que despertassem o interesse do repórter em constituir laços que facilitassem futuras abordagens ou incursões. Quase sempre os exemplares encomendados eram encaminhados aos destinos via Correios ou por intermédio de alguém da confiança do repórter; isso porque, ao concluírem uma produção, a equipe logo se organizava a cumprir outras demandas, impedindo que as entregas acontecessem pessoalmente.

Essa forma indireta e individualizada de distribuição, feita por iniciativa dos jornalistas, era interpretada internamente como um gesto de gratidão às fontes de reportagem. Nas palavras do Repórter 1: "*Se eu disser que todo mundo recebeu, não* [recebeu]. *Mas a gente sempre tinha essa preocupação.* [...] *Isso estava dentro da lógica do projeto também, ter essa retribuição mínima, pelo fato da pessoa ter contado a história da vida dela*". A falibilidade desse gesto e seu princípio excludente/includente foram relacionados pelo Repórter 2 ao relatar sobre uma das personagens de *A seca que matou os peixes* (2016), Elisa Pereira, com 74 anos quando ocorreu a reportagem, pescadora e moradora de uma comunidade situada às margens do açude Banabuiú, Sertão Central. Segundo o jornalista: "[...] *eu nunca entreguei o jornal para ela.* [...]

Eu voltei ao Banabuiú, mas não voltei com o jornal para entregar. Algumas outras pessoas, alguns outros personagens, eu voltei [...]. *Mas eu acho que ela nunca viu esse caderno*".

Talvez a falta de aparelhamento satisfatório ao sistema de distribuição de O Povo no Ceará fosse um sintoma não somente das fragilidades econômicas do periódico, mas reflexo da cultura de informar com privilégio aos núcleos urbanos, o que agravaria as relações de poder às quais o jornal se envolve. Tal conjectura faz sentido perante a ideia de que os sujeitos reportados eram incluídos de forma socialmente ilusória nas formulações representacionais da editoria, a começar pela indefinição da equipe em saber se, ao falarem dos sertanejos, a expectativa do acesso à informação produzida e, a partir disso, a provável leitura, a apropriação de sentidos e o reconhecimento dos sujeitos se concretizariam. Como dito pela Coordenadora sobre a projeção designada aos cadernos especiais: "*Existia um público-alvo, mas é como eu te falo, era tão, assim, etéreo* [...]. *Talvez hoje, o fato de você ter audiências medidas* [em O Povo+ e nas demais plataformas digitais do veículo] *dê uma noção de para quem a gente escreve*", ao que completou, reforçando os encaminhamentos ligados aos seus papéis de gestora e de leitora implícita inscritos nas estratégias de edição e na formatação desse jogo de poder:

> *Então, não era uma coisa voltada para o sertanejo, no sentido de: "ah, eu vou escrever como ele fala"* [...]. *A gente não tinha esse nível de empatia, não.* [...] *É como eu te falo: eu, por muito tempo, essa minha experiência de leitora foi muito influenciadora no que eu queria ver* [...]. *Embora eu tenha nascido no interior, eu sou muito urbana para entender o Semiárido. Mas a curiosidade, eu tenho. A forma como vem informação do Semiárido, eu tenho*.

Dessa maneira, embora a produção dos cadernos especiais fosse pautada e prestigiada pela orientação interpretativa e contextual das informações processadas, colaborando com os vínculos sociais do jornal, percebe-se pelos relatos dos entrevistados que o enfoque da editoria recaía nas materialidades constituídas e em seu *modus operandi* mais do que na efetividade do acesso, que acontecia de modo irregular, sobretudo no interior do Estado, cenário destacado nas produções. Isso reforça a compreensão de que os cadernos são escrituras complexas cuja trama hermenêutica se ancora não apenas nas realidades e nos sujeitos do sertão reportado, mas também na perspectiva do periódico: suas virtudes, limitações e discrepâncias. As objetivações produzidas pela equipe investigativa escapam dos ideais de imparcialidade e universalidade sustentados pelo jornalismo clássico que superestima a informação e o meio e desconsidera as interações significantes em torno da informação e sua recepção (Ferrara, 2015; França, 1998; Melo; Assis, 2020), ao mesmo tempo que se inscrevem como textualidades centradas em formar alteridades – o que coincide com o que Maffesoli (2003) afirma sobre o aspecto relacional da

mídia e sua busca por estabelecer subjetividades com as quais os sujeitos se reconheçam, como corrobora com a noção de *mundo do texto* de Chartier (1991), em que o domínio da informação é reorientado pelas apropriações leitoras. Os efeitos dessa lógica e sua dialética repercutiram em uma produção longeva e diversificada de cadernos especiais sobre o sertão e os sertanejos do Ceará, como tratado na próxima seção.

4.2 Historicidade da produção: fases da editoria e seus cadernos sobre o Semiárido

Na editoria dos cadernos especiais, não houve um marco que se entenda como oficial para o início da cobertura sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos. Segundo os entrevistados, as pautas ligadas ao sertão datam do ano de fundação do jornal, tendo sofrido sistematização e adquirido viés de grande reportagem por iniciativa de repórteres de O Povo a partir dos anos 1990, em parceria com a diretoria de redação e demais gestores do veículo. A necessidade de manter o investimento em matérias de natureza investigativa, atrelada à perspectiva de inserção social e de subsistência econômica do periódico, propiciou a estruturação do que veio a ser o Núcleo de Jornalismo Investigativo. Desse modo, o mérito do setor foi dar encaminhamento técnico e corpo estético às demandas de informação aprofundada sobre o sertão e os sertanejos, dentre outras temáticas menos recorrentes no núcleo, a garantir organização e sequenciamento de uma produção cuja notória realização se deu pelos cadernos especiais em questão.

A formalização da editoria, enquanto setor a assumir relativa autonomia em O Povo para propor, selecionar e conduzir pautas investigativas, aconteceu em 2003, a partir de uma reforma editorial que definiu a equipe e as bases de operação. Porém, a primeira edição de um caderno referente à situação sertaneja ocorreu em 1998, a saber: *Soldados da borracha: a saga dos arigós* (1998), redigido pela jornalista Ariadne Araújo e editado pela Coordenadora que, na época, atuava como idealizadora de grandes reportagens para o periódico, além de trabalhar como repórter. De 1998 a 2006, quando foi publicado *Documento BR* (2006), não havia nos jornalistas a consciência de construção de uma linha de pensamento e cobertura que sustentasse a dinâmica da produção e encadeasse os cadernos, o que espaçou os lançamentos, acarretando pouca comunicabilidade entre os enfoques. Em termos representacionais, é como se cada caderno tivesse peso por si só e, ao serem agrupados, comportassem-se como formas simbólicas flutuantes, ou seja, materialidades destituídas de um lastro comum e sua força, de uma intencionalidade arquitetada e distribuída na produção, a modelar objetos e seu *modus operandi* com vista a prescrever significações espaço-temporalmente situadas sobre o Semiárido.

A linha de pensamento e cobertura, como instância reguladora do processo de produção dos cadernos, somente ficou estabelecida em 2007, quando publicado *Mares do sertão* (2007), que funcionou como divisor de águas na editoria. Na ocasião, a equipe, sob influências culturais e acadêmicas, conseguiu tecer um modelo de investigação densa, entendida pelos jornalistas como etnográfica e antropológica, que serviria para o jornal como alternativa às criticadas representações midiáticas negativas. Esse modelo atingiu seu ápice de desenvolvimento pela série *Peleja da água*, lançada de 2012 a 2018, relacionada às apurações sobre a última estiagem prolongada no Ceará, que deram forma a uma sequência de dez cadernos e a um sem-número de matérias publicadas diariamente no jornal. Não que estivessem atreladas, mas a interrupção desses seis anos de seca coincidiu com o início da desarticulação da editoria, sendo que o último caderno publicado pela equipe ainda reunida foi *Semiárido das nascentes* (2019), editado em alusão ao volume de chuvas entre 2018 e 2019 que teria reverdecido o sertão. A partir desse caderno, mais cinco projetos foram publicados até fevereiro de 2020, em que *Expedição borboletas* (2020b) figura como derradeiro, encerrando a ênfase no formato impresso das grandes reportagens de O Povo, além da estrutura tradicional de seu núcleo investigativo.

Pelas seguintes subseções, propõe-se um esquema histórico para a editoria, organizado com base na produção dos cadernos especiais e na perspectiva de projeção das representações sociais mobilizadas pelo setor sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos, dividindo-a em três grandes fases de produção: a dos recrutamentos, a da profusão simbólica e material e a da desarticulação do núcleo. Salienta-se que esse delineamento é provisório, por não ter havido condições de acesso e estudo a todas as fontes necessárias à historicização rigorosa, e que, por isso, está suscetível a ser revisado em futuras pesquisas sobre o jornal O Povo.

4.2.1 Fase dos recrutamentos

Na fase que compreende o período de 1998 a 2006, a produção de cadernos sobre o Semiárido era incipiente, e, pelo menos até 2003, a editoria investigativa ainda não havia sido transformada em um setor com relativa autonomia em O Povo. Toma-se emprestado esse termo "*recrutamento*", proferido pela Coordenadora na entrevista da pesquisa, para se referir ao momento inicial da produção, identificado tanto por não haver uma equipe consolidada, no que tange à definição de seu núcleo central e estruturante, como por não existir uma "*bandeira*" propriamente dita, quer dizer, uma linha de pensamento e cobertura sobre o sertão e o sertanejo, a conduzir o *modus operandi* da produção e seus pretensos efeitos junto ao leitorado. A fase dos recrutamentos se refere, então, ao processo de ajuntamento desse núcleo central e

estruturante, bem como à seleção das ideias, ainda emergentes, de como operacionalizar a pauta e sua investigação ligadas ao Semiárido cearense e seus sujeitos.

Outra característica da fase, fruto da ausência do núcleo central e estruturante, somada à rotina dinâmica do veículo, é a indeterminação dos ciclos de produção. Apesar de ser possível sugerir 2003 como sendo o ano que demarcou a fundação do setor, ocasionada pela reforma editorial de O Povo, individualmente, os jornalistas atribuíram outros começos a partir da lógica de lançamento de alguns cadernos e seus impactos no jornal e na editoria em formação. Sobre isso, o Repórter 2 indicou o ano 1998 por causa de *Soldados da borracha* (1998) – primeiro empreendimento ligado ao contexto semiárido e conduzido como caderno especial. Enquanto isso, a Coordenadora considerou o ano 2000 devido à publicação de *Transposição São Francisco: vida para o semi-árido* (2000), que representaria um olhar institucionalizado sobre o sertão e a seca com potencial de ser explorado e de estabelecer "*carreira*" ou reprodutibilidade de enfoque, como nomeou a gestora. Já o Jornalista Visual indicou *Patativa voou* (2002) como marco para o design dos cadernos, resultante do desenvolvimento de uma estética diferencial para esse tipo de produto, que se tornasse referência aos demais. Tal feito levou O Povo à obtenção do primeiro Prêmio Esso na categoria de criação gráfica para jornais, em 2002, o que teria legitimado o processo criativo e sua linguagem como modelos a serem replicados.

Para o Repórter 1, realmente não há um consenso que demarque o início dos trabalhos com os cadernos sobre o Semiárido, porque na época não havia uma tomada de consciência em favor da totalidade do processo, de maneira que as produções iam acontecendo na medida em que os participantes do setor iam "*entrando em datas, em efemérides, em momentos que você, jornalisticamente, tinha que atuar*", como afirmou. Com isso, não existiam construções seriadas, objetivadas para encadear ideias, intenções e modos de fazer as matérias; as coberturas foram surgindo quase que espontaneamente e em meio às outras demandas do jornal, centradas em si mesmas e não no conjunto. Seis cadernos sobre o Semiárido podem ser relacionados a essa fase, cujas imagens de capa estão disponíveis à visualização na figura 30. São estes, sequenciados por ordem de publicação: *Soldados da borracha: a saga dos arigós* (1998), *Brasil 500 séculos: rastreando nossa identidade* (2000), *Transposição São Francisco: vida para o semi-árido* (2000), *Patativa voou* (2002), *Pelas águas do Velho Chico* (2006) e *Documento BR: histórias de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais* (2006).

Figura 30 – Capas dos cadernos sobre o Semiárido da primeira fase da editoria.

Fonte: acervo da pesquisa.

Em um movimento de síntese dos cadernos dessa fase, tem-se que *Soldados da borracha* (1998) teve por intenção denunciar a situação de sertanejos que, estimulados pela propaganda nacionalista no contexto da Segunda Guerra Mundial, migraram para o Amazonas em busca de prosperidade nas extrações de látex, mas acabaram oprimidos e explorados nos seringais. Em *Brasil 500 séculos* (2000), em meio às festividades de 500 anos da invasão portuguesa nas terras hoje brasileiras, buscou-se contar a história de povos indígenas que habitaram o atual Nordeste antes da colonização, utilizando-se de fontes documentais arqueológicas. Em *Transposição São Francisco* (2000), a partir de uma incursão da equipe do jornal pelo rio São Francisco, foram abordados aspectos históricos, potencialidades produtivas e cenários de disputa envolvendo o centenário projeto de ligação do rio a bacias nordestinas, tido por diferentes governos como a solução para a falta de água no Semiárido. Em *Patativa voou* (2002), realizou-se uma homenagem ao poeta popular Patativa do Assaré, falecido em 2002, reconhecendo-o com um símbolo para a cultura no Ceará. Já em *Pelas águas do Velho Chico* (2006), O Povo retomou as discussões sobre a transposição do rio São Francisco, atualizando a cobertura de 2000.

Quanto a *Documento BR* (2006), trata-se de um caderno de caráter denunciativo, que expôs esquemas de exploração sexual de garotas menores de 18 anos em pontos de prostituição

no Ceará, resultante da conquista do Terceiro Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística, apoiado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e pelo Instituto WCF-Brasil. Tem-se como o caderno que encerra a fase dos recrutamentos porque, embora tenha contado com a Coordenadora, com os Repórteres 1 e 2 e com o Jornalista Visual, que compunham o núcleo estruturante da editoria, seu tema, ligado à *violência e exploração*, não se vincula à linha de pensamento e cobertura que predominaria na editoria, como aborda a próxima fase.

4.2.2 Fase da profusão simbólica e material

No Núcleo de Jornalismo Investigativo, o intervalo entre 2007 e 2019 foi marcado pela intensa e interconectada produção de cadernos sobre o Semiárido e seus sujeitos, conferindo mudanças na exploração desse universo quando comparada às realizações da fase anterior. Se, até 2006, predominaram na editoria emergente as indeterminações de equipe e enfoque, em 2007, com a publicação de *Mares do sertão* (2007), materializou-se um padrão de pensamento e cobertura direcionado às pautas regionais, vinculado ao recrutamento do "*núcleo duro*" ou central, como nomeou o Repórter 2, referindo-se ao seleto grupo formado pela Coordenadora, pelos Repórteres 1 e 2 e pelo Jornalista Visual que influenciou os demais sujeitos da equipe. Esse grupo protagonizou as operações de campo e de redação – em que os Repórteres 1 e 2 lideravam as apurações externas, no tratamento etnográfico, e a Coordenadora e o Jornalista Visual, os trabalhos de edição, na ênfase imagética –, levando a editoria a ocupar um patamar técnico e estético não dissociado dos interesses cotidianos do jornal, das trocas nos bastidores da produção e do controle sobre o padrão recém-instalado.

A célula estruturante da editoria conduzia e sustentava, pois, os mecanismos simbólicos e pragmáticos geradores de informações e representações por via dos cadernos, repercutindo em decisões de pauta e organização de *modus operandi*. Posteriormente, a Repórter 3 e o jornalista chefe do audiovisual – que atuava no núcleo investigativo como repórter e, em 2015, ajudou a implantar as operações em multiplataforma de O Povo, coordenando-as até o fim da editoria – passaram a integrar esse grupo central que também perdurou até 2019. Quanto à linha de pensamento e cobertura instituída, essa se relacionava à busca por falar sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos fora do escopo midiático hegemônico, tido como preconceituoso e estereotipado, investindo em um modo pretensamente verossímil tanto quanto sensível de representar e informar sobre os lugares e as pessoas, o que constituiu a tendência antropológica e interpretativa das abordagens. Sobre tal interesse, tem-se a justificativa da Repórter 3:

> *Durante muito tempo, a imagem e a narrativa dos sertões era a da seca. Eu acredito que fomos pautados e fomos pautando um novo olhar e um novo ouvir: pela convivência. As outras faces da seca, que não somente a miséria e o desalento; o Semiárido possível, entende? O sertão dos afetos, dos mares, dos ventos, das tecnologias, das juventudes, das memórias, dos reencontros… Fomos atrás da imensidão. Do lugar incomum e, também, encantado.*

Assim, a estruturação do enfoque pela organização da equipe supriu as lacunas da fase anterior, podendo ser entendida como artifício de poder inscrito em perspectiva cultural, no caso, relativa à da convivência com o Semiárido, apropriada aos interesses do veículo. Seu desenvolvimento estabilizou as construções outrora flutuantes do núcleo, impactando em êxitos de cobertura, prestígios de imagem e financiamento e fortalecimento de processos, colocando O Povo como um motor gerador de debates sobre o sertão observado e projetado. Vale lembrar que se trata do jornal cearense mais antigo em funcionamento, o que provocou certa tradição no Estado quanto à tendência dos leitores em se reconhecerem nas produções. Mas isso também leva a pensar que o viés construído sobre o Semiárido, notadamente pelos trabalhos da editoria dos cadernos, não deve ser entendido como análogo ao que um nativo desse território mobilizaria sobre si e seu contexto. Mais proximamente, trata-se do olhar de um *visitante poderoso* em relação ao meio rural, a ocupar um lugar privilegiado ante as discrepâncias sociais existentes entre o campo e a cidade e perante os modos de produzir e difundir informação.

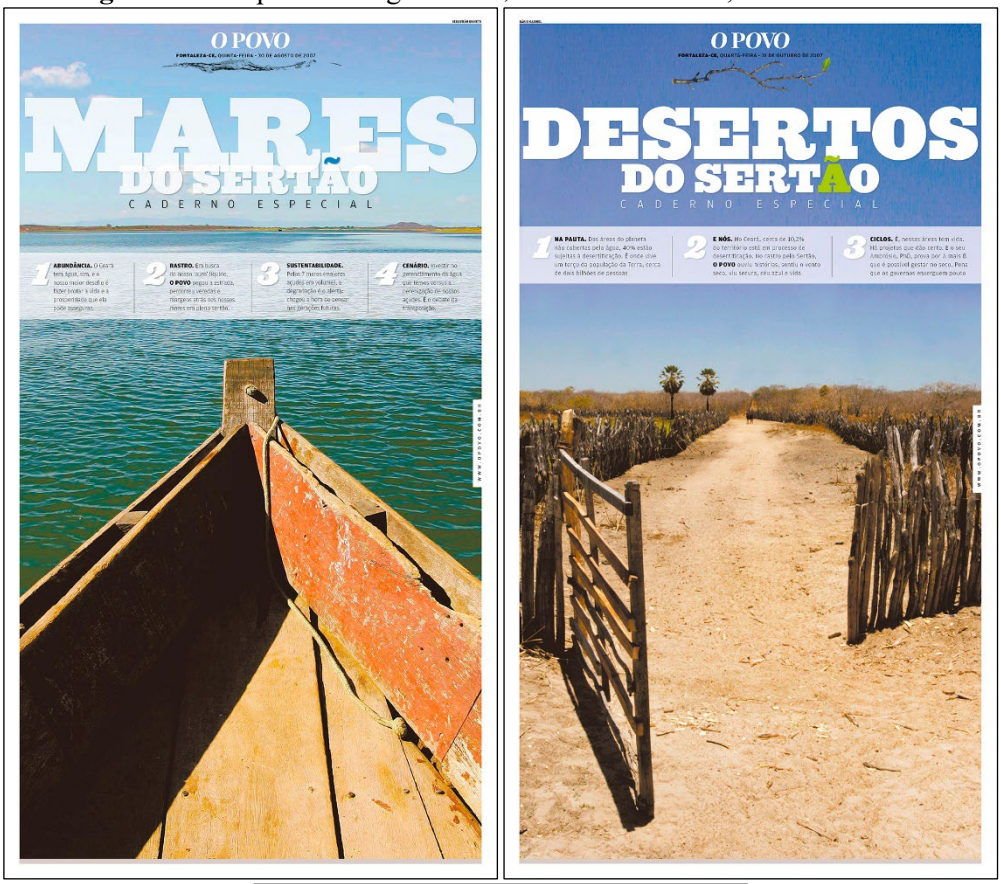
Tanto que a mentalidade informacional e representacional compartilhada, que definiu e impulsionou esse período da história da editoria, possui matriz acadêmica, letrada, urbana: adveio de provocações apreendidas em uma especialização em História, cursada pelo Repórter 2 e pela Coordenadora anos antes do lançamento de *Mares do sertão* (2007). Como revelado pelo Repórter 2, no curso, mais "*de um professor falava do sertão diferente*", dando esteio e polpa à crítica direcionada ao posicionamento midiático depreciativo e introduzindo o gérmen da linha de pensamento e cobertura materializada em *Mares do sertão* (2007). Com isso, os sujeitos do núcleo investigativo migraram das formulações simbólicas dispersas aos movimentos socialmente gregários, conscientes e estratégicos, que ordenaram os meandros da editoria e sua equipe, possibilitando-a planejar, processar e mediar conteúdos coordenados sobre o sertão e os sertanejos. Não à toa, uma das características dos produtos editados nesse período é a presença de sequências de coberturas que refletiam, em plano material, a proposta da estruturação do gesto informacional e representacional encarnado pelo jornal.

Nesse sentido, foram publicadas quatro trilogias de 2007 a 2011, em que a primeira correspondeu a *Mares do sertão* (2007) e aos seus desdobramentos, *Desertos do sertão* (2007) e *Chuvas do sertão* (2008), referindo-se aos respectivos cenários mobilizados no Ceará naquele

biênio: o da abundância de água nos sete maiores reservatórios do Estado – Castanhão, Orós, Banabuiú, Araras, Pedras Brancas, Pentecoste e Pacoti; o da permanente escassez de água nas zonas em desertificação, onde se localizam o Sertão dos Crateús e o dos Inhamuns, dentre outras regiões cearenses; e o contexto chuvoso de 2008, favorável em algumas localidades, mas desfavorável em outras, por terem sofrido inundações. Em 2009, foi lançada a série *Autoestima cearense*, composta por três volumes de cadernos (Autoestima [...], 2009a; 2009b; 2009c), uma produção encomendada pelo comercial de O Povo, mas que o núcleo investigativo teria dado encaminhamento jornalístico, transgredindo a orientação publicitária e destacando obras e personalidades cearenses que traduziriam a autoestima idealizada, segundo os jornalistas.

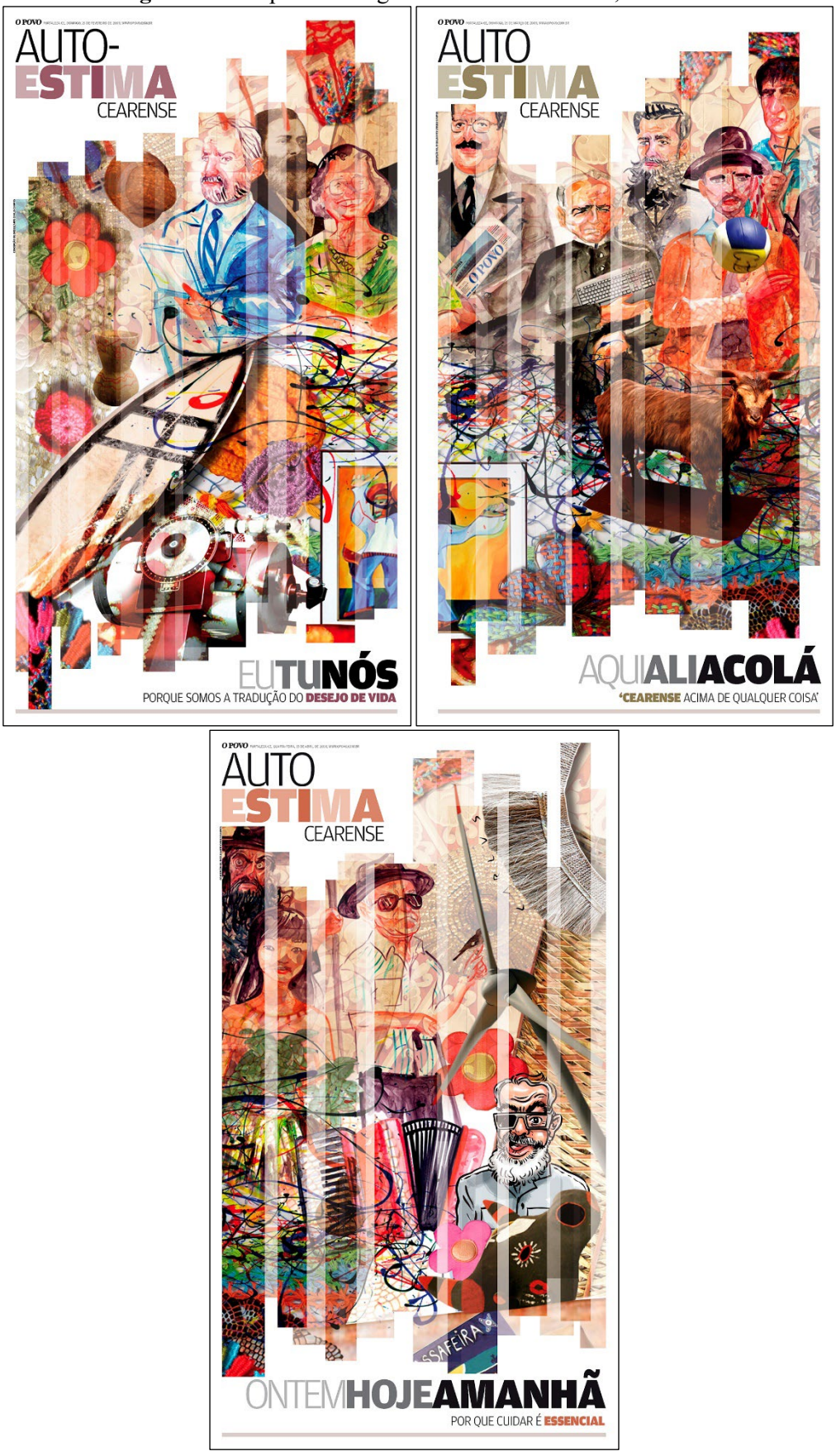
Em 2010, a editoria publicou a série chamada *Inquisição: no rastro dos amaldiçoados* (2010a; 2010b; 2010c), trabalhando com uma suposta formação etnológica do povo cearense, originada pela imigração de judeus europeus perseguidos pelo Santo Ofício, que teriam fugido da Península Ibérica e se distribuído pelo Semiárido, fixando-se e miscigenando a população e sua cultura. Depois, em 2011, foi lançada a trilogia *Santificados: nos altares de beira de estrada* (2011c), *Santificados: das paredes de lembrar, vidas e credos* (2011b) e *Santificados: da graça de acreditar e duvidar* (2011a), em que são narradas histórias vinculadas a beatos locais, não reconhecidos pelo Vaticano, e ao fenômeno da fé popular e sertaneja devotada a esses santos. As figuras 31 a 34 trazem as capas que compõem as quatro trilogias descritas.

Figura 31 – Capas da trilogia *Mares, desertos e chuvas*, de 2007 e 2008.



Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 32 – Capas da trilogia *Autoestima cearense*, de 2009.



Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 33 – Capas da trilogia *Inquisição*, de 2010.

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 34 – Capas da trilogia *Santificados*, de 2011, emulando um oratório.

Fonte: acervo da pesquisa.

Como declarou o Repórter 2: "*Era um consenso editorial que essa produção* [...] *fugiria desses clichês, e a gente passaria a enxergar um sertão, um Semiárido, possível de outra maneira, fora dessa história* [de estigmas ligados à seca]", ao que continuou:

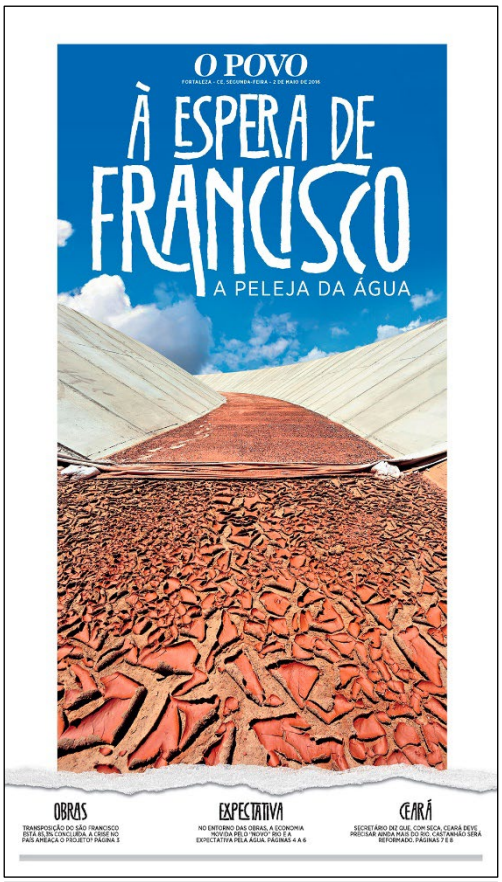
> *A partir daqui a gente começa perceber que a gente volta para esse sertão. Mas com o olhar exótico? Não. Com o olhar de quem não sabe? Sim. Com o olhar de quem acha que sabe alguma coisa? Sim. Com o olhar de quem quer descobrir alguma coisa? Sim. Com o olhar de que narrativa eu estou construindo? Sim. Com o olhar de experimentação de narrativa? Sim. A partir daqui,* [em interação com] *o sertão e essa pessoa que fica no sertão.* [...] *Então, a gente começa aqui. Começa, que eu digo,* [de modo] *sistematizado.*

Conduzida pelas quatro trilogias citadas, a linha de pensamento e cobertura adotada atingiu o apogeu nas produções de cadernos especiais a partir de 2012, em virtude da série *Peleja da água*, que foi transformada em selo editorial do periódico, a colecionar uma grande quantidade de matérias, entre notícias factuais e pequenas reportagens, além de dez cadernos especiais, todos vinculados aos contextos da última estiagem no Ceará – iniciada naquele ano, em que a precipitação média anual foi de 388,8 mm, e interrompida em 2018, com a precipitação média anual de 802,5 mm (Fundação [...], 2024). Valendo-se das incursões

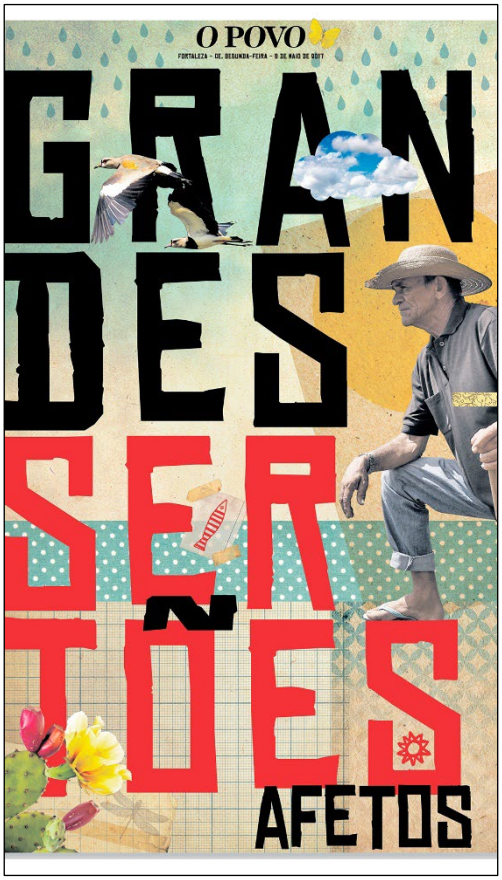
etnográficas para desenvolver a abordagem e noticiar as crises, como também esse "*novo*" sertão de convivências, percebe-se que, no decorrer dos seis anos de seca, as informações e representações da editoria alcançaram seu ponto de profusão, de maneira que, dos 24 cadernos lançados na fase, quase a metade está vinculada à série *Peleja da água*, pretensiosamente objetivada para destacar sujeitos anônimos em seus modos de enfrentamento à estiagem.

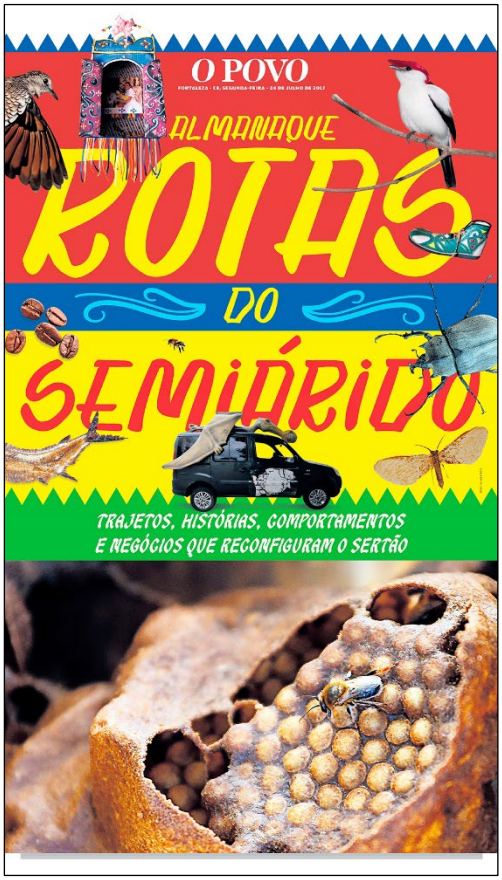
Afora a ancoragem no citado curso de especialização e nas constantes viagens ao interior do Ceará, ressalta-se que o olhar da editoria, que deu forma aos cadernos desse período, também foi modelado pelas pressões do jornal e pelos encaminhamentos da profissão, em que os jornalistas eram provocados a superar o óbvio, isto é, os criticados clichês, por meio de uma produção que se vinculasse às circunstâncias do momento e que contribuísse com o periódico, em relação ao fortalecimento de sua imagem institucional e à atração e fidelização de leitores e investidores. Como comentado pelo Repórter 1: "*Seca* [o tema]*, certamente, o nível de cobrança era muito maior.* [...] *O fortalezense não sabia que tinha essa história toda.* [...] *Então, a gente tem que pegar e valorizar essa história aqui,* [...] *e contar que isso aqui existe*", indo ao encontro das intenções e direcionamentos que conformaram a produção. As capas dos dez cadernos que integram a coletânea *Peleja da água* podem ser visualizadas na figura 35. Logo em seguida, na figura 36, tem-se as capas dos dois cadernos que não estão vinculados ao referido selo, embora façam parte desse momento de profusão da editoria.

Figura 35 – Capas dos cadernos vinculados ao selo *Peleja da água*.


O POVO
À ESPERA DE FRANCISCO
A PELEJA DA ÁGUA
OBRAS
EXPECTATIVA
CEARÁ

O POVO
A SECA QUE MATOU OS PEIXES
FORTALEZA - CE, TERÇA-FEIRA - 30 DE AGOSTO DE 2016


O POVO
GRANDES SERTÕES
AFETOS


O POVO
ALMANAQUE
ROTAS
DO
SEMIÁRIDO
TRAJETOS, HISTÓRIAS, COMPORTAMENTOS
E NEGÓCIOS QUE RECONFIGURAM O SERTÃO

Fonte: acervo da pesquisa.

Figura 36 – Capas dos cadernos remanescentes da segunda fase da editoria.

Fonte: acervo da pesquisa.

Como as imagens revelam, *Planeta seca* (2012) foi o caderno que inaugurou a coletânea *Peleja da água*, situando-se no começo da grande estiagem e abordando as condições dos sujeitos do campo que, apesar de contemplados por benefícios do governo, estavam a perder a produção e os animais pela ausência de chuva. Depois, *A peleja da água* (2013), em que foram narrados acontecimentos do segundo ano da estiagem, quando 176 municípios cearenses declararam estado de emergência devido à crise hídrica. Em 2014, aconteceu um breve hiato na edição de cadernos vinculados a essa série, foi lançado *Sertão a ferro e fogo: marcas de gado e gente* (2014), que abordou outro tema: o da tradição da ferra em gado, representando tal cultura como gesto de poder atrelado ao cotidiano semiárido. Ainda sobre *Sertão a ferro e fogo* (2014), teve-se o incremento de um projeto experimental de produção audiovisual associada à grande reportagem, permitindo a publicação de conteúdos complementares à edição impressa. Em 2015, a editoria investigativa retomou o enfoque da estiagem em *Os quinzes: capítulo 1* (2015a) e em *Os quinzes: capítulo 2* (2015b), aludindo à memória da seca cearense de 1915 e ao romance homônimo de Rachel de Queiroz, por meio de reportagens que contam histórias de sujeitos rurais em seus modos de convivência com as adversidades climáticas.

Também em 2015, o projeto experimental conduzido em 2014 ganhou estrutura e se oficializou na editoria investigativa, fazendo com que a produção e seu *modus operandi* se adequassem ao formato multiplataforma. Com isso, além dos cadernos impressos, passou-se a disponibilizar ao público do jornal desdobramentos digitais e audiovisuais de conteúdo, com abordagens integradas à linha de pensamento e cobertura priorizada desde 2007, com produção segmentada pelas diferentes tecnologias, junto a roteiros e edições que variavam conforme as características de cada plataforma, bem como as pretensões aplicadas a essas. Assim, a partir de *Os quinzes* (2015a; 2015b), os cadernos ligados ao sertão passaram a participar da dinâmica transmidiática, ofertando acesso aos canais que diversificaram os empreendimentos da editoria. Dentro dessa lógica configurativa, em 2016 foram publicados dois cadernos sobre a cobertura da estiagem corrente: *À espera de Francisco: a peleja da água* (2016), em que a equipe revisitou cenários e conflitos da transposição do rio São Francisco; e *A seca que matou os peixes* (2016), em que foi refeita a trilha percorrida em *Mares do sertão* (2007), reportando sobre o contraste de contextos concernentes ao esvaziamento dos açudes e aos prejuízos da população.

Em 2017, ano em que a série *Peleja da água* foi encerrada, foram lançados quatro cadernos ligados à estiagem: *Grandes sertões: afetos* (2017), *Rotas do Semiárido* (2017), *As águas de Francisco: expectativa e realidade na peleja da espera* (2017) e *A premência pela água: o cinturão que vai trazer o São Francisco* (2017). No primeiro caderno, a editoria retomou o mote de Os quinzes (2015a; 2015b), priorizando histórias de sujeitos comuns e seus

modos de conviver com a seca. No segundo, foram destacadas a diversidade natural e social atribuída ao Semiárido cearense, na pretensão de valorizar lugares e pessoas desse sertão. Sobre o terceiro e o quarto caderno, ambos foram direcionados ao assunto da transposição do São Francisco, assumindo conotações opostas: enquanto foi dado tratamento humanizado à questão em *As águas de Francisco* (2017), convergindo para o senso estético que predominava nos produtos do núcleo, em *A premência pela água* (2017), assumiu-se linguagem técnica e visual objetivo na cobrança pela entrega dos trechos emergenciais da transposição cearense.

Após disso, em 2018, aconteceu outro hiato na produção de cadernos ligados ao selo *Peleja da água*, sendo também o único ano, desde 2007, a não constar qualquer lançamento de caderno sobre o Semiárido – fato não explicado pelos jornalistas. Quanto a 2019, no primeiro semestre desse ano, foi publicado *Semiárido das nascentes* (2019) em referência ao retorno da estação chuvosa no Ceará, sendo o segundo caderno lançado após 2012 a não estar associado à coletânea *Peleja da água*. Essa publicação marcou o fim do período de profusão da editoria e o começo da diluição do núcleo investigativo, como detalhado a seguir.

4.2.3 Fase da desarticulação do núcleo

Essa fase diz respeito às transições de tecnologia, linguagem, produção e logística sofridas por O Povo e que abrangeram os anos 2019 e 2020 – um curto período, se comparado aos dois anteriores, porém densamente interferente no jornal. Para o veículo, não apenas as coberturas etnográficas e a sistemática de distribuição dos impressos eram realizações de alto custo; a manutenção salarial da equipe, formada por repórteres especiais e demais atores de destaque na empresa, era igualmente dispendiosa. A mudança global nos hábitos de leitura, provenientes da ênfase nos processos digitais, desenvolvidos nas últimas décadas, também pode ser associada à crise de O Povo, porque essa abateu a força do formato impresso nas produções bibliográficas e documentais, como refletem Chartier, Santos e Dumont (2022), às quais os jornais estão vinculados por pertencerem à cultura escrita. As causas da mudança também podem ser atribuídas a outras questões pelas quais o jornalismo como um todo foi atravessado, como as migrações de público e a queda de credibilidade e, especificamente em 2020, os problemas econômicos e sanitários gerados pela pandemia de COVID-19, que potencializaram o virtual, forçando adequações nas estratégias comunicacionais.

Tudo isso teria provocado uma revisão de prioridades em O Povo, fazendo-o mudar de lógica e de estrutura em 2020, com o investimento nas tecnologias digitais de produção e de interação com o público, em detrimento das mídias convencionais, que foram reduzidas ao mínimo necessário para a manutenção das relações memorialísticas, inscritas no imaginário que

resiste em torno dos suportes de papel. Isso interrompeu o ciclo de produção dos cadernos que, apesar do incremento da linguagem multiplataforma em 2015, subsistia graças ao destaque dado por O Povo à fisicalidade dos produtos informacionais. Para o Repórter 1:

> *O digital veio muito forte* [...]. *A gente, hoje em dia, publica matérias no online que nem vão sair no dia seguinte, no impresso. Vão sair dois, três, quatro dias depois, porque o assinante ganhou essa prioridade digital, para ter o acesso antes* [por via de O Povo+]. [...] *É uma lógica de mercado, legítima total.* [...] *Vários jornais grandes do país acabaram o impresso, só mantiveram o online. Nós ainda mantemos os dois, e isso é uma marca* [...].

Portanto, por imposição dos contextos, O Povo reelaborou os processos e o quadro de funcionários, dissolvendo o núcleo investigativo. Ao longo de 2019, alguns jornalistas que compuseram a editoria foram remanejados para ocupar outras funções do jornal, principalmente na plataforma O Povo+, enquanto outros deixaram o veículo, como a Repórter 3. Com isso, as realizações envolvendo reportagens, inclusive sobre o Semiárido, migraram para outras células, recebendo tratamento digital e audiovisual e passando a ser chamadas de "*especiais digitais*", no lugar de cadernos especiais. Não se trata apenas de uma troca de nome e de tecnologia, pois todas as produções investigativas convergiram para a plataforma digital, que é restrita aos assinantes, alterando, inclusive, a lógica da sustentabilidade financeira do jornal, que não vislumbrava mais as vendas de tipo avulso, apesar da versão impressa – e simplificada – de O Povo ainda constar em bancas de revistas e demais distribuidores em Fortaleza. Ou seja, na virada paradigmática ocorrida entre 2019 e 2020, não somente a editoria e seus cadernos foram afetados, mas O Povo por completo, incidindo nas formas de informar e representar os temas apurados, dentre esses, o sertão local e os sertanejos, submetendo-os aos meandros de um planejamento midiático inserido no universo digital que escapa desta pesquisa.

No âmbito dos cadernos especiais sobre o Semiárido, pode-se dizer que a fase deu sinais de demarcação no segundo semestre de 2019 por meio de *Destino Geopark Araripe* (2019), lançado em setembro. Nesse e nos demais cadernos que o sucederam, os expedientes não mais contaram com a participação do Jornalista Visual, que foi substituído pelo Designer. Este, ao assumir, implantou uma metodologia de trabalho diferente de seu antecessor, a priorizar as interfaces digitais – um estímulo que circulava nos bastidores do periódico desde 2015, mas que ganhou ímpeto no final de 2019, pelas urgências sociais e econômicas que se impuseram ao veículo. Logo depois de *Destino Geopark Araripe* (2019), em novembro e dezembro de 2019, foram publicados dois novos volumes da série *Santificados* (2019a; 2019b); na ocasião, o Designer e sua equipe projetaram um aplicativo gratuito que servia à leitura desses cadernos

em formato eletrônico. Por suas palavras: "[...] *as pessoas tinham acesso ao conteúdo dentro desse aplicativo* [...]. *Então, foi um estudo mais profundo, que envolveu a equipe do digital*". No entanto, foi um movimento destoado do sistema multiplataforma, porque os conteúdos acessados pelo aplicativo "*não chegavam a ser um universo onde cada produto tinha vida própria dentro do universo maior, como uma narrativa transmidiática*", segundo revelou o Designer. Os lançamentos coincidiram com a saída do jornalista chefe do audiovisual de O Povo, o que pode ter impactado na produção multimídia de *Santificados* (2019a; 2019b).

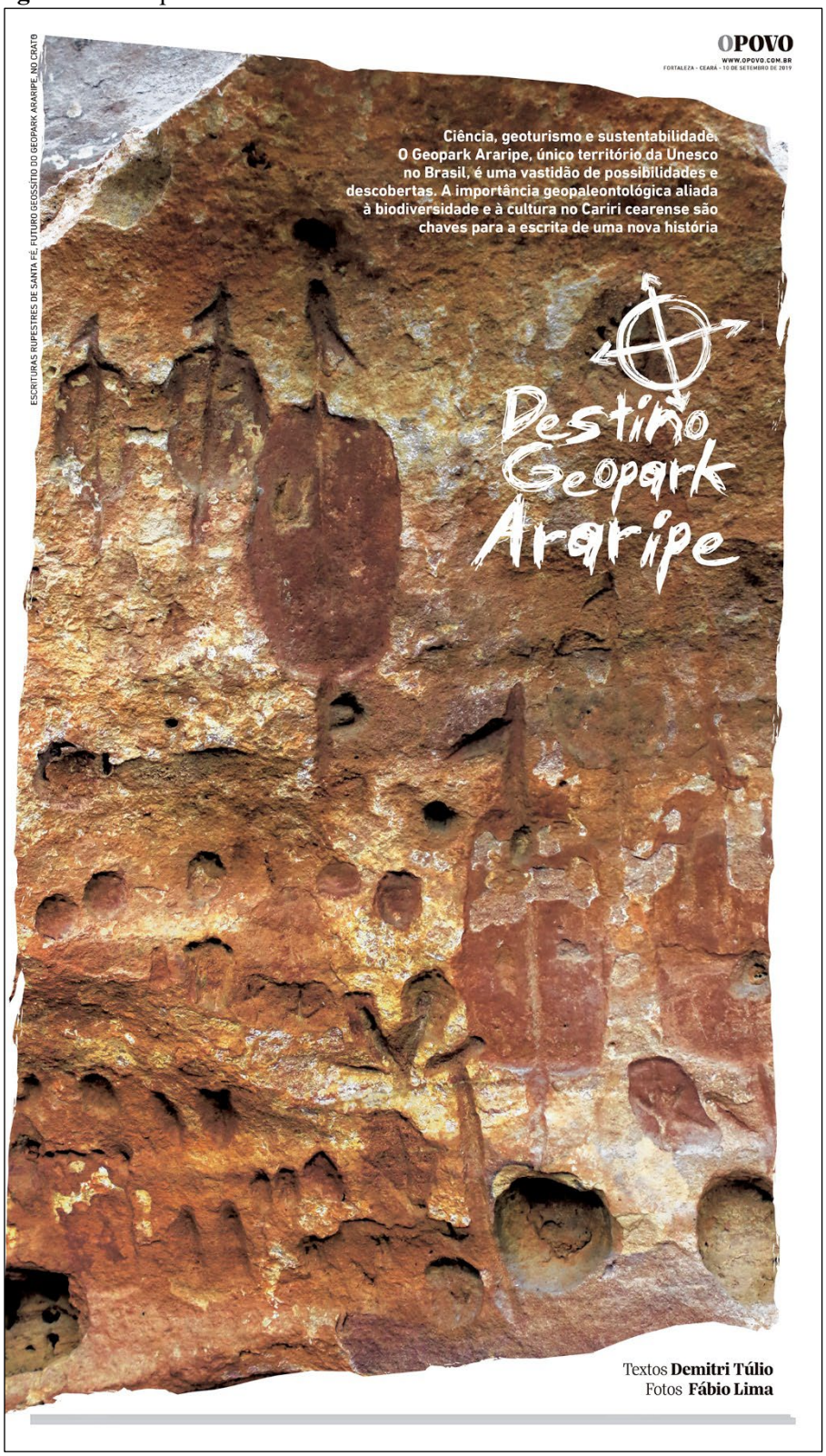
Os cadernos que sinalizam para a interrupção do núcleo, confirmada nas entrevistas, são os que formam a série *Expedição borboletas* (2020a; 2020b), publicados em janeiro e fevereiro de 2020. Esses materiais divergem das produções anteriores, porque a equipe tinha sido radicalmente reformulada após o lançamento de *Santificados* (2019a; 2019b). Desse modo, com a diluição do grupo central e estruturante, o Núcleo de Jornalismo Investigativo também foi desfeito, fazendo com que os cadernos da série *Expedição borboletas* (2020a; 2020b) acabassem figurados como exceções à linha de pensamento e cobertura conduzida pela equipe original, apesar de provirem de uma pauta originalmente aprovada pela editoria quando essa ainda estava estruturada. Como comentado pelo Repórter 2 sobre essa série:

> [...] *isso aqui* [*Expedição borboletas* (2020a; 2020b)] *é outra equipe, certo?* [...] *Essa pauta aqui é minha. Até então, eu estava dentro dos especiais, mas não sei por que "cargas d'água" ela não foi feita.* [...] *E foi feito, mas ela foge da produção disso aqui para cá* [da fase de profusão]. *Isso aqui é para ser descolado mesmo.* [...] *Aqui é outra linha. Está no Semiárido, porque O Povo é muito identificado com essa história de volta a esse sertão – ou tem a pretensão. Mas aqui é outra história,* [...] *a editoria tinha acabado.* [...] *A perspectiva aqui é outra.* [...] *Esses repórteres* [dessa série] *não estavam misturados nessa época aqui* [de profusão dos cadernos].

Pela declaração do repórter, percebe-se como havia um enredamento entre a equipe e a linha de pensamento e cobertura que vigorava na editoria, de modo que a desarticulação do núcleo favoreceu a fragmentação das formas simbólicas outrora estabilizadas. Para o estudo de representações sociais, é como se os mecanismos de ancoragem e objetivação, solidificados ao longo do percurso dessa produção ritualizada, tivessem perdido as bases de legitimidade e sustentação, fazendo com que as formas simbólicas sobre o Semiárido cearense e seus sujeitos fossem atualizadas pelo crivo dos novos profissionais e sua dinâmica em O Povo, ocasionando o estranhamento e o deslocamento atribuídos a *Expedição borboletas* (2020a; 2020b) pelo Repórter 2, quando comparou na entrevista essa série com os títulos anteriores. As capas dos

cinco cadernos que compõem a fase de desarticulação da editoria – e de aglutinação de novos interesses e formatos em O Povo – podem ser vistas pela figura 37.

Figura 37 – Capas dos cadernos sobre o Semiárido da terceira fase da editoria.



Fonte: acervo da pesquisa.

Em síntese, pode-se dizer que *Destino Geopark Araripe* (2019) abordou o complexo formado por nove sítios localizados na Chapada do Araripe e administrados pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Pertencente à rede global de geoparques mantidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o parque possui relevância geológica e paleontológica, contribuindo com a sustentabilidade do Cariri cearense. Em *Santificados: do tamanho da fé* (2019b) e *Santificados: da agonia e da paz* (2019a), a editoria retomou a narrativa acerca da devoção aos santos populares, não reconhecidos pelo Vaticano, inserindo essas duas novas edições à série de 2011. Em *Expedição borboletas: volume I* (2020a) e *Expedição borboletas: volume II* (2020b), a nova equipe de editor e de repórteres refez os caminhos da *Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das províncias do Norte* pelo sertão cearense – um grupo de expedicionários brasileiros autorizados por Dom Pedro II que, entre 1859 e 1861, percorreu o Ceará na tarefa de observar o território e realizar descobertas que agregassem valor ao império. Nesses cadernos, o intuito dos jornalistas de O Povo foi não apenas mostrar os aspectos históricos da comissão, mas narrar histórias sobre o Semiárido atual, comparando-as com os achados que aconteceram no século XIX. As representações sociais mobilizadas nessa e nas fases anteriores da editoria dos cadernos estão contempladas no último tópico deste capítulo, a seguir.

4.3 Representações sociais nos cadernos especiais: materialidades significantes

Pelas seções anteriores, é possível perceber que havia um direcionamento, ao qual foi nomeado nesta tese como *linha de pensamento e cobertura*, em alusão ao estudo das representações sociais adequado às dinâmicas da informação jornalística, a percorrer e sustentar a produção dos cadernos ligados ao Semiárido cearense e seus sujeitos. Tal direcionamento incidia com mais ou menos pressão na produção, a depender do contexto de estruturação da editoria, sendo esse o motivo pelo qual os cadernos concebidos na fase dos recrutamentos, como também os da desarticulação do núcleo, tendem a destoar daqueles publicados no estágio da profusão, que são maioria, considerando que esse período agrega 24 cadernos, enquanto as outras fases somam nove. A flutuação que tal movimento sugere ter, ao serem reunidos, sequenciados e comparados os 35 materiais em questão, pode ser interpretado como perspectivas informacionais e representacionais que, mobilizadas pela equipe em seus diferentes momentos históricos, oram divergiam entre si, ora se complementavam, constituindo os meandros simbólicos e operacionais desse processo de produção.

Em suma, no âmbito das investigações sobre o universo semiárido, o que se pretendia no núcleo do jornal era informar com profundidade, valorizando lugares e pessoas reportadas de maneira vinculada à realidade de O Povo. Logo, não se tratava de relações isentas da parte dos produtores dos cadernos, porque os profissionais interagiam com as dimensões pragmática e ideológica encarnadas no periódico, afetando e sendo afetados por essas no curso das estruturas às quais o veículo estava socialmente inscrito. Assim, no paradoxo de excluir para incluir sujeitos típico do fenômeno das representações sociais, como também da informação fundamentada na perspectiva cultural das trocas simbólicas, o resultado das edições em questão tinha por princípio promover cotidianos e identidades rurais, sugerindo alteridades e dando espaço a pessoas e práticas silenciadas ou depreciadas por outras mídias. Em meio às ambições, transgressões e limitações inerentes à práxis do jornal e seus condicionamentos, a inserção social compartilhada pela editoria se potencializava na estética dessa informação materializada, cabendo ao leitorado o poder de decidir o que fazer com seu consumo simbólico, quer dizer, com as apreensões de sentido oportunizadas pela leitura realizada nos cadernos.

Na constituição desse primado que se fez legado em O Povo, as referidas materialidades eram, então, instituídas na intenção de comunicar sobre o sertão e os sertanejos de modo que os sujeitos eram por vezes postulados como protagonistas, mesmo quando descritos em situações de sofrimento. Para isso, os jornalistas se valiam da exploração condizente com a linha de pensamento e cobertura que ordenava o processo desde a apuração até a edição dos materiais, fazendo com que as escolhas referentes às composições de texto, imagem e projeto gráfico traduzem tais interesses e convergissem em favor da empreitada antropológica. Por exemplo, era frequente a utilização nas matérias de traços advindos da oralidade, buscando emular a fala cotidiana de forma poética, como ilustrado na figura 38, que traz um apanhado de reportagens cujos títulos seguem esse estilo: “A briga com o mar”, em *Transposição São Francisco* (2000, p. 3); “Casamenteiro do sertão”, em *Inquisição* (2010a, p. 6); “Embarreirando o de beber”, em *A peleja da água* (2013, p. 3); “O jogo da pega de boi”, em *Sertão a ferro e fogo* (2014, p. 16); “O fazedor de água”, em *Semiárido das nascentes* (2019, p. 10); e “Vidente Maria Alice: a tristeza do céu”, em *Santificados* (2019a, p. 6). Esse recurso estético é frequente no jornalismo etnográfico, notadamente em sua *modulação literária*, como em geral se assemelham as narrativas textuais que compõem os cadernos especiais de O Povo.

Figura 38 – Exemplos de páginas de cadernos cujos títulos emulam a fala cotidiana.

Fonte: acervo da pesquisa.

Com isso, se a etnografia aplicada ao fazer jornalístico repercute em coberturas densas, associadas ao deslocamento do repórter que busca contextualizar o fato noticiado (Girardi Júnior, 2000), no chamado *jornalismo literário*, no entender de Martinez (2017, p. 26), assume-se que "os textos em consideração são narrativos" e que, por meio desses, o repórter sintetiza "uma cosmovisão de mundo humanizante e abrangente, que tenta ser compreensiva [...] para dar conta de relatar o complexo mundo em que vivemos [...]". Aplicado aos cadernos especiais, o estilo permitia que as histórias fossem sistematizadas com vista à promoção do "exercício de alteridade" (Martinez, 2017, p. 31), conferindo às produções de O Povo uma característica basilar às grandes reportagens que é a *humanização* das matérias, em que contextos e personagens são colocados em primeiro plano no intuito de gerar proximidade com o leitor.

Conforme Erbolato (2020), essa estratégia de humanização é própria das reportagens em profundidade, das quais também são exigidos *antecedentes*, isto é, o trabalho complementar, de tendência compreensiva e contextual, que oferece à informação uma "perspectiva ao leitor" (Erbolato, 2020, p. 105). No *modus operandi* do núcleo investigativo, a contextualização era iniciada na fase de pré-produção, por intermédio de pesquisas documentais e bibliográficas que

auxiliavam na roteirização da cobertura e na projeção estética preliminar, consolidando-se em campo pelo registro de pormenores que, após selecionados, tratados e hierarquizados, passavam a compor as edições. Desse modo, ancoravam-se e objetivavam-se subjetividades, como as apreensões de vocabulário e de costumes, e fontes de natureza científica, jornalística, literária, musical e iconográfica ligadas aos sertanejos, introjetando nas séries de cadernos a percepção compartilhada pela equipe sobre um sertão multifacetado. Como relatou o Repórter 1:

> *Jornalisticamente, a gente buscava, claro, livros, matérias que tinham saído e tal. Mas o sertão, ele muda muito* [...]*, e a gente percorreu um período* [profícuo] *a partir de 2003* [ano de inauguração do núcleo]*. Foi mudando a referência do sertão com o governo que foi implantando políticas dirigidas para o Nordeste* [...]*. O sertão, naquele momento, estava numa prosperidade gigante, e a gente acabou vivenciando e contando essa história* [...].

O olhar sensibilizado às mudanças sociais, que levou ao desígnio das informações e representações nos cadernos – e que se vincula à linha de pensamento e cobertura estruturada no núcleo em sua fase de profusão –, teve interferência forte, como se sabe, da academia, por meio da especialização cursada pelo Repórter 2 e pela Coordenadora. A ocasião teria ventilado condições de acesso a um Semiárido configurado pela cultura da convivência, criando opções simbólicas frente ao imaginário hegemônico da aridez. Imbuída desse olhar, a equipe passou a contar com a colaboração de agentes situados nessa cultura, como revelado pelo Repórter 2:

> *A igreja tem um papel importante nessa informação narrativa, quando ela começa falar, antes dos anos 2000,* [...] *da convivência com a seca* [...]*. Essa perspectiva não é oficial, não é de governo* [...]*. Alguns padres eram referência para a gente conversar* [...]*. Você vai para Sobral, para dentro da universidade, para dentro do EMBRAPA, e você vai conversar com gente* [...] *que aprimora a história da agroecologia.* [...] *O MST passa por aqui, os assentamentos. Então, essa perspectiva é o que? É desse homem sendo protagonista da história.* [...] *Você não tem grandes fazendeiros falando. E até tem um ou outro* [...]*, mas a perspectiva era ver como é que esse sujeito, que perdeu quase tudo* [na seca]*, como é que ele se refez* [...].

A resposta do jornalista acima adianta o que será discutido no próximo capítulo, junto à comunidade rural e aos camponeses que integraram o grupo leitor dos cadernos. Existem pontos de convergência entre o fundamento das representações materializadas pela editoria e os modos de vida dos sertanejos recrutados na tese, mas, como será analisado, uma aparente coincidência nas ancoragens não indica que as representações tenham meramente se repetido. Ao contrário, as apropriações e os reconhecimentos dos camponeses acerca do que leram não foram de todo previsíveis nem aconteceram em completa harmonia com as prescrições do jornal. Mesmo que partisse de referenciais de sentido semelhantes aos utilizados pelos jornalistas, a experiência

leitora se manifestou rica, impregnada por críticas de vertentes moral e política, o que gerou as negociações simbólicas. Assim, as diferenças entre os universos pesquisados, prolongadas por tradições e preconceitos que remetem a formas sociais de resistência e de enfrentamento notadamente inscritas no meio rural, possibilitaram atravessamentos que resultaram em modos particulares de representação de si, do outro e do meio verbalizados pelos leitores do grupo.

Na compreensão hermenêutica de Ricoeur (2010), as relações processadas pela editoria dos cadernos – feitas por objetivações e ancoragens mescladas entre as realidades do campo e as intervenções do jornal – constituíram-se como mimese (*mundo configurado*) dos cenários investigados, recebendo encaminhamentos éticos e estéticos na mediação pretendida. Segundo o Repórter 2, na escrita sobre dona Elisa Pereira em *A seca que matou os peixes* (2016):

> [...] *a perspectiva do olhar não é a perspectiva fria da objetividade do texto.* [...] *Aqui* [no caderno]*, a dona Elisa entrou numa personagem* [uma representação do sujeito real]*, e eu enxergo nela ou tento dizer para o leitor: "olhe, essa mulher, o perfil dessa mulher é esse aqui. Essa mulher foi escroteada a vida toda nisso aqui".* [...] *Aqui é a forma da construção dessa narrativa, que o repórter entra e sai da matéria, sem ficcionar.* [...] *A narrativa vai se bastar na história humanizada dessa senhora, e eu vou tratar essa senhora com a maior delicadeza desse texto. Eu vou transformar essa senhora em um ser vivo. Eu vou jogar luz nesse ser vivo* [...]*. E esse texto, inclusive, ele pode atravessar uma porrada de tempo* [sem envelhecer].

À semelhança do que acontecia nos textos, as relações humanistas e contextuais também eram mobilizadas nas fotografias produzidas para os cadernos especiais. Segundo o Repórter-Fotográfico, as referências de seu trabalho vinham de fotógrafos inclinados a retratar o social e a natureza com expressividade. Por suas palavras, buscava-se representar em imagens as "*riquezas do sertão*", em que o principal estava em "*trazer* [ou traduzir] *a personalidade dessas pessoas* [sertanejas]", apresentando-as "*para o mundo*". Das maneiras da editoria representar pela moldura da câmera, havia dois formatos priorizados pela equipe, o *retrato* e a *cena*, em que o primeiro seria "*a fotografia mais marcante que existe,* [...] *a janela da alma*", que sintetiza "*a personalidade de uma pessoa*", enquanto o segundo diz respeito à adaptação "*dos elementos do cinema para o frame*", ou seja, à configuração de um acontecimento ou contexto em forma de imagem estática, como definidos pelo Repórter-Fotográfico. Nessas imagens, os fotógrafos interagiam com pessoas e ambientes de maneira a figurá-los por enquadramentos e lentes que interviam circunstancialmente no real não apenas pela técnica da captura em si, mas pelas ordenações que influenciavam o olhar, as escolhas e os registros produzidos.

Como examinam Leandro e Medina (2020, p. 71) acerca do predicado interpretativo das reportagens em profundidade, o peso das fotografias nas matérias pode ser associado à tarefa

de valorizar “o humano no fato jornalístico”, relacionando acontecimentos “num presente e num espaço conjunturais” – ações sintonizadas com a proposta de Erbolato (2020) sobre as exigências que recaem no texto jornalístico aprofundado. Nesse perfil de produção, Leandro e Medina (2020, p. 73) concebem a imagem fotográfica como um recurso que, alinhavado ao texto, expande interpretações, sendo incumbida de comunicar sob “forte carga conotativa humana, choque ou opinativa”, estruturando apelos simbólicos nas mensagens veiculadas. Nesse movimento, por via de textos e imagens, a matéria não se prende às noções de atualidade, instantaneidade e impessoalidade da notícia, mas à dimensão encarnada e contextualizada das ideias desenvolvidas “pela interpenetração de planos de tempo” e pela “fusão ou interação de lugares” (Leandro; Medina, 2020, p. 74), que cortam a linearidade dos fatos e reconstituem os acontecimentos de maneira subjetiva. Isso conduz a experiências estéticas no plano da produção e no da recepção não autorizadas pelo jornalismo clássico, que se ancora nessa compreensão de informação ou notícia como algo indissolúvel, cercada por atributos que, de acordo com Beltrão (2020), envolvem imediatismo, veracidade, universalismo e interesse/importância pública.

Como ocorre nos cadernos especiais de O Povo, a fotografia possui, então, esta função interpretativa explicada por Leandro e Medina (2020, p. 78) como algo que:

> [...] interroga um momento jornalístico, captando dele um instante revelador. Através do estabelecimento de uma ligação afetiva com o leitor [...], a fotografia realça os sentimentos humanos envolvidos no fato, traumatiza pela violência ou situação inusitada que registra, ou conduz, por sua constituição, uma opinião sobre o objeto fotografado.

Ainda sobre a sistematização imagética articulada aos cadernos, o desenvolvimento dos projetos gráficos também recebia tratamento condizente com os direcionamentos do núcleo investigativo relacionados à intenção de valorizar contextos e personagens do sertão reportado, contribuindo com a humanização e com a contextualização das narrativas. Como declarado pelo Jornalista Visual: “*Eu tinha que escrever também a minha matéria,* [...] *esse conteúdo de reportagem através dos recursos visuais*”, ao que completou, afirmando que cada edição:

> [...] *parece igual, parece familiar, mas, na verdade, é tudo muito diferente, porque a cada ida deles* [da equipe ao Semiárido]*,* [...] *eu bebia do que eles contavam, do que eu via nas fotos e nos vídeos e no que eu lia também* [das anotações dos repórteres]. [...] *Em cada caderno, há um olhar diferente para esse sertão.* [...] *E isso tem um porquê* [atrelado às pretensões da editoria e suas dinâmicas configurativas]. [...] *O simbólico estava* [presente] *de várias formas* [...] *na medida em que os elementos representavam para mim.*

O Designer, que assumiu o comando das demandas gráficas do jornal nos cadernos a partir de *Destino Geopark Araripe* (2019), vai ao encontro da fala do Jornalista Visual e dos demais entrevistados ao declarar que: "[...] *a gente buscava construir essa narrativa* [em forma gráfica]*, sabendo que a própria reportagem dentro já era uma narrativa, ou seja, tinha personagem. E aí, tinha a valorização desse personagem*". Destarte, os relatos analisados nesta seção fornecem esteio ao entendimento de como os materiais eram formados e a quais intencionalidades faziam referência, fortalecendo o jogo dialético pelo qual a editoria, seus profissionais e sua produção se ajustavam na zona de interação e disputa com os simbolismos definidores do Semiárido, recortados e processados para comunicar ao público de O Povo.

Dito isso, procede-se nos próximos parágrafos com a identificação das representações sociais sobre o sertão e os sertanejos materializadas pela editoria investigativa nos cadernos especiais, seguindo a didática da organização das fases do núcleo. Nesse esforço, sabe-se dos riscos que existem na reconstituição do passado, em que a simplificação de conteúdos pode propiciar equívocos e distorções – problemas previstos nos estudos de representações sociais e no método hermenêutico-dialético, que reconhecerem a postura interferente e condicionada do pesquisador assumida nesta tese. Por isso, a fim de minimizar as adversidades na interpretação, buscou-se efetuar uma leitura atenta dos 35 cadernos especiais sobre o Semiárido, sintetizando-os com base na análise das entrevistas feitas com os ex-integrantes da equipe e nas ancoragens acionadas na época das publicações, refletidas ao longo deste capítulo.

Nisso, tem-se que as representações sobre o sertão no período dos recrutamentos aludem à ideia de *lugar demarcado pela seca vista como calamidade* em *Soldados da borracha* (1998), repetindo-se em *Transposição São Francisco* (2000) e em *Pelas águas do Velho Chico* (2006), embora o enfoque desses dois esteja na transposição da bacia do São Francisco descrita como *solução parcial e conflitante à estiagem*, sendo o rio caracterizado como *joia rara* e como *oásis do sertão*. Nos demais cadernos, o Semiárido é representado como *território histórico, situado em conflitos coloniais* em *Brasil 500 séculos* (2000); como *espaço da cultura popular* em *Patativa voou* (2002); e como *local de violência e exploração* em *Documento BR* (2006).

Sobre o modo como os sujeitos são designados no mesmo período, esses aparecem como *vítimas de contexto hostil* em *Soldados da borracha* (1998) e em *Documento BR* (2006) – em *Soldados da Borracha* (1998), eles também são representados como *heróis resignados* que migraram devido à aridez, sofrendo desilusões e privações na Amazônia. Em *Brasil 500 séculos* (2000), que trata da suposta formação do sertanejo pela vertente de indígenas que habitavam a região, não há a figura desse sujeito em si, mas a projeção da imagem de *herói persistente*, simbolizado pelo indígena do passado. Em *Patativa voou* (2002), o sujeito é personificado pelo

poeta e qualificado como *mito* e *protagonista da cultura sertaneja*. Quanto aos cadernos sobre a transposição do rio São Francisco, os sujeitos são inseridos em espaços de disputa em torno do projeto, sendo agrupados como *favoráveis* em oposição a *contestadores*, havendo também os relacionados como *dependentes* que conflituam com os *não dependentes* da transposição.

Na fase da profusão da editoria, as trilogias publicadas entre 2007 e 2011 avançaram na definição simbólica do Semiárido e dos sertanejos, constituindo representações que gravitam a linha de pensamento e cobertura instituída. Tem-se o sertão identificado como *local abundante e produtivo* em *Mares do sertão* (2017) e como *local vulnerável às intempéries climáticas* em *Desertos do sertão* (2007) e *Chuvas do sertão* (2008). Já o sertanejo é representado nessa série como um *sujeito que vivencia dilemas*: *beneficia-se* nos momentos de fartura, mas *padece* dos problemas sociais e climáticos da região. Em *Autoestima cearense* (2009a; 2009b; 2009c), o enfoque está no Ceará e nos cearenses como *local e povo dotados de elevada autoestima*, graças a um jeito supostamente típico de ser que escapa dos estigmas do sujeito rural arcaico e antissocial, circunscrevendo-se no estereótipo de *povo criativo, comunicativo e sorridente*. Na trilogia *Inquisição* (2010a; 2010b; 2010c), a formação do sertanejo é novamente abordada, agora com foco no imigrante europeu de ascendência judaica, em que o sertão é identificado como um *espaço de tradições e disputas culturais centenárias*, estando os sujeitos *ligados à descendência dos imigrantes perseguidos pelo Santo Ofício*, sendo *herdeiros dessas marcas culturais*. Na série *Santificados* (2011a; 2011b; 2011c), incluindo os dois cadernos publicados em 2019, o Semiárido é representado como *lugar encantado* ou *mágico-mítico* e os sertanejos, como *sujeitos ressurgentes, sustentados pela fé não autorizada*.

No selo *Peleja da água*, em que foram priorizados dilemas que circundaram a estiagem prolongada de 2012 a 2018 no Ceará, não há unanimidade nas representações sociais sobre o Semiárido, mas polos que se enredam: o sertão está demarcado pela figura negativa da *seca vista como calamidade* em algumas produções e, em outras, está designado positivamente como *espaço de ressurgência e de convivência com a seca*. *Planeta seca* (2012), *A peleja da água* (2013), *À espera de Francisco* (2016), *A seca que matou os peixes* (2016), *As águas de Francisco* (2017) e *A premência pela água* (2017) são os cadernos ligados à figura negativa da seca e seus efeitos; enquanto *Os quinzes* (2015a; 2015b), *Grandes sertões: afetos* (2017) e *Rotas do Semiárido* (2017) se relacionam aos sentidos de ressurgência e de convivência perante os desafios da região. Entre os cadernos classificados no primeiro grupo constam três que versam sobre a transposição do rio São Francisco, complementando a abordagem iniciada no ano 2000, em que o projeto é colocado como *solução parcial e conflitante à estiagem* e o rio, como *fonte de esperança* – em *À espera de Francisco* (2016) e *A premência pela água* (2017) – e como

entidade milagrosa – em *As águas de Francisco* (2017), no qual foi apropriado o viés *mágico-mítico* de comunidades locais ribeirinhas que participaram das reportagens.

Quanto às representações sobre os sujeitos na série *Peleja da água*, as formas articuladas encontram eixo em simbolismos do tipo *herói resignado* e *persistente* e *alguém comum que se reinventa para conviver com a seca*, aludindo à força da linha de pensamento e cobertura instituída como ancoragem dessas representações. Com isso, mesmo nos cadernos configurados pela ideia de sertão inserido no regime da escassez, os personagens são narrados de modo a sustentar imagens de protagonismo, heroísmo e redenção, indo ao encontro do que as leituras dos camponeses revelarão no próximo capítulo. Sobre os dois cadernos da fase da profusão que não integram a série *Peleja da água*, *Sertão a ferro e fogo* (2014) e *Semiárido das nascentes* (2019), no primeiro, as representações sobre o sertão e os sertanejos são, respectivamente, de *local conformado por tradições e artifícios de poder* e de *sujeitos participantes de tradições, mantenedores dos ciclos de poder*; no segundo, devido às chuvas daquele ano, o Semiárido é significado como *local abundante e produtivo* e como *espaço de ressurgência* e os sertanejos, como *sujeitos que vivenciam dilemas, beneficiando-se nos momentos de fartura*.

Na última fase da editoria, o da desarticulação do núcleo e de sua produção, ocorreu o enfraquecimento da linha de cobertura definida no período anterior. No caderno que inaugura essa fase, *Destino Geopark Araripe* (2019), as formas simbólicas mobilizadas para o Semiárido o colocam como *território com potencialidades naturais*, não sendo achadas representações sobre os sujeitos porque o enfoque do caderno está nos diferenciais que o sistema de geoparques reportado oferece ao desenvolvimento local. Já em *Santificados* (2019a; 2019b), o sertão volta a ser simbolizado como *lugar encantado* ou *mágico-mítico* e seus sujeitos, como *ressurgentes sustentados pela fé não autorizada*. Sobre esses cadernos, ainda cabe dizer que em toda a série *Santificados* (2011a; 2011b; 2011c; 2019a; 2019b), quando as representações se voltam aos santos populares, esses são caracterizados pela editoria como sertanejos vivos ou mortos, por vezes vítimas de violência, que transcenderam ao estágio de *beatos* pela crença popular que, culturalmente, postula esses indivíduos como *entidades mágico-míticas redentoras dos dilemas sertanejos*. Quanto à série que encerra a fase da desarticulação, *Expedição borboletas* (2020a; 2020b), os dois volumes reforçam a ideia do Semiárido como *local que possui potencialidades humanas e naturais pouco ou mal aproveitadas*. Como o primeiro trata de riquezas geológicas e biológicas da região, não foram encontradas representações sobre o sujeito; essas foram localizadas no segundo volume, que relaciona cearenses de diferentes contextos, identificados como *pertencentes a um tecido social diverso*, povoado por tradições que se intercruzam.

O quadro a seguir reúne as relações de representação sobre os lugares e as pessoas do Semiárido reportado nos 35 cadernos especiais elencados à pesquisa, sequenciados conforme a data de publicação e distribuídos segundo as fases de produção da editoria investigativa.

Quadro 5 – Representações sobre o Semiárido e seus sujeitos nos cadernos especiais.

Fases da editoria	Cadernos especiais	Representações sobre o Semiárido	Representações sobre o sujeito do Semiárido
Recrutamentos	*Soldados da borracha* (1998)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade.	Vítima de contexto hostil; herói resignado.
	Brasil 500 séculos (2000)	Território histórico, situado em conflitos coloniais.	Herói persistente, projetado em ascendentes indígenas.
	Transposição São Francisco (2000)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade; transposição vista como solução parcial e conflitante; rio São Franscisco visto como joia rara.	Inserido em espaços de disputa: favorável *versus* contestador, dependente *versus* não dependente da transposição.
	Patativa voou (2002)	Espaço da cultura popular.	Personificação do poeta: mito e protagonista da cultura sertaneja.
	Pelas águas do Velho Chico (2006)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade; transposição vista como solução parcial e conflitante; rio São Franscisco visto como oásis do sertão.	Inserido em espaços de disputa: favorável *versus* contestador, dependente *versus* não dependente da transposição.
	Documento BR (2006)	Local de violência e exploração.	Vítima de contexto hostil.
Profusão	*Mares do sertão* (2007)	Local abundante e produtivo.	Vivencia dilemas, beneficiando-se nos momentos de fartura.
	Desertos do sertão (2007)	Local vulnerável a intempéries climáticas.	Vivencia dilemas, padecendo dos problemas da região.
	Chuvas do sertão (2008)		
	Autoestima cearense (2009b)	Pertence ao Ceará: um local dotado de elevada autoestima.	Por ser cearense, é criativo, comunicativo e sorridente.
	Autoestima cearense (2009a)		
	Autoestima cearense (2009c)		
	Inquisição (2010a)	Espaço de tradições e disputas culturais centenárias.	Ligado à descendência de imigrantes europeus

	Inquisição (2010b)		perseguidos, herdeiro de suas marcas culturais.
	Inquisição (2010c)		
	Santificados (2011c)	Lugar encantado, mágico-mítico.	Ressurgente sustentado pela fé não autorizada; santos populares: sertanejos vivos ou mortos, por vezes vítimas de violência, que transcenderam ao estágio de beatos pela crença popular.
	Santificados (2011b)		
	Santificados (2011a)		
	Planeta seca (2012)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade.	Herói resignado e persistente.
	A peleja da água (2013)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade.	Herói resignado e persistente.
	Sertão a ferro e fogo (2014)	Local conformado por tradições e artifícios de poder	Participante de tradições e mantenedor dos ciclos de poder.
	Os quinzes (2015a)	Espaço de ressurgência e de convivência com a seca.	Alguém comum que se reinventa para conviver com a seca.
	Os quinzes (2015b)		
	À espera de Francisco (2016)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade; transposição vista como solução parcial e conflitante; rio São Franscisco visto como fonte de esperança.	Inserido em espaços de disputa: favorável *versus* contestador, dependente *versus* não dependente da transposição.
	A seca que matou os peixes (2016)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade.	Herói resignado e persistente.
	Grandes sertões: afetos (2017)	Espaço de ressurgência e de convivência com a seca.	Alguém comum que se reinventa para conviver com a seca.
	Rotas do Semiárido (2017)	Espaço de ressurgência e de convivência com a seca.	Alguém comum que se reinventa para conviver com a seca.
	As águas de Francisco (2017)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade; transposição vista como solução parcial e conflitante; rio São Franscisco visto como entidade milagrosa.	Inserido em espaços de disputa: favorável *versus* contestador, dependente *versus* não dependente da transposição.
	A premência pela água (2017)	Lugar demarcado pela seca vista como calamidade; transposição vista como solução parcial e conflitante; rio São Franscisco visto como fonte de esperança.	Inserido em espaços de disputa: favorável *versus* contestador, dependente *versus* não dependente da transposição.

	Semiárido das nascentes (2019)	Local abundante e produtivo; espaço de ressurgência.	Vivencia dilemas, beneficiando-se nos momentos de fartura.
Desarticulação	*Destino Geopark Araripe* (2019)	Território com potencialidades naturais.	Não foi encontrado.
	Santificados (2019b)	Lugar encantado, mágico-mítico.	Ressurgente sustentado pela fé não autorizada; santos populares: sertanejos vivos ou mortos, por vezes vítimas de violência, que transcenderam ao estágio de beatos pela crença popular.
	Santificados (2019a)		
	Expedição borboletas (2020a)	Local com potencialidades humanas e naturais pouco ou mal aproveitadas.	Não foi encontrado.
	Expedição borboletas (2020b)		Pertencente a um tecido social diverso.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Como indicado no quadro 5, percebe-se que havia uma tendência de representação social polarizada sobre o Semiárido nos cadernos estudados, em que o sertão cearense era configurado nas páginas das publicações de forma a aludir, em algumas circunstâncias, a aspectos negativos como a seca, os conflitos, a exploração e a violência, a vulnerabilidade climática e os artifícios de poder, enquanto noutras figurava positivamente como um território atrelado à historicidade e à tradição, à cultura popular, à abundância produtiva, à elevada autoestima do povo, aos encantamentos que oferecem esperança nas dificuldades, aos modos de ressurgência e convivência, além das potencialidades naturais e humanas que poderiam ser exploradas em benefício do Estado e seus habitantes. Na coluna das formas simbólicas mobilizadas sobre os sertanejos, essas também não escapavam da objetivação polarizada, modo como os sujeitos eram designados com base naquilo que lhes faltava ou que era escasso nos meios de vida, assim como naquilo que sobrava aos contextos em termo de excepcionalidade. Isso fazia com que o protagonismo postulado às pessoas, enquanto personagens das matérias, sofresse encaminhamentos provenientes de tais marcas estetizadas textual e imageticamente nos materiais, reforçando o pensamento acerca do caráter ideológico dessas construções.

O próximo capítulo examina a maneira como os camponeses recrutados à pesquisa reagiram ao recorte metodológico dessas prescrições duais e dialéticas, materializadas pelo núcleo investigativo do jornal nos cadernos especiais. A tarefa é precedida pela análise das ordenações culturais dos sujeitos, no que diz respeito às inscrições sociais e às delimitações de

alteridade com que se colocam e que impactam no modo como eles se reconhecem e como caracterizam o outro e o mundo ao redor deles. Representações partilhadas pela comunidade rural investigada e que puderam ser registradas na empiria realizada em Independência.

5 MUNDOS EM INTERAÇÃO: sujeitos do campo em evidência

> "Eu sou de uma terra que o povo padece /Mas nunca esmorece, procura vencê, /Da terra adorada, que a bela cabôca /De riso na bôca zomba no sofrê. /Não nego meu sangue, não nego meu nome, /Olho para fome e pergunto: o que há? /Eu sou brasilêro fio do Nordeste, /Sou Cabra da Peste, sou do Ceará." [39]

Este capítulo se estrutura na finalidade de interpretar as relações de sentido decorrentes da interação dos camponeses com a amostra dos cadernos especiais de O Povo, refletindo sobre o processo de reconhecimento desses sujeitos com as representações sociais materializadas pela equipe do jornal. Trata-se de uma ação hermenêutica de base dialética, conforme apregoa o método proposto por Minayo (2014), adotado na tese, que considera a compreensão resultante da imersão empírica balizada pelo aporte teórico da pesquisa. Esse movimento analítico é precedido pelas apreensões acerca do modo como os camponeses estudados se estruturam e constroem o cotidiano, abordando a maneira como representam a si, o outro e a realidade em que vivem, possibilitando, com isso, destacar as marcas socioculturais presentes nas experiências leitoras provocadas, bem como as negociações de sentido e identificação protagonizadas pelos sujeitos do campo acerca das representações da editoria dos cadernos.

Como dito em outros momentos, isso vai ao encontro do conceito de leitura considerado aqui, em que os sujeitos estabelecem sentidos tendo por base as ordenações culturais de seus contextos, ora confirmando-as, ora transgredindo-as, expondo o contraditório inerente às práticas sociais. Também comunga com os pressupostos da Teoria das Representações Sociais, em que ancoragens e objetivações são artifícios simbolizantes atrelados às condições do sujeito, no caso, leitor provocado, concernentes às contingências e conflitos de poder vivenciados por ele e que interessam à pesquisa. Com isso, o capítulo está organizado em duas grandes seções: a primeira se destina às análises contextuais e representacionais ligadas a esse contexto e seus sujeitos; enquanto a segunda trata dos sentidos decorrentes das leituras, ou seja, do modo como os camponeses interagiram com as representações sociais materializadas nos cadernos.

Inserida predominantemente em Independência, Ceará, a alteridade dos sujeitos pesquisados é de fato reveladora de disputas quanto ao processo de identificação mobilizado por eles acerca de si e do outro, ou seja, de quem é considerado parte da comunidade e de quem está deslocado dessa. A imersão na Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso), que se configura como recorte desse amplo cenário humano ao qual foi possível ser estudado, indicia tal dimensão dialética, pois a comunidade, cujas fronteiras se espalham por outros

[39] Trecho do poema *Sou cabra da peste*, da autoria de Patativa do Assaré, extraído de Carvalho (2015, p. 87).

municípios cearenses, interage e conflitua com formas de condicionamento comuns aos processos socialmente formativos e ordenadores. Em geral, pela experiência na EFA Dom Fragoso, pode-se dizer que as relações estão centradas em vínculos instituídos com o campo e com a coletividade, não eliminando os arranjos e vieses de comportamento confrontantes ao modelo culturalmente instituído pela escola em parceria com a Diocese de Crateús, tais como estigmas raciais e de gênero, além de outros modos de desabono aplicados a minorias sociais[40].

Desse modo, sobre a figura do campo, tem-se uma relação não de sobrevivência dos membros da comunidade, mas de convivência expressa por práticas agrícolas de subsistência adequadas à realidade semiárida local, retirando proveito das condições geográficas, como clima, vegetação e solo, e evitando degradar ecossistemas. São sujeitos praticantes de uma agricultura e de uma pecuária denominadas *agroecológicas*, efetivadas de maneira a preservar os recursos naturais, abstendo-se de interferências entendidas por eles como danosas ao meio ambiente e à saúde das pessoas, como o uso de defensivos agrícolas e de insumos, como sementes, fertilizantes e rações, geneticamente alterados ou não biológicos, por exemplo.

Quanto à coletividade, essa alcança a esfera da orientação marxista, envolvendo-se com bandeiras direcionadas à emancipação social, à partilha da terra, ao compartilhamento das produções, à democratização dos acessos à informação e à valorização da diversidade humana, dos saberes e das culturas locais. Não à toa, há sujeitos ligados à EFA Dom Fragoso, incluindo alguns participantes do grupo leitor, inscritos em movimentos populares e sindicais presentes na região, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Levante Popular da Juventude (LPJ), a organização internacional La Via Campesina e os movimentos católicos

[40] Como abordado no capítulo metodológico, Independência é um município do Semiárido cearense marcado por problemas estruturais graves e diferenças religiosas, apesar do predomínio da Igreja católica e do pensamento sociopolítico ancorado nos movimentos de esquerda nos distritos rurais. Nesse espaço, circulam de maneira normalizada formas negativas e radicais de preconceito e estereótipo que, conforme será analisado nas próximas seções, perpetuam laços de dominação e exclusão de sujeitos, afastando Independência e a própria comunidade estudada de qualquer ideário político e social. As discrepâncias existentes entre a sede e a extensa zona rural do município, ilustradas no referido capítulo, alcançam os moradores desses ambientes, de maneira que os residentes do perímetro urbano gozam de privilégios em relação aos camponeses, como melhores condições de trabalho, transporte, saúde e educação, além de *status*. A política, centrada no domínio de seu atual prefeito, acentua as desigualdades, na medida em que opositores são perseguidos e o legado de poder permanece circunscrito a uma célula partidária que, ideologicamente, diverge do posicionamento sociopolítico da Igreja. Mesmo entre os católicos vinculados à Paróquia Senhora Sant'Anna, os discursos seguem influenciados e, às vezes, modulados por mentalidades excludentes de natureza moral, gerando fissuras no projeto da emancipação popular. Quanto à EFA Dom Fragoso, durante a empiria foram observados alguns casos de intolerância religiosa, homofobia e misoginia praticados por educandos que, denunciados à direção da escola, receberam advertência formal e pública que, se acumulada durante o curso, culminará na expulsão do educando.

de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Pastoral da Juventude Rural (PJR), além de outros grupos dessa vertente.

Para efeito compreensivo, que auxiliará, mais à frente, na análise das representações sociais dos sujeitos e suas leituras, tem-se a atuação política da comunidade estudada como relevante, comunicando-se com o que Löwy (2016) conceitua como *cristianismo da libertação* – movimento de cunho social e religioso, protagonizado localmente pela Diocese de Crateús desde a década de 1960, a partir da chegada de Antônio Batista Fragoso, Dom Fragoso, para assumir o bispado da região. Também conhecido como *Igreja dos pobres*, o cristianismo da libertação, segundo Löwy (2016), vai além da atuação religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana, sendo responsável pelo entendimento de "fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento operário no Brasil e o surgimento da revolução na América Central" (Löwy, 2016, p. 74). Conforme o autor continua:

> Proponho chamá-lo de Cristianismo da Libertação, por ser um conceito mais amplo que "teologia" ou que "Igreja" e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão "integrado" e "bem coordenado", mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia etc.) uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns (Löwy, 2016, p. 74).

Assim, na concepção do autor, trata-se de um movimento que, apesar de imperfeito, devido às complexidades do meio social, alinha-se ao enfrentamento de relações de dominação, notadamente no meio rural, estando conduzido por bispos, padres, freiras, leigos e demais atores da Igreja dedicados "à causa dos explorados" (Löwy, 2016, p. 75). Movimento reconhecido pelo Vaticano[41] e oposto ao conservadorismo católico, a sua "dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias" (Löwy, 2016, p. 75). No Brasil, tal como se observou pela incursão em Independência, o principal braço de atuação das

[41] A hipótese de Löwy (2016) sobre a origem do cristianismo da libertação é que esse movimento resulta de uma combinatória de situações que aconteceram dentro e fora da Igreja católica na década de 1950, desenvolvidas na periferia da instituição e que atingiram o núcleo dela. Dentre as causas internas à Igreja, estão: (i) o desenvolvimento de novas correntes teológicas após a Segunda Guerra Mundial; (ii) a atuação de "padres operários", praticantes de uma forma de cristianismo social; e (iii) uma abertura da Igreja para as questões filosóficas modernas e para as ciências sociais como um todo. Sobre os fatores externos à Igreja, que aconteceram em paralelo às situações internas, estão relacionados: (i) o aprofundamento de rupturas provocadas pela industrialização irregular na América Latina, estimulando o êxodo rural e a concentração urbana e (ii) a revolução cubana, com intensificação das lutas sociais, da guerrilha, dos golpes militares e da crise política. O estopim simbólico do movimento aconteceu em 1959, "no momento em que Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando em Havana, enquanto que, em Roma, João XVIII publicava a primeira convocação para a reunião do Concílio [que legitimou e sistematizou essas mudanças na Igreja]" (Löwy, 2016, p. 85).

dioceses ligadas ao cristianismo da libertação, como é o caso da Diocese de Crateús, dá-se por meio das CEBs, que são pequenos grupos inseridos nas localidades rurais, praticantes dos chamados "ritos tradicionais" (Löwy, 2016, p. 95) da Igreja e, ao mesmo tempo, promotores da forma de pensar socialmente libertária, articulada em favor de oprimidos.

Esse denso pano de fundo ordenador e identitário, inscrito pela ação da Igreja local, culmina no microcosmo da EFA Dom Fragoso e, em parte, reverbera nas representações articuladas pelos sujeitos pesquisados, tanto as cotidianas, como as provenientes da experiência da leitura provocada. Especificamente na EFA Dom Fragoso, isso ressoa em diferentes instâncias, incluindo a missão e a maneira como a escola foi criada, em 2002. De acordo com o Padre Camponês, o surgimento da EFA foi motivado no contexto da atuação da diocese, no período pós-chegada de Dom Fragoso, por meio das CEBs, das equipes envolvidas com a CPT e outras frentes populares. O intuito disso, conforme declarou o padre, foi promover "*um processo mais continuado da educação dos jovens camponeses*", principalmente para os habitantes das áreas de assentamento, estabelecidas em Independência desde meados de 1980. Ainda segundo ele, a ideia de criar a escola teria sido germinada pelas frequentes discussões com as comunidades mediadas pela CPT, frente aos problemas vivenciados pelos camponeses quanto à evasão rural e à situação de pobreza – problemas que persistiam mesmo depois das famílias terem sido assentadas pelo governo. Nas palavras do Padre Camponês:

> *A gente encampou essa visão. Nós queremos formar jovens do campo para o campo, para que eles possam contribuir com a sua família, com as suas comunidades, no sentido da permanência no campo com mais qualidade de vida. Não é forçar as pessoas a permanecerem no campo do jeito que a situação está, mas que os jovens possam permanecer e ter acesso à terra, à água, a um jeito de trabalhar diferenciado, e que possam construir sua vida*.

O nome da EFA foi registrado em homenagem ao bispo Dom Fragoso, por sua atuação sociopolítica considerada revolucionária na região. Desse modo, apesar de não ser classificada internamente como escola pertencente à diocese, a missão adotada na EFA Dom Fragoso se entrelaça à proposta social do movimento católico definido por Löwy (2016), inscrevendo-se como modelo de luta ante relações de dominação, como más condições de trabalho e perda de direitos. Adequada às particularidades do Semiárido cearense, a missão da EFA assume, então, valores e práticas oriundas da experiência nas CEBs, como, por exemplo, os serviços prestados em esquema de mutirão, a valorização da unidade familiar, da história e das tradições locais, além da participação nas organizações políticas rurais, com criticidade situada contra o sistema

capitalista representado por agentes do agronegócio que, segundo os pesquisados, promovem desigualdades, comprometem recursos e corrompem o ideal de vida simples e solidário.

Partindo desse entendimento, o padre e a comunidade como um todo defendem a forma de vida rural e coletiva como solução aos problemas que atribuem ao capital, pois o campo seria um ambiente em que os sujeitos, mesmo vivenciando situações difíceis, têm a "*capacidade de, do nada, muitas vezes, fazer grandes coisas*", como a "*produção de alimentos saudáveis*", isto é, orgânicos e livres de agrotóxicos, além de, com o devido suporte, poder resgatar "*expressões culturais,* [...] *essa contribuição dos ancestrais*", o que tornaria "*a vida muito mais bonita*". Por essa fala do Padre Camponês, a forma simbólica ligada à *imagem redentora* do Semiárido estaria condicionada a um tipo de crença ancorada no posicionamento político dos sujeitos que, pela dimensão representacional, interpreta-se como prescritora de uma figura de *camponês-modelo*, nomeada pelo entrevistado como "*camponês de verdade*". Essa figura é designada pelo padre àqueles que, inseridos no campo, "*não se deixam dominar pelo sistema, mas conseguem ter essa autonomia*". Portanto, além de pertencer ao meio rural, a referência camponesa adotada na comunidade equivale às características de alguém que, pela descrição do Padre Camponês:

> [...] *cuida da natureza, que preserva. Aquele que* [...] *fazia aquilo que hoje a gente chama de agroecologia, que procura harmonia com os outros seres. Eu acho que quem não é* [camponês] *de verdade não está preocupado com isso. Ele está lá* [no campo]*, está querendo produção, mas faz da agricultura um negócio e aí desmata, queima, usa venenos, polui as águas, destrói as nascentes e não está nem aí. Então, eu acho que esse não é camponês. Pode ser alguém que mora no campo, mas que não é camponês. É alguém que se aproveita e que quer produção, lucro, mas não está preocupado com a preservação, com a reconstrução da vida, com as gerações que virão e com o mundo que deve deixar de legado para elas.*

Pela Teoria das Representações Sociais, na vertente antropológica apropriada na tese, a imagem do Semiárido como *espaço de esperança* ou *redenção* e a figura do *camponês-modelo* podem ser analisadas como representações cujas estruturas simbólicas estão interconectadas e inscritas socialmente. Assim, ambas não acontecem como construções solipsistas (Jodelet, 2009), mas como encarnações do contexto ao qual os pesquisados se vinculam – subjetividades germinadas pela ordenação cultural desses sujeitos, que influenciam nas maneiras de pensar sobre o campo e sobre a identidade camponesa. Ambientados no movimento religioso e político dessa vertente católica, é por tal influência que o grupo pesquisado delimita a sua alteridade, gerando representações alinhavadas pelo modo de vida legitimado e praticado por eles.

Apesar de não terem sido as únicas formas simbólicas manifestas nos ciclos de leitura – o que fortalece a observação feita há pouco sobre a inexistência de organizações sociais

perfeitas, incluindo a comunidade rural e os participantes da pesquisa –, essas representações e modelos repercutiram nas falas dos depoentes que interagiram com a amostra dos cadernos especiais. Percebe-se isso, não como efeito de mera imposição exercida por atores que ocupam funções de liderança, como o Padre Camponês, dentro da comunidade em questão, mas como resultado da ação significante do contexto analisado, que intervém por meio de convenções que delineiam e sustentam as operações de sentido dos sujeitos. Isso acontece, tendo em vista o caráter dialógico mantido entre os pesquisados; a própria estrutura hierárquica da EFA Dom Fragoso segue um caminho democrático de partilha de poder – algo herdado das CEBs (Löwy, 2016) –, o que aproxima tais relações à constituição dos *universos consensuais* defendidos por Moscovici (2015b), permitindo pensar na comunidade rural estudada como um recorte desse ambiente de cooperações, a despeito das manobras de poder características das constituições sociais e representacionais, por essas pertencerem ao domínio da cultura.

Por isso, não se pode subestimar tais relações. Mesmo contando com a adesão voluntária dos sujeitos, essas não estão isentas de se comportarem como dialéticas, pois regulam a identidade daqueles que desejam se inserir ou se manter na comunidade rural, excluindo aqueles e aquilo considerados ameaças ao núcleo gregário de seu universo consensual, como o agronegócio e demais agentes vinculados ao sistema capitalista, afora os camponeses que optam por compactuar com a sistemática opressora. Assim, não se pode ignorar que a comunidade, por mais estruturada que aparente ser, não se constitui isolada na região, mas em seu cotidiano participam contextos maiores e antigos, historicamente inscritos no Semiárido local e que demandam conflitos que, inclusive, minam princípios e valores cultivados por suas lideranças, ressaltando os posicionamentos discriminatórios e as formulações dissonantes da imagem do campo priorizada como um espaço de produção e de redenção. Apesar de contradizerem o ideal emancipatório apregoado pelos pesquisados, as relações dissonantes adensam a vida dos camponeses do universo explorado, tanto quanto aprofundaram as representações mobilizadas pelos integrantes do grupo no decurso das leituras dos cadernos, enriquecendo o estudo.

As relações culturais da comunidade em torno do significado de ser camponês e de como sê-lo, bem como dos ideais sobre como a vida no campo deve ser conduzida e de como não deve sê-la, estabelecem de modo complexo – e, por isso, às vezes, improvável – as bases que orientam as representações desses sujeitos. Ainda pela dialética do poder, essas representações, seu padrão de racionalidade e figuras-modelo também podem ser interpretadas como *medidas protetivas* da referida comunidade rural, em um movimento de tensionamento, diferenciação e enfrentamento das estratégias simbólicas dominantes, a exemplo da interação de alguns de seus

membros com a informação midiática, quando essa envolve desabono ou distorção da imagem tomada por eles sobre o campo e sobre a realidade dos agricultores familiares.

Quanto a isso, o engajamento articulado pela comunidade reflete parcialmente o que Thompson (2011, p. 91) declara como "versão incipiente de uma forma de crítica". Isso porque, com base na incursão empírica, percebeu-se que a criticidade é fomentada nesse universo de maneira sistemática: integra as mobilizações orquestradas pela Diocese de Crateús, subsidiadas pelas frentes populares que coabitam o espaço rural e se projetam em Independência, não excluindo as ações da EFA Dom Fragoso e as experiências individuais dos camponeses perante as dificuldades diárias. Pela perspectiva dos sujeitos, mesmo submetidos à dominação histórica, a comunidade se articula e forma resistência, extraindo força por intermédio dos movimentos organizados e permitindo a construção do cotidiano (Certeau, 2014), ainda que as discrepâncias de poder perdurem de maneira radical, ressaltando as diferenças. Assim, tal mobilização pode até ser interpretada como incipiente, por não lograr êxito na reversão do quadro histórico da dominação inserida nesse contexto, mas consegue imprimir impacto suficiente nos sujeitos para que o senso de coletividade se estabeleça e perdure com relativa estabilidade.

Portanto, é por estes termos que se compreende o processo ordenador e formativo da comunidade pesquisada: como reflexo da ação engajada, demandada pela Diocese de Crateús, pela EFA Dom Fragoso e por outras frentes populares atuantes na zona rural de Independência, estendendo-se às demais localidades assistidas por essas instituições. Isso fica mais evidente a seguir, na análise dos dez participantes do grupo leitor, quanto ao modo como pensam sobre si, sobre o outro e sobre o meio em que vivem, além de como interagiram com as representações materializadas na amostra dos cadernos, negociando sentidos pela alteridade colocada por eles, socialmente inscrita nesse recorte do Semiárido cearense.

5.1 Representações dos camponeses sobre o universo deles

Com base na dimensão sociocultural refletida há pouco, esta seção trata da forma como os sujeitos que integram o grupo leitor se inscrevem no contexto em questão e do que pensam sobre o campo e sobre a identidade camponesa, partindo do princípio de que as formas de pensar e emitir juízos são maneiras de produzir e reproduzir representações sociais (Moscovici, 2015b; Sá, 1998). A seção se divide em dois momentos, que se referem ao roteiro do primeiro encontro da estratégia da leitura provocada. Partindo da imersão etnográfica e das indicações recebidas na EFA Dom Fragoso, a intenção foi não apenas recrutar os participantes do grupo leitor, mas ter acesso às ancoragens e objetivações mobilizadas pelos camponeses acerca do universo deles,

e que poderiam servir como subsídio interpretativo para as leituras realizadas. Assim, o esforço cognitivo empregado nesta seção visa cumprir o objetivo específico de compreender como a comunidade rural estabelece a sua alteridade, partindo das representações que os sujeitos em questão mobilizaram sobre si e sobre o contexto deles. Em vista disso, primeiramente são indicadas as influências que os dez pesquisados revelaram receber do meio local, seguido pelas caracterizações designadas por eles sobre o ambiente em que vivem e sobre as pessoas que o compõem, em análises agrupadas por assunto.

5.1.1 Inscrições contextuais dos sujeitos

Tendo o pressuposto de que a EFA Dom Fragoso representa um recorte qualitativo à pesquisa e que essa instituição atua não somente como resultado do movimento social gerado pela Diocese de Crateús, mas como entidade que participa da formação da alteridade camponesa em Independência e noutras localidades do Ceará, buscou-se conhecer que ligação os sujeitos do grupo leitor tinham com a escola e como essa influenciava no cotidiano deles. A relação é válida e pode ser interpretada como cultural, pois diz respeito ao modo como a EFA ajuda a agregar a comunidade, catalisando as representações articuladas pelos camponeses (Jodelet, 2005; Jovchelovitch, 2008; Sá, 1998). Dessa maneira, as relações construídas com a EFA Dom Fragoso podem ser interpretadas como uma forma dos sujeitos se inscrevem no contexto local, ressaltando a condição antropológica e a estratégia metodológica da pesquisa.

Dos dez sujeitos do grupo, nove afirmaram ter alguma ligação com a EFA Dom Fragoso, sendo quatro os que atuam diretamente na escola, seja como educador (Fátima e Cícero) ou como educando (Francisca e Antônio), e cinco os que foram relacionados indiretamente (Lurdes, Assis, Rita, Josias e Clemente), estando inseridos em cenários que compartilham desse contexto (Santa Luzia, Rádio Comunitária de Independência e Paróquia Senhora Sant'Anna). Apenas Benigna relatou não possuir vínculo com a EFA Dom Fragoso, apesar de comungar com os seus ideais; como justificado, ela está inserida na Igreja local e trabalhou ativamente com o Padre Camponês na época em que ele foi pároco de Independência. A partir das respostas coletadas, as análises a seguir apontam para o tipo de relação dos dez sujeitos com o contexto em que a escola se insere e para a forma como eles se mostraram influenciados pela relação.

As interações de Fátima e de Cícero com o contexto ao qual a EFA pertence e representa se equivalem mutuamente. A relação de Fátima teve início na adolescência dela, por meio dos movimentos comunitários organizados nas CEBs, que motivaram a sua família a participar das reuniões religiosas, dos debates que contestavam as desigualdades da região e dos trabalhos de mutirão realizados na localidade onde vive. Isso germinou nela uma perspectiva crítica acerca

da realidade do campo, desenvolvida ao longo de sua formação acadêmica e na atuação como educadora na EFA Dom Fragoso. Sobre a forma como o contexto a instiga cotidianamente, Fátima falou da maneira como tem o olhar sensibilizado para perceber o Semiárido como um espaço formado não apenas por escassez e discriminação, mas por potencialidades que podem ser aproveitadas em favor da boa convivência com o campo, oportunizando a subsistência e a solidariedade que amenizam as dificuldades da região. Isso se assemelha ao pensamento de Cícero. A participação dele na EFA Dom Fragoso e nos demais cenários que compõem o contexto em questão lhe tem permitido construir, por suas palavras, "*uma nova formação, o jeito de conhecer melhor o campo*", pois esses oferecem "*um significado diferente para aquilo que era passado para nós, em outros tempos,* [...] *que o campo era um local atrasado, que não produzia, que era um local seco, que não tinha esperança*". Ou seja, assim como Fátima, Cícero também possui a visão sobre o Semiárido afetada e direcionada para as causas sociais, seguindo as influências do contexto do qual a escola resulta.

Já as respostas de Francisca e de Antônio seguiram o rumo da aprendizagem contextualizada, mediada pela escola, no que se refere ao aperfeiçoamento das práticas de produção e à mudança da lógica de vida. Depois que passou a vivenciar as atividades na EFA Dom Fragoso, Fátima declarou: "[...] *é aqui que eu vou ficar* [...]. *Porque aqui é sertão*"; ao que continuou: "*O que eu fazia lá em casa, com os meus animais,* [...] *não é a forma que a gente vê aqui.* [...] *Porque eu não tinha o conhecimento. Fazia, porque via os outros fazendo*". O saber instrumentalizado, descrito pela educanda, não se restringe à operacionalização técnica, mas adquire conotações simbólicas, de maneira que, segundo ela, altera o curso do "*pensamento da pessoa a respeito disso*", ou seja, o modo de alguém vivenciar e representar o campo, como pontuou a entrevistada. Quanto a Antônio, que também é educando e ativo nas práticas agrícolas de subsistência, ele visualiza, pela EFA Dom Fragoso, a possibilidade de troca de saberes mediados entre a escola, a família e sua comunidade, cooperando com o sentimento de coletividade e resultando em experiências camponesas aprofundadas. Nesse compartilhamento, haveria, pois, o engajamento comunitário, no sentido de agregar sujeitos que gravitem o núcleo estruturante da comunidade, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão de suas fronteiras simbólicas pela adesão de novos consensos, saberes e práticas.

Diante disso, é possível dizer que os quatro sujeitos que possuem vínculos diretos com a EFA Dom Fragoso se inscrevem não apenas na instituição escolar em si, mas no meio social e cultural ao qual ela representa. Essa inscrição pode ser compreendida na maneira como a EFA e seu contexto influenciam o olhar deles sobre o campo, confrontando objetivações históricas, articuladas contra o Semiárido, bem como no modo como os saberes são partilhados em

benefício da coletividade, ressaltando formas simbólicas alusivas ao pertencimento à região. Esses tópicos realçados adquirem novas conotações a partir dos relatos dos cinco participantes da pesquisa cujos vínculos com a EFA Dom Fragoso são apontados aqui como indiretos, quer dizer, não possuem a mesma relação formal que os quatro primeiros apresentam.

É o caso de Lurdes, animadora cultural em Santa Luzia, que relacionou as influências recebidas do contexto pesquisado à consciência ecológica apreendida por gestos de cuidar do outro e da natureza, de seus seres e recursos, da água e da terra. Como declarou: "[...] *a natureza é a nossa vida. Se a gente a desrespeita, também está desrespeitando a vida da gente*". Segundo refletido, o engajamento ecológico se revela atrelado às marcas ordenadoras do contexto, o que sugere haver a inscrição social de Lurdes nesse ambiente, evidenciada, inclusive, pelas atividades sustentáveis de subsistência que ela realiza em seu quintal produtivo. Quanto a Assis, também habitante de Santa Luzia e participante dos movimentos políticos da localidade, ele se sente pertencente à comunidade por se identificar como um camponês que adota as práticas e os valores disseminados na região, sintetizando suas influências pelo modo dialógico com que os saberes são trocados em beneficiamento da produção e das famílias, expressando um pensamento semelhante ao de Francisca e Antônio. Sobre a EFA Dom Fragoso, Assis afirmou: "[...] *lá é uma escola para filhos de agricultores, e eu, como agricultor e filho de agricultor, me sinto praticamente em casa* [...]. *A gente passa algumas práticas da gente, e a gente aprende outras* [...], *e assim a gente vai aprendendo*", enfatizando o dialogismo dessa comunidade.

Relativamente aos sujeitos da Rádio Comunitária de Independência, Rita associou a perspectiva ecológica que o contexto proporciona com a formação humana decorrente dos movimentos rurais organizados, nos quais ela situa tanto a EFA Dom Fragoso como a rádio comunitária. Como relatou: "*A partir dos programas que a gente faz, a gente sempre trabalha nessa linha de fazer uma educação contextualizada, de trazer a valorização dos jovens, da permanência deles no campo*". Segundo Rita, a rádio comunitária assume papel socialmente gregário, porque visa fortalecer identidades inscritas no modo de convivência com o Semiárido. Com isso, a relação em seu cotidiano é percebida na forma como ela se compreende "*como nordestina, como trabalhadora*", voltada para a "*defesa da vida, a defesa do Semiárido,* [...] *a valorização da cultura, a valorização das nossas raízes* [...]*, na linha da defesa dos direitos* [humanos]". Josias, também atuante na rádio comunitária, compartilha do pensamento de Rita, caracterizando a EFA Dom Fragoso como uma escola que ensina a "*não abandonar o campo, a não abandonar as suas raízes*". Aqui, o termo *raízes* pode ser interpretado como identidade, como origem, como aquilo que, em termos culturais, contribui com a constituição dos sujeitos, condicionando formas de representar, de apreender simbolismos sobre si e sobre o mundo.

Nessa feita, a EFA e a rádio estariam a exercer ações ordenadoras nos sujeitos, instituindo e fortalecendo ancoragens e objetivações específicas a esse viver e experienciar o Semiárido.

Sobre Clemente, membro leigo da equipe paroquial de Independência e orientador de educandos na EFA Dom Fragoso, o participante definiu a escola como local em que os saberes do campo são partilhados, mantendo a perspectiva dos outros camponeses. Nesse sentido, a EFA promoveria uma "*educação que se faz em mutirão*", ou seja, com voluntariado e consciência social, na mesma linha de operação das CEBs, caracterizada por Löwy (2016). Clemente se engaja na comunidade, porque se identifica com seus tópicos formativos; segundo ele, esses tópicos contribuem com o "*crescimento pessoal*", no que tange a conduzir uma visão de mundo que coloca os sujeitos "*a olhar* [para] *o outro, a conviver com o outro, a partir desse espaço* [delimitado pela escola e pela Igreja]". Assim, nas falas do entrevistado e dos outros indiretamente ligados à EFA Dom Fragoso, tem-se que as influências recebidas no cotidiano deles vão ao encontro dos argumentos citados pelos quatro primeiros depoentes, de vínculo direto e formal. Em resumo, as declarações tratam do fomento à consciência social e ecológica, do reforço às práticas e identidades da cultura camponesa e da maneira como os sujeitos se sentem valorizados, percebendo-se, no campo e no seio da comunidade, abertos às correlações mantidas entre a EFA Dom Fragoso e os demais cenários pesquisados. São aspectos que convergem com as representações do Padre Camponês acerca do ideal de vida mesclado às ordenações que esse contexto rural e cultural, como um todo, proporciona.

A única participante que disse não possuir vínculo com a EFA Dom Fragoso, Benigna, apresentou um relato semelhante ao dos demais sobre as influências que o contexto exerce na vida camponesa. Apesar de nunca ter estado na EFA Dom Fragoso, por, segundo ela, ter-lhe faltado oportunidade, afirmou que a escola "*é muito bem-vista*" em Independência, porque medeia "*um ensinamento*" considerado "*muito útil*" à fixação consciente das famílias no campo. Assim, como pessoa ligada à paróquia, concorda com os posicionamentos da diocese e, de modo implícito, com a missão da escola de formar vínculos identitários com o modelo da agricultura familiar. Por sua resposta: "[...] *lá* [na EFA] *tem muita disciplina. E é o que a juventude de hoje precisa, de disciplina.* [...] *Porque a vida na cidade está muito difícil. E no campo, é mais fácil da pessoa se desenvolver e ter uma vida mais razoável*". Ao frisar o termo *disciplina*, pode-se dizer que Benigna está imbuída da dimensão cultural ligada à Igreja, que "*tem as suas normas* [morais]", como acrescentou. A interpretação se mostra plausível devido ao amplo espectro ligado ao movimento do cristianismo da libertação de Löwy (2016), uma vez que esse não abandona os ritos tradicionais do catolicismo, mas os atrela à causa emancipatória. Com isso, o referido termo alude aos processos ordenadores e formativos promovidos

conjuntamente pela diocese e pela escola, em vista de fixar sujeitos no campo de maneira sustentável e consciente, contribuindo com a transformação de suas realidades sociais.

Como analisado, por causa da dialética das representações e da cultura, tais ordenações acabam influenciando os sujeitos, disciplinando-os mesmo que de forma autorizada por eles, favorecendo a estabilidade de suas colocações em alteridade, isto é, do núcleo gregário com o qual se reconhecem e instituem o *comum*. Sobre isso, vale recorrer ao que afirma Jovchelovitch (2008, p. 127-128, destaques da autora) em sua definição de comunidade, em que: "O estar junto não é algo que já está lá, *a priori*, ou que emerge já pronto na vida social. O estar junto é um longo e laborioso processo que necessita ser construído; ele é uma *conquista*" – que na tese pode ser traduzida como *ordenação*. Assim, as influências dos contextos em que os sujeitos da pesquisa estão inscritos também ressaltam, pela fala de Benigna, o aspecto da normatividade, que é de natureza cultural e se insere nas entrelinhas dos demais aspectos sociais analisados, completando-os e aludindo-os à dinâmica do poder. Como esses aspectos, fruto de inscrições contextuais, impactaram nas representações dos sujeitos sobre o campo e sobre a alteridade camponesa, servindo de ancoragem para tais representações, é o assunto tratado a seguir.

5.1.2 Representações sobre o Semiárido e a alteridade camponesa

Para compreender quais representações sociais os sujeitos da pesquisa articulam sobre o meio semiárido em que vivem, perguntou-se a eles quais são os desafios enfrentados no dia a dia e quais são as bonanças, valores e tradições que acreditam existir nesse ambiente. As respostas da maioria foram complementares e apontam à lógica do Semiárido compreendido como um *espaço de esperança* ou *redenção*. No entanto, é preciso estabelecer uma condição para as falas, uma vez que os entrevistados concordam que tal visão é tanto fruto das transformações estabelecidas após a chegada de Dom Fragoso na Diocese de Crateús, como dependem do posicionamento de cada indivíduo em aderir à cultura da convivência. Ou seja, se eles se colocam ou não na alteridade ordenada pelo modelo da convivência local, o que reforça o aspecto dialético e condicionante das formas representacionais e identitárias.

No eixo dos desafios apontados, o Semiárido apareceu designado como um ambiente marcado por desigualdades sociais, no que tange às negligências do Estado (Cícero, Antônio, Lurdes, Assis, Rita, Josias e Benigna); concentrações de poder, água e terra nas mãos de poucos (Clemente, Fátima, Rita, Josias e Antônio); e exclusões e preconceitos sofridos cotidianamente (Fátima, Cícero, Francisca e Josias). Também foram citados problemas ligados à seca ou ao clima (Francisca, Josias, Benigna e Clemente); agressões ao meio ambiente e/ou má utilização dos recursos naturais (Antônio e Rita); e o fato de existirem sujeitos que, por não reivindicam

seus direitos, submetem-se a um comodismo que alimenta as dificuldades (Josias e Clemente). O trecho da fala de Rita sintetiza os desafios ancorados na questão social:

> *Eu não diria que o desafio seja a seca só, mas a cerca. É as terras que são concentradas ainda na mão dos grandes proprietários. O pequeno trabalhador tem que sair do campo para vir para a cidade em busca do alimento, e nós sabemos que o que alimenta a cidade é o campo. Nos últimos anos, nós tivemos aí uma anulação das políticas públicas voltadas para o campo. Outra coisa, a inseminação de muitos agrotóxicos nas plantações. Isso a gente sabe que está matando tanto a terra, como também os trabalhadores e trabalhadoras: o uso do veneno. A questão das mineradoras, que nós temos muito. O capitalismo que está imbuído aí, na engrenagem das políticas, trazendo prejuízo diretamente para as comunidades.*

A predominância de respostas ligadas aos fatores sociais e políticos pode ser atribuída às relações sistematizadas no interior da comunidade rural estudada, em sua *conquista social e culturalmente laboriosa* (Jovchelovitch, 2008), mediadas pelas entidades locais consideradas na pesquisa e compartilhadas no contexto da região, que agregam e ordenam os sujeitos. Isso pois, como refletido há pouco, as instituições e seus contextos influenciam na maneira como os sujeitos apreendem sentidos a si, ao outro e ao território onde vivem. Tanto que a questão climática foi citada espontaneamente apenas por quatro entrevistados e, dentre esses, somente Francisca não vinculou a questão a fatores políticos. Quanto aos seis outros depoentes, ao serem indagados quanto à seca, eles não a colocaram como problema prioritário, apesar da incidência histórica, mas como uma característica do Semiárido possível de ser contornada segundo os conhecimentos adequados. Sobre isso, a fala de Cícero foi exemplar:

> *Acho que, em relação ao período seco, ao período chuvoso, essa é uma questão de convivência. E aí, cada família vai vendo uma maneira de lidar com isso, entender que tem o período em que vai estar mais escasso* [...], *mas que há tecnologias, por exemplo, a cisterna de placa que, se durante o período chuvoso ela for bem cuidada e armazenar a água, vai dar para o ano inteiro.* [...] *Então, não vejo como desafio isso. Mas acho que um dos grandes desafios é a questão do investimento público no setor camponês.*

No eixo das bonanças, valores e tradições que integram as representações sociais dos sujeitos com o ambiente em que vivem, as respostas do grupo foram ligadas às seguintes sentenças: possibilidade de viver da produção (Assis, Rita, Josias, Antônio, Francisca, Cícero, Fátima e Clemente); espaço onde a família, a fé, as origens e a natureza são valorizadas (Benigna, Lurdes, Josias, Cícero, Rita, Antônio, Assis e Clemente); relações solidárias estão presentes (Clemente, Rita, Antônio, Cícero, Fátima e Josias); capacidade de celebrar em comunidade (Clemente, Assis, Rita, Antônio e Francisca); alimentação saudável (Assis, Josias,

Antônio, Francisca e Rita); há tranquilidade e segurança (Benigna, Lurdes, Assis e Rita); e troca de saberes (Antônio, Fátima, Cícero e Clemente). Novamente, tem-se representações sociais resultantes das relações cultivadas na comunidade e que vão ao encontro das ordenações locais. Para ilustrar esse eixo, apresenta-se o trecho a seguir, colhido do relato de Clemente:

> *Nós estamos nesse tempo de bonança* [quadro chuvoso no Ceará]. *Você conhece um pouco o nosso território, creio que sim, deve ter ido ao Sabonete* [localidade que fica a caminho de Santa Luiza, em Iapi]. *E lá, se você vai noutro período do ano, é praticamente desertificado, é cinza. Quem vem aqui, acha que não tem nem como produzir, não é? Mas eu vejo essa conquista do povo, da teimosia de produzir sempre, de plantar sempre, de ir buscar. É como se fosse o ressurgir das cinzas.*

Essa característica, atribuída como *teimosia* por Clemente, faz lembrar do conceito de tática refletido por Certeau (2014): artifício pelo qual os sujeitos driblam situações de controle e conseguem, de modo improvável, subsistir, dar sentido a algo, construir. Em sua fala, Clemente se referiu às chamadas *tecnologias sociais*, que podem ser definidas como técnicas, relativamente simples e ecologicamente corretas, mobilizadas em prol da convivência com o Semiárido. Mais do que isso, em relação às representações sociais, elas podem ser interpretadas como encarnações de conhecimentos partilhados na região, modo como a nomeada *teimosia* se materializa e gera efeitos dentro e fora da comunidade. Clemente ofereceu exemplos dessas tecnologias, citando "*barragens subterrâneas*", "*cisterna de enxurrada*", "*cisterna calçadão*", "*quintais produtivos*" e "*irrigação de gotejamento*". São, assim, saberes e práticas decorrentes de estudos técnicos, mas também de experiências plurais e costumeiras com as secas, "*uma coisa antiga na história da humanidade, mas que, de um tempo pra cá, tem se fortalecido. Talvez que a falta de espaço para a produção de larga escala vai ajudando o pessoal a tomar consciência que, no seu quintal, pode produzir algo*", como disse o entrevistado.

Outro participante a colaborar com esse pensamento foi Josias, ao afirmar que uma das bonanças do Semiárido é "*a cultura de você plantar e comer aquilo que você planta, aquilo que você colhe.* [...] *A cultura de você fazer esse cultivo e ter essa perseverança*". Um aprendizado que se tornou expressivo na região "*de um tempo pra cá*", como estimou Clemente, referindo-se ao período pós-chegada do bispo Dom Fragoso, que estimulou a mudança de mentalidade, mas que não deixa de ser uma prática tradicional nas áreas rurais, por estar ligada à sabedoria do "*homem mais velho*" de distinguir "*o dia* [certo] *de plantar, por conta daquela mudança temporal*", como relacionou Josias. Dessa forma, o contexto local pode ser compreendido com cenário de múltiplas formas de saber e agir que interagem, culminando com um modo de vida atrelado à terra e ao que essa representa ao povo, pois, como resumiu Benigna:

"*Os valores do sertão são a pessoa saber lidar com a terra. Porque nós somos filhos da terra, e é da terra que a gente vive*". Para os pesquisados, isso se daria de modo sistemático, constituindo sensos de pertencimento ao local e de enfrentamento às dificuldades.

Acerca da alteridade camponesa, isto é, sobre o modo como os sujeitos caracterizam quem vive no campo e se eles se identificam com essa caracterização, também se obteve uma diversidade de respostas. As descrições sobre *o que caracteriza um sujeito camponês* – e que remetem ao *outro* – podem ser agrupadas nas seguintes sentenças: alguém com certa fisionomia e jeito de se vestir, falar, andar ou trabalhar (Assis, Lurdes, Josias e Benigna); alguém que se encaixa no exemplo moral colhido do círculo familiar do(a) entrevistado(a) (Rita, Francisca e Clemente); alguém diverso, voltado à coletividade, sábio e que não cabe em rótulos (Cícero, Fátima e Clemente); alguém com passado sofrido, mas que hoje possui condições de ter uma vida digna (Fátima, Antônio e Clemente); alguém trabalhador e corajoso, capaz de enfrentar adversidades (Francisca); e alguém que cultiva respeito pelo meio ambiente e pela vida (Rita). Em seguida, sobre a questão deles se reconhecem nas descrições – representações de *si* –, os dez falaram que *se identificam como camponeses*, porque: valorizam o campo e não trocam seu modo de vida pelo da cidade (Assis, Clemente, Lurdes, Josias e Fátima); espelham-se no exemplo do círculo familiar (Rita, Francisca, Clemente, Lurdes e Josias); sempre estiveram ligados ao campo, entendendo-o melhor hoje, em termos de estrutura social (Cícero, Antônio e Fátima); e por corresponderem ao estereótipo que designaram ao *outro* (Assis e Benigna).

Vinculadas à alteridade camponesa, a diversidade de respostas pode ser justificada pela complexidade dos contextos em que os sujeitos estão inseridos. Considera-se isso porque as classificações manifestas nas respostas para a primeira e para a segunda questão apontam para ancoragens diferentes: a maioria está ligada à EFA Dom Fragoso ou à Diocese de Crateús, correspondendo aos aspectos refletidos na seção anterior, enquanto outras divergem dos referidos tópicos e estão aparentemente inseridas em camadas mais profundas do tecido social da região. Isso é compreensível não apenas pela dinâmica dos contextos e das culturas, que se inventam e se comunicam, afetando-se mutuamente (Wagner, 2020), mas pelo fato das representações sociais serem um fenômeno cuja lógica escapa das estratégias coercitivas de uma coletividade específica, alcançando o estado da pluralidade e da contingência com que os sujeitos constroem e compartilham sentidos cotidianos (Moscovici, 2015a; 2015b).

Dito isso, pode-se considerar que as caracterizações definidas pelos exemplos colhidos do seio familiar, pela ideia de camponês como alguém que não cabe em rótulos, pela imagem de alguém com condições para superar desafios e que cultiva respeito pelas formas de vida, valorizando os vínculos com o Semiárido e colaborando com a emancipação social inscrita no

campo, estão relacionadas às ordenações culturais do contexto pesquisado, sistematizadas pela EFA e pela diocese. São representações esperadas no estudo, pelo fato de compactuarem com o *protótipo simbólico* (Moscovici, 2015b) disseminado pelas instituições e que, inclusive, fora apontado nas falas dos entrevistados sobre os desafios e bonanças ligados ao campo. Rememorando a teoria, uma classificação não pode ser interpretada como operação neutra; ela resulta de um processo de ancoragem e se apoia em um universo intersubjetivo dinâmico e multifacetado, dotado de intencionalidades que, nesse caso, cooperam com a estrutura da comunidade pesquisada, produzindo formas simbólicas compreendidas como positivas para os sujeitos, porque fornecem estabilidade ao contexto sociocultural ao qual pertencem. Em outras palavras, são classificações e identificações que vão ao encontro da *figura-modelo de camponês*, ressaltando aquilo que esse simbolismo representa ao grupo.

Como exemplo das relações ancoradas nas ordenações do contexto local, tem-se o relato de Fátima, primeiramente sobre como ela caracteriza um sujeito inserido no Semiárido, seguida pela justificativa com a qual ela se define como tal, ou seja, como camponesa:

> *A gente precisa olhar para o campo com a diversidade que ele tem.* [...] *Vai para além da produção do homem, digamos assim, na figura muito centrada no homem, no masculino, no machismo, enfim, no patriarcal, que é a agricultura e a pecuária.* [...] *O próprio espaço familiar, ele tem as suas características que vão configurar como uma família camponesa. Embora ela não tenha uma produção, mas ela tem uma família que tem a sua espiritualidade, que tem o seu jeito próprio do campo de viver, o horário de acordar, a previsão da chuva, enfim. Então, a visão de campesinato vai para além daquilo que eu produzo, mas do jeito como eu lido com as relações.* [...] *Se eu sou um jovem que luto por algum direito e tenho essa espiritualidade, esse jeito de lidar com a vida, o coletivo, isso é ser camponês.* [...] *A gente tem muito* [disso] *nas áreas de assentamentos. Jovens que estão nesse movimento de luta, no MST ou outro grupo* [...]. *E ele é um camponês,* [...] *ele vive algo que é para a coletividade, para o bem viver daquela região* [...].
>
> *Estando aqui, na EFA, eu me sinto camponesa, porque eu me sinto bem ao fazer* [parte da escola]. *Mas também ao me relacionar com os camponeses e camponesas e defender essa luta. Quando eu estou na especialização, eu me sinto camponesa, porque eu estou* [...] *discutindo e defendendo um direito que é do campo. Quando eu estou na minha casa, com meus pais, por exemplo, que é quem fica no campo mesmo, eu estou contribuindo com essa discussão ou com a prática deles mesmo. Então, eu me sinto camponesa, porque eu acho que... Eu acho, não. Eu defendo esse direito que é nosso. E eu venho do campo, eu valorizo isso, eu acredito nisso e eu defendo isso*.

As relações articuladas por Fátima nos trechos acima reforçam não apenas a orientação política do contexto estudado, como também os vínculos familiares e espirituais igualmente reforçados nesse meio. Tendo como pressuposto o fato de que a maioria dos entrevistados

assinalaram classificações que convergem com tal linha de pensamento, aludindo mais uma vez à figura do "*camponês de verdade*", pode-se, então, interpretar essa figura-modelo como sendo a principal referência, em termos simbólicos, da comunidade rural em questão, pelo modo como os sujeitos remeteram a ela em suas respostas, mesmo que indiretamente. Outro exemplo suscetível a ilustrar tal inscrição identitária está no relato de Rita, que abordou a dimensão familiar, utilizando-se de uma memória afetiva ancorada na figura paterna e em seu compromisso ecológico e social. Essas referências são a base da classificação da entrevistada sobre *ser camponês* e sobre como ela *se define* como camponesa:

> *Eu lembro de um episódio tão forte do meu pai* [...], *que um dia, ele estava fazendo o fogo à lenha e, por cima do fogão, tinha algumas formiguinhas. Na hora que a formiguinha ia se aproximando do fogo, ele, de imediato, retirava as formiguinhas.* [...] *E eu acredito que um dos valores de quem vive no campo é esse, de valorizar aquilo que existe na Terra, de respeitar a diversidade do planeta. Tudo tem importância, tudo é vida.* [...] *Isso foi uma herança do meu pai. Dos meus pais, minha mãe também tinha isso. E uma das heranças mais lindas do meu pai era essa questão do respeito à mulher.* [...] *Ele nunca falou grosseiro. Ele se sentava com a gente, assim, na calçada para conversar, para contar histórias bíblicas, para repassar valores que hoje eu carrego na minha vida, por conta dessa formação humana que eu tive com ele*.

Para encerrar o quadro analítico das caracterizações vinculadas às ordenações do contexto local, tem-se a fala de Antônio, que estabelece uma divisão entre o passado de sofrimento e o presente mais digno para ilustrar a figura do camponês. Em seu discurso, inscrevem-se os aspectos formativos avindos da comunidade estudada, enfatizando o modo de vida e de produção orientado à coletividade. Na perspectiva de Antônio, a terra é um bem a ser repartido entre todos, de maneira que todos consigam retirar dela o sustento necessário à manutenção das famílias, seja pela produção em si, seja pela venda de excedentes em feiras organizadas pela agricultura familiar. Essa visão, conforme o entrevistado atesta, confronta-se com a lógica do agronegócio que, para ele e para os demais membros da comunidade, está centrada em si mesma, não contribuindo com o desenvolvimento local nem com a natureza. Contra essa vertente, identificada pelos camponeses como opressora, estaria o conhecimento partilhado em benefício da produção socializada. Nas palavras de Antônio:

> *Antigamente, eu vou dizer assim, o pessoal da roça era mais sofrido, tinha uma característica mais sofrida* [...]*, porque na época era uma forma de escravidão, vou usar esse termo. Porque eu pego, assim, da época dos meus avós, dos meus tios e do meu pai* [...]. *Mas hoje, eu não vejo a figura do homem tão, vou dizer assim, oprimido como era antigamente, tão massacrada. Mas eu vejo hoje o homem mais maduro, mais buscando novas metodologias. Agredindo mais o meio ambiente também, em alguns locais. Mas eu vejo* [as

> pessoas do meio rural] *com mais oportunidades.* [...] *E quando a gente começa a estudar um pouco mais, a gente começa a ver esses aspectos sociais e ver o cuidado quando a gente tem com isso* [que a gente deve ter com isso].

Talvez seja reducionista atribuir as ancoragens identificáveis na fala de Antônio, como também na dos demais entrevistados, às ordenações do contexto local, apesar dos tópicos observados corresponderem ao aspecto formativo desse ambiente. O próprio Antônio afirma que a sua perspectiva sobre o Semiárido e sobre o camponês não decorre exclusivamente de sua inserção na EFA Dom Fragoso, mas da capacidade que desenvolveu de observar o meio em que vive, percebendo potencialidades, mas também discrepâncias. Não à toa, como informado no capítulo metodológico, o entrevistado possui atuação política, tendo sido presidente da associação de jovens agricultores de sua localidade rural, Riacho do Meio, situada no município de Choró, Sertão Central. Além disso, o lugar em que ele vive tem uma particularidade: está em constante contato com pesquisadores, iniciativas públicas e consórcios de empresas, inclusive estrangeiras, que se instalam como parceiras e auxiliam os camponeses na produção familiar agroecológica[42]. Essas relações, além do vínculo na EFA, conduzi-lo-iam a ter um olhar mais amiúde sobre a realidade à qual pertence.

Partindo para o outro eixo identificado nas respostas dos entrevistados – a categoria que remete às representações aparentemente adversas à lógica da EFA Dom Fragoso –, chama a atenção o fato de quatro participantes da pesquisa terem se utilizado de caracterizações relacionadas à aparência e às maneiras típicas de definir um camponês, transgredindo, *a priori*, as convenções compactuadas pelos sujeitos no contexto em questão, que combatem as simplificações e estigmatizações designadas contra o universo camponês. Curiosamente, foi a sentença que mais concentrou depoentes, todos sem ligação direta com a EFA Dom Fragoso, destoando, assim, das ancoragens relacionadas na última seção. Entretanto, no decorrer das entrevistas, apenas dois depoentes confirmaram os estereótipos sugeridos pela maneira como cada um se identifica como camponês, a saber: Assis, que complementou a resposta citando os valores que pratica, por serem, segundo ele, pertinentes ao universo do Semiárido; e Benigna, que se restringiu à representação social mobilizada por ela, reforçando-a. Isso pode ser observado nos trechos a seguir, colhidos dos relatos de ambos:

> *Primeiramente, a gente identifica o homem do campo pelas ferramentas de trabalho. Quando você vai nas estradas, já vai vendo o homem com a enxada,*

[42] Antônio citou na entrevista uma empresa francesa do ramo de calçados que investe na produção de algodão em sua localidade, comprando da comunidade os insumos para a fabricação dos calçados e, em troca, investindo na agricultura familiar, com a capacitação dos agricultores.

> *a foice, a roçadeira, e isso já identifica que é um homem do campo, que é um agricultor.* [...] *Também pela fisionomia. A pele, assim, bem mais queimada do sol* (Assis – sobre a pergunta como ele caracteriza um sujeito camponês).

> *Sim, me identifico, com certeza. É exatamente pela pele. Quando você me vê aqui, vê que a minha pele, ela está um pouco queimada do sol, é isso que me identifica. Também eu cultivo bastante esses valores* [do Semiárido]. *Eu gosto dessa vida, da cultura do campo.* [...] *Não trocaria* [o meio rural pela cid**a**de], *não. Gosto muito da vida daqui* (Assis – sobre a pergunta se ele se identifica como camponês e por que).

> *Se você tiver duas pessoas, uma do campo, outra da cidade, a gente identifica logo pela pele. Porque quem vive no campo tem a pele grossa, estragada, enrugada, queimada, os cabelos ressecados. E depois disso, vem a maneira de falar. E daí até o caminhar é diferente. A roupa, a maneira de se vestir, a maneira de caminhar... O caipira, ele é conhecido de longe* (Benigna – sobre a pergunta como ela caracteriza um sujeito camponês).

> *Eu sou meia caipira, meia cidade. Mas acho que eu sou mais caipira, até porque já estou nessa idade, não tem mais do que me modernizar, não. Eu sou meia caipira até na maneira de vestir. Mas eu sou feliz assim* (Benigna – sobre a pergunta se ela se identifica como camponesa e por que).

Ainda com relação a esse tópico ligado ao estereótipo camponês, Lurdes e Josias, apesar de o ressaltarem no primeiro momento, articularam outras imagens na hora de se representarem, fazendo uso de memórias afetivas e da figura paterna como ancoragens às caracterizações de si, como fez Rita. Os trechos referentes a isso são apresentados a seguir:

> *Bom, a imagem característica da pessoa do campo, ela é uma pessoa desfigurada, queimada do sol. A face dela é diferente da sua face que é... Né? Ela tem a mão grossa. A pele dela não é a pele natural que ela tem. A pele dela é queimada do sol. A pessoa que vive no campo é assim* (Lurdes – sobre a pergunta como ela caracteriza um sujeito camponês).

> *Me vejo* [como camponesa], *porque eu nasci no campo, fui criada no campo. Fui vendo meu pai, que viveu no campo, trabalhando da roça, vivendo do seu suor. Então, eu me sinto nesta caminhada. Me sinto e me valorizo com isto, viu? Não* [sairia do campo] *por nada* (Lurdes – sobre a pergunta se ela se identifica como camponesa e por que).

> *Olha, logo no falar. Ele conhece aquilo que ele faz. Quando a pessoa vê uma plantação de jerimum, um jerimum de leite, jerimum caboclo, ele consegue identificar. Então, a falar dele, até o vestir também, o caminhar dele, aquela pele queimada do sol. A gente consegue identificar um camponês raiz daquela forma, no seu falar, na sua vestimenta, dessa forma* (Josias – sobre a pergunta como ele caracteriza um sujeito camponês).

> *As pessoas podem dizer: "ah, você não planta, porque você é gordinho"* [...]. *Mas já cortei lenha, já plantei, já rocei com meu pai.* [...] *Então, me identifico sim, como um camponês* [...]. *Porque, desde pequeno, foi do meu vô, do meu pai, da minha mãe e, até hoje, eu sinto essa ligação muito forte nessa cultura*

> *do plantio* [...]. *Então, é isso que eu levo como um camponês* (Josias – sobre a pergunta se ele se identifica como camponês e por que).

Como estudado no capítulo teórico, o fenômeno que envolve preconceitos e estereótipos pode mediar relações de exclusão, quando essas representações estão vinculadas a artimanhas que objetivam e discriminam sujeitos (Jodelet, 2014), sintetizando complexidades de forma banal e preconcebida. Às vezes, essas classificações são sutis, principalmente quando internalizadas no tecido social ao qual os sujeitos estão inseridos, fazendo circular relações estigmatizantes de maneira quase automática ou inconsciente, ganhando aderência popular e normalizando-se, porém, sem deixar de serem depreciativas, pois são capazes de deslocar pessoas e grupos como "objetos de uma distinção", configurando-os negativamente "como uma categoria à parte" (Jodelet, 2014, p. 56). Pelas respostas de Lurdes, Assis, Josias e Benigna, um efeito supostamente natural sobre os corpos inseridos no Semiárido cearense, ocasionado pelas condições climáticas e pelo tipo de trabalho exercido, pode ganhar uma dimensão simbólica excludente como quando Josias afirma que, se dependesse do julgamento dos outros, provavelmente ele não seria identificado como camponês, porque não corresponde ao biotipo – ou estereótipo – de um "*camponês raiz*", cuja aparência deveria ser magra e sofrida.

A dimensão do preconceito e do estereótipo se agrava na fala de Benigna, ao se utilizar da expressão *caipira* para designar tanto a pessoa camponesa, como ela mesma. Pelo senso comum, essa imagem classifica pejorativamente os sujeitos do campo, colocando-os como uma caricatura inserida em um mundo rural pitoresco e subalterno. Não que tenha sido essa a intenção da entrevistada, mas a figura designada por ela pode remeter às *formas radicais de alteridade*, ligadas ao racismo simbólico (Jodelet, 2005; 2014), pelo modo como essa figura se inscreve como representação capaz de inferiorizar o campo e seus sujeitos. Nesse caso, assim como no apontado por Josias – no julgamento dos outros sobre ele –, trata-se de um racismo praticado dentro do campo e por pessoas do próprio campo, agravando os desafios vivenciados na região. Isso evidencia a análise de que as operações classificatórias acontecem impregnadas por desníveis de poder, reverberando dominações sob inúmeras instâncias, porque a alteridade composta pelo estereótipo do caipira não está a serviço de proteger o núcleo gregário da comunidade, mas de sustentar marcadores de diferenças normalizados mesmo que de modo inconsciente ou sem intenção, ameaçando desestabilizar a própria comunidade, no que diz respeito ao seu engajamento em prol da emancipação social no Semiárido.

Trata-se de uma relação sutil e problemática, pois preconceitos e estereótipos não necessariamente se comportam como formas simbólicas negativas, depreciativas ou

excludentes, o que ressalta o caráter dialético das representações sociais enquanto *aporias fundamentais* (Sawaia, 2014c). Jodelet (2014, p. 63) esclarece isso, ao afirmar que:

> A explicação desses vieses [preconceitos e estereótipos] refere-se à força da necessidade do pertencimento social: o engajamento e a implicação emocional com relação ao grupo ao qual pertencemos conduzem a nele investir sua própria identidade. A imagem que temos de nós próprios encontra-se assim ligada àquela que temos de nosso grupo, o que nos conduz a defendermos os valores dele. A proteção do nós incitaria, portanto, a diferenciar e, em seguida, a excluir aqueles que não estão nele.

Resgatando algumas respostas do grupo já expostas nesta seção, interpreta-se como medida protetiva da alteridade camponesa o paralelo traçado por Lurdes ao comparar os efeitos do labor diário no campo com a fisionomia de alguém que não passou por essa experiência: "*A face dela* [da pessoa camponesa] *é diferente da sua face* [referindo-se ao pesquisador] *que é... Né?*". A mesma lógica está expressa por Assis que, nos sindicados onde atua, é responsável por mobilizar parte dos trabalhadores rurais de Independência, esclarecendo-os sobre benefícios do governo e reforçando neles o sentimento de pertencimento ao campo. É no pragmatismo de sua função sindical, bem como na de animador cultural em Santa Luzia, que ele ancora as suas representações, relatando que "*identifica o homem do campo pelas ferramentas de trabalho*" e "*pela fisionomia*". Retomando também a fala de Fátima, transcrita no começo desse tópico, é na esteira do estereótipo articulado em favor da comunidade que ela menciona que o camponês possui "*o seu jeito próprio* [...] *de viver*". Mesmo Benigna, quando foi provocada a pensar sobre os valores que cultiva no campo, afirmou que "*nós somos filhos da terra, e é da terra que a gente vive*". Em vista disso, pode-se dizer que a imagem estereotipada de alguém inserido no Semiárido participa dos meandros de identificação articulados pelos sujeitos da comunidade estudada e, a despeito da possibilidade dessas representações acontecerem como uma "inserção social perversa" (Sawaia, 2014b, p. 8), ela está internalizada nesse contexto de tal maneira que colabora com a forma psicossocial de seus sujeitos estabelecerem fronteiras entre si e o outro.

Talvez não à toa – e paradoxalmente – o estereótipo esteja disseminado na própria EFA Dom Fragoso, por intermédio da figura-modelo defendida pelo Padre Camponês, por exemplo, e pela Diocese de Crateús, por via do informativo O Roceiro: um pequeno jornal popular na região, produzido pela diocese em parceria com as comunidades rurais assistidas por ela. Na visão dos entrevistados, esse informativo cumpre um papel socialmente formativo semelhante ao da rádio comunitária, ao difundir notícias consideradas importantes por eles e ao oferecer visibilidade aos sujeitos do campo, que têm os vínculos religiosos e culturais fortalecidos pela intervenção desses dois veículos de comunicação locais.

Na aporia das relações representacionais, também pode ser interpretado como sintoma de um processo sutil e, ao mesmo tempo, excludente a ênfase dada nas respostas à figura paterna, algumas vezes assumindo a forma de memória afetiva, como acontece com Rita, Lurdes e Josias. Pelas reflexões feitas até aqui, é sabedor que os laços familiares compõem as ordenações culturais da comunidade, porém o que estimula a presente crítica é a ênfase dada pelos sujeitos na imagem patriarcal, no dizer de Fátima, na centralidade "*no homem, no masculino, no machismo*" a que as práticas agrícolas tradicionalmente fazem referência. Esse dado emerge do relato de Assis, quando cita apenas o exemplo do "*homem do campo*", bem como do de Antônio, quando menciona seus avós, seus tios e seu pai, remetendo ao imaginário masculino que predomina entre os compartilhamentos simbólicos situados no Semiárido.

No que se refere a essa questão provocada pelo material empírico, o relato de Francisca é emblemático por evidenciar preconceitos de gênero presentes no campo. Em seu depoimento, além de citar memórias e exemplos colhidos de seu círculo familiar como parâmetros para definir a identidade camponesa, ela descreve a realidade social em que está inserida como um ambiente marcado por distinções atribuídas entre homens e mulheres. Por suas palavras:

> *Se eu fosse descrever uma pessoa camponesa, eu descreveria o meu pai, que meu pai veio de uma família simples.* [...] *No começo, as coisas eram bem difíceis, e ele conseguiu trabalhar com dignidade, honestidade, conseguiu criar seus filhos. Então, o camponês que eu descreveria hoje era o meu pai* (Francisca – sobre a pergunta como ela caracteriza um sujeito camponês).

> *Olha, uma mulher camponesa, eu identifico como uma pessoa batalhadora. Porque uma mulher do campo, hoje, se você for pensar,* [...] *ela consegue trabalhar dentro de casa e consegue trabalhar na roça também, ajudando o marido.* [...] *Eu vou colocar hoje como uma mulher camponesa mesmo, uma mulher que eu tenho na minha comunidade, chamada "M"* [nome suprimido]. *Que ela cuida da casa, cuida da roça, tira leite das vacas. Ela consegue fazer isso tudo, e o povo fica julgando, porque se ela tem um marido, por que é que o marido não faz? Mas é porque o povo ainda não conseguiu assimilar que a mulher, hoje, ela consegue fazer o que ela quiser.* [...] *A mulher camponesa hoje* [...] *é uma mulher batalhadora, corajosa* (Francisca – sobre a pergunta como ela caracteriza uma mulher camponesa).

> [...] *eu nunca saí do meu interior para ir para a cidade. Nem quando eu trabalhava de mobilizadora social, era dentro da minha comunidade, nos assentamentos vizinhos. Então, hoje, eu vou buscar uma vaca* [...]*, vou limpar a minha palma. Eu vou dar remédio a um animal. Eu vou tirar o leite de uma vaca. Então, eu me identifico bastante como uma mulher camponesa* (Francisca – sobre a pergunta se ela se identifica como camponesa e por que).

Perdigão (2021) analisa o problema da invisibilidade de mulheres que vivem em zonas rurais, especificamente em uma comunidade chamada *Noiva do Cordeiro*, em Minas Gerais.

Seu estudo merece ser citado aqui porque, embora as questões de gênero não estejam no escopo e nos objetivos desta tese, o dado revelado nas falas de Francisca e dos outros participantes desperta pensar a respeito, mesmo que sucintamente. Sobre isso, Perdigão (2021) percebe que, historicamente, o problema da invisibilidade está atrelado ao modo cultural como o gênero feminino tem sido definido e objetivado na sociedade, ocupando, em geral, uma posição de inferioridade frente ao gênero masculino. Quanto ao meio rural, ela completa:

> Inscritas nessa realidade [mesmo que não homogênea], as representações sociais em torno dos papéis que as mulheres deveriam ou não desempenhar acabam por confinar as trabalhadoras rurais em uma sobrecarga de trabalho, uma vez que, além de exercerem todas as tarefas na lavoura, devem ainda se responsabilizar pelo cuidado com a casa, com os filhos e com os companheiros. Assim, além das diferenças de classe, as diferenças regionais, culturais, históricas, o isolamento dos grandes centros e a dificuldade de acesso aos dispositivos de informação e comunicação certamente promovem diferentes modos de discriminação, de exploração e de opressão na história de vida dessas mulheres (Perdigão, 2021, p. 98).

As sobrecargas de trabalho e a opressão estão presentes no relato de Francisca, que tece críticas aos preconceitos sofridos, como pode ser visto a seguir: "[...] *o povo diz que se a mulher for para a roça: 'vai lá pra fazer o quê? Mulher não sabe fazer nada, mulher não aguenta fazer isso, mulher não sabe fazer uma cerca'* [...]. *Mas muita mulher, hoje, consegue fazer a sua luta dentro de casa e* [...] *no roçado*". É por vivenciar tal condição que a entrevistada se reconhece como camponesa e que, a exemplo da referência feminina de sua localidade, enfrenta adversidades, dentre essas, os preconceitos inscritos no meio rural. Conforme Perdigão (2021), tais representações e seus efeitos detêm força por serem construções históricas, tradicionais. Não à toa, Francisca descreve que a mulher camponesa é batalhadora e corajosa, por resistir e subsistir no campo. Nesse posicionamento identitário, que também é um ato político, a participante se inscreve no tecido social densamente estruturado de seu contexto, em um movimento de convivência local nada pacífica, desafiando as artimanhas excludentes compartilhadas pelas subjetividades inseridas no Semiárido cearense e em outros lugares.

A fim de encerrar esta seção, encaminhando as discussões para a próxima, propõe-se o quadro 6, que objetiva as representações sociais dos dez camponeses do grupo leitor da pesquisa acerca do meio semiárido em que vivem, do outro ambientado nesse universo rural e de si mesmos. O quadro esquematiza a complexidade simbólica dos sujeitos, tensionada segundo as inscrições contextuais observadas na investigação aplicada empiricamente.

Quadro 6 – Representações dos camponeses acerca de si, do outro e do meio.

Participantes	Representações sobre o Semiárido	Representações sobre o outro no Semiárido	Representações sobre si no Semiárido
Fátima	Local com concentrações de poder; exclusões e preconceitos cotidianos. Mas onde se vive da produção; relações são solidárias; há troca de saberes.	Alguém diverso, voltado à coletividade, sábio e que não cabe em rótulos; com passado sofrido, mas que hoje possui condições de ter uma vida digna.	Alguém que valoriza o campo e que não troca o seu modo de vida pelo da cidade; sempre esteve ligado ao campo, entendendo-o melhor hoje, em termos sociais.
Cícero	Local socialmente desigual, negligenciado pelo Estado; exclusões e preconceitos cotidianos. Mas onde se vive da produção; família, fé, origens e natureza são valorizadas; relações são solidárias; há troca de saberes.	Alguém diverso, voltado à coletividade, sábio e que não cabe em rótulos.	Alguém que sempre esteve ligado ao campo, entendendo-o melhor hoje, em termos sociais.
Antônio	Local socialmente desigual, negligenciado pelo Estado; concentrações de poder; sofre agressões ambientais. Mas onde se vive da produção; família, fé, origens e natureza são valorizadas; relações são solidárias; celebra-se em comunidade; alimentos são saudáveis; há troca de saberes.	Alguém com passado sofrido, mas que hoje possui condições de ter uma vida digna.	Alguém que sempre esteve ligado ao campo, entendendo-o melhor hoje, em termos sociais.
Francisca	Local com exclusões e preconceitos cotidianos; padece com seca/clima. Mas onde se vive da produção; celebra-se em comunidade; alimentos são saudáveis.	Alguém que se encaixa no exemplo moral colhido do círculo familiar da entrevistada; trabalhador e corajoso, capaz de enfrentar adversidades.	Alguém que se espelha no exemplo de seu círculo familiar.
Lurdes	Local socialmente desigual, negligenciado pelo Estado. Mas onde família, fé, origens e natureza são	Alguém com certa fisionomia e jeito de se vestir, falar, andar ou trabalhar.	Alguém que valoriza o campo e que não troca o seu modo de vida pelo da cidade; espelha-se no exemplo de seu círculo familiar.

	valorizadas; há tranquilidade e segurança.		
Assis	Local socialmente desigual, negligenciado pelo Estado. Mas onde se vive da produção; família, fé, origens e natureza são valorizadas; celebra-se em comunidade; alimentos são saudáveis; há tranquilidade e segurança.	Alguém com certa fisionomia e jeito de se vestir, falar, andar ou trabalhar.	Alguém que valoriza o campo e que não troca o seu modo de vida pelo da cidade; corresponde ao estereótipo que designou ao *outro*.
Rita	Local socialmente desigual, negligenciado pelo Estado; concentrações de poder; sofre agressões ambientais. Mas onde se vive da produção; família, fé, origens e natureza são valorizadas; relações são solidárias; celebra-se em comunidade; alimentos são saudáveis; há tranquilidade e segurança.	Alguém que se encaixa no exemplo moral colhido do círculo familiar da entrevistada; cultiva respeito pelo meio ambiente e pela vida.	Alguém que se espelha no exemplo de seu círculo familiar.
Josias	Local socialmente desigual, negligenciado pelo Estado; concentrações de poder; exclusões e preconceitos cotidianos; padece com seca/clima; agravado pelo comodismo individual. Mas onde se vive da produção; família, fé, origens e natureza são valorizadas; relações são solidárias; alimentos são saudáveis.	Alguém com certa fisionomia e jeito de se vestir, falar, andar ou trabalhar.	Alguém que valoriza o campo e que não troca o seu modo de vida pelo da cidade; espelha-se no exemplo de seu círculo familiar.
Benigna	Local socialmente desigual, negligenciado pelo Estado; padece com seca/clima. Mas onde família, fé, origens e natureza são valorizadas; há tranquilidade e segurança.	Alguém com certa fisionomia e jeito de se vestir, falar, andar ou trabalhar.	Alguém que corresponde ao estereótipo que designou ao *outro*.

Clemente	Local com concentrações de poder; padece com seca/clima; agravado pelo comodismo individual. Mas onde se vive da produção; família, fé, origens e natureza são valorizadas; relações são solidárias; celebra-se em comunidade; há troca de saberes.	Alguém que se encaixa no exemplo moral colhido do círculo familiar do entrevistado; diverso, voltado à coletividade, sábio e que não cabe em rótulos; com passado sofrido, mas que hoje possui condições de ter uma vida digna.	Alguém que valoriza o campo e que não troca o seu modo de vida pelo da cidade; espelha-se no exemplo de seu círculo familiar.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

Portanto, conforme o quadro 6, no todo das representações mobilizadas pelos sujeitos, tanto existe a confirmação das ordenações culturais da região, como se percebe a transgressão dessas, diversificando a maneira de pensar sobre o campo e sobre o camponês, mesmo que isso acentue exclusões no lugar de inclusões, caminhando de forma contrária aos parâmetros preconizados pelas entidades formativas do contexto estudado. Isso indicia a natureza dinâmica das representações sociais e seu enredo antropológico (Moscovici, 2015a; 2015b; Jodelet, 2003; 2005; Jovchelovitch, 2008), cujos estudos priorizam consensos e núcleos gregários, mas não negligenciam dissensos e relações reificantes, chamando-as ao debate de como se processam como constituições simbólicas complexas. O impacto dessa dialética e suas contradições na interação dos sujeitos com os cadernos especiais é o tema da próxima seção.

5.2 Intervenções dos camponeses sobre as representações do jornal

Esta seção se refere à análise das entrevistas que compõem o segundo e o terceiro encontro da estratégia da leitura provocada e sua finalidade está vinculada aos dois últimos objetivos específicos da tese que, em resumo, são: a interpretação dos sentidos produzidos pelos camponeses ao lerem os cadernos especiais, destacando as marcas socioculturais incidentes nas leituras; e a análise de como os sentidos produzidos dialogam com as representações da editoria dos cadernos, ressaltando as convergências e divergências quanto às formas de apropriação e reconhecimento manifestas na interação. Para organizá-la, a seção foi estruturada em dois blocos: o primeiro se refere às apreensões simbólicas decorrentes da experiência leitora, enquanto o segundo se destina ao processo de reconhecimento negociado dos camponeses com o que leram, isto é, com as representações materializadas nos cadernos. Porém, antes de iniciá-los, convém refletir um pouco sobre o posicionamento prévio dos sujeitos do grupo em relação à grande

mídia, ao jornal O Povo e aos seus gostos de leitura, introduzindo as discussões que virão. Esses posicionamentos foram colhidos na entrevista ligada à última seção, antecipando o momento em que cada participante teve contato com os cadernos, no intuito de perceber suas possíveis mudanças de opinião e de contrapor as preconcepções relatadas com as apropriações leitoras.

Nesse propósito, no que diz respeito à grande mídia, apenas Antônio não teceu crítica a ela, definindo-a como meio capaz de oferecer visibilidade aos camponeses e que colabora com a disseminação de conhecimentos sobre *e* para o campo. Nas palavras dele:

> *Eu vejo o meio de comunicação muito importante para nós, pequenos agricultores. É onde nós vamos começar a ter voz, é onde o poder político vai observar* [...] *essas dificuldades que a gente passa. E ver as belezas também* [...]. *Quando a gente começa a expor, começa a ver, e essas pessoas começam a ter um pouco de conhecimento mais aguçado, e a gente consegue transmitir isso por meio de comunicação, eu acho que a gente consegue alcançar novos objetivos. Então, eu vejo isso como uma potencialidade para o agricultor.*

Quantos aos demais membros do grupo, todos expuseram alguma crítica à grande mídia, por essa estar atrelada ao interesse de poderosos (Francisca, Rita e Josias), por não valorizar o campo nem os pequenos produtores (Lurdes, Rita e Josias), por produzir informações distorcidas sobre o Semiárido e seus sujeitos (Fátima e Cícero), por noticiar tragédias no lugar de potencialidades locais e de valores da comunidade (Lurdes, Benigna, Assis) e que, por isso, deve ser consumida com moderação, filtrando as informações consideradas boas das ruins (Clemente). Diante disso, o contraste entre a opinião da maioria e a de Antônio talvez possa ser compreendido pois Riacho do Meio, local onde o participante mora, destaca-se no modelo da agricultura familiar em Choró, seu município, atraindo a atenção de pesquisadores, de empresas e de veículos de comunicação e gerando um ambiente informacional e cultural que flexibilizaria o seu posicionamento quanto a alguns temas polêmicos à comunidade rural, como o da grande mídia. Inserido nesse cotidiano, Antônio afirmou já ter interagido com jornalistas, cedendo entrevista sobre a sua produção agrícola a uma emissora de televisão. Alguns moradores da localidade já se reuniram e produziram vídeos para divulgar a produção das famílias, na intenção de atrair mais investimentos e parcerias. Assim, tudo isso pode ter contribuído com a predisposição de Antônio em aceitar as intervenções do universo midiático no campo.

Quanto os outros pesquisados, ao colocarem a grande mídia como uma agente a serviço da objetivação excludente das pessoas do campo, talvez o tenham feito como artifício de defesa contra a dominação que vivenciam sob múltiplas formas. Isso porque todos dão importância à informação jornalística, bem como à necessidade de se manter bem-informados, porém as fontes de informação a que alguns membros do grupo preferem recorrer no dia a dia estão

ligadas ao que denominaram como *mídias alternativas*, que são a Rádio Comunitária de Independência, o jornal O Roceiro e os informativos produzidos pelos movimentos sociais. Como relatou Rita sobre a rádio, no transcrito a seguir, as mídias locais alternativas estariam inseridas no domínio da comunidade rural, uma vez que são mídias produzidas por camponeses para camponeses, ao contrário das estrangeiras, que estariam comprometidas com o capital.

> *Eu faço uma crítica aos jornais, porque eles se voltam muito ao interesse privado. Eles não se interessam muito com a divulgação das informações* [sobre o Semiárido]. [...] *Eles não discutem a causa dos problemas, eles só fazem provocar nas pessoas a questão do sensacionalismo para ter audiência, para informar* [...]. *Mas a gente* [na rádio comunitária] *coloca o porquê.* [...] *Então, a gente vai contextualizar aquele fato, para não ter que se basear apenas na audiência,* [...] *e faz uma reflexão em cima daquele fato,* [...] *de conscientização, um trabalho educativo nessa linha.*

Apesar da aderência dos sujeitos pesquisados à proposta da rádio, existem restrições de acesso em Independência agravadas pelas leis de radiodifusão que, segundo Fátima, "*limitam* [a potência do sinal da rádio] *justamente porque é comunitário, porque a gente consegue fazer outro diálogo* [...]*, uma construção mais social, mais aberta para o povo*". Em Santa Luzia, por exemplo, que está geograficamente fora do alcance físico da rádio, as informações sobre o universo camponês, consumidas por Lurdes e Assis, vêm predominantemente dos informativos distribuídos pela EFA Dom Fragoso e pela diocese, como O Roceiro. Essas mídias, porém, não são as únicas fontes de informação que circulam em Santa Luzia, pois hoje, na localidade, há acesso regular à Internet e antenas parabólicas de televisão, embora os entrevistados deem preferência às mídias alternativas. Além disso, a Rádio Comunitária de Independência possui serviço de transmissão virtual e em tempo real de sua programação, por meio de seu site e redes sociais, em que são compensadas as limitações físicas do sinal, ampliando a audiência.

Sobre a relação das comunidades rurais com O Roceiro, Clemente esclarece que:

> [...] *nós falamos* [na entrevista] *de um processo ou instrumento formativo que se tinha na diocese e que é, de certa forma, mídia* [O Roceiro]. *Embora simples, popular, mas estava ali. Claro, podia até ter algum enfeite* [imagens, cores, diferenciações entre formato impresso e digital]*, na linha de como você* [vai] *transmitir* [informação]*, mas acho que era um pouco a realidade local.*

Para Clemente, cuja visão é compartilhada por outros camponeses, O Roceiro e a Rádio Comunitária de Independência, enquanto projetos cultivados pela Igreja em colaboração com as comunidades, convergem na linha do movimento sociopolítico da região, inscrevendo-se como resultado da articulação popular que, como declarou, "*teimosamente criou um espaço de*

comunicação [...] *com a linguagem mais nossa*", que confronta "*o que já vem de lá de cima nos telejornais*" e que medeia "*mais de perto a realidade da comunidade*". Seu relato reforça a tomada de posição dos camponeses em torno de estabelecer não somente *fronteiras* à alteridade em que se colocam, mas *barricadas simbólicas* contra a dominação inscrita na zona rural, em que desagrados e exclusões praticadas pela grande mídia acontecem de forma rotineira.

Seria de se esperar a mesma crítica articulada pelo grupo como um todo contra o jornal O Povo, por se tratar de uma empresa de comunicação poderosa, sediada na capital, e que possui capilaridade irregular no interior cearense, a despeito da tradição longeva de realizar coberturas nas diferentes regiões do Estado? As respostas dos depoentes, coletadas antes de começados os ciclos de leitura dos cadernos especiais, no entanto, apontaram para divergências quanto a isso. Dos dez participantes, sete afirmaram já terem lido ou tido algum tipo de contato com as produções do veículo. São estes: Fátima, Cícero, Francisca, Clemente, Rita, Josias e Benigna. No outro eixo, Antônio, Lurdes e Assis afirmaram apenas já terem ouvido falar do jornal, mas que não conseguiam falar sobre ele, como sinalizam os trechos das entrevistas abaixo:

> **Pesquisador:** *Você lembra de ter lido alguma coisa dele* [do jornal O Povo]*?*
> **Antônio:** *Não.*
> **Pesquisador:** *Se eu te perguntasse assim: "o que é o jornal O Povo", você saberia me dizer?*
> **Antônio:** *Não, saberia não.*
> **Pesquisador:** *Mas sabe que existe?*
> **Antônio:** *Já ouvi falar, sim. Mas dizer o que é, não.*

> **Pesquisador:** *A senhora já ouviu falar no jornal O Povo, de Fortaleza?*
> **Lurdes:** *Hum-hum. Já.*
> **Pesquisador:** *A senhora já leu alguma coisa?*
> **Lurdes:** *Do jornal, não. Só escuto falar, mas nunca li nada do jornal.*
> **Pesquisador:** *Do que a senhora escuta falar, é coisa boa ou coisa ruim?*
> **Lurdes:** *Bom, nunca tem uma notícia que eu fui achar boa. É notícia de morte, é notícia de tanta coisa. Agora mesmo, você abre a televisão, o povo morrendo afogado, as casas dentro d'água.* [...] *Nunca sai uma notícia que diga: "*[...] *vem um projeto, pra ele melhorar a situação do homem do campo*". [...] *Porque ele* [o camponês] *não é visto* [pela grande mídia].

> **Pesquisador:** *O senhor já ouviu falar no jornal O Povo, de Fortaleza?*
> **Assis:** *Já, já tenho ouvido falar.*
> **Pesquisador:** *O que o senhor acha do jornal O Povo?*
> **Assis:** *Assim, eu nunca assisti, né? Aqui, onde eu moro, as TVs não pegam esses canais de Fortaleza, canais locais. Aí eu nem sei me expressar com relação a isso, porque eu não assisto, nunca vi.*
> **Pesquisador:** *Com relação ao jornal impresso, o senhor já teve conhecimento?*
> **Assis:** *Não. Esse aí, eu nunca nem cheguei a pegar, não.*

Mesmo que O Povo seja conhecido por quase todos os pesquisados, as falas de Antônio, Lurdes e Assis não devem ser ignoradas, pois são indicativas das desigualdades existentes entre os contextos urbanos e rurais do Ceará, nas quais o jornal estruturalmente se inscreve. Ainda que não se trate de uma responsabilidade exclusiva do veículo, as declarações aguçam pensar nos efeitos que o deslocamento do periódico, promovido pela inacessibilidade sistematizada sobretudo nas áreas rurais remotas, como Santa Luzia, tem causado à população em termos de desinformação e proliferação de preconceitos – embora, no caso de Antônio, Riacho do Meio seja um local onde as experiências midiáticas e de pesquisa são comuns, o que torna estranho o fato dele desconhecer um veículo que se destacada pelas pautas regionais. De toda forma, as falas corroboram com a ideia da inclusão social ilusória a que O Povo, *visitante poderoso* no cenário rural, acaba praticando ao falar dos sujeitos do campo, porém não necessariamente a eles, como tensionado no quarto capítulo. Isso se agrava porque, dentre os sete participantes que tiveram contato com O Povo, somente três se mostraram previamente favoráveis ao jornal (Francisca, Josias e Benigna), enquanto quatro revelaram ter ou cultivar alguma ressalva contra esse, atribuindo a O Povo uma posição ou abordagem divergente da realidade camponesa.

Iniciando a análise pelos que se mostraram favoráveis ao jornal, tem-se Francisca, que teve acesso ao periódico e à revista de O Povo por meio do sindicato de Quixeramobim, onde atuou como mobilizadora social – um dado favorável à inserção do veículo no contexto sociopolítico local e que remete ao relato dos jornalistas pesquisados, quando discorreram sobre as ações de distribuição no interior do Estado, envolvendo entidades que serviam ou poderiam servir como fonte de informação às reportagens. Por esse contato, Francisca qualifica O Povo como "*muito informativo, com noticiários importantes*". Na mesma linha, Josias revelou o costume de utilizar matérias selecionadas do Facebook de O Povo em seu programa da rádio, o que também colabora com a presença do jornal no meio rural. Na opinião de Josias, O Povo "*tem coisas da grande mídia, sim, mas é um jornal bem regionalista*", qualificando-o como um "*jornal cultural*". Já a relação de Benigna se configurou de outra forma: um dos seus filhos trabalhou em O Povo e isso gerou nela uma memória afetiva. "*Foi o primeiro emprego dele, e era um jornal muito respeitado.* [...] *A gente comprava em toda banca. Iam deixar nas casas também*", afirmou, referindo-se ao período em que morou com parte da família em Fortaleza.

Assim, os depoimentos dos três pesquisados favoráveis ao periódico compactuam com a proposta de O Povo em integrar o cotidiano dos cearenses; suas respostas fazem refletir se a *fala social* (França, 1998) construída midiaticamente por O Povo estaria a encontrar ressonância nesses participantes, apesar de não serem assinantes nem leitores assíduos do veículo. Mesmo Josias, ao selecionar as matérias para compor seu noticiário, limitava-se ao conteúdo disponível

na rede virtual gratuita, não acessando as produções investigativas nem as edições impressas, que são pagas e não circulam em Independência na mesma logística que acontece em Fortaleza. Com isso, apesar de ser possível pensar nos três sujeitos e no entorno ao qual eles estão ligados, formado pelo sindicato de Quixeramobim e pela Rádio Comunitária de Independência, como atores e agentes suscetíveis às informações e representações do periódico, tal relação se mostra incompleta, não estando também descolada das assimetrias sociais.

O último agrupamento deste tópico é formado pelos quatro participantes que conhecem O Povo, mas que revelaram ter ou cultivar alguma ressalva contra o jornal. Inserida nesse eixo, Fátima, que além de já ter lido matérias do veículo, participa de cursos ofertados pela Fundação Demócrito Rocha (FDR)[43], instituição pertencente ao Grupo de Comunicação O Povo, afirmou:

> [...] *fui me apropriando um pouco das informações ou lendo uma coisa ou outra. Eu gosto. Acho que tem muita coisa interessante e muita coisa para a gente valorizar. Mas tem, sim, muitas coisas que a gente precisa ter um olhar crítico, reflexivo sobre* [isso]*, para entender melhor. Assim como as outras* [mídias]*, não só O Povo,* [...] *sejam elas impressas ou não.*

A ressalva de Fátima ao dizer que existem "*muitas coisas que a gente precisa ter um olhar crítico*" no jornal e em outras mídias, a despeito de consumir produtos e serviços de O Povo, é compreensível por seu engajamento político, que a faz desconfiar das instituições, como a imprensa, supostamente não inscritas na realidade em que ela convive. Além disso, a aparente contradição de seu relato pode ser compreendida com a aplicação do conceito de *apropriação*, termo ao qual a entrevistada fez menção no começo da fala. Como defendem Chartier (2003) e Certeau (2014), a apropriação não deve ser entendida como um ato de assimilação e obediência, pois envolve tensionamentos e negociações. Como estudado, na perspectiva desses autores, apropriar-se equivale a tomar posse de algo, como o texto, e intervir em sua significação, portanto, uma intervenção de ordem cultural, potencialmente transgressora e não autorizada, protagonizada pelo sujeito que a executa, no caso, pelo leitor. Recorrendo ao conceito, pode-se, então, interpretar que, quando Fátima se utiliza de informações e de cursos do Grupo O Povo, age mantendo uma postura consciente e seletiva sobre o que apreende para si. Não à toa, a depoente frisou a importância de empregar o olhar crítico sobre os conteúdos acessados, como forma de discriminar o que considera pertinente ou não ao seu consumo.

[43] No decorrer da pesquisa, descobriu-se que a biblioteca da EFA Dom Fragoso possui uma coleção de livros didáticos sobre o Semiárido brasileiro publicados pela Fundação Demócrito Rocha (FDR) em 2015, e que essa coleção integra as referências bibliográficas utilizadas em algumas disciplinas da escola. Favorável à inserção de O Povo no universo rural pesquisado, esse dado também pode ser interpretado como um reforço à apropriação negociada dos sujeitos, porque não anulou as críticas mobilizadas por eles ao periódico.

Em comportamento similar de desconfiança e apropriação está Clemente que, na época em que dirigia um programa na Rádio Comunitária de Independência, também tinha o costume de selecionar matérias das redes virtuais de O Povo para comentá-las. Contudo, em movimento diferente ao de Josias, que assumiu um discurso elogioso ao veículo desde o início da entrevista, Clemente mantinha a moderação, priorizando o distanciamento em relação ao jornal, apesar de fazer uso dele. Como pode ser lido no trecho a seguir, ele questionava se o periódico fazia jus ao nome, isto é, se estava direcionado ao povo ou se tomava proveito das situações regionais, exercendo seletividade e criticidade sobre as notícias que extraia e mediava ao público.

> *Confesso que li algumas vezes, quando ajudava no informativo da rádio comunitária. Buscava algumas fontes lá. O título, se é "O Povo", deve ser a cara do povo, né? Deve realmente trazer para a informação do povo. Não sei se o título faz jus à missão* [...]. *Mas talvez* [se] *diferencie de outros, do Diário* [do Nordeste]*, da Gazeta ou outro. Claro, cada um vai ter a sua linha editorial, mas não posso afirmar* [nada] *nesse sentido, está bom?* [...]. *Mas se você agora vai me apresentar* [o jornal O Povo]*, pode ser que, a partir de agora, eu tenha mais interesse nisso* [...].

Retomando o conceito de apropriação, essa ação, muitas vezes sutil, porém nada pacífica, também pode ser identificada na fala de Clemente, pois o entrevistado, ao mesmo tempo que se utilizava do conteúdo do jornal, sugeriu não fazer isso de modo ingênuo, mas consciente daquilo que consumia, mediando informações de maneira seletiva e tensionada aos ouvintes da rádio. Ao final, Clemente priorizava os seus interesses e perspectivas, submetendo as informações e as representações acessadas ao crivo das ordenações às quais compartilha em comunidade. Desse modo, mesmo que o depoente se utilizasse do jornal para "*trazer um pouco* [de conteúdo] *para a realidade* [camponesa]", esse gesto acontecia minado por disputas simbólicas que correspondem ao fenômeno da apropriação informacional.

Quanto às respostas formuladas por Cícero e Rita, observou-se indiferença e ceticismo em relação ao veículo. Cícero disse já ter ouvido falar de O Povo e que já leu, esporadicamente, "*uma notícia ou outra, muito rápida*" pela Internet, mas que nunca parou "*para pensar, refletir, sobre a existência do jornal, a intencionalidade do jornal*", manifestando desprendimento a respeito do periódico. Enquanto isso, Rita foi a participante que se colocou mais evidentemente contrária ao jornal, classificando-o como uma mídia dominante. Por suas palavras:

> *Olha, eu não sou muito voltada para esses jornais, não. Eu conheço o jornal O Povo* [...] *mais* [propriamente] *assim, quando a gente abre o Facebook, que vê as informações. Mas muitas vezes são informações que interessa a grupos. Não têm informações voltadas para a realidade* [camponesa]. *E eu não avalio muito... Assim, a minha avaliação é essa. Eu não tenho muito acesso a esses*

> *jornais* [...]. *Até porque eu não tenho tempo de ler ou não tenho muito interesse de ler. Meu maior interesse é ler jornais ou notícias de sites mais confiáveis, sabe? Para mim, eu tenho mais confiança nesses outros* [informativos] *mais voltados, ligados, aos movimentos sociais.*

Assim, Rita disparou contra O Povo a mesma crítica que empregara à grande mídia, possivelmente alimentada pelo engajamento político e pelo estado de desconhecimento sobre o todo do jornal presentes na região. O preconceito e o ceticismo manifestos em seu relato podem ser interpretados como mecanismos de defesa compartilhados pela depoente, porque confirmam convicções que circulam no contexto ao qual ela pertence e que dizem respeito à influência marxista desse universo rural. No entanto, apesar do posicionamento, em certa medida, radical de Rita, assim como das ressaltavas levantadas por Fátima, Clemente e Cícero e do descontentamento genericamente colocado por Lurdes, todos os dez camponeses aceitaram integrar a pesquisa, envolvendo-se na leitura da amostra dos cadernos especiais.

O que teria motivado essa interação, principalmente dos que se apresentaram mais hesitantes na entrevista preliminar, pode estar relacionado a pelo menos três fatores observados na empiria: a temática dos cadernos; o compromisso cultivado por cada um deles no dia a dia, em que muitos precisam lidar simultaneamente com afazeres de casa, do campo e demais obrigações; e um fator mais subjetivo, centrado no sentido que deram à participação em uma pesquisa científica. Em geral, percebeu-se que temas regionais, principalmente sobre o Semiárido, despertam o interesse dos camponeses, inclusive daqueles que afirmaram não gostar de ler, mas de conversar sobre o assunto (Antônio, Assis e Clemente). Quanto ao compromisso, trata-se de uma característica prezada por eles, desenvolvida tanto pela via moral, como pela aprendizagem cotidiana, intensificada na necessidade de conviver com as secas de maneira solidária e disciplinada. Sobre o fator subjetivo, alguns participantes externaram terem se sentido prestigiados com o convite do pesquisador, como ilustra o relato de Lurdes: "*Porque as pessoas idosas, elas se sentem deprimidas, se sentem isoladas, se sentem desvalorizadas.* [...] *Então, para mim, foi um prazer muito grande* [participar]. *Me senti valorizada*".

Motivados, então, os participantes se envolveram com todas as etapas da leitura provocada, e os sentidos produzidos por eles nos ciclos dessa estratégia estão analisados no próximo tópico. Vale salientar que nenhum dos componentes do grupo – mesmo os que tiveram ou mantêm algum tipo de contato com as produções do jornal – conhecia os cadernos especiais ou qualquer outra reportagem aprofundada de O Povo sobre o Semiárido cearense. Isso se mostrou relevante à pesquisa, apesar de não ter sido um fator decisório nos recrutamentos, como dito no capítulo metodológico, porque a não familiaridade dos entrevistados com os cadernos

acrescentou dados importantes à investigação, referentes ao estudo das representações sociais, das apropriações leitoras e dos reconhecimentos negociados com os cadernos.

5.2.1 Relações de sentido provocadas pelas leituras

Conduzidas pelas ordenações culturais dos camponeses, as ancoragens que cooperaram com a estruturação das representações articuladas pelos pesquisados sobre si, sobre o outro e sobre o meio em que vivem também incidiram nas leituras. Isso reforça o vínculo gregário do grupo, fruto de suas colocações em alteridade (Jodelet, 2005), e confirma o que Chartier (1999; 2001) considera sobre o comportamento social das práticas leitoras, em especial, sobre o que o autor nomeia como "comunidade de leitura" (Chartier, 2001, p. 32), estabelecida pelo horizonte comum que regula tais práticas e interfere nos sentidos apreendidos por essas. Chega-se a essa interpretação pelo modo como os sujeitos interagiram com a amostra dos cadernos, uma vez que, a despeito das leituras e das entrevistas decorrentes dessas terem sido administradas de maneira temporalmente espaçada e espacialmente isolada, a maioria dos participantes, espontânea e explicitamente, concebeu vínculos de coerência e complementação entre os cadernos, tendo como referência as influências contextuais que orientam as práticas de convivência com o Semiárido, como também aquelas atreladas aos preconceitos que circulam na região. Mesmo os entrevistados que realizaram uma forma de leitura mais particularizada, mobilizaram sentidos equivalentes ao comportamento social do grupo, fazendo ressaltar, perante as representações dos cadernos, a perspectiva de mundo deles, seus julgamentos morais e demais formas simbólicas compartilhadas na comunidade rural estudada.

Dito isso, Antônio, Clemente, Francisca, Josias, Fátima e Cícero foram os participantes que *estabeleceram relações explícitas* entre os cadernos especiais, afirmando-as nas entrevistas. Essas se assemelham a um enredo contextualizado de sentidos, como pode ser observado no trecho da fala de Antônio, referindo-se a *Documento BR* (2006), *Os quinzes* (2015a) e *A seca que matou os peixes* (2016), trabalhados no segundo encontro das leituras:

> [...] *todos esses três temas se interligam um com o outro, porque, com a questão das secas, as famílias mais carentes iam para as cidades em busca de um objetivo melhor e, muitas vezes, essas famílias não conseguiam esse objetivo e tinham que se prostituir* [...]. *Quando a gente vê que as famílias estão tendo uma melhor qualidade de vida, estão se alimentando melhor, não estão tendo esses prejuízos, as famílias vão entendendo que a gente não precisa sair para fora* [migrar]. *Não precisa, muitas vezes, se prostituir.* [...] *Porque a seca, a gente não acaba. Mas a gente pode ter tecnologias sociais voltadas para o campo, onde a gente possa produzir e consiga viver melhor.*

Percebe-se que a perspectiva concernente aos modos de convivência com o Semiárido não somente está inserida no relato de Antônio, mas assume peso em seu processo hermenêutico. Para ele, a *prostituição* – termo com que objetivou a violência e a exploração sexual sofridas pelas crianças e adolescentes do sexo feminino reportadas em *Documento BR* (2006) – seria uma consequência severa das evasões camponesas para as cidades, ocasionadas pela experiência de sujeitos que vivenciaram mais desafios do que bonanças no campo, principalmente nas épocas de seca. Por outro lado, a inscrição na cultura da convivência, que inclui o domínio das tecnologias sustentáveis, a sistemática dos quintais produtivos e, atrelada a isso, a consciência relacionada ao espaço em que vivem como um *bem comum*, capacitaria os camponeses à fixação local e ao desenvolvimento solidário em seus territórios, oferecendo bases preventivas à migração e às formas de violência, inclusive, a sexual. Para o participante e demais pesquisados, a fixação e o desenvolvimento acontecem investidos da estruturação familiar, em sua dimensão moral, e dos outros agentes formativos, como a religião, que integram a cultura da convivência, além das práticas e dos saberes tradicionais da região.

Antônio estendeu a lógica a *Os quinzes* (2015a), *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017), aplicando nesses o viés crítico disseminado no contexto rural. Para o entrevistado, a responsabilidade pelo desaparecimento das abelhas, relatado na matéria "Dar de beber às abelhas", em *Os quinzes* (2015a, p. 7), e pelo esvaziamento dos açudes e mortandade dos peixes, em *A seca que matou os peixes* (2016), não seria de ordem climática, como sugere a editoria, mas fruto de ações humanas, como: "*a privatização da água*", da terra e dos demais recursos feita por grandes fazendeiros; "*a questão do desmatamento* [...] *que vai ocasionando o desequilíbrio ambiental*" e prolongando as secas; e "*o uso de agrotóxico muito exacerbado nos rios*" e plantações, segundo afirmou. Dessa forma, nas apreensões simbólicas, o entrevistado se contrapôs à versão dos jornalistas de que os problemas noticiados seriam preferencialmente efeitos da grande estiagem, enfatizando a abordagem social também exposta nos cadernos, porém de modo menos presente do que a climática. Nas reflexões que fez por sua leitura, Antônio evidenciou lições referentes às práticas agroecológicas e de convivência com as quais ele se identifica, defendendo que: "*quando se tem esse preparo totalmente, essa consciência de preservação, a gente consegue conviver bem no Semiárido*".

Em *A premência pela água* (2017), Antônio realizou as mesmas inferências, submetendo a narrativa lida aos enredos ordenadores da cultura da convivência e evidenciando a abordagem social. Para ele, o caderno expôs uma contradição ao falar da necessidade de abastecimento de água na estiagem e revelar que a transposição beneficiará prioritariamente os fortalezenses – população vista por parte dos pesquisados como privilegiada e menos

necessitada desse tipo de intervenção, em relação às pessoas rurais. Outro problema observado pelo entrevistado em *A premência pela água* (2017) diz respeito às desigualdades presentes no Semiárido. Segundo Antônio, os pequenos agricultores padecem do acesso irregular aos reservatórios do governo e, como declarou, tecendo diálogos com *A seca que matou os peixes* (2016) para ilustrar o seu pensamento, ambos os cadernos assumem "*diversas interpretações*", pois a editoria "*vem com a perspectiva de mostrar que o Semiárido é um pouco seco*" e porque as "*águas do rio São Francisco não beneficiaram tanto a população, a classe mais pobre*", uma vez que "*tinha um senhor que ficava próximo ao rio e que não podia ter acesso à água* [referindo-se ao caderno *A seca que matou os peixes* (2016)]". Assim, pela tática leitora centrada em experiências e convicções contextualmente ancoradas, Antônio mobilizou a crítica social nos cadernos cujo tema é a seca e seus efeitos negativos, enquanto recorreu ao julgamento moral no caderno *Documento BR* (2006), que trata da violência sexual.

Clemente realizou um enredo de sentidos próximo ao de Antônio, relacionando os cadernos de forma complementar e com ancoragens semelhantes. Para ele, a amostra aponta para "*experiências bonitas*", que aludem ao "*esforço de tantas pessoas* [a fim de] *de buscar viver a sua dignidade humana*", referindo-se ao êxito e à necessidade da convivência com o Semiárido. A ligação articulada pelo entrevistado se dirige, pois, aos valores cultivados na comunidade, que mesclam posicionamentos morais, criticidade e práticas de subsistência, ressaltando o impacto social e ambiental das interferências humanas, caracterizadas por ele como positivas ou negativas, benéficas ou danosas, a depender do tipo de efeito sobre o campo e sobre as pessoas. Em *Os quinzes* (2015a), Clemente qualificou o conteúdo como ilustração de como os camponeses reinventam o cotidiano das secas, adaptando-se em prol da alteridade e estabelecendo uma fixação no campo respeitosa consigo, com o outro e com o meio, sendo essa uma intervenção positiva. Sobre *A seca que matou os peixes* (2016), na opinião de Clemente, trata-se de uma realidade radical, decorrente de práticas que agridem o meio e comprometem a sustentabilidade das famílias, com ausência de tecnologias sociais que poderiam reverter a situação, criticando também a construção dos açudes feita pelo Estado, que seriam usados para ampliar o poder de quem já o detém. Conforme refletiu em sua resposta:

> *Sabemos que a água é o bem comum para toda a humanidade, é fonte de vida. Mas a construção dos grandes reservatórios* [...]*, ela realmente está com o objetivo de ser um instrumento de vida, ser um instrumento acessível a todos? Ou ela está a serviço das grandes empresas, das grandes indústrias?* [...] *Alguém até dizia, em tempos anteriores, que em vez de se construir barragens grandes demais,* [...] *poderia estar investindo em pequenas obras, que pudessem beneficiar mais pessoas.* [...] *Como a gente vai respondendo isso? É perceber que o pequeno também faz a diferença.*

Desse modo, Clemente ancorou os sentidos na maneira como as famílias camponesas, sua produção e território, podem ser beneficiadas ou prejudicadas segundo as escolhas feitas por elas, convergentes ou não às formas, normas e valores locais. Na abordagem, assim como fez Antônio, o entrevistado associou problemas climáticos, processos migratórios, violência e crises psicossociais e identitárias às consequências sofridas por quem não domina ou age à revelia das práticas de convivência socialmente inscritas. Como afirmou: "[...] *isso eu acho que vai ocasionando as pessoas a sofrerem um pouco, nesse sentido da sua própria identidade, da sua sobrevivência* [...]. *São as linhas de pensamento, a meu ver, de pessoas que têm que migrar* [...] *na busca de sobrevivência e* [...] *sustentabilidade*.

Ao ser provocado a refletir especificamente sobre a violência reportada em *Documento BR* (2006), tendo em vista que, no começo da entrevista, ele pouco havia falado sobre o caderno, Clemente destacou os locais indicados nas reportagens onde os abusos e agenciamentos teriam acontecido – bares, postos de gasolina, estacionamentos, entornos de repartição pública e de delegacia – e inseriu a mineradora, instalada há alguns anos em Independência, como provável ponto de exploração de menores e cenário de outras práticas ilegais, como o tráfico de drogas. A presença da mineradora é contestada pela comunidade rural, que a caracteriza como um empreendimento invasor, gerador de poluição e desapropriações. Ao citá-la, Clemente reforçou a crítica, associando a mineradora aos projetos que, assim como os grandes reservatórios do Estado, produzem mais malefícios do que benefícios à região.

Na continuidade de sua declaração, ao tratar das supostas causas da exploração sexual, Clemente fez inquirições, buscando se referir à complexidade vivenciada pelas vítimas, mas sem renunciar aos modelos de família e de vida no campo, caracterizando o problema como resultado de assimetrias contextuais e, ao mesmo tempo, como fruto de escolhas individuais, reforçando discriminações inscritas na região que objetivam, principalmente, mulheres. Como se observa abaixo, ao introduzir a perspectiva moral em uma problemática social, Clemente responsabilizou as menores, vinculando-as à promiscuidade e à ruptura de um padrão familiar, promovendo estigma e exclusão ao invés de mobilizar o senso da inclusão social.

> *Não sei se fala das minerações* [no caderno]*, mas ali também há essa probabilidade de se começar ou acontecer a questão da prostituição. Porque são pessoas vindas de lugares diferentes, pessoas passageiras e que ali estão buscando o quê?* [...] *Não somente a prostituição em si, mas também do uso do entorpecente,* [...] *outras coisas mais. Então assim, aquele que é lugar de passagem,* [para] *muitos de descanso, se torna um lugar de exploração e destruição de famílias.* [...] *Eu não teria uma resposta certa para isso* [sobre o problema envolvendo as menores]*, mas algumas interrogações. Seria a questão do consumismo? Se eu não tenho condição, busco alternativas para adquirir algo que eu creio que me faz bem e, para isso, tudo vale, até vender*

> *meu corpo? Seria a questão, hoje, de tudo levar para a erotização?* [...] *Uma vez, eu acompanhei uma família, em que a mãe dizia o seguinte: "para eu alimentar meus filhos, eu tive que me vender. Não é porque eu queira, é por necessidade". Isso é uma realidade. Outra realidade é ter alguém, que faz disso a sua sobrevivência, não buscar alternativas.*

Em *A premência pela água* (2017), a perspectiva centrada no aspecto social e punitivo das realizações humanas não autorizadas também direcionou a leitura de Clemente. Para ele, o Cinturão das Águas, cuja situação de atraso foi reportada no caderno, seria uma evidência dessa intervenção ruim, pois o curso natural do rio estava sendo redirecionado pelo poder do Estado. Em sua apreensão, Clemente afirmou que, na transposição, a água não estaria "*fazendo o seu próprio contorno, mas a intervenção humana vai fazendo com que ela se desviasse de um lado para o outro*", interferindo "*na história local,* [...] *na história dos ancestrais, na cultura local*". Dessa forma, o caderno "*apresenta toda essa vantagem da intervenção humana para a questão do cuidado com a vida, mas, ao mesmo tempo, quando você faz isso, nós estamos de certa forma transformando o que é natural*", transgredindo a "*missão*" do rio São Francisco – seu curso original – e afetando as comunidades do entorno. Ainda para Clemente, inesperadamente, as obras dos canais teriam produzido alguns benefícios que, na opinião dele, estavam reportados nas páginas finais do caderno: a descoberta de um cemitério clandestino e de artefatos arqueológicos e geológicos no meio das escavações, atestando o valor daquela região. Para o participante, isso mostra como a cultura local desafia as intervenções invasoras, "*porque a história não permite você passar por ali* [com a transposição do rio]".

A crítica social mesclada aos juízos morais também esteve presente nas relações de Francisca, que conectou e classificou os cadernos como realidades comuns a ela. De acordo com a entrevistada, a amostra medeia "*situações tristes, por causa que* [...] *você vê as suas águas se acabando, você vê jovens sendo exploradas.* [...] *E assim, ele* [o jornal] *não foi procurar em outro canto. Foi procurar em regiões que a gente conhece*". Nas leituras, ela inferiu informações que dialogam com convicções locais sobre estrutura familiar, permanência local sustentável, modo de vida simples e solidário e, em especial, a representação da mulher camponesa, designada como uma pessoa corajosa e batalhadora. Com isso, *Os quinzes* (2015a) foi atrelado por Francisca às formas de convivência com o Semiárido, reforçando a ideia de que "*a gente deve procurar meios para a nossa sobrevivência, tanto para a gente, quanto para os nossos animais*", como afirmou. Em *A seca que matou os peixes* (2016), a depoente ressaltou a importância da produção diversificada para fins de subsistência, pois, para ela, os personagens do caderno padeceram porque dependiam apenas da atividade pesqueira interrompida pela seca.

Além disso, *A seca que matou os peixes* (2016) evocou a consciência ecológica da participante, levando-a a ponderar sobre as adversidades reportadas, citando como causas o "*agricultor que coloca o seu agrotóxico na plantação, que corre para dentro do rio* [...] [e] *que leva tudo isso para dentro do açude*", contaminando mananciais e matando cardumes; e o "*desmatamento que acontece nas ribanceiras do açude*", afetando a mata ciliar, que é "*a reserva legal da represa de um açude*", como definiu. Ou seja, são relações que dialogam com as respostas de Antônio e Clemente e que estão legitimadas pelo contexto cultural pesquisado. Quanto a *Documento BR* (2006), manifestou-se mais uma vez o aspecto moral assentado nos núcleos familiar e religioso: Francisca caracterizou a violência sexual como uma situação que começa em casa, envolvendo abusos, falta de diálogo, desobediência a princípios e apego material. Isso culminaria na evasão aos centros urbanos e na opção pela prostituição, encarada como um modo extremo de sobrevivência, colocando as vítimas como, em parte, causadoras do problema. Nas palavras de Francisca:

> *O motivo, a gente acha que é por causa que não tem uma boa convivência com a família, que quer sair de casa muito cedo* [...]. *Eu sou mãe, eu tenho um filho. Eu não cheguei a ter uma filha mulher, mas assim, você pegar e vender a sua própria filha por causa de dinheiro, para ter uma vida, talvez, mais favorável?* [...] *Essas pessoas não tiveram infância,* [...] *crianças que teve a exploração sexual mesmo dentro de casa* [...]. *Então, pessoas que sai de casa sem nenhuma perspectiva de vida* [...] *e acha que, indo para a cidade, vai ter uma vida melhor. Mas aí, quando chega lá, a perspectiva é outra,* [...] *vai sair para a prostituição, porque acha que é um dinheiro que vai vir... Não é fácil.* [...] *Não sei se é por falta de diálogo com a mãe, vergonha de contar alguma coisa.* [...] *Viver numa família humilde e não ter, talvez, o que queira.*

Os aspectos sociais que aludem à crítica e que não estão tão ligados ao julgamento moral foram retomados por Francisca em *A premência pela água* (2017). Por exemplo, o que mais chamou a sua atenção foi a reportagem "Cruzes no caminho", em *A premência pela água* (2017, p. 7), que aborda o cemitério clandestino encontrado nas escavações, além das fotografias de trabalhadores utilizadas em algumas matérias. Sobre a reportagem que narra a descoberta do cemitério e a consequente paralização das obras, essa também foi tomada por Francisca como prova dos efeitos danosos causados pela interferência humana, servindo, ao mesmo tempo, como atestado da capacidade do território e da história local de desafiarem as intervenções. Porém, ao contrário de Clemente, que relacionou a transposição apenas de maneira negativa, Francisca se mostrou partidária ao Cinturão das Águas, qualificando-o como um projeto que, ao fim, ajudará muitos camponeses, ressaltando "*a importância que vai fazer para aquelas pessoas* [...] *que estão necessitando da água por onde o Cinturão vai passando*". Sobre as

fotografias dos trabalhadores, Francisca fez menção às condições exaustivas de trabalho desses sujeitos, sem deixar de enaltecer a obra, sua estrutura e finalidade, compreendendo o caderno de forma humanizada, a despeito da estética "fria" adotada pela editoria nesse material.

Semelhantemente ao de Francisca, o enredo simbólico feito por Josias entre os cadernos teve por base uma sensação de familiaridade com os temas ancorada em memórias da infância, época em que morou no assentamento Floresta. As recordações produziram nele impactos, nomeados pelo próprio depoente como um "*turbilhão de emoções*". Em *Documento BR* (2006), os sentimentos que emergiram da leitura foram de perplexidade e tristeza, porque o caderno lhe fez lembrar de uma tentativa de estupro que sofreu quando criança. Em *A seca que matou os peixes* (2016), rememorou as dificuldades vivenciadas nos períodos de seca; e em *Os quinzes* (2015a), sentiu-se feliz por interagir com as histórias de superação publicadas no caderno, dentre as quais uma que remeteu à sua mãe: a reportagem sobre Maria Alves, "doceira dos Inhamuns", conforme *Os quinzes* (2015a, p. 8), que sustentava financeiramente a família com uma produção caseira de alimentos. Para o entrevistado:

> [...] *eles* [os cadernos] *têm algo semelhante.* [...] *Porque teve uma seca que eu já vivi, que foi de cinco anos* [...]*, a gente conseguiu driblar essa seca fazendo poços profundos. É como a história dos documentos* [cadernos]. [...] *Teve alguns* [camponeses], *que eu conheci na minha época, que também saíram daqui e foram morar fora* [...]. *Um açude muito grande, o nosso açude lá, ele secou e matou todos os peixes* [...]*, algo que também tinha no documento.* [...] *Já "Os quinzes", mesmo na seca, algo que me chamou muita atenção foi as cores que traziam ali* [...]*, porque, em meio às secas,* [...] *é que eles* [os personagens do caderno] *conseguiram driblar a dificuldade e transformar aquilo num meio de sobrevivência. Tem uma senhora que me deixou muito... Eu fiquei muito feliz ao ler a história dela,* [...] *porque ela criou todos os filhos com a labuta dela de fazer bolo, fazer doce* [a citada "doceira dos Inhamuns"]. *Então, foi muito interessante, esse "Os quinzes".*

Ainda sobre *Os quinzes* (2015a), a sensação de familiaridade de Josias também se deve ao fato dele conhecer a obra de Raquel de Queiroz, à qual a editoria fez referência no caderno. Como o romance está marcado pela ótica do sofrimento, o entrevistado esperava que o caderno reproduzisse caracterizações negativas sobre o Semiárido – expectativa frustrada ao se deparar com as representações positivas do núcleo do jornal, que lhe causaram estranheza convertida em familiaridade no decorrer da leitura. Com isso, o horizonte de expectativas projetado pela editoria interagiu com a subjetividade de Josias, como indica o trecho de sua declaração: "[...] *eu tive a percepção que eu iria ler as secas que tinham acontecido, mas, de um modo geral, como eu falei, foi o que aconteceu: as pessoas, elas conseguiram tirar da dificuldade uma beleza*". Como a ação de transformar estranheza em familiaridade resulta dos artifícios

socialmente representacionais, que são a ancoragem e a objetivação, nesse caso, os mecanismos englobaram a experiência estética de Josias que, subsidiada por suas memórias, possibilitaram-lhe a familiarização com o caderno e a atualização do horizonte sugerido pela editoria, em um movimento de leitura conflitante com o imaginário hegemônico da seca e do romance.

Na fruição protagonizada por Josias, é interessante perceber que a materialidade de *Os quinzes* (2015a) exerceu impacto informacional de maneira contundente. Como destacado pelo entrevistado, as cores do projeto gráfico fizeram-no pensar na superação da "*dificuldade e* [na capacidade de] *transformar aquilo* [a produção] *num meio de sobrevivência*". Noutro momento, afirmou que os personagens reportados "*tiveram que ali* [na estiagem] *pintar aquela seca, deixar ela bem bonita, para poder eles conseguirem sobreviver*", atrelando a estética de *Os quinzes* (2015a), composta por uma estampa floreada alusiva à *chita*, tecido popular entre os camponeses, à perspectiva de sua convivência local. Desse modo, Josias fez inferências nas representações do caderno que, no lugar de evocar episódios conturbados de seu passado, como aconteceu com *Documento BR* (2006) e *A seca que matou os peixes* (2016), ou de mantê-lo refém do imaginário negativo da seca, materializado na obra de Rachel de Queiroz, levou-o a uma experiência leitora emancipada, a uma apropriação "*mais colorida*", "*que chama atenção para uma vida nova*" e que não exclui "*a imagem da sertaneja*", vinculada à mãe.

Sobre *A premência pela água* (2017), inicialmente, o entrevistado atribuiu ao caderno a estética da construção dos canais, confirmando a estratégia da equipe do jornal em concebê-lo de forma impessoal em relação aos demais itens da amostra. Contudo, no caminhar da leitura, ele afirmou ter se lembrado do tempo em que acompanhava a construção das cisternas de seu assentamento, realizando um movimento de apreensão semelhante ao dos três primeiros cadernos, cujos sentidos foram ancorados e objetivados por suas memórias pessoais. Com isso, Josias pôde humanizar o conteúdo de *A premência pela água* (2017), emancipando novamente a sua leitura e flexibilizando a estética e as informações do caderno, comparando o assunto ligado à urgência na finalização do Cinturão das Águas pelo governo com a finalidade das cisternas de seu assentamento, instaladas para o benefício da população. Ao projetar esse significado, Josias também ressaltou o caráter representacional e informacional das fotografias do caderno em conjunto com a composição textual das reportagens. Como relatou:

> [...] *naqueles outros três cadernos, eles mostravam a realidade do povo, a realidade do que eles estavam passando.* [...] *E aqui já é completamente diferente. É uma construção que eles mostram, é um caminho.* [...] *E, também, algo que me chamou atenção, é que eu notei que eu já participei de uma... Olhando a construção de cisternas no meu interior, é parecido. Por quê? Aqui* [no caderno] *era para a água passar, para a água ir para algum local, e lá,*

> *no meu interior, não. Era para captar a água. Mas não deixavam de ser abastecimentos de água para as pessoas, para o consumo humano.* [...] *Eu não foco 100% na imagem; é mais no conteúdo* [textual]. *Mas a imagem, ela dá um sentido para o texto, dá uma compreensão melhor para a gente imaginar.* [...] *Porque mesmo que você não esteja no local, pelas imagens, você começa a compreender a realidade do que estava lá acontecendo.*

Para encerrar o eixo dos participantes que estabeleceram vínculos entre os cadernos, afirmando-os nas entrevistas, tem-se as leituras efetivadas por Fátima e Cícero. Para Fátima, os temas tratados na amostra se complementam devido à abordagem social exercida pela editoria, que provocou na entrevistada reflexões sobre a experiência camponesa na qual ela se insere. O posicionamento crítico que Fátima costuma ter contra o poder público, no que diz respeito à negligência de governantes e à ineficiência de projetos e de políticas do Estado, foi fomentado pelas leituras, sustentando o enredo simbólico entre os materiais. Como a participante afirmou, os três primeiros cadernos "*têm algo muito em comum, que é justamente a ausência das políticas públicas de intervenção, para que a gente possa realmente garantir direitos para as mulheres, para os pescadores e pescadoras, para os camponeses e camponesas*". Quanto ao quarto caderno, esse foi conectado pela entrevistada com o tema de *A seca que matou os peixes* (2016), fazendo-a pensar novamente sobre os problemas vivenciados no campo, como a falta de água gerada por intervenções danosas ao meio e às famílias dos camponeses.

De modo específico, *Documento BR* (2006) evocou o engajamento de Fátima em prol das pessoas socialmente excluídas, no caso, das vítimas da violência sexual. Diferentemente de Antônio, Clemente e Francisca, a sua interação com o caderno não se mostrou influenciada por discriminações de cunho moral, mantendo as apreensões na esfera da dignidade dos sujeitos pelo uso da crítica social. Pelo menos em parte, isso se deve à atuação dela como educadora na EFA Dom Fragoso, que a coloca como ativa no processo formativo da cultura da convivência local, juntamente com seu currículo acadêmico, que a condiciona a uma forma de pensar não restrita aos preconceitos do senso comum, e com seu posicionamento político, que a inibe de classificar as vítimas como coautoras do problema. Conforme Fátima expôs: "[...] *várias questões ficaram passando pela minha cabeça no decorrer da leitura* [...]. *Perceber a desigualdade social que empurra essas mulheres para esse meio.* [...] *Quem fortalece é justamente quem deveria defender,* [...] *e fazer com que isso não acontecesse*".

Sobre *Os quinzes* (2015a), *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017), Fátima os relacionou como fizera no caderno anterior, priorizando a abordagem social. Em *Os quinzes* (2015a), ela ressaltou a instância da convivência local e das tecnologias sociais, vinculando o caderno às formas de pensar o Semiárido como espaço produtivo e que contraria

os estigmas de seca e miséria. Sobre *A seca que matou os peixes* (2016), ela tensionou as situações expressas no caderno, considerando o esvaziamento dos reservatórios e a mortandade dos peixes de maneira não limitada ao fator climático, mas como consequência da ação humana danosa, que torna os cenários desfavoráveis à produtividade e à permanência camponesa. Ancoragens semelhantes foram mobilizadas em *A premência pela água* (2017), reascendendo em Fátima o debate sobre a transposição do rio São Francisco. De sua leitura, emergiram tópicos contrários à obra, mas não ao jornal, e, em meio às críticas, a entrevistada ponderou sobre os aspectos positivos que a construção teria possibilitado e que foram reportados no caderno: a descoberta do cemitério e dos artefatos, tal como Clemente havia frisado.

Ao mesmo tempo em que especulava sobre as ações e as intenções, postas como duvidosas, dos agentes públicos envolvidos no projeto do Cinturão das Águas, Fátima interpretou os achados das escavações como insumos favoráveis a pesquisas que contribuirão com a região, encarnando um novo jeito de representar o triunfo local imaginado por Clemente. As imagens dos trabalhadores nos canais da transposição também despertaram a sua atenção, fazendo-a refletir sobre as condições de trabalho desses sujeitos. Como relatou:

> *É uma temática que eu fazia um tempo que eu não lia sobre. Na verdade, eu li muito na época que estava começando,* [...] *em 2007, 2008* [...]. *Na época, eu trabalhava na Cáritas Diocesana* [organização mantida pela Igreja católica em apoio aos camponeses]*, e a gente trabalhava justamente com as populações mais carentes, e a gente fazia muito essa discussão* [...]*. Mas eu não tinha lido, assim, com esse olhar do resultado em si* [...] *muito desse olhar de o quanto aquilo foi grandioso, minucioso. E fico refletindo nas condições de trabalho. Quando o texto aborda essa dificuldade* [...] *do repasse* [financeiro] *em si* [...]*, fico pensando no descaso que é com relação a isso.* [...] *E aí uma outra coisa que eu fiquei pensando: como se pensa uma obra desse tamanho, com uma urgência que eles trazem nas falas,* [...] *e não se analisa melhor a trajetória dessa obra?* [...] *Eu fiquei refletindo sobre isso: esse estudo* [para o projeto do Cinturão] *não foi feito, esse estudo foi malfeito ou esse estudo foi intencional de alguma forma, para contribuir com alguém, porque como é que alguém faz um estudo e não percebe e não descobre, nesse percurso, as implicações que iam acontecer?* [...] *Houve algumas coisas positivas nesse sentido de* [...] *tornar público aquilo que estava escondido ali, naquele percurso.* [...] *Essa cultura, esses povos vão ser preservados, enfim.* [...] *Vira, então, patrimônio histórico, cultural, esse resgate.*

Quanto a Cícero, que também atua como educador na EFA Dom Fragoso e possui formação universitária, ele mobilizou uma forma de leitura semelhante à de Fátima, ressaltando a lógica da convivência no campo e seu enfoque social. Em *Documento BR* (2006), realçou o envolvimento de autoridades, principalmente policiais, nos casos de exploração, criticando "*a falta de assistência do poder público*" com as vítimas. Em *Os quinzes* (2015a), abordou a

importância das experiências exitosas no Semiárido e interpretou a mecanização do campo, citada em algumas matérias, como maneira de "*melhorar também a produtividade*", sem anular os saberes tradicionais, mas complementando-os. Sobre *A seca que matou os peixes* (2016), frisou os aspectos socioeconômicos narrados nas matérias e vinculou esse caderno a *Os quinzes* (2015a), observando a "*questão das novas descobertas, das novas potencialidades*" com as quais "*os pescadores, ao ficarem sem a possibilidade de terem peixe, foram descobrindo*". Essas "*novas potencialidades*" aparecem em *A seca que matou os peixes* (2016) por meio de trechos de histórias sobre sujeitos ligados à piscicultura que, prejudicados, adaptaram-se para sobreviverem em seus territórios. Um desses personagens se chama Antônio Neto, proprietário de uma fábrica de gelo, que, com a queda da atividade pesqueira, direcionou um de seus caminhões ao serviço de frete comum em Orós, município do Centro-Sul cearense, onde reside.

Para Cícero, as adaptações pessoais para a subsistência, reportadas em *A seca que matou os peixes* (2016), equivalem à lógica da produção agrícola diversificada, tratada em *Os quinzes* (2015a) e preconizada nas estratégias culturais da convivência com o Semiárido. Já em *A premência pela água* (2017), Cícero ponderou sobre os aspectos positivos e negativos da transposição, citando os pontos que lhe inquietaram, que foram: a recorrente escassez de água no Ceará; os escassos recursos financeiros do governo destinados ao projeto; a forçosa desapropriação das famílias moradoras do entorno da obra; e as acidentais descobertas causadas pela escavação. Desses tópicos, Cícero se deteve no problema da desapropriação que, segundo ele, seria o mais grave, porque remete a "*todo o histórico das famílias com aquele espaço*" e à exigência de "*ter que sair* [sem ser] *da sua vontade*", confrontadas pela necessidade "*da água chegar a muitos lugares para abastecer uma população e amenizar muita coisa para as pessoas*". Assim, ao apreender da amostra aquilo que lhe afetou e motivou, por se relacionar ao seu cotidiano, as apropriações de Cícero se coadunam com as influências de seu contexto e com o potencial emancipatório dos gestos de leitura, reforçando a sua inscrição comunitária e o seu protagonismo de sujeito mobilizador das representações sociais, mesmo tendo havido variações de ancoragem, como observado com os outros participantes analisados nesse bloco.

Sobre o eixo dos sujeitos que *não explicitaram conexões simbólicas* entre os cadernos (Lurdes, Assis, Benigna e Rita), como dito no início da seção, esses também ressaltaram as suas perspectivas de mundo nas matérias, fazendo com que as apreensões se comportassem na forma de tensionamentos não necessariamente contra o jornal, mas contra as realidades mediadas, principalmente em *Documento BR* (2006) e *A premência pela água* (2017). A despeito de estarem organizadas à parte, são relações que se encontram igualmente condicionadas pelas ordenações do contexto estudado, repetindo alguns posicionamentos e se diferenciando das

leituras anteriores quanto à ausência de vínculo afirmado pelos participantes entre os cadernos – o chamado *enredo de sentidos*, que é uma relação significante, de natureza contextual, revelada nas entrevistas. Nesse subgrupo, também foram observadas leituras particularizadas, com desvios interpretativos em relação às prescrições editoriais e às ordenações culturais, assumindo uma faceta socialmente improvável ou não autorizada de produção de sentido.

Assim, iniciando o segundo eixo, tem-se Lurdes, que se incomodou com *Documento BR* (2006) pelas questões suscitadas nela, ligadas às condições das vítimas, fazendo-a confrontar suas crenças de mundo com a realidade reportada. A leitura a fez indagar a razão pela qual os jornalistas teriam apontado o problema sem apresentar solução, pois, para ela, tal postura promoveria a situação no lugar de combatê-la. Ao expor a sua opinião sobre o tema, a participante julgou as vítimas tal como Antônio, Clemente e Francisca fizeram, realçando princípios morais em detrimento da complexidade social. Para Lurdes, a mais idosa do grupo e sob influência de convicções mais tradicionais de sua cultura:

> *Aquele jornal, daquela exploração, aquilo chama muito a atenção da gente. Tem muita pergunta sem interrogação* [*sic*]. [...] *Não gostei de nada.* [...] *Assim, porque é uma exploração, e as pessoas* [jornalistas e autoridades locais] *sabem os pontos, onde funciona, e não tem um jeito para... Não fazem nada por isto aí.* [...] *Porque não sei o que leva estas jovens a fazerem isto, se é a pobreza, o que é.* [...] *E nunca, no meu tempo, não tinha estas coisas. Todo mundo vivia do jeito que podia. Se tinha o que comer, comia, se não tinha, não comia* [...]. *Eu me pergunto o que é que leva hoje a juventude a se desgarrar da família para viver numa vida desta.* [...] *Não é a pobreza que faz isso. Porque eu vivi a pobreza, ainda hoje vivo, e vivo tão bem.*

Lurdes também achou difícil a leitura de *A premência pela água* (2017), principalmente devido à linguagem do caderno não ser familiar a ela. Na perspectiva dela, se um projeto como o Cinturão das Águas serve para melhorar a vida do agricultor familiar, a sua conclusão deveria ser priorizada pelo Estado, desse modo, a lentidão da obra seria um indício de que o poder público não teria interesse no beneficiamento ou que esse seria ilusório, como conjecturado por Fátima. "*Tive dificuldade de entender, porque* [...] *quando é para amenizar uma* [situação ruim] *que vai acontecer ou que esteja acontecendo* [no campo]*, aí há lentidão do projeto*", afirmou, criticando as ações do governo. Ao completar a resposta, Lurdes aludiu à não familiaridade com a linguagem e a estrutura do caderno, o que teria resultado em uma aparente confusão na hora de interpretá-lo: "*A dificuldade foi só de compreender bem como é que funciona* [no caderno]*. Como que a falta de recurso, não sei o que... O porquê disto aí* [que foi publicado]".

Revelada por aparentes equívocos de leitura, a confusão interpretativa foi observada em Lurdes em dois momentos. Primeiro, quando ela mencionou a reportagem sobre o cemitério

cujo achado paralisou as obras do Cinturão por dois anos, porque os mortos não puderam ser completamente identificados pela perícia, impedindo o traslado dos corpos e forçando um desvio no projeto. Lurdes estranhou a presença dessa informação no caderno que, a princípio, falava "*em beneficiar a necessidade das águas onde não pega* [beneficiar locais com falta de água]", como sintetizou. Assim, a matéria foi compreendida pela participante como sendo de pessoas que morreram sem possuírem documento de identificação, como se percebe no relato dela: "*Passam por cemitério clandestino, pessoas sepultadas sem documento.* [...] *E hoje em dia,* [...] *as pessoas ainda viverem sem existir? Porque quem não tem documento, não existe!*". O segundo exemplo se deu na reportagem sobre as descobertas arqueológicas, em que, como externou: "Se *descobre aquele material* [...] *com tantos mil anos* [...]*. Por que aqueles milhões de anos, aquelas coisas assim? Foi uma coisa muito burocrática para mim, sabe?*", aludindo, como colocado, à não familiaridade com a linguagem e com a estrutura do caderno.

Mesmo que os equívocos de Lurdes tenham origem em fatores não restritos à falta de familiaridade com as reportagens, como os problemas comumente atribuídos à idade avançada, esses equívocos não devem ser ignorados, pois aludem a modos improváveis ou não autorizados de leitura prezados na tese, que fogem das expectativas traçadas editorialmente, nas ações de codificar *leituras implícitas* (Chartier, 1996), e que subvertem a pretensa literalidade do texto e seu padrão normativo, em que a dominação e a disciplina estão hegemonicamente representadas (Certeau, 2014). Portanto, tais equívocos não anulam ou desabonam a experiência da depoente, mas fornecem dados relevantes à pesquisa, ligados aos conceitos de leitura e de apropriação trabalhados, como também reforçam o que já foi dito sobre o estudo priorizar pessoas que, na simplicidade, conseguem desarticular direcionamentos simbólicos, e não seres idealizados.

Dessa maneira, Lurdes contornou suas possíveis limitações ancorando e objetivando as apreensões de sentido no modelo de mundo compartilhado pela comunidade rural, tal como os demais fizeram. Isso a levou a questionar o motivo dos atrasos, como exposto há pouco, e a evocar a mentalidade ecológica, que é cultural e política, ao perceber que, pela dimensão e profundidade dos canais, teria havido um grande impacto ambiental na região: "[...] *uma coisa também que me chamou a atenção foi que, onde passa este projeto, deve ter tido uma desmatação* [*sic*]*, uma destruição grande de matas*". Imbuída desse viés, Lurdes estendeu a crítica aos grandes açudes, classificando-os como intervenções humanas danosas ao meio.

Os dois cadernos restantes foram lidos por Lurdes com relativa tranquilidade, talvez por mediarem temáticas próximas ao cotidiano dela, das quais foram apreendidas lições alicerçadas em convicções e memórias. Em *Os quinzes* (2015a, p. 3), na reportagem "Os reis da palma", que conta a história de Daldécio Rocha, produtor de palma – um tipo de cacto utilizado na

alimentação dos rebanhos durante a estiagem – no município de Madalena, próximo a Independência, Lurdes afirmou que os camponeses não deveriam renunciar aos seus direitos nem às suas propriedades, mas conservá-los na convivência com a seca, do mesmo modo que não deveriam aguardar passivos pela estação chuvosa, mas que articulassem meios de subsidiar a produção, tomando como exemplo o personagem do caderno, "*que quase que vendeu a propriedade e, hoje, é um grande produtor de alimento para os animais*", como relatou.

Mantendo a abordagem, Lurdes citou outros personagens: Luiz Nogueira, arrendador de terras em Jaguaribara, município localizado no Vale do Jaguaribe, onde está situado o açude Castanhão, que aperfeiçoou uma máquina de colher mandioca, descrito na reportagem "Reinventar a lida" de *Os quinzes* (2015a, p. 4); e Luiz Quirino, produtor de leite por ordenha mecânica em Quixeramobim, Sertão Central, mencionado na matéria "Mudar o sertão arcaico" de *Os quinzes* (2015a, p. 10). No dizer de Lurdes, as histórias dessas pessoas mostram como "*a indústria* [isto é, a mecanização dos processos agrícolas] *vai ajudando* [no Semiárido]", apesar das "*coisas negativas*" que isso pode gerar no campo e nos camponeses, como quando a mecanização serve ao interesse dos poderosos ligados ao agronegócio.

Com relação ao *A seca que matou os peixes* (2016), a entrevistada refletiu sobre os impactos sociais e ambientais da construção do Castanhão, mobilizando o pensamento crítico e ecológico de sua comunidade. Atualmente, o Castanhão é o maior açude cearense, sediado em Jaguaribara, que teve parte de seu território desapropriado para dar lugar à represa. Foi um dos reservatórios mais prejudicados na estiagem de 2012 a 2018, como informado no caderno, o que chamou a atenção de Lurdes, estimulando o seu julgamento. Como visto, os grandes projetos executados pelo Estado com vista a transpor ou a represar a água no Semiárido são avaliados por parte dos camponeses como enganosos, porque seriam causadores de danos ambientais e sociais diversos, prejudicando recursos naturais e aumentando desigualdades. Na resposta de Lurdes transcrita abaixo, veio à tona esse posicionamento, fazendo-a questionar, inclusive, se o principal agente gerador dos problemas reportados seria mesmo a seca, como direciona a editoria, ou a ação humana, como credita em peso a comunidade. Vale ressaltar que os jornalistas relacionaram nas reportagens finais desse caderno outros possíveis fatores responsáveis pelo esvaziamento das represas e pela morte dos peixes, como a poluição que, dentre outras consequências, desregula os níveis de oxigênio das águas e gera baixa nos cardumes, indo ao encontro da perspectiva dos camponeses.

> *Não sei se você sabe desta história, que houve protesto para* [barrar] *a construção do Castanhão. E a gente vê que o Castanhão pode ter dado muito lucro* [...]*, mas ele deu muito prejuízo também. As terras que ele acabou. O*

> *que é que ele não matou?* [...] *Aí eu me pergunto assim: será que valeu a pena? Eu sei que deu* [para ajudar] *muitas vidas, mas destruir vida para criar vida?* [...] *E aquela mortandade dos peixes, o que causa é a falta d'água?*

Prosseguindo com esse eixo, a maneira como Assis interagiu com os cadernos foi, em geral, contrita e discreta, às vezes insegura, talvez pela timidez demonstrada por ele nas entrevistas. No entanto, mesmo breves, suas respostas reforçaram a inscrição comunitária do grupo, dando vasão também às singularidades recorrentes nos atos de leitura (Chartier, 1999), no que cabe às especificidades dele como sujeito, tal como observado na experiência leitora de Lurdes. De forma particular, Assis interpretou *Os quinzes* (2015a) como uma narrativa histórica produzida pelo jornal sobre os períodos de estiagem e sobre como os camponeses, no decorrer das vivências, desenvolveram modos de subsistência – uma lógica não distante das ordenações de seu contexto e das prescrições editoriais (e representacionais) do caderno. Em relato, ele frisou os conhecimentos práticos com os quais lida no dia a dia, referentes à produção diversificada no campo, adaptada às condições semiáridas, associando tais práticas e sua pluralidade de formas e saberes à aprendizagem adquirida nas frequentes secas.

> [...] *eu vi* [em *Os quinzes* (2015a)] *que, primeiramente,* [houve] *muitas tragédias, mortes, que aconteceram na seca do quinze. Morreram seres humanos e animais. E a partir daí, os agricultores familiares, o homem do campo, ele foi vendo, percebendo que a seca sempre vai existir. E aí foi aprendendo a conviver com a seca, diversificando a produção* [...]. *Porque a agricultura aqui, na nossa região, quando não perde a produção porque choveu pouco, perde porque choveu muito. E daí a importância de trabalhar outras culturas, criatórios que sejam apropriados à seca mesmo, que são os animais de pequeno e médio porte,* [...] *que dependem de pouca água.*

Com relação ao *A seca que matou os peixes* (2016), o caderno foi relacionado por Assis como uma narrativa melancólica de pessoas que perderam a produção e o sustento financeiro na estiagem, não fazendo menção à ação humana como causadora dos problemas reportados. Sobre *A premência pela água* (2017), para o entrevistado, o material mediou a preocupação do Estado em garantir o abastecimento de água no Ceará. Na leitura, Assis, que foi um dos poucos participantes da pesquisa a defender a construção dos grandes açudes e a transposição do rio São Francisco, fez uma citação ao *A seca que matou os peixes* (2016) e inferiu que o Cinturão das Águas foi concluído e que remediou a situação da estiagem, beneficiando "*as pessoas que vivem da atividade de piscicultura dali, do Orós e do Castanhão,* [...] [que] *ficaram praticamente impossibilitados de desenvolver as suas atividades*". Assim, para o depoente, o "*Cinturão das Águas* [...] *solucionou esse problema*" e o "*pessoal, com certeza, voltaram a desenvolver suas atividades*", constituindo uma leitura improvável ou não autorizada ao inserir

informações que não constam em *A premência pela água* (2017), que são: a menção aos pescadores, possivelmente fruto da leitura de *A seca que matou os peixes* (2016); e a conclusão das obras do Cinturão. No caso da referência aos pescadores, em *A premência pela água* (2017), a editoria diz que o Cinturão abastecerá os açudes Orós e Castanhão, que se localizam no trecho emergencial do projeto, mas o entendimento de que as "*pessoas que vivem da atividade de piscicultura*" foram contempladas com o fim das obras resulta da fruição leitora de Assis.

Quanto a *Documento BR* (2006), as apreensões do entrevistado coincidiram com as colocações da maioria, direcionadas à estrutura familiar e sua moral, emitindo juízo contra as vítimas e contribuindo, mesmo inconscientemente, com a situação de discriminação e violência no âmbito simbólico. Como estudado, esse jeito de pensar é emblemático, pois resulta da forma ambígua como as representações sociais se comportam na dimensão excludente, simplificando a realidade por uma perspectiva cultural autocentrada e disseminando formas de dominação convencionadas. Para Assis, as menores reportadas "*são crianças que surgiram de famílias* [...] *sem diálogo* [...]*, crianças criadas sem pai,* [...] *sem base familiar* [...] [e] *que vão se perdendo, vão saindo dos laços da família e vão procurando outros caminhos errados*". Apesar do julgamento, Assis, bem como os demais cujas respostas a essa questão foram similares, afirmou se sentir solidário às vítimas, o que potencializa o efeito das artimanhas excludentes, assim como das culturas engendradas nessas relações, pois se tem a ilusão de se tratar de uma opinião esvaziada de consequências sociais, por estar conformada e banalizada pelos sujeitos.

Outra participante inserida entre os entrevistados que manifestaram julgamentos de base moral em *Documento BR* (2006) foi Benigna. Embasada nas convicções mais tradicionais de sua cultura, ela disse: "*Eu atribuo* [a culpa da exploração das menores] *a essa destruição dos lares.* [...] *Que a mulher, ela confundiu liberdade com libertinagem* [...]*, aí não tem respeito mais nem pelo seu próprio corpo*", atingindo a dimensão do preconceito difundido na região e objetivando e culpabilizando as vítimas ao invés de enquadrar os agressores. Já em *A seca que matou os peixes* (2016), percebeu-se nas relações de Benigna a crítica social direcionada às negligências e aos desmandos do poder público. Ela destacou trechos do caderno que seriam condizentes com a sua perspectiva, ressaltando a perspectiva ecológica e inferindo sentidos ancorados no posicionamento político de seu universo cultural.

> *Eles* [os governantes] *acharam que, fazendo esses açudes, iam beneficiar* [as pessoas mais pobres]. *É tanto que esses açudes são numa região já bem mais rica do que aqui* [...]. *A nossa região é seca demais, e lá já é uma região mais fértil. É o Jaguaribe, por acolá.* [...] *E esses açudes grandes foram feitos para lá também.* [...] *Porque eles* [os políticos] *querem* [...] *tampar o sol com a peneira com muita coisa. Aí tem coisas que ficam a desejar. Às vezes, eles*

> *querem copiar até alguma coisa que a Igreja faz,* [...] *para ver se contornam a situação.* [...] *Se tem um conjunto, uma comunidade ali, que é do lado deles, eles* [os sujeitos da situação] *são beneficiados. A outra, não* [...]. *Mas aí eu vi também nesse caderno a falta de saneamento. A nascente da água desses açudes é aqui, nos Inhamuns. Então, ela* [a água] *nasce lá e vem passando por todas as cidades, levando tudo que é sujeira.* [...] *Porque se não fosse* [...] *o esgoto, aí talvez ainda hoje estivesse produzindo peixe* [nos açudes].

Apesar de repetir as apreensões de sentido e de mobilizar as bases ideológicas da maioria dos pesquisados em *Documento BR* (2006) e *A seca que matou os peixes* (2016), Benigna divergiu do grupo em *Os quinzes* (2015a) e *A premência pela água* (2017) pelas leituras improváveis ou não autorizadas que fez, aplicando juízos contra esses cadernos e contra o jornal. Isso porque a participante interagiu com os materiais pela lente de suas experiências de vida, evocando convicções e memórias inscritas nessas vivências e se utilizando dessas tanto para se aproximar dos conteúdos, como para distendê-los e confrontá-los. Em seu relato:

> [...] *me chamou atenção coisas que eu já conhecia, devido eu ser daqui, do interior, ser do sertão* [...]. *Mas eu nunca tinha lido essas reportagens, não.* [...] *E da seca, nós temos experiência de vida, que vem dos nossos ancestrais que contam. Inclusive, a minha mãe nasceu em 1915, nessa seca que vocês* [os jornalistas, em *Os quinzes* (2015a)] *fizeram essa memória de 100 anos*.

Desse modo, as experiências de Benigna – as que acontecem no tempo presente e as rememoradas, bem como as socialmente inscritas e as peculiares advindas de sua subjetividade –, guiaram as apreensões de sentido, produzindo nela uma sensação de familiaridade com as temáticas dos cadernos e, dessa familiaridade, a tomada de liberdade para discordar, questionar e reelaborar as informações mediadas. É por isso que o conceito de *comunidade de leitura* (Chartier, 2001) ressoa nas falas de Benigna; por outro lado, é também por isso que *Os quinzes* (2015a) e *A premência pela água* (2017) foram lidos de maneira singular por ela. Sobre *Os quinzes* (2015a), esse foi compreendido pela participante a partir das histórias narradas por sua mãe sobre a seca de 1915 e das lembranças que possui das estiagens vividas, predominando representações negativas sobre o Semiárido em sua interação hermenêutica.

Ao ler os relatos dos personagens que subsistiram à estiagem recente, em um caderno que faz referência ao episódio fatídico de 1915, Benigna se apropriou de *Os quinzes* (2015a) como sendo uma narrativa equivocada sobre o Semiárido e seu histórico de secas, relacionando as bonanças reportadas como fruto de benesses de prefeitos a pessoas partidárias deles, misturando o imaginário de sofrimento compartilhado por ela com as corrupções políticas de seu município. Vale ressaltar que, além da criticidade influenciada por seu contexto cultural e da prefeitura de Independência estar marcada por abusos de poder, o esposo de Benigna, quando

vivo, envolveu-se com a política local, acumulando frustrações e perseguições, assim como tem sofrido um de seus filhos que optou por seguir o envolvimento do pai. Diante disso, para ela, *Os quinzes* (2015a) "*não fala do sofrimento do povo*", mas "*do que o governo fez para melhorar a vida do povo*", impondo a sua vivência e as suas memórias às representações do caderno do mesmo modo que Josias, embora este tenha interagido positivamente com *Os quinzes* (2015a).

As colocações de Benigna reforçam, pois, o impacto das formas simbólicas atreladas ao campo da memória e do imaginário sobre a seca. Sobre isso, assim como os preconceitos e os estigmas que emergiram por via de *Documento BR* (2006) e das figuras usadas pelos sujeitos para caracterizarem a si e ao outro, analisadas na seção 5.1.2, tem-se que, mesmo escapando do núcleo gregário da comunidade e de seu ideal político, são simbolismos igualmente tradicionais, reveladores de camadas mais densas do tecido social dos camponeses, em que o machismo, o racismo e as demais representações radicais superabundam, manifestando-se nas falas de alguns depoentes por serem relações discriminatórias socialmente normalizadas. Quanto às memórias inscritas nesse território de repetidas secas, como as análises têm apontado, são memórias por vezes tristes, tal como se percebe no trecho abaixo, extraído da fala de Benigna:

> *Eu era uma adolescente. Foi uma seca muito grande, eu morava no Parambu* [município do Sertão dos Inhamuns]. [...] *O governo dava aquela bolsa para os trabalhadores, e eles iam, em troca, fazer estrada.* [...] *Então, isso era terrível. A fome era grande, apesar do trabalho forçado de sol a sol, e de ter uma pessoa para vigiar, para eles* [os trabalhadores] *não terem folga, não brincarem no trabalho nem descansarem um pouco.* [...] *O alimento era pouco, o dia de serviço equivalia a uma rapadura e um quilo de farinha. Então isso veio à tona* [em *Os quinzes* (2015a)]. [...] *Apesar de que o caderno não fala dessa experiência do pobre, do agricultor, do trabalhador do campo, dessa experiência. Porque ele* [o pobre] *foi trabalhar na estrada, porque não tinha chuva.* [...] *Aí durante esse período* [...] *também houve uns arrastões na cidade, houve muita coisa. A gente ficava com medo, fechava as portas, no entanto, eles só queriam comer. Houve isso lá, no Parambu, foi muito triste. E aqui* [no caderno] *não fala disso. Aqui fala de como a pessoa sobrevive na estiagem de outra maneira. Porque vai falar da palma, vai falar, por exemplo, da abelha. Mas não falou do sofrimento do pobre, que foi terrível.*

Dessa feita, as considerações de Benigna sobre *Os quinzes* (2015a) sugerem que as representações sistematizadas pela editoria não englobam todas as questões pertinentes ao Semiárido, mas que realmente se configuram como um recorte ao qual o núcleo do jornal optou por investigar e informar naquele momento. Impulsionada pela subjetividade socialmente situada, Benigna, então, julgou o caderno e seus produtores, declarando que a editoria "*enfeitou muito*" o sertão ao ilustrá-lo com uma estampa de chita, alterando "*aquela imagem de seca que a gente tem*" e tornando o cenário "*muito alegre, muito bonito*". Nas palavras dela, *Documento*

BR (2006) seria o caderno que "*frisou muito o mais humilde*", que vive à mercê do sofrimento cotidiano, enquanto, em *Os quinzes* (2015a), os jornalistas teriam enfatizado "*o que o poder público fez com as pessoas*", em termos de benefício enviesado pela corrupção.

Por outro lado, as lembranças suscitadas em *Os quinzes* (2015a) permitiram que Benigna expusesse as rupturas sociais às quais os pequenos produtores, como ela e família, estão historicamente submetidos na região, e essa compreensão, além de sensibilizar a análise, valida, ainda mais, as colocações da depoente. Seu relato também oferece conteúdo para entender o posicionamento crítico dos camponeses perante o capitalismo, as autoridades públicas, a grande mídia e os demais agentes de poder inseridos no Semiárido. Como refletido, tais críticas, impregnadas ou não de relações preconceituosas, podem ser vistas como artifícios de proteção da alteridade dos pesquisados e como um modo de enfrentamento à dominação, instituindo, como denominado, suas *barricadas simbólicas*. Manifestado em *A seca que matou os peixes* (2016) e em *Os quinzes* (2015a), esse posicionamento emergiu novamente na leitura de Benigna em *A premência pela água* (2017), mantendo a lógica observada na maioria dos depoentes em apreender esses três cadernos de maneira, sobretudo, crítica e não moralista.

Benigna criticou *A premência pela água* (2017) por ter havido, segundo ela, um erro de informação dos jornalistas ao comunicarem que o intuito da transposição, representada pelo Cinturão das Águas, era o de abastecer Fortaleza e não o interior do Estado. Por suas palavras: "[...] *porque o que eu pensava é que a transposição do rio São Francisco era mais uma ação contra a seca. Mas aí aqui, nesse caderno, não fala isso. Só fala que é para* [...] *evitar um colapso de água* [...] *na Fortaleza*". Conforme o que já foi exposto sobre *A premência pela água* (2017) no terceiro e no quarto capítulos, a compreensão de Benigna, mesmo equivocada, pode ter sido alimentada pelas colocações da editoria, que abordou a crise hídrica do Estado e, por extensão, de Fortaleza e Região Metropolitana em tom dramático, vinculando o Cinturão como resposta urgente ao problema. Ora, o caderno trata especificamente de um dos três trechos que compõem o projeto, o chamado *trecho 1* ou *emergencial*, que interliga o Eixo Norte da transposição do rio São Francisco, no sul do Ceará, até a capital, pela parte leste do Estado. A denominação desse trecho como emergencial, assim como a prioridade na conclusão, não foram atribuições dos jornalistas, mas do governo, no entanto, o tom das reportagens, bem como o direcionamento de que, tanto a crise hídrica decorria da estiagem, como Fortaleza dependia do Cinturão para não colapsar, podem ter gerado esse conflito de sentidos em Benigna.

Diante disso, o modo como a entrevistada interpretou *A premência pela água* (2017) fomentou não apenas julgamentos contra a editoria, mas contra o Cinturão das Águas e contra os moradores de Fortaleza, destacando a quantidade de dinheiro público investido para,

supostamente, beneficiar exclusivamente os fortalezenses, enquanto as pessoas do Semiárido permaneceriam esquecidos pela Estado. Segundo Benigna afirmou:

> [...] *foi tanto dinheiro, que eu não sei não.* [...] *Porque essa água, ela vai chegar em Fortaleza, e vai ser* [usada] *para tudo* [...]*, para lavar carro, lavar calçada... Tudo!* [...] *Por que eles* [as autoridades do governo] *não pensaram assim: a água que já tinha* [na capital]*, talvez já desse para beber e cozinhar, e o outro consumo, por que não fizeram uma dessalinização do mar? É tanta água* [do mar] *na Fortaleza! Eu pensei isso aí, mas quem sou eu? Só pensei, quando eu estava lendo. Porque é dinheiro demais!*

Ressalta-se ainda que, nas críticas declaradas, Benigna mobilizou saberes partilhados pela Igreja, que é uma das incentivadoras do projeto da dessalinização da água do mar para o consumo urbano, confirmando a sua inscrição comunitária. Além disso, a depoente fez menção às condições sertanejas, no que se refere ao regime de escassez do Semiárido. Nas formulações, Benigna também relacionou *A premência pela água* (2017) ao caderno *A seca que matou os peixes* (2016), mantendo a ancoragem na crença de que os políticos, em geral, promovem obras de grande porte, como o Cinturão das Águas e os açudes, no objetivo de angariarem votos, e que tais intervenções trazem consequências ruins ao meio ambiente e às pessoas. Segundo a participante: "[...] *essa despesa grande e essa água que o povo não sabe economizar* [...] *vai ser temporária também, igual àquele açude grande, grandioso, aquele 'mar doce' que eles* [os políticos] *fizeram e que já secou* [referindo-se aos reservatórios vazios, reportados em *A seca que matou os peixes* (2006)]". Portanto, o posicionamento de Benigna reforça o seu potencial fruitivo e transgressor enquanto leitora que interveio nas informações do jornal, submetendo os assuntos mediados ao crivo de sua subjetividade e intersubjetividade.

Para finalizar o eixo, é na mesma maneira aguerrida de ler e de representar o mundo que Rita, a última integrante desse bloco, insere-se. A entrevistada revelou ter se sentido impotente ao interagir com *Documento BR* (2006) e perceber a gravidade da violência e da exploração, assim como o descaso das autoridades – reações semelhantes às de Fátima, que compartilha de sua orientação política. Além disso, apesar do problema afetar também pessoas do sexo masculino e da editoria não ter incluído essa população no caderno, o tema a sensibilizou, porque afeta o universo feminino ao qual Rita faz parte e sobre o qual tensiona debates na rádio, tratando das questões de gênero. Nas leituras, a depoente seguiu uma estratégia que lhe permitiu aprofundar as reflexões, esquadrinhando as reportagens, relacionando-as ao cotidiano dela e designando apreensões subsidiadas por seus interesses e convicções – ações que reforçam o seu comportamento leitor analítico, equiparando-o ao dos outros pesquisados. Como relatou:

> *Tentei localizar onde ficavam essas situações de exploração.* [...] *Eu fui lendo e fui anotando alguns pontos que eu senti que eram importantes.* [...] *Uma coisa que me chamou atenção: que o primeiro ponto visitado foi em Caucaia, e a assistente social, ela é daqui, de Independência.* [...] *Então, me chamou atenção, porque eu conheço um pouco a trajetória dela e o compromisso dela com as causas.* [...] *Só que é uma realidade muito delicada.* [...] *Outra coisa que me chamou atenção, que onde foi feito* [as reportagens] *é justamente nos locais onde há algumas referências* [...] *religiosas.* [...] *Então, são as contradições dentro desse contexto tão triste e cruel, que são as histórias das crianças e adolescentes sendo exploradas sexualmente.*

No trecho, destaca-se o tratamento de Rita à situação das menores, que se diferencia das objetivações articuladas contra as vítimas pela maioria dos participantes, contabilizada em seis entrevistados (Antônio, Clemente, Francisca, Lurdes, Assis e Benigna). Interpreta-se isso, pois, por exemplo, Rita fez uso do termo *exploração* no lugar de *prostituição*, um detalhe capaz de demarcar o sentido da violência ao invés de alimentá-la simbolicamente, denotando a crítica social expressa por Fátima e Cícero a essa realidade. Além disso, por se colocar radicalmente contrária ao O Povo na entrevista introdutória, classificando-o como um veículo ligado às mídias dominantes e não confiáveis, observa-se também que o fato de Rita encontrar no caderno a assistente social cuja trajetória profissional é tida por ela como exemplar pode ter flexibilizado o seu interesse pela leitura. Mais ainda: ao perceber a estratégia informacional da editoria – que publicou notas da investigação no rodapé das páginas junto a referências visuais que contrastam com as chamadas –, Rita se apropriou do choque intencional de sentidos proposto pelos jornalistas como uma maneira de expor "*as contradições* [que existem] *dentro desse contexto* [de exploração sexual]", tornando-se propícia à interação com o caderno *Documento BR* (2006) e atenta às formas simbólicas sistematizadas e materializadas pelo núcleo do jornal.

Sobre *Os quinzes* (2015a), assim como Josias e Benigna fizeram, Rita o relacionou previamente à ideia de Semiárido prescrito pelo imaginário das secas, surpreendendo-se com a abordagem da equipe que, conforme afirmou, teria produzido "*uma imagem colorida*" sobre algo hegemonicamente caracterizado como negativo. Entretanto, para Rita, a editoria não teria manipulado a realidade, como sugeriu Benigna, mas colaborado com a imagem instituída pela própria comunidade de que o sertão é suscetível à convivência – em termos representacionais: uma *conquista socialmente laboriosa* (Jovchelovitch, 2008) que, localmente, na opinião de Rita, depende de "*investimentos, políticas públicas*" e, principalmente, da consciência de "*trabalhadores e trabalhadoras* [...] *de que é possível, com todos esses instrumentos, eles aprenderem a conviver* [...] *com a seca*". Portanto, as colocações dessa depoente se interligam ao aspecto ordenador do universo pesquisado, no que compete à dimensão emancipatória e seu engajamento cultivados pela diocese, pela EFA Dom Fragoso, pela rádio comunitária e pelos

outros cenários e movimentos atrelados à identificação do Semiárido como *lugar de redenção*, a despeito da estrutura de desigualdade, desabono e ruptura socialmente instalada na região.

Tais apreensões ganharam expressividade na interação de Rita com *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017), levando-a a confirmar a perspectiva de que a seca e suas consequências ocorrem pela ação humana danosa ao campo. Sobre o primeiro caderno, Rita vinculou as histórias de *A seca que matou os peixes* (2016) aos efeitos de um "*sistema excludente do capitalismo, das faltas de políticas públicas do governo*" e de um "*modelo de mundo que queima, desmata, polui e degrada o ambiente*", evocando o pensamento crítico inscrito em seu meio. Já em *A premência pela água* (2017), ela questionou o montante de recursos investidos, relacionando os atrasos do projeto à possível falta de interesse do Estado em trabalhar verdadeiramente em prol das pessoas camponesas. "*Se o objetivo principal é abastecer a população*", indagou Rita, "*então por que esse impedimento de não fazer uma obra diretamente?*", cobrando a atitude do governo, mas também da editoria pelo não aprofundamento nas matérias do impacto social causado pela transposição. No dizer da participante: "[...] *essa questão de que, dentro desse contexto aqui, existem vidas* [...]*, as famílias que moram em todos esses territórios* [...] *que as águas vão percorrer*", referindo-se às desapropriações geradas. Com isso, Rita definiu *A premência pela água* (2017) como um material que exemplifica os prejuízos da transposição, embora não adense os problemas sociais, restringindo-se à estética da "*construção de açudes*", algo "*não muito criativo e nem muito chamativo*" para ela, por se identificar com "*a parte mais contextual da realidade, das coisas que são mais vivas*", ou seja, com a abordagem humanizada dos demais cadernos da amostra.

Para sintetizar as relações de sentido provocadas pelas leituras, propõe-se o quadro 7, que organiza as apreensões, vinculando-as às principais ancoragens observadas. Embora seja pequena a diferença, considera-se que a maioria teceu vínculos entre os cadernos especiais e que, nesse enredamento simbólico, a trama hermenêutica emergiu inscrita na ordem dos contextos, atrelada aos modos de convivência local – em suas práticas, crenças e políticas –, bem como aos estigmas e preconceitos normalizados entre os sujeitos que, conforme indicam as análises, impactaram nas subjetividades leitoras, incluindo as improváveis ou não autorizadas. A amostra dos cadernos possibilitou a evidência desses posicionamentos, quer os vinculados à crítica social difundida localmente, quer os da moralidade embasada nos modelos normalizados de família, religiosidade e vida simples no campo. Como refletido, esses simbolismos orbitam tanto quanto definem a alteridade dos dez entrevistados.

Quadro 7 – Síntese das apreensões leitoras do grupo e suas ancoragens.

Leitores que explicitaram relações entre os cadernos da amostra		
Participantes	**Apreensões leitoras**	**Ancoragens**
Antônio	Os cadernos se conectam com a narrativa que pune quem não se insere na cultura da convivência, acabando como vítima do processo migratório, da fome e/ou da exploração sexual (problemas reportados na amostra). As secas resultam da ação humana danosa; o Estado negligencia as questões sociais, agravando as desigualdades no campo.	Criticidade advinda do contexto e de experiências pessoais em *Os quinzes* (2015a), *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017); julgamento moral normalizado em *Documento BR* (2006), misturado à crítica social.
Clemente	Os cadernos se conectam com experiências significativas, mostrando a luta camponesa em prol da permanência no território e de sua cultura, desafiando as dificuldades. As secas resultam da ação humana danosa; a exploração sexual, em parte, é fruto de escolhas individuais; as grandes obras do Estado intervêm negativamente na região.	Criticidade advinda do contexto e de experiências pessoais em *Os quinzes* (2015a), *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017); julgamento moral normalizado em *Documento BR* (2006), misturado à crítica social.
Francisca	Os cadernos se conectam com histórias comuns, na maioria tristes, trazendo lições relacionadas à cultura da convivência. Em parte, a exploração sexual é fruto de escolhas individuais, com participação familiar; o Estado age em prol dos camponeses, embora negligencie problemas sociais.	Criticidade advinda do contexto e de experiências pessoais em *Os quinzes* (2015a), *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017); julgamento moral normalizado em *Documento BR* (2006), misturado à crítica social.
Josias	Os cadernos se conectam com experiências pessoais positivas (quando narram histórias de superação e de convivência) e negativas (quando abordam a seca e a violência) do entrevistado. Os cenários e os personagens fazem referência a ambientes e a pessoas tipicamente rurais.	Memórias e experiências pessoais geraram a familiaridade com temas e personagens dos cadernos. Estereótipos do universo rural também foram acionados.
Fátima	Os cadernos se conectam com a abordagem social, despertando inquietações, e os jornalistas cobram do poder público ações em favor das pessoas do campo. A seca e a exploração sexual são problemas estruturais; o Estado potencializa desigualdades.	Formação crítica advinda do contexto e de experiências pessoais e profissionais nos quatro cadernos da amostra.
Cícero	Os cadernos se conectam com a abordagem social vinculada aos modos de convivência. Mesmo os cadernos focados em problemas (interpretados pelo entrevistado como sendo estruturais), trazem lições que favorecem a consciência comunitária e ecológica. O Estado reproduz dilemas, causando intervenções no intuito de abastecer a população.	Formação crítica advinda do contexto e de experiências pessoais e profissionais nos quatro cadernos da amostra.

Leitores que realizaram apreensões particularizadas nos cadernos da amostra		
Participantes	**Apreensões leitoras**	**Ancoragens**
Lurdes	*Documento BR* (2006) e *A premência pela água* (2017) são difíceis de ler, devido ao estranhamento provocado pelo tema do primeiro e pela linguagem do segundo – do qual a entrevistada apreendeu sentidos improváveis; enquanto *Os quinzes* (2015a) e *A seca que matou os peixes* (2016) são fáceis, por tratarem de questões comuns. A exploração sexual resulta de escolhas individuais; a convivência com o sertão deve ser priorizada em benefício dos camponeses; as grandes obras do Estado afetam danosamente o meio ambiente.	Criticidade advinda do contexto e de experiências pessoais em *Os quinzes* (2015a), *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017); julgamento moral normalizado em *Documento BR* (2006).
Assis	*Documento BR* (2006) remete à crise das famílias; *Os quinzes* (2015a) é sobre o histórico das secas, mostrando exemplos de superação; *A seca que matou os peixes* (2016) narra episódios tristes da estiagem; *A premência pela água* (2017) mostra a preocupação do Estado com a seca, estando o Cinturão das Águas concluído e ajudando os produtores rurais – leitura improvável ou não autorizada nesse caderno e em *Os quinzes* (2015a).	Memórias e experiências pessoais em *Os quinzes* (2015a) e *A premência pela água* (2017); aderência às obras do governo em *A premência pela água* (2017); julgamento moral normalizado em *Documento BR* (2006).
Benigna	*Documento BR* (2006) repercute a crise das famílias e a perda do respeito da mulher pelo corpo; *Os quinzes* (2015a) se equivoca ao tratar da seca, excluindo o pobre e seu sofrimento e abordando pessoas favorecidas por prefeitos; *A seca que matou os peixes* (2016) expõe a corrupção política, em que governantes constroem açudes para se elegerem, e que esses secam por má administração e mal uso; *A premência pela água* (2017) distorce a finalidade da transposição, e o jornal foi pago para realizar essa distorção – leitura improvável ou não autorizada nesse caderno, em *Os quinzes* (2015a) e em *A seca que matou os peixes* (2016).	Memórias e experiências pessoais em *Os quinzes* (2015a); criticidade advinda do contexto e de experiências pessoais em *A seca que matou os peixes* (2016) e *A premência pela água* (2017); julgamento moral normalizado em *Documento BR* (2006).
Rita	*Documento BR* (2006) mostra o descaso público em relação a pessoas em situação de vulnerabilidade; *Os quinzes* (2015a) narra histórias de superação, contribuindo com a imagem positiva que o sertão teria caso o Estado cumprisse com o seu dever e caso houvesse mais engajamento popular; *A seca que matou os peixes* (2016) apresenta os efeitos da má utilização dos recursos naturais e da força do capitalismo no campo; *A premência pela água* (2017) é difícil de ler, devido à linguagem e por mediar uma imagem autoritária e manipuladora do Estado, falando sobre prejuízos da transposição, mas não se aprofundando nas questões sociais.	Formação crítica advinda do contexto e de experiências pessoais e profissionais nos quatro cadernos da amostra.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

No que se refere aos julgamentos morais evidenciados nas respostas, compreendidos como um fenômeno cultural alusivo às *formas radicais de alteridade*, em que o *outro* é depreciado, agravando o efeito ilusório da inclusão, a exemplo das caracterizações envolvidas com estereótipos, discutidas nas seções 2.1.3 e 5.1.2, e promovendo rupturas e silenciamentos a indivíduos e grupos (Jodelet, 2005), a leitura de *Documento BR* (2006) expôs a dificuldade com que os camponeses lidam com assuntos sobre gênero, sexualidade e violência sexual. Nos marcadores de diferenças compartilhados pela via religiosa, o posicionamento dos seis leitores (Antônio, Clemente, Francisca, Lurdes, Assis e Benigna), que objetivaram as personagens do caderno e estenderam o juízo a outras mulheres do campo, revela o poder dessa artimanha dominante. Entre os que moram em Independência, observou-se também o consenso de que a violência e a exploração sexual acontecem no município e que os casos não são divulgados; isso pode ocorrer tanto por causa da moralidade predominante que desfavorece as vítimas, como devido a um provável envolvimento de autoridades que, como denuncia *Documento BR* (2006), é comum no meio rural, o que geraria a subnotificação e o policiamento insatisfatório.

Das hipóteses que elucidariam o estranhamento e o julgamento dos sujeitos em relação às reportagens de *Documento BR* (2006), tem-se que a diferença de 17 anos calculada entre a data da publicação do caderno e a da leitura provocada pela pesquisa também pode ser um fator responsável pelas apreensões em questão, embora essa conjectura, assim como aquela voltada à provável participação de autoridades em situações semelhantes às reportadas pelos jornalistas, sejam ponderações não contempladas na investigação empírica. De toda maneira, quanto à base ideológica que legitima os juízos colhidos das interações com *Documento BR* (2006), cabe recuperar o conceito de *núcleo figurativo* proposto por Moscovici (2015b, p. 72), segundo o qual uma dada representação acontece motivada por "um complexo de ideias" suscitadas por convenções que, de tão introjetadas socialmente, desencadeiam objetivações aparentemente involuntárias. Assim, por se repetirem os julgamentos, as declarações desses leitores indicam que eles partilham de uma realidade de depreciação que conflitua com a dimensão política e crítica da alteridade à qual se colocam em comunidade, servindo, tal realidade, não somente como um sinal de identificação aos sujeitos, mas como um sintoma das discrepâncias em que o universo deles está mergulhado, pois, como reflete o teórico, essas representações funcionam "como um meio de compreender outros e a si mesmo, de escolher e decidir [nas dinâmicas do dia a dia]" (Moscovici, 2015b, p. 73), replicando e banalizando operações excludentes.

Sobre as leituras interpretadas como particulares, essas assim o foram porque aludem à subjetividade dos pesquisados, vinculando-se à formulação de sentidos improváveis ou não autorizados – equivocados, se definidos pela hegemonia das construções cognitivas de caráter

socialmente regulado, na qual se insere a expectativa informacional dos jornalistas ao leitorado. Todavia, enquanto se apresentam como singulares, essas apreensões não aconteceram de forma solipsista, mas mescladas com ordenações da comunidade, reverberando modos de ver o mundo não restritos ao comportamento individual, mas encarnados em arranjos sociais, padecendo dos poderes e das contradições compartilhadas (Chartier, 1991; Jodelet, 2005; 2009; Moscovici, 2015b). Logo, as leituras particularizadas e as que enredaram os materiais da amostra não estão deslocadas do núcleo gregário dos participantes, mas contribuem com os conceitos de leitura como apropriação informacional e como inscrição comunitária, pois são maneiras como o contexto dos depoentes incidiu com interferência no dos textos, simbolizado pela produção do jornal, reforçando o protagonismo dos leitores. Nessa tessitura significante, os dez entrevistados negociaram a aproximação e o reconhecimento deles com os cadernos especiais da amostra, cujo movimento representacional é analisado na próxima seção.

5.2.2 Alteridade negociada com o jornal

Como refletido no começo do capítulo, a alteridade em que os camponeses estudados se colocam é constituída de maneira densa e ordenada, seguindo influências que tanto se vinculam à lógica e às práticas da cultura da convivência com o Semiárido cearense, como se emaranham em posicionamentos que ultrapassam o núcleo gregário da comunidade, caindo em armadilhas excludentes. Tais posicionamentos se atrelam à opressão vivenciada nesse contexto social, reforçando representações que atentam contra os ideais de vida e de produção dos sujeitos, porém, os mesmos posicionamentos contribuem com a complexidade do universo pesquisado, tornando seus integrantes indivíduos encarnados, imperfeitos, dotados de particularidades e favoráveis a discrepâncias tanto quanto não manipulados pela coletividade absoluta. Em outras palavras, a alteridade dos camponeses acontece negociada desde o ambiente em que vivem, disputada entre interesses e condicionamentos de diferentes instâncias, perante as quais, às vezes, os sujeitos assumem uma postura vigilante e combativa, socialmente crítica, mas noutras, cedem às artimanhas da dominação, como revelado pelo estudo das apreensões leitoras.

Com isso, quando sujeitos complexos interagem com materialidades informacionais e representacionais igualmente complexas, a exemplo dos cadernos especiais de O Povo, não há como a operação acontecer de modo uníssono e premeditado, ao contrário: ocorre indefinida, aberta à exploração significante dos sujeitos em sua constituição social e experiência cotidiana. Na estratégia da leitura provocada, isso se manifestou evidente, mostrando mudanças acerca de preconceitos antes compactuados, como também reforçando convicções localmente inscritas e que aludem aos ideais da comunidade, bem como às formas de desabono e exclusão. Perante

os direcionamentos do núcleo dos cadernos especiais – que, vale lembrar, tinham razão de ser vinculada ao propósito do jornal de se inserir e se manter socialmente, estruturando meios de identificação com o leitorado pela técnica e pela estética assumidas nesse jornalismo de viés interpretativo e aprofundado –, as mobilizações de reconhecimento dos pesquisados em contato com as representações ancoradas e objetivadas pelos profissionais do periódico seguiram a imprevisibilidade das leituras, em movimentos não pacíficos, mesmo entre os leitores que aderiram com aparente tranquilidade às expectativas planejadas pela editoria.

Como será abordado mais à frente, as críticas e os tensionamentos dos camponeses sobre os materiais da interação funcionaram como expressão de não passividade na relação hermenêutica, reforçando a dimensão negociada e até improvável analisada no tópico anterior. Diante das estratégias do veículo em instituir alteridade por via de informações e representações sobre o sertão e os sertanejos, os camponeses articularam formas de interagir que conduziram a apropriações e reconhecimentos, assim como a rejeições e estranhamentos; isso sinaliza que os leitores em questão não foram meramente apanhados pelas reportagens, mas que mantiveram a consciência do que cediam e porque cediam perante as construções da editoria. Dito isso, tem-se que seis participantes do grupo leitor se reconheceram nas representações compartilhadas por todos os cadernos da amostra, e suas relações caminham para uma aparente conformidade com as pretensões de O Povo em falar sobre os lugares e as pessoas do campo. São estes: Antônio, Clemente, Francisca, Josias, Fátima e Assis, cujas apropriações serão analisadas a seguir. Afora isso, três se reconheceram apenas em alguns cadernos, mantendo posicionamento incisivo e clara seletividade perante as elaborações informacionais e simbólicas da editoria, a saber: Cícero, Lurdes e Rita. Enquanto isso, Benigna foi a única a não se reconhecer em nenhum dos cadernos especiais lidos, rejeitando as representações materializadas na amostra, bem como a alteridade vislumbrada na época das publicações pelo núcleo investigativo do jornal.

Sobre os seis sujeitos que se reconheceram em toda a amostra, tem-se que, para Antônio, os cadernos *Documento BR* (2006), *Os quinzes* (2015a) e *A seca que matou os peixes* (2016), além de estarem semanticamente enredados, refletem a realidade dos sujeitos do Semiárido, contemplando dificuldades e bonanças e fazendo menção à luta camponesa, à emancipação social e à democratização de recursos. Percebe-se que a forma como os cadernos foram editados permitiu existir esse reconhecimento do entrevistado, seja nas composições textuais, seja nas imagéticas, possibilitando que Antônio se visse "*no lugar das pessoas* [reportadas]", como afirmou. No entanto, essa questão está além dos possíveis direcionamentos do jornal, em sua estratégia midiática e primado representacional, englobando a maneira como os conteúdos foram apropriados pelo participante a partir da familiaridade estabelecida por ele aos materiais.

Diante disso, Antônio selecionou *Os quinzes* (2015a) como sendo o caderno com o qual melhor se identificou, por causa dos exemplos de subsistência apreendidos na experiência leitora. Ao longo da entrevista, ele também revelou ter se identificado com os demais cadernos, por ter enxergado neles um engajamento em prol de melhorias de vida no sertão. Assim, pode-se dizer que os cadernos do primeiro ciclo de leitura reforçaram o caráter social, a solidariedade, a convivência local e o pensamento ecológico priorizados por Antônio, segundo os moldes culturais com que ele constrói as relações com o mundo. Nas palavras dele:

> [...] *os três materiais falam de mim* [...]*, é como se tivesse pegado as histórias de todas as comunidades e aplicado nesses materiais, sabe? Então, trouxe essa questão de compartilhar do que a gente vive nas nossas comunidades.* [...] *Eu fico gratificante* [*sic*]*, quando a gente pega todos esses materiais, que quando a gente consegue aplicar na prática, que a gente consegue combater a exploração sexual, que a gente consegue ter atividades voltadas para o campo que melhoram a qualidade de vida das pessoas e que a gente consegue combater essa questão aí da seca. A gente consegue combater com mais seriedade, consegue combater com mais respeito* [...].

Pelo depoimento, observa-se que Antônio interagiu com os três cadernos, configurando sentidos nas representações mediadas e incorporando-as ao seu cotidiano. Quanto ao caderno *A premência pela água* (2017), do segundo ciclo da leitura provocada, o participante alegou também ter se identificado com esse, concordando com o trabalho da editoria, apesar de ter sentido falta de ênfase nas discrepâncias sociais. Para o entrevistado, que aceita o projeto da transposição do rio São Francisco com ressalvas, condicionando a obra à democracia de acessos e beneficiamentos, o jornal não tomou partido pelo Cinturão das Águas, mas produziu informações condizentes com a realidade, expondo conflitos existentes entre os setores dominante e dominado representados nas matérias pelas figuras do Estado e do operário da construção, respectivamente. Conforme disse o depoente, o caderno trouxe a imagem dos canais, "*mas trouxe a outra questão também do trabalhador*", de maneira a equilibrar "*as duas vertentes*", como ilustra a figura 39. Sobre isso, trata-se de uma inferência de Antônio, em seu provável desejo de se reconhecer no caderno (Maffesoli, 2003), tal como havia se reconhecido nos anteriores, intervindo nos sentidos mediados em *A premência pela água* (2017) e tendo como ancoragem os construtos ordenadores que circulam em seu contexto.

Figura 39 – Os canais e os trabalhadores em *A premência pela água* (2017).

Fonte: acervo da pesquisa; *A premência pela água* (2017, p. 6-7).

Clemente foi outro participante que se identificou com as representações materializadas nos três primeiros cadernos, principalmente com as de *Os quinzes* (2015a), descrevendo a linguagem do caderno como acessível, associada às experiências camponesas. Essas percepções também se vinculam à estratégia informacional da editoria, que fazia uso de simbolismos para emular características atribuídas ao meio rural e ao universo cotidiano. Por sua resposta acerca do vocabulário popular incorporado aos textos: "[...] *são terminologias comuns do nosso povo cearense,* [...] [uma] *abordagem tanto da parte da equipe de jornalismo, mas também das pessoas que eram entrevistadas*", de maneira que as edições "*não tiraram a essência do que o povo realmente estava querendo transmitir, a partir das indagações que foram feitas* [pelos repórteres]". Na opinião do entrevistado, a amostra vai, então, ao encontro da realidade socialmente inscrita no Semiárido, despertando reflexões sobre os modos de vida locais, sobre os enfrentamentos e, em espacial, sobre as potencialidades. Isso porque, como completou:

> *Acho que na nossa primeira conversa, você perguntava essa questão do que era camponês. E aí eu acho que os cadernos, eles vêm realmente mostrar essa*

> *realidade do homem do campo, da mulher do campo, que vai sofrendo as interferências externas ou internas, na questão da sua identidade. Sim, creio que, tanto a questão da seca, como a questão da superação, a mortalidade dos peixes também, são coisas que estão presentes no nosso dia a dia. Então assim, realmente, é algo que identifica ou que me identifico com essa realidade,* [...] [principalmente] *quando lá tem algo de superação.*

Quanto a *Documento BR* (2006), apesar de Clemente saber que se trata de um problema social recorrente no Estado, esse é o caderno com o qual ele menos atribuiu identificação e o que menos motivou a sua leitura, mas não a ponto de causar rejeição. O depoente não externou o motivo do distanciamento, mas reforçou o que pensa sobre a situação reportada, evocando os valores morais analisados na última seção. Seu reconhecimento parcial com *Documento BR* (2006) se deu pelas reflexões que a leitura lhe provocou e por compreender que o caderno estaria confirmando o seu ponto de vista moral sobre a exploração sexual, demonstrando o poder das interferências leitoras sobre o *mundo do texto*. A intervenção simbólica de Clemente também aconteceu em *A seca que matou os peixes* (2016): sua identificação com o caderno foi intermediada pelas memórias de sofrimento que a leitura lhe induziu ter. Clemente reiterou uma frase pronunciada pelos profissionais da editoria quando foram entrevistados, de que "*a seca* [no sertão] *sempre haverá*". Realmente, os períodos de estiagem são comuns no Ceará, o que desafia os contextos do jornal e os da comunidade rural a se reinventarem na busca por meios de se manterem ativos na construção da convivência com o Semiárido local.

Sobre *A premência pela água* (2017), apesar de possuir posicionamento contrário à transposição, Clemente concordou com a abordagem feita pela editoria, pois a leitura lhe teria suscitado debates acerca dos problemas de abastecimento de água e das intervenções políticas que considera danosas. Os tópicos apreendidos por Clemente fizeram com que, na opinião dele, o jornal se distinguisse das mídias que reproduzem distorções e enganos sobre o Semiárido e sobre a transposição, conduzindo-lhe ao senso de reconhecimento iniciado nos outros cadernos, a ponto de, ao final, o depoente enveredar para um discurso elogioso sobre O Povo – algo não visto como falacioso, mas como modo pelo qual, naquele momento, Clemente expressou a sua apropriação e o seu reconhecimento. Nas palavras dele, *A premência pela água* (2017):

> [...] *vai mostrando um pouco essa realidade, que muitas vezes não é mostrada nos grandes meios de comunicação* [...]. *Eu li e vi que* [os jornalistas] *foram realmente em busca onde realmente estava acontecendo* [o problema]*, por isso que teve a preocupação de visitar os vários eixos* [da obra]*, onde está sendo desenvolvido o projeto. E, também, vi a preocupação de olhar* [abordar] *a visão da comunidade local* [...]. *Eu acho que isso foi bom.* [...] *Que pena que aqui, para nós, essa região de Independência, acho que pouca gente ou quase*

> *ninguém* [...] *tem acesso à assinatura do jornal O Povo ou outro tipo de jornal* [...]. *Mas dizer assim, que talvez que faltou a gente ter acesso a isso antes.*

Sobre Francisca, por suas respostas, pode-se afirmar que os três primeiros cadernos especiais foram ao encontro do cotidiano dela, quanto ao modo como a participante se insere e pensa sobre a alteridade camponesa, produzindo nela uma sensação de familiaridade mediada também pelas fotografias dos materiais (figura 40). Seu reconhecimento envolveu mobilização de memórias provocadas pelas leituras, sendo a interação com *A seca que matou os peixes* (2016) a mais significante, de acordo com o que descreveu. Para ela, os cadernos medeiam "*vivências* [...] *que a gente vê praticamente todo dia, na nossa sociedade,* [...] *retratando* [...] *o que acontece no nosso meio*". Sobre as memórias provocadas em *A seca que matou os peixes* (2016), Francisca declarou que o caderno remeteu ao que ela e família enfrentaram durante a estiagem prolongada, período em que a depoente "*se viu sendo socorrida pela operação carro-pipa*", tal como reportado pelo núcleo do jornal. Conforme complementou na resposta:

> *Eu me identifiquei muito com ele* [o caderno]*, por causa que a gente sabe o que passou nesse período. Então, eu me identifiquei bastante com as mulheres que têm nesse material aqui, na forma como que, não foi só o homem, mas as mulheres também se imporam* [*sic*] *em ajudar as suas famílias.* [...] *Então, eu me identifiquei muito com esse primeiro aqui.*

Figura 40 – Matéria de *A seca que matou os peixes* (2016) sobre Elisa Pereira.

Fonte: acervo da pesquisa; *A seca que matou os peixes* (2016, p. 4-5).

Francisca também concordou com as informações e representações objetivadas em *A premência pela água* (2017), pois o caderno estaria comunicando sobre a situação do Cinturão das Águas de maneira verossímil e investigativa, não distorcendo o contexto da obra nem a finalidade, mas apresentando detalhamentos que ela desconhecia. Seu reconhecimento com o caderno também pode estar vinculado ao fato dela ser favorável ao projeto da transposição, interpretando-o como "*uma estratégia bem pensada*" do governo e como "*uma bênção*" para os sujeitos do Semiárido – descrições, segundo ela, resultantes da experiência de ter visitado, há alguns anos, o rio São Francisco e visto, pessoalmente, os canais. Além disso, a familiaridade prévia com o jornal O Povo, estabelecida pelas publicações lidas na época do sindicato, talvez também tenha favorecido o seu reconhecimento com as representações da editoria. Com isso, segundo relatou sobre *A premência pela água* (2017): "[...] *eu continuo com a mesma opinião, porque o jornal O Povo, ele traz essa contextualização* [...] *do que está acontecendo*".

Josias foi mais um integrante do grupo a se identificar com todos os cadernos especiais. Como analisado na seção anterior, suas leituras se basearam em rememorações e, a partir desse

ato de significação, pôde constituir reconhecimento com as representações mediadas pela amostra. No geral, sua identificação com os três primeiros cadernos se deu sem restrições, apesar dos sentimentos adversos despertados, principalmente em *Documento BR* (2006), que o fez aludir ao trauma pessoal. As leituras dos cadernos proporcionaram-lhe informações sobre realidades cearenses que desconhecia, como, por exemplo, a incidência e a gravidade dos casos de violência e exploração sexual no interior do Estado – um problema, segundo Josias, ao qual se "*fecha os olhos*" em Independência, impedindo "*que a população tenha conhecimento*". Para o depoente, os sofrimentos representados em *Documento BR* (2006), como também em *A seca que matou os peixes* (2016), são recorrentes no sertão, pois "*a vida do sertanejo é uma vida sofrida*", aludindo à caracterização do sujeito camponês como *vítima de contexto hostil*.

Outra forma de reconhecimento de Josias se deu pelas fotografias dos cadernos que, como refletido anteriormente, aludiram ao seu horizonte familiar, servindo como reforço à alteridade camponesa compartilhada por ele. Isso porque, nas palavras do depoente, as imagens publicadas, principalmente em *Os quinzes* (2015a) e *A seca que matou os peixes* (2016) – como se observa, respectivamente, por meio das figuras 41 e 42 –, remetem às:

> [...] *pessoas simples e humildes.* [...] *E ali, quando eu vi uma imagem daquele homem que eles* [os fotógrafos da editoria] *fizeram – um senhor sentado no sofá* [em *A seca que matou os peixes* (2016)] *–, para contar a história dele de vida, eu me lembrei do meu pai. Quando eu vi aquela senhora que produzia doce* [em *Os quinzes* (2015a)] [...]*, já vi a minha mãe. Então, cada imagem remetia à minha... Eu me via. Era como se eu estivesse lá.*

Figura 41 – Matéria de *Os quinzes* (2015a) sobre Maria Alves, doceira.

8 OS QUINZES FORTALEZA - CE, TERÇA-FEIRA - 18 DE AGOSTO DE 2015 O POVO

Semiárido DOCE

TATIANA FORTES

DOCEIRA DOS INHAMUNS

DEMITRI TÚLIO
DEMITRI@OPOVO.COM.BR

A história de Maria Alves de Oliveira Alencar dificilmente vai virar um livro-biografia, mas merece. Com 59 anos de Semiárido, as coisas que diz e faz destoam de quem rebentou por onde a seca faz caminho.

A existência de dona Maria, doceira também na estiagem, nunca foi tão suave: mãe de seis filhos, pouca leitura das letras, um bocado de netos, separada do marido, órfã de dois filhos, aposentada e ainda pequena agricultora...

"Eu sou filha de uma velha e de um velho que toda vida foi só para trabalhar. Desde quando eu nasci e me criei, foi só essa vida de trabalho", vangloria-se da dificuldade.

Pois bem. Essa senhora, moradora de um cafundó chamado Lustal, na zona rural de Tauá dos Inhamuns, diz que não é "destas de morrer em pé, feito batata" que não resiste em uma terra sem água. "Morro não", pontua, apesar de já ter passado por tantas precisões, de 1956 pra cá, na região onde menos chove no Ceará.

"Vai indo", reforça num português aprendido na caatinga e pouca escola. Ter "saúde, coragem e força", mesmo que o corpo já reclame do peso dos dias, é o que a faz não ter vocação para as mortes que se apresentam.

Nesses quatro anos de estação chuvosa abaixo da média, Maria Alencar não diminuiu a pegada. Aprendeu a ir transformando o pouco que tem. "Meu fi, tô produzindo o bolo, sequilho, o doce de barra, de lata, o cheiro verde. E tem minhas coisas, né? Cri galinha, porco... É assim. Na seca, mas tamos vivendo". Não lamenta.

Tanto assim que superou uma meta (dela mesma) na venda direta de produtos rurais para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal. Parceria destinante de comida para escolas, presídios e hospitais públicos. "Botei mais do que os outros. Vendi R$ 6 mil. É assim, a gente vai vivendo. Criei seis filhos. Pode dizer só, mas consegui criar tudim. Tudo do doce".

Dona Maria inventou de inovar no que sabia fazer. Além das hortaliças e do pomar, também era do fogão de barro. Uma escrita, natural ou sina arcaica, na história das mulheres do sertão. Arriscou cozinhar pra fora. E, hoje, no mercado público de Tauá virou marca conhecida.

No pote do doce de abacaxi ou na embalagem dos lotes de tijolim há um selo que a orgulha. "Produto do Lustal. Org. Maria Alves e Família. Box 06. Mercado Público de Tauá. Fone (88) 99820.0109". Não dá pra quem quer.

"Vendo bastante aqui em casa e no mercado. E tem meus comércios onde eu entrego, na faixa de cinco a seis. E pra vender, de um por um, nem se conta os que tem na porta. Dia de sábado, levo 80 barras e não sobra nada. Cinquenta latas de doce, 20 bolos, 40 pacotes de sequilho. É assim, vendo tudo. O ovo caipira, nós não coloquemos aqui, mas vendo também", comemora a doceira dos Inhamuns.

Os dias de Maria Alencar, e de quem depende dela, não são um oásis no meio do Semiárido. Não. A seca intensa, em cada um dos últimos anos quatro anos, é, ao mesmo, uma "batalha pesada" e aprendizado. Com ou sem o governo.

Graças à doceira. Ela é generosa e divide com Deus e o irmão Zé Roberto os êxitos, "nunca passei fome, nem meus filhos... E nunca andaram de pés descalços. Nem nu". E se tivesse mais oportunidade tentaria multiplicar o pouco que tem. "Queria um dinheiro pra aumentar a produção. Podia botar até mais uma pessoa pra me ajudar", planeja a senhora dos doces.

(Com Cláudio Ribeiro)

Maria e Cordulina

Maria Alves de Oliveira Alencar, 59, e a personagem Cordulina, mulher do vaqueiro Chico Bento, retirante de *O Quinze*, tem algo em comum. As duas, além das secas que foram atravessando, perderam filhos "pro destino".

Cordulina ficou sem Josias, envenenado após comer mandioca crua; sem Pedro (fugido); e sem o pequeno Duca, que ia morrer se não tivesse sido ressuscitado por Conceição e Mãe Nácia.

Maria Alencar, a doceira dos Inhamuns, perdeu um para o câncer e outro que se foi numa queda de moto aos 18 anos de idade. "Nunca me faltou nada, graças a Deus. Só me faltou meus dois filhos, mas Deus é bom. Ele leva e dá o conforto. Ele é muito maravilhoso comigo", conforma-se.

Mas fica apenas nisso a semelhança entre uma e outra. Se Cordulina foi obrigada, no 1915, a migrar para São Paulo com Chico Bento, Maria Alencar decidiu não se retirar de Tauá. O marido foi embora e ela foi criar os seis filhos.

E assim foi. Trabalhou até se aposentar e, depois, continuou trabalhando. "Eu comprei o material e fui me botando, me botando até que pegou". Todo sábado, dona Maria está no mercado Público de Tauá. São mais de 100 fregueses e uma apurado que chega aos R$ 350,00. "Levo 80 barras de doce, fora os bolos. Não volta nada", conta.

Dona Maria Alves sustenta a família com seu empreendimento caseiro

RODRIGO CARVALHO

Fonte: acervo da pesquisa; *Os quinzes* (2015a, p. 8).

Figura 42 – Matéria de *A seca que matou os peixes* (2016) sobre Neto Braga.

Dignidade do Rio

O Jaguaribe percorre 633 km, das nascentes na Serra da Joaninha (Tauá) até o Atlântico. A bacia drena 55% do território cearense e beneficia 81 municípios entre o Ceará e Pernambuco.

Pacu caranha

No fim da rua Monsenhor Coelho, no bairro São Sebastião, em Iguatu, Cícero Correia Lima, 50, ou Neto Braga (foto) se prepara para dar entrevista num barranco que desce para o rio Jaguaribe. A poltrona velha, que divide o monturo com resto de material de construção e lixo para se afundar nele, é o ponto de partida da conversa. Ali, e em mais 12 beiradas do rio, a cidade rejeita a condição de ribeirinha e tenta sufocá-lo na insustentável cultura de descartar, nas águas, o que "não presta" mais.

Demitri Túlio
demitri@opovo.com.br

O que de "bom e ruim" entra pelo Jaguaribe deságua nos dois "mares" de água doce do sertão cearense: o Castanhão e o Orós. Das nascentes, na serra da Joaninha (Tauá), até chegar aos maiores açudes daqui, o mais extenso rio do Ceará (633 km) se mistura ao lixo e é destino de esgotos e excrementos de municípios e povoamentos não saneados. "Imagine a qualidade do peixe que se come daí?", cutuca Neto Braga.

Ainda mais agora com o Orós e o Castanhão secando e "todo esse caldo" reduzindo as possibilidades de vida. "Tudo o que Iguatu não quer mais, joga na correnteza e vai fermentar o Orós. Morreu tanto peixe por quê?", indaga.

E não é exagero o que Neto Braga reverbera, feito um "cangaceiro" no Facebook, do mais desenvolvido município do Centro-Sul cearense. "Meu pai disse que esse chapéu (de couro à moda Lampião), eu só usasse quando tivesse uma luta. Minha causa passou a ser a revitalização do Jaguaribe", pontua o ex-suplente de vereador pelo Partido dos Trabalhadores e artesão.

O Jaguaribe existe nele desde menino e, a partir de 2014, virou ativismo. De um vão do sobrado onde mora, meio biblioteca comunitária, meio redação para escrever textos que ganham as redes sociais e pequenos jornais de Iguatu, Neto Braga busca dar visibilidade ao rio.

Na peleja pela dignidade das águas, ele arrebanhou idosos e estudantes no movimento Cidadania e Ação. No mesmo barco e em intervenções nas margens do manancial, em escolas, igrejas (de qualquer credo), na praça, na Câmara Municipal, pelas ruas e na Prefeitura. "A intenção é formar o ser humano. Só podemos tratar a questão do meio ambiente se cuidarmos do homem, do ser humano. Aí, pode ser, ele compreenderá o Jaguaribe e a própria existência", declama.

Rio da Onça

Numa manhã quente de julho, das 8 horas ao meio-dia, Neto Braga foi cicerone de uma visita guiada para provar o que descreve em gestos e palavras - ora poéticas, ora cruas - sobre agressões ao Jaguaribe no aldeamento que foi se urbanizando nas margens do curso d'água.

"Alguns acham que sou louco. Só porque falo do que eles já aceitaram como parte da vida. Não se pode naturalizar a destruição da mata ciliar, beber água do mesmo lugar onde despejamos veneno, sangue, urina e cocô. Isso é a morte. Não adianta construir hospital e falar em saúde plena sem curar as águas do antigo Rio da Onça", protesta.

Em parte da extensão de 7 mil e 200 metros quadrados do Jaguaribe, na área central de Iguatu, o rio é invadido por muros e edificações privadas e públicas. Há monturos permanentes e bocas de esgotos derramando sem trégua na Beira-fresca, no Buji, no Cruiri, na Gameleira, na Barra, no Tambiá, na Santa Rosa e no Serrote. O último, a saída para o Orós.

Sem saneamento

Socorro Feitosa, secretária do Meio Ambiente de Iguatu, reconhece a precariedade no entorno do rio. Em 2011, revela, um grande plano de saneamento foi traçado. Mas "não saiu do papel" e os recursos financeiros tiveram de ser devolvidos.

O simples deixou de ser feito e o município continua a ter um dos piores índices de saneamento básico do Brasil: apenas 12%. "Mesmo que Iguatu faça a parte dela, outras cidades (80) continuarão poluindo o Jaguaribe", transfere a responsabilidade.

A morte de 65 toneladas de tilápias fez Francisco Rejânio, 42, perder o emprego. Régis, como é conhecido, alimentava os peixes. Agora, com a ajuda do filho Francisco, 21, está "escapando" na pesca do camarão "sossego" (miúdo). Numa manhã pegou 25 kg. Pouco. "Poderia ganhar mais ou menos R$ 50, mas tem o sol e outras coisas. Acabo ficando com R$ 20. O aperrei é grande", descreve.

Antônio de Totó, 32, tem feito outros serviços na oficina de barcos do pai (Antônio Vicente, o Totó). A estiagem tornou sem serventia o ofício de fazer embarcações para o Orós, Castanhão, Banabuiú e Choró Limão. Durante o inverno, diz que fazem, por dia, cinco canoas e duas rabetas (barco a motor). E levam uma semana para construir uma barcaça.

FORTALEZA - CE, TERÇA-FEIRA - 30 DE AGOSTO DE 2016 O POVO PÁGINA 9

Fonte: acervo da pesquisa; *A seca que matou os peixes* (2016, p. 9).

Em *A premência pela água* (2017), Josias confirmou o partidarismo em relação ao jornal ao visualizar o trabalho dos repórteres sobre um assunto que alegou desconhecer: o Cinturão

das Águas. Com isso, além das rememorações da infância trazidas pela leitura – tempo em que acompanhava a construção dos reservatórios no lugar onde nasceu e cresceu –, a percepção da investigação conduzida pela equipe de O Povo motivou a apropriação de Josias, que passou a se referir ao núcleo dos cadernos como uma fonte de inspiração ao noticiário que comanda na rádio. Como afirmou: "*Eles* [os jornalistas] *mostram em detalhes o que acontece, como era dividida a construção desse Cinturão* [...]*. E colocavam as pessoas que estavam trabalhando* [...]*, como também as pessoas que estavam lá para socorrer a população*", associando o trabalho envolvido nos cadernos à missão da rádio comunitária de promover informação aos sujeitos do campo. Como resultado das interações com a amostra, Josias revelou não somente ter se reconhecido nas elaborações simbólicas, como fortalecido a predileção pelo periódico, como mídia que estaria "*conversando com essas pessoas* [mais simples da zona rural]".

Sobre as relações de Fátima, essa também atribuiu identificação com todos os cadernos da amostra. Sobre os três primeiros, a participante elegeu como motivo o fato de que as edições contemplam realidades sociais do Semiárido; isso lhe teria engajado na leitura, suscitando debates e reforçando seus ideais de mundo. Em geral, como disse Fátima, "*foi uma leitura boa de fazer,* [...] *tem uma escrita muito clara e muito direta, que toca* [...]*, e essas imagens trazem muitos sentimentos,* [...] *provoca na gente muitas reflexões*", correspondendo às pretensões da editoria. Com relação a isso, ligadas à incidência do processo editorial na estética da informação mediada e na apropriação leitora, as relações de sentido da depoente colaboraram com a familiaridade e o reconhecimento dela, reordenando preconceitos, como as ressalvas contrárias à grande mídia e ao jornal, e reforçando convicções e paradigmas que orbitam a crítica social.

Desse modo, na identificação negociada com os três primeiros cadernos, Fátima afirmou ter se reconhecido com mais profundidade em *Documento BR* (2015a) e em *Os quinzes* (2015a), porque, enquanto este lhe remeteu ao modo como ela e família estão inscritas nas práticas da convivência local, aquele "*diz muito sobre ser mulher*" e suas reivindicações diárias. Contudo, todos os três materiais provocaram-lhe alguma sensação de familiaridade e reconhecimento, proporcionada por sentimentos e lembranças que, no caso de *Documento BR* (2006), não se referem a algo vivenciado por ela, mas ao risco de padecer dessa experiência por ser mulher e por estar inserida em um contexto opressor. Tal sensação, como definiu Fátima:

> *É de estar inserida nesse meio.* [...] *Fiquei pensando, como mulher, como é ser e estar num ambiente que nos elimina, nos exclui* [...]*. As negações de direito que acontecem* [...]*. Quando a gente vai ver a vida desses produtores, desses pescadores* [em *A seca que matou os peixes* (2016)]*,* [...] *aí é um sentimento de perceber, assim, a ausência de intervenções que possam manter essas pessoas na pesca, naquilo que elas gostam de fazer. E no final,* [...] [em

> *Os quinzes* (2015a)] *vem muito a minha família e essa relação da produção lá. Que meu pai é apicultor, então, a leitura do terceiro fascículo* [caderno] *traz muito a minha vida, a minha origem, assim, no campo.*

Sobre *A premência pela água* (2017), mesmo contrária à transposição, Fátima não atribuiu parcialidade à forma como a editoria tratou do assunto. Vale lembrar que a participante é crítica do projeto, por entendê-lo a serviço da "*privatização da água*", como disse, estando os bastidores do Cinturão das Águas permeados por situações questionáveis, a iniciar pelas tomadas de decisão do Estado que excluíram a participação popular. "*Ao ler* [o caderno]*, a gente vai refletir também sobre isso* [...]*: o quanto essa disputa de poder vai aparecer dentro do texto, no que diz respeito a quem investiu recurso,* [...] *quem deixou de investir,* [...] *quem cumpriu com os prazos, quem não cumpriu*", afirmou. *A premência pela água* (2017) lhe estimulou a criticidade na medida em que "*traz essa contextualização maior do que está acontecendo* [sobre a transposição]", sem dar a entender que o jornal "*está aumentando*" ou manipulando fatos. O reforço em seu posicionamento político, também observado na interação com os materiais anteriores, levou a entrevistada a defender a inserção de O Povo no universo rural, qualificando-o como um veículo que informa sobre os problemas do campo e que compartilha de representações próximas às que a comunidade cultiva no dia a dia. Por isso, devido às leituras, tem-se que as ressalvas expostas por Fátima no começo da pesquisa foram desestabilizadas, fazendo-a se identificar com a amostra ao ancorá-la na alteridade camponesa.

Para Assis, último integrante desse subgrupo, o caderno que mais se aproximou de sua realidade como agricultor familiar e que pelo qual, justo por isso, melhor se sentiu representado foi *Os quinzes* (2015a). Sua correspondência resultou das apreensões leitoras, ou seja, da forma improvável e, ao mesmo tempo, socialmente influenciada como interagiu com as informações mediadas. Segundo Assis declarou: "[...] *até que vi histórias parecidas com a minha. Quando eu vi ali o rapaz de Madalena* [...] *que está trabalhando com a cultura da palma forrageira* [...] [figura 43]. *Me identifico, sim. Que realmente é o que eu faço, e o que a minha comunidade faz* [...]". Logo, *Os quinzes* (2015a) despertou em Assis um sentimento de satisfação análogo ao que Antônio relatou, por visualizar nas matérias imagens de "*agricultores contentes, falando da sua produção* [...] [e] *sobrevivendo do seu sustento*".

Figura 43 – Matéria de *Os quinzes* (2015a) sobre Daldécio Rocha, agricultor.

FORTALEZA · CE, TERÇA-FEIRA · 18 DE AGOSTO DE 2015

O POVO

OS QUINZES

3

RODRIGO CARVALHO

Daldécio Rocha cultiva palma no rancho Santo Antônio, em Madalena

Os reis da PALMA

OUTROS TEMPOS

CLÁUDIO RIBEIRO
CLAUDIORIBEIRO@OPOVO.COM.BR

O filho mais velho de José Daldécio Rocha, Dalton, 17 anos, se encaminha para ser doutor de prédio e casa. Daldécio hoje pode bancar os estudos de Engenharia Civil do menino, caros, numa universidade particular na Capital. O mais novo, Saulo, 14 anos, hora dessas deve ir também no rumo de Fortaleza, quando findar o Ensino Médio. O rancho Santo Antônio, distrito Cajazeiras, em Madalena, que era do pai de seu Daldécio, hoje tem mais de 12 hectares de cactos ao redor e, por isso mesmo, recuperou um futuro.

Pouco mais de meia década atrás, a família quase se desinteressou pela terra, agora próspera com o plantio de palma. "Pensamos em vender, ir embora pra cidade", admite o ex-caminhoneiro, sobre a ideia já totalmente descartada. "Foi justamente na seca que teve a virada", demarca.

Desde 2012, Daldécio tem quatro campos plantados de palma forrageira. Há uma paisagem de cactos que se estica no horizonte de frente de seu terreiro. Totalizam 15,75 hectares, onde são produzidas as sementes (raquetes) de palma da espécie gigante. O maior dos campos, o de 12,04 hectares, é o que está em frente ao seu rancho. Dependendo do porte da planta, pode passar de dois metros de altura e cada palma, com o devido controle de pragas, brota de 40 a 400 raquetes. A unidade é vendida a R$ 0,20 - ele assumindo o frete, sai a R$ 0,15.

Em Madalena, pelos números de controle da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematerce), Daldécio é o rei da palma. Em 2015, ele venderá ao Estado um lote de 1 milhão e 90 mil raquetes. Será apenas sua segunda colheita no rancho Santo Antônio. No Ceará, são 18 produtores que plantam para revender. No perímetro irrigado do Tabuleiro de Russas, um produtor vendeu mais três milhões dessas raquetes este ano. A colheita é comprada pelo programa estadual Palma Forrageira, que repassa as raquetes a pequenos agricultores familiares. Para que sejam replantadas e delas se forme a reserva alimentar dos rebanhos particulares. Triturada ou cortada, a raquete garante água, energia e sais minerais ao animal. Pode ser combinada a alimentos fibrosos para ganhar maior valor nutricional.

As palmas de Daldécio serão colhidas e distribuídas de outubro a março próximos. Há poucas chuvas projetadas para 2016 e a palma será uma garantia a mais para sustentar o animal no ano que vem. Porque a seca é certeza, a chuva é que nem sempre. Em Madalena, 400 propriedades cultivam a cactácea com acompanhamento técnico, para alimentar suas reses.

Daldécio não ficou rico, mas progrediu. Passou a investir no patrimônio, herança familiar, que um dia quase desacreditou. Às custas de palma. O poço novo, recém-cavado a 60 metros de fundura, não foi barato, deu trabalho, garante água para a travessia de mais um tempo de estio. O açude de frente da casa, seco há quatro anos, foi recuperado. Aumentou-se a parede para esperar a nova chuvada boa - que hora volta.

Daldécio comprou um trator novo, que não tinha, e adesivou sua marca de ferrar gado ao lado do motor. Orgulho. A cerca está pintada, alpendre arrumado. Gado, cabras e porcos gordos, as galinhas ciscam fartura. Casa cheia de sorrisos. Nem parece cenário de cinco anos de seca. Entre julho e agosto, n'O *Quinze*, a solidária Conceição visitava campos de concentração que guardavam esfomeados da penúria cearense. Sem perspectiva alguma. Madalena, que três décadas atrás era distrito de Quixeramobim, cruza novos julhos e agostos, tempos menos piores das secas de agora. (Com Demitri Túlio)

DEMITRI TÚLIO

Ampliar o cultivo

Há menos de dez anos, a palma de quintais e roçados era colhida por desesperançados de chuva. Qualquer muda servia de alento para conter a baba de sede do bicho nos currais. No século XIX, quando aportou no Brasil, a palma veio para produção de corante - extraído da colchonilha do carmim, uma praga que a consome - até se firmar como comida para o rebanho.

Sete anos atrás, o Ceará adquiriu 500 mil mudas trazidas de Pernambuco. Seria um teste para reforçar a segurança alimentar da pecuária leiteira. De alimentação, também passou a negócio a pequenos produtores. Em 2016, segundo o coordenador de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Ceará, Itamar Lemos, a meta é o Estado adquirir e distribuir 13 milhões de raquetes da palma forrageira, cinco milhões a mais em relação a 2015.

A proposta, segundo Lemos, é descentralizar e aperfeiçoar o plantio. Mais 26 cidades serão incluídas no cultivo irrigado, recebendo um hectare irrigado de palma.

Daldécio Rocha diz que também planeja ter garantia hídrica em um de seus campos, uma área irrigada reduz o tempo de colheita de dois anos para seis meses. "Quem planta palma no semiárido, não se preocupa com a alimentação do seu rebanho. Além de ser uma fonte de renda", reforça a gerente da Ematerce em Madalena, Maria Lúcia Vitoriano. A estimativa é que o Ceará tenha hoje 6 mil hectares plantados.

Fonte: acervo da pesquisa; *Os quinzes* (2015a, p. 3).

Quanto aos outros cadernos, Assis tomou *Documento BR* (2006) como um documento que comprova suas convicções morais e se mostrou generoso ao citar as lembranças provocadas por *A seca que matou os peixes* (2016). Interpretada como mecanismo de representação social

e, simultaneamente, como efeito de representações que situam e caracterizam lugares e pessoas (Jodelet, 2013; Moscovici, 2015b), a rememoração experienciada por Assis possibilita inferir que as formas simbólicas de *A seca que matou os peixes* (2016) serviram à negociação da alteridade dele com o jornal, estando o seu reconhecimento subscrito ao imaginário da estiagem. Dessa maneira, encontra-se consonância entre a imagem de seca mediada pelo caderno e as recordações de Assis evocadas pela leitura, tendo em comum nessa relação as narrativas de sofrimento no contexto da estiagem, como se observa neste recorte de sua fala:

> [...] *eu tive memórias, histórias que meu pai conta também, que sofreu muito com a seca dos* [anos] *70. Ele se deslocava daqui para... Talvez você não saiba, mas vou explicar: são as divisas-limite do município de Independência com Crateús, é numa comunidade chamada "Adão". E meu pai ia a pés* [caminhando] *nos* [anos] *70, ia trabalhar lá no Adão. Acho que passava de uns 60 km de distância. Então, eu vendo a história de sofrimento do povo com a seca, eu lembrei das histórias que meu pai sempre conta para mim.*

Já em *A premência pela água* (2017), as respostas de Assis circunscritas ao caderno foram vagas e indeterminam a análise de seu reconhecimento ou de seu estranhamento. Como exposto na última seção, sabe-se que o depoente é favorável às obras do governo, em especial ao projeto da transposição; na entrevista, ele também afirmou concordar com as reportagens, mas isso é insuficiente para definir se houve identificação com o material. No entanto, ao afirmar no final da entrevista que a sua opinião sobre o veículo mudou após a interação com os quatro cadernos, tem-se que o posicionamento de Assis convergiu com o dos participantes que se identificaram com as representações da editoria. Como declarou, Assis "*tinha o jornal O Povo como os outros jornais que noticiam* [...] *mais as partes negativas* [do Semiárido]"; após as leituras, passou a considerar que o periódico "*fez um trabalho importante,* [...] *mostrando as coisas que acontecem no Estado*". Nesse discurso elogioso, vê-se que Assis deslocou O Povo da classe das mídias que desvalorizam o campo e o camponês para o grupo das que valorizam, tendo seu reconhecimento identificado pela mudança de opinião sobre o periódico e, mais profundamente, pela reversão do preconceito circunstanciada aos quatro cadernos da amostra.

Diferentemente do bloco dos seis camponeses cujo reconhecimento se deu com todos os cadernos, Cícero negociou a identificação especificando com qual caderno se identificou e com quais não estabeleceu esse sentido. As colocações foram ponderadas por ele e abrangeram ao menos um destes motivos: possuir relação com sua rotina; relacionar-se a algo já vivenciado por ele; ter acontecido onde mora ou morou. Dos três primeiros cadernos, Cícero foi enfático em dizer que não se reconhece em *Documento BR* (2006), porque nunca sofreu violência ou exploração sexual, apesar do caderno ter lhe feito refletir sobre o "*abandono* [das vítimas] *por*

parte do poder público", como respondeu. Cícero também não se reconheceu em *A seca que matou os peixes* (2016), pois o caderno teria tratado de "*uma realidade de outro município*", não vivenciada por ele nem por sua família, já que no local onde vivem "*acontece pescarias, mas* [...] *você pesca mais para o consumo mesmo da família*", configurando-se como pescarias ocasionais, atreladas a outros meios de subsistência, se comparadas às reportadas no caderno.

Quanto ao caderno com que ele se reconheceu, *Os quinzes* (2015a), a identificação foi estabelecida com base nas práticas e crenças que compartilha acerca da cultura da convivência e que estariam representadas no caderno. Para Cícero, as reportagens lhe foram familiares, pois "*falam nessa questão da sobrevivência, das novas tecnologias com o Semiárido*". Assim, ao longo da leitura de *Os quinzes* (2015a), conforme completou: "*Foi me aparecendo algumas ideias, que foram acontecendo durante a minha experiência de vida também, em relação, por exemplo, às cisternas de placa, que não tinha antigamente*" – uma tecnologia social que, segundo o entrevistado, permite o sujeito "*ir experienciando* [o campo]", driblando a escassez. A negociação de reconhecimento também se deu na interpretação das fotografias dos cadernos, mantendo-se contrário aos estereótipos que percebeu nas publicações. Dessa maneira, em *A seca que matou os peixes* (2016), Cícero criticou a ilustração da capa, que retrata um açude seco, com chão rachado. Para o entrevistado, a editoria poderia ter incluído fotografias de épocas chuvosas e de outras bonanças no sertão, ao invés de explorar as imagens de sequidão (figura 44). Como continuou Cícero, a representação exacerbada sobre a seca e o próprio tema das reportagens aludem à "*ótica que o jornal quer mostrar*", com predomínio de simbolismos sobre um sertão improdutivo, ressaltando expressões e formas que configuram negativamente o Semiárido e seus sujeitos. Já em *Os quinzes* (2015a), Cícero elogiou a escolha das fotografias publicadas, pois essas representariam para ele a possibilidade real da convivência local.

Figura 44 – Páginas de *A seca que matou os peixes* (2016) aludindo à sequidão.

Fonte: acervo da pesquisa; *A seca que matou os peixes* (2016, p. 2-3).

Sobre a experiência com *A premência pela água* (2017), as informações mais técnicas do caderno não lhe foram empecilho de leitura, mas fator motivador de interação, devido à sua familiaridade com números. Assim, Cícero dialogou com a exposição do jornal sobre o tema, relatando que a editoria não tomou partido pela transposição nem se mostrou contrária, mas que comunicou sobre a finalidade da obra, sobre os impedimentos da conclusão e sobre alguns impactos causados por onde percorrem os canais. O participante percebeu que os jornalistas deram destaque à estética da construção, com fotografias que realçam a obra, caracterizada por ele como um "*megaprojeto*", mas que isso corresponderia à dimensão física do Cinturão da Águas e não a um artifício ideológico articulado pelos jornalistas. Com isso, considera-se que o posicionamento de Cícero diante das representações materializadas em *Os quinze* (2015a) e *A premência pela água* (2017) foi favorável à sua identificação, mesmo que negociada, uma vez que a editoria teria "*mantido um certo grau de realidade*" sobre os temas explorados.

Sobre Lurdes, o processo de reconhecimento dela com a amostra foi tão seletiva quanto Cícero. Na leitura, o caderno que mais a motivou foi *Os quinzes* (2015a), por se aproximar do modelo de convivência defendido por ela, bem como da figura de camponês designada por ela

que, como visto, é a de alguém encarnado por estereótipos que circulam na comunidade rural: um sujeito fiel ao campo, de aparência específica, por vezes rudimentar, e saber vinculado à produção, inscrito em valores, princípios e tradições locais e que resiste aos desafios sociais e climáticos da região. Por suas palavras, o caderno traz a imagem de "*um herói"* que, mesmo quase sucumbindo às secas, consegue se reestabelecer e produzir, indo também ao encontro das representações da editoria refletidas no capítulo anterior. Já o material com que Lurdes menos se identificou foi *Documento BR* (2006), pelo fato dela não ter passado pela situação reportada e por se dissociar do que julga ser a causa do problema. Esse caderno lhe produziu indignação, suscitando o seu modo de pensar ancorado na moralidade camponesa, como exposto abaixo:

> [...] *como eu já falei, eu não acho que é a necessidade que leva, não. É porque é a vaidade ou o que é que leva isto aí. E se é certo ou se é errado, mas, se não é certo, por que que não existe uma maneira de amenizar? Eu sei que tem muitas coisas que a gente fala assim: "é causa perdida". Não sei se é uma causa perdida.* [...] *Muitas vezes, as pessoas culpam a falta de emprego, mas eu* [...] *acho que é da pessoa. Porque eu sei que tem falta de emprego, mas quem se envolve mais nisto aí são quem mais tem.* [...] *Algumas têm lucro com isto aí. Então, não é falta de emprego. É falta de... Não sei.*

As fotografias dos cadernos colaboraram com as negociações de Lurdes, principalmente as de *Os quinzes* (2015a) e de *A seca que matou os peixes* (2016), interpretadas por ela como sendo retratos literais ou fidedignos do sertão e do sertanejo; nas imagens, também estariam encarnados os estereótipos compartilhados por ela em comunidade. Conforme disse Lurdes, o fotógrafo teria produzido essas fotos "*porque quis mostrar não só na teoria, mas na prática* [...]*, o que* [o sertanejo] *fez, o que faz, o que produz, de onde isso aí* [acontece]", uma decisão acertada, pois, como continuou: "[...] *o trabalho do campo devia ser mais identificado* [pela mídia]. [...] *Porque o homem do campo, ele é um herói* [...]*,* [devido a] *o seu jeito, a sua maneira de sustentar a família*". Com isso, a experiência estética de Lurdes cooperou com o seu reconhecimento negociado. Em *A seca que matou os peixes* (2016), a participante ainda atentou para a representação social da água como uma *fonte de vida* e afirmou:

> [...] *se você tiver água, você produz. Eu morei num lugar que tinha um pequeno açude, e tinha bananeira, tinha cana, tinha tudo* [...]*, então a terra era fértil.* [...] *Neste quintalzinho meu aqui, eu colho graviola, já colhi banana, limão, tenho a* [palma] *forrageira, colho verdura, sendo tomate, às vezes, beterraba* [...]. *Se tiver água, você produz até em pedra.*

Quanto ao *A premência pela água* (2017), Lurdes não respondeu de maneira objetiva se ela se reconhecia ou não nas representações, porém as apreensões de sentido, compreendidas

na tese como exemplares de uma leitura de tipo improvável ou não autorizada, põem em xeque a identificação dela com as representações do caderno, pois decorrem do estranhamento em relação à linguagem adotada pelo núcleo do jornal. Por outro lado, a sua opinião favorável ao projeto da transposição do rio São Francisco, desde que esse cumpra a finalidade de auxiliar os camponeses na estiagem, aproximou-a da abordagem trazida pela editoria. Como visto na última seção, *A premência pela água* (2017) lhe estimulou a pensar sobre as intenções por trás dos atrasos, assim como fizeram Fátima e os outros que tiveram apreensões semelhantes. Percebeu-se o caráter mediacional das reportagens, das fotografias e da estética do caderno como elementos que fomentaram nela um julgamento que, como se sabe, está socialmente amparado. Assim, mesmo que não seja possível definir o reconhecimento de Lurdes em relação ao *A premência pela água* (2017), entende-se que as particularidades de sua leitura cumpriram um papel informacional para a entrevistada, dialogando com a sua maneira de pensar sobre si, o outro e o mundo e fortalecendo as ordenações que estruturam a sua alteridade.

Sobre as relações de Rita, que havia assumido uma crítica radical à grande imprensa e a O Povo, a opinião dela sobre o jornal sofreu alteração após a interação com os três primeiros cadernos especiais, passando a sustentar que a editoria estaria comprometida com o universo camponês, pois promovera espaço para que os sujeitos pudessem ser vistos e ouvidos. Nas palavras dela, em confronto com seus pré-julgamentos: "*Eu acho que o que chama atenção* [nos três primeiros cadernos] *é isso, esse trabalho, assim, tão importante. Que a gente precisa dar visibilidade* [...]*, porque é fundamental para o bem viver* [no Semiárido]". Dessa feita, Rita se identificou com esses materiais, porque, como justificou, esses teriam colaborado com princípios e valores priorizados por ela, dialogando com as causas que milita. Especificamente, *Os quinzes* (2015a) e *A seca que matou os peixes* (2016) reforçaram as formas de alteridade em que Rita se coloca, fazendo-a sentir-se "*contemplada* [após a leitura]*, porque é uma realidade que a gente vivencia*". Os dois cadernos também provocaram em Rita lembranças da infância, o que permitiu que, afora a base política, o processo de reconhecimento da depoente fixasse ancoragem na subjetividade advinda da rememoração, como indica este trecho do relato dela:

> *Todos os domingos, o açude, quando enchia,* [...] [seu pai] *se reunia com a família e convidava mais algumas pessoas* [...] *para fazer a pescaria. E aí retirava sacos e mais sacos de peixe. E ali, a gente se sentava na calçada, e todo mundo ia ajudar, pegar o peixe, tratar e tudo. E era, assim, algo tão gostoso* [...]. *Eu me vi muito, aqui* [em *Os quinzes* (2015a) e *A seca que matou os peixes* (2016)]*, me identifiquei* [pela lembrança suscitada].

Ainda sobre *Os quinzes* (2015a), Rita declarou que esse "*traz a trajetória que a gente vem aprofundando na nossa formação*", em "*fazer com que as pessoas reconheçam que aqui* [no sertão] *é o seu lugar*", ressaltando a dimensão gregária cultivada em seu contexto. Sobre *Documento BR* (2006), o reconhecimento se deu porque o caderno estaria a sugerir "*um certo paralelo*" não apenas com a militância política abraçada por ela, mas também com o trabalho da rádio que, como estudado, em parte se comporta como extensão dessa militância, tratando também "*dessas temáticas* [de violência contra as mulheres]", como defendeu. Da mesma forma que os outros participantes, Rita comentou que a exploração sexual é uma questão abafada em Independência, diante disso, *Documento BR* (2006) a teria estimulado a, na rádio, trazer à tona o assunto, promovendo a conscientização dos ouvintes, a denúncia e o combate.

A respeito de *A premência pela água* (2017), Rita afirmou não ter se reconhecido nesse, apesar das reflexões que a sua leitura provocou sobre as desigualdades sociais e as ilusões plantadas por governantes. Segundo ela, ao menos dois fatores contribuíram com o entrave: a estética e o assunto do caderno. Pela resposta de Rita: "*Eu sempre acho que os grandes projetos* [do governo] *têm algo por trás, têm interesses políticos de engrandecimento, sempre para os* [grandes] *proprietários. Eu tiro pela realidade daqui* [de Independência]". No entanto, a avaliação de Rita sobre a investigação dos repórteres foi positiva, pois os profissionais teriam trabalhado a pauta jornalística de modo "*bastante neutro*", colocando "*muito na linha técnica a realidade que é a transposição*", sem "*nenhuma tendência para o favorecimento ou não desse projeto*". Com relação à estética ou à linguagem de *A premência pela água* (2017), em diversos momentos da entrevista, Rita frisou a sensação de impessoalidade mediada pelo caderno, preferindo o estilo dos três primeiros, interpretados por ela como sendo "*humanizados*" e mais coerentes com o modelo cultural e político de como o Semiárido deveria ser representado.

Com isso, de acordo com o que Rita respondeu, *A premência pela água* (2017) foi, para ela, "*ruim de ler*", um caderno com "*linguagem mais difícil de compreender*", que embora traga "*um tema* [que versa sobre o abastecimento de água] *muito fundamental* [aos camponeses]", ao falar de "*um grande projeto,* [...] *que foi promessa em palanque dos políticos*", isso lhe teria desestimulado a leitura e o reconhecimento. Pode-se, então, dizer que Rita não se identificou com *A premência pela água* (2017) e que a depoente preferiu se manter firme nas convicções, não cedendo à estratégia editorial nem se permitindo negociar a alteridade no que tange a essa temática, sustentando a imagem negativa que o projeto possui no universo rural estudado, em que a transposição alude à ação de poderosos contra a natureza e as minorias camponesas.

Acerca de Benigna, que não se identificou com nenhum dos materiais da amostra, seu estranhamento e rejeição às representações materializadas nos cadernos foram semelhantes às

relações estabelecidas por Cícero e Lurdes. Dessa forma, porque nunca conviveu com grandes açudes, nunca pescou nem possui parentes que pesquem ou tenham pescado, Benigna afirmou não se reconhecer em *A seca que matou os peixes* (2016), classificando-o como um relato que, embora remeta ao estado de sofrimento comum na estiagem, distancia-se de sua realidade devido ao enfoque dado pela editoria nos sertanejos que dependiam dos peixes dos reservatórios. Como declarou: "*A gente quase que não usa nem peixe* [em Independência]". A lógica foi aplicada em *Documento BR* (2006), repetindo as justificativas de quem nunca sofreu do abuso e que não visualiza com clareza o problema no município. Para Benigna, a exploração e a violência sexual, bem como a prostituição, quer envolva menores de idade ou não, são algo "*camuflado*", completando que: "*Não é mais como foi no tempo da reportagem* [2006] [...] [que] *era nas estradas, era nos postos, era muito exposto. Hoje é camuflado, mas ainda existe*".

Sobre *Os quinzes* (2015a), a rejeição de Benigna ao caderno refletiu as apreensões mobilizadas por ela na leitura que, como analisado, aludiram às formas improváveis ou não autorizadas de sentido, impregnadas por estranhamentos. Com isso, quando perguntada se ela se visualizava em *Os quinzes* (2015a), a participante recuperou a interpretação que fizera, de que a editoria "*enfeitou muito*" a seca e o sertão, confirmando a não adesão às representações. Pelas colocações da participante, reforça-se o que foi estudado em relação à sua capacidade de sobrepor impressões, experiências e memórias pessoais às prescrições dos cadernos, divergindo do que a maioria dos leitores designou em *Os quinzes* (2015a). Portanto, Benigna manteve a relativa autonomia, priorizando sua subjetividade atrelada ao sofrimento do passado e, dessa maneira, transgredindo os direcionamentos aprendidos em comunidade acerca da cultura da convivência. Em tom de sabedoria, em seus 78 anos, ainda afirmou: "*A gente tem que aprender a conviver com a seca, mas a seca não sai daqui da* [região]*, nem das nossas cabeças*".

Os sentidos improváveis ou não autorizados apreendidos na leitura também demarcaram espaço no não reconhecimento de Benigna em *A premência pela água* (2017). Mantendo a compreensão de que o caderno estava a falar sobre beneficiar exclusivamente a capital cearense e a Região Metropolitana, além do fato de desconfiar dos grandes projetos conduzidos pelo governo no Semiárido, Benigna não se dobrou às representações do caderno. Ao ser indagada se culpabilizava a editoria pelo suposto equívoco informacional, a entrevistada afirmou que "*o jornalista* [...] *é contratado para falar daquilo*", sugerindo que O Povo estaria a serviço do Estado, corrompendo o propósito da transposição. Seu julgamento incidiu com mais ênfase na classe política, reproduzindo o posicionamento exposto na seção passada. Como declarou:

> *Então, eu não boto nem culpa no jornal, não. Eles* [os jornalistas] *estão lá para isso. Contratam eles para falar disso. Estão lá ganhando o dinheiro deles.* [...] *É que os políticos, eles* [...] *se preocupam com uma obra grandiosa para chamar a atenção.* [...] *Onde existem outras necessidades.*

Nesse relato de Benigna, talvez a crítica ao núcleo de O Povo tenha sido suavizada graças à lembrança que ela cultiva do jornal – local onde um de seus filhos teve o primeiro emprego, vale recuperar. Por outro lado, assim como Rita, Benigna se mostrou veementemente contrária à transposição e, por consequência, contrária às representações usadas no caderno para informar sobre o Cinturão das Águas. Na operação, Benigna mesclou influências do contexto, tanto as ligadas à crítica social, como as orientadas pela moralidade compartilhada na região, defendendo que as obras do Cinturão geram danos, porque ferem o curso do rio para alimentar a ganância de poderosos, tal como acusou Clemente, seu companheiro na paróquia. Assim, Benigna rejeitou a ideia de se reconhecer nas representações materializadas nos quatro cadernos da pesquisa, o que enfatiza o seu protagonismo leitor e realça a complexidade das relações culturais inscritas no meio rural estudado, cercadas por ordenações e contradições.

Porém, mesmo considerando Benigna, que não se identificou com a amostra, e os três integrantes que se reconheceram parcialmente nos materiais (Cícero, Lurdes e Rita), é possível afirmar que a interação dos dez participantes do grupo com os cadernos foi produtiva, sendo acompanhada por movimentos que lhes fizeram repensar ou reforçar a alteridade, assim como apreender novidades, entendidas na análise como *formas de conhecimento*. Isso vai ao encontro da finalidade do fenômeno de mediação informacional, pretendida tanto pela equipe do jornal, em sua estratégia de criar e sustentar vínculos sociais, como pela Ciência da Informação, área que se importa com o modo pelo qual os saberes são materializados e apropriados, visando a emancipação social (Dumont, 2020; Gomes, 2019; 2020). Assim, na perspectiva do campo científico, entende-se que tais relações de sentido, logo, informacionais, comportam-se como resultado das leituras provocadas, servindo ao processo de reconhecimento ou estranhamento dos sujeitos com o que leram, atuando ainda como evidência dessa negociação simbólica.

Sobre as *formas de conhecimento* – aprendizados, lições ou novidades – procedentes das interações leitoras, teve-se que: houve reforço de convicções de mundo; apreensão de informações a que não tinha acesso ou desconhecia existir; incentivo a reflexões sobre o meio em que vive, despertando novas maneiras de se perceber como sujeito do Semiárido; motivação para continuar em defesa do campo e seus sujeitos; e revisão de preconceitos. Dos seis sujeitos que se reconheceram em todos os cadernos, tem-se que o seguinte discurso de Fátima sobre *A premência pela água* (2017) é emblemático, porque reúne alguns desses tópicos na mesma

experiência leitora. Segundo a participante, o caderno em questão lhe "*trouxe muitos elementos, muitas informações novas, muitas curiosidades*", fortalecendo "*aquilo que* [ela] *já imaginava sobre o projeto* [da transposição] *e sobre os impactos* [naturais e sociais potencialmente danosos]", causando-lhe "*muito espanto*" ao conhecer os detalhes da má gestão do governo.

Com isso, apesar de se reconhecer no caderno, o posicionamento de Fátima contrário à transposição foi reforçado pelas informações apropriadas por ela, que alimentaram seus argumentos de que o projeto seria mais uma proposta ilusória do poder público sobre sanar a escassez de água no Ceará. Isso lhe teria feito refletir sobre os movimentos de luta e sobre a alteridade da qual ela é partidária e se coloca, fazendo-a mudar o pensamento acerca do jornal e estabelecendo a identificação com as representações sociais materializadas no caderno, como se observa neste trecho que complementa o extrato anterior de sua fala:

> *Muda* [o preconceito em relação ao jornal] *no sentido de olhar e dizer:* "*poxa, tem muito mais informação, traz muito mais reflexões, tem uma abordagem muito bacana, e tem muita coisa aí que eu não conhecia, que eu não sabia".* [...] *Então, o meu olhar vai muito nesse sentido de como essas abordagens, elas são importantes, e a gente não conhece.* [...] *E não só agora* [em *A premência pela água* (2017)]*, nos quatro* [cadernos da amostra]*, na verdade, eles trazem abordagens que a gente, às vezes, não para para refletir.* [...] *Foi importante, inclusive, para mim, para melhorar ainda mais o conhecimento sobre as temáticas e conhecer sobre o próprio jornal, as próprias abordagens e de como a vida* [no Semiárido] *está dentro delas.*

Dentre os três camponeses que se identificaram parcialmente com os cadernos especiais da amostra, intervindo nas prescrições da editoria com uma seletividade mais evidente, tem-se em destaque Lurdes, que apreendeu lições que também vão ao encontro de sua lógica de mundo, que mistura as ordenações da comunidade, no que diz respeito ao posicionamento político e à criticidade social, com a moralidade que desabona e exclui pessoas, principalmente mulheres. Mesmo não se reconhecendo em *Documento BR* (2006), ela expôs que o caderno, juntamente com *A seca que matou os peixes* (2016), serviu-lhe de lição para que se tenha:

> [...] *consciência que o campo é a vida de onde você nasceu* [sic]*. Porque eu acho que quem vive no campo nunca deve trocar o campo pela cidade, nunca deve trocar o seu lugar por outro lugar. Buscar o quê, em outro lugar?* [...] *Que o povo tem um dizer que "a vida é dura para quem é mole".* [...] *Então, eu acho que* [...] *a gente não deve abandonar aquilo que tem* [casa, família, valores] *para buscar* [uma felicidade ilusória]*, como no caso* [dos cadernos] [...]*. Pode até ter* [algo melhor noutro lugar]*, mas não é para você.*

Nesse recorte da resposta de Lurdes, vê-se como a leitura reforçou as convicções da depoente, que refletiu sobre si e sobre o outro ancorada em fatos e personagens narrados em

Documento BR (2006) e *A seca que matou os peixes* (2016). Sustentada pela dimensão formativa de sua cultura, a fala de Lurdes também carrega um conselho aos camponeses para que eles, assim como ela, não abandonem o território nem a essência atribuída à vida no campo.

Quanto à Benigna, que não se reconheceu nos cadernos, ela revelou ter tido contato com informações novas em *A seca que matou os peixes* (2016) e em *A premência pela água* (2017). Sobre o primeiro, esse lhe teria propiciado conhecer a variedade de cardumes que habitavam os açudes antes de secarem; sobre o segundo, a quantidade de verba direcionada à construção dos canais, usando isso para fortalecer a crítica ao projeto. Nas palavras de Benigna: "[...] [a leitura de *A premência pela água* (2017)] *foi só para mim ficar sabendo do montante de dinheiro que eles* [os políticos] *gastaram.* [...] *Depois que a gente lê, a gente vê que o emprego de dinheiro foi grande demais!*". Por isso, pode-se considerar que houve apreensão de conhecimento e que as apropriações reforçaram convicções acerca do projeto como sendo enganoso e politiqueiro, em movimento similar ao de Fátima. Aos demais cadernos, Benigna não atribuiu aprendizado, alegando que trouxeram assuntos dominados por ela na experiência camponesa. A entrevistada avaliou que os jornalistas visitaram o Semiárido determinados a escrever histórias específicas e que "*ficaram ali*", restritos aos enfoques. "*Eu digo que o jornalista já vem praquilo, praquele determinado foco. Ele não vem aleatório. Aí, dentro desse foco, o jornal trabalha muito bem. A gente lê, a gente compreende e a gente até se vive naquele momento*", declarou. Assim, revelando o que acredita ser a estratégia das reportagens e sustentando não se reconhecer nos cadernos, porque a realidade à qual a depoente se inscreve excede as elaborações do jornal, Benigna concluiu que as leituras lhe serviram como "*maneira da gente também se conhecer melhor*", quer dizer, de pensar sobre si e sobre seu contexto e alteridade.

Como exposto acerca da relativa autonomia nas negociações de reconhecimento e de apropriação informacional, o tensionamento feito pelos camponeses aos cadernos atesta a não passividade desses sujeitos diante das prescrições editoriais às quais tiveram acesso e do poder articulado por O Povo como veículo agenciador de formas simbólicas. Nas entrevistas, foi aberto espaço aos participantes do grupo para que manifestassem críticas e sugestões sobre o que leram, a fim de tonar mais clara a não passividade observada. Dos dez pesquisados, apenas dois (Francisca e Assis) não empregaram qualquer crítica ou sugestão aos cadernos especiais e ao jornal, externando satisfação com o que leram. Enquanto isso, os demais camponeses não se eximiram de apontar limitações nas coberturas conduzidas pela editoria, fazendo mais uma vez referência às práticas, saberes e juízos compartilhados por eles em comunidade.

As críticas e as sugestões registradas não contemplaram apenas o gosto individual dos leitores sobre o tratamento editorial executado pelos jornalistas, mas os possíveis marcadores

de diferenças reproduzidos na amostra. Das críticas e sugestões sobre estética e outras escolhas editoriais, têm-se as declarações de Cícero, Lurdes, Rita, Josias e Benigna, que demonstraram descontentamento e/ou estranhamento com a linguagem de um ou mais cadernos, notadamente com *A premência pela água* (2017), caracterizado como confuso e impessoal. Ainda sobre a dimensão técnica e estética, Cícero e Antônio indicaram pautas para investigações futuras de O Povo no Semiárido, como a educação no campo e a juventude politicamente engajada – assuntos vinculados à pedagogia da EFA Dom Fragoso e à rotina desses entrevistados.

Como ilustração disso, tem-se esta proposta de Cícero sobre abordar: "[...] *como é que a juventude, hoje em dia, está interligada à temática do campo. Como é que se interliga, por exemplo, o campo e a educação* [...]. *Ver como a juventude vem experienciando* [...] *as coisas do campo*". As recomendações de Antônio foram similares às de Cícero, ao dizer que sentiu "*falta* [da presença] *do jovem nesse material*", de "*como os jovens estão inseridos dentro dessas atividades, no nosso cotidiano, nas nossas comunidades*". Antônio também alertou sobre a necessidade de mais publicações voltadas à "*assessoria técnica no campo*", como maneira do agricultor "*chegar mais longe*" e desenvolver a produção, além de citar tópicos mais explícitos sobre fatores sociais que agravam as secas e as desigualdades, como o uso de agrotóxicos, as intervenções do agronegócio e a ineficiência das políticas públicas nos municípios sertanejos.

No que diz respeito aos marcadores de diferenças inscritos nos cadernos e percebidos pelos participantes, houve reclamações sobre o fato dos jornalistas não retornarem aos locais reportados para verificar possíveis mudanças de realidade. Como analisado no capítulo quatro, a volta aos lugares e às pessoas narradas nos cadernos não acontecia com a mesma sistemática com que eram feitas as incursões para novos projetos, de modo que os impactos nos ambientes e nos sujeitos reportados não eram aferidos com profundidade pelo núcleo investigativo nem pela direção do periódico, mas estimados por via das repercussões geradas pelas publicações e centradas no beneficiamento do jornal, como prêmios e patrocínios conquistados pela equipe, afora debates e palestras mediadas em âmbito midiático e universitário. Na época, essa ausência, além de ressaltar a primazia informacional e representacional de O Povo em contraste com a irregularidade das distribuições operacionalizadas, principalmente, no interior do Ceará, colaborava com a inserção ilusória ou condicionada dos sujeitos do Semiárido nas produções de cadernos especiais, visto que, em termos midiáticos, a visibilidade desses sujeitos estava condicionada aos interesses e às limitações da empresa de comunicação, que falava sobre eles de maneira atravessada por rupturas inscritas nos contextos rural e urbano às quais O Povo se inseria, sofrendo e reproduzindo as diferenças sociais.

Como disse Clemente, aludindo à relação de ausência ou de não retorno de O Povo nas localidades rurais reportadas e cobrando desse veículo uma postura mais combativa frente às desigualdades sociais: "[...] *é claro que vocês* [os jornalistas] *mostraram a realidade, mas, com certeza, têm situações bem mais gritantes em outros espaços* [...]. *Não acho que foi incoerente com aquilo que vocês* [os jornalistas] *estavam buscando mostrar*", mas faltou explorar:

> *O que que mudou nessas realidades. A gente às vezes identifica o problema, mas depois, também, como é que a gente vai ajudar a superar o problema? Talvez aí mostrar também qual a participação do poder público neste sentido de ser presença. Porque pode ser também um dos fatores dessas várias realidades* [problemáticas reportadas]*: a ausência de políticas públicas que ajudem o jovem, as famílias, os trabalhadores.* [...] *Então, como é que o Estado pode ser mais presente nestas situações,* [...] *não somente o Estado, mas também a sociedade civil como um todo.*

Com isso, embora o núcleo do jornal não se abstivesse do propósito de incomodar o poder público, as ações materializadas nos cadernos especiais não repercutiram com a devida resposta junto ao grupo leitor. Talvez porque a editoria não fosse de todo autônoma, mas subordinada à instituição *O Povo* que, por sua vez, não é um veículo independente, pois pertence a um circuito de imprensa cuja lógica está regulada por processos destoantes das mídias alternativas, consumidas pelos camponeses. Não à toa, como declarou Rita, mesmo que a equipe de O Povo tenha produzido informações sensíveis e favoráveis à alteridade camponesa, faltou ao núcleo "*interagir com os movimentos sociais*" aos quais ela e outros participantes consideram indispensáveis para "*provocar o poder público*". Assim, mediante o crivo dos depoentes engajados nas lutas pela emancipação social no campo, as reportagens de O Povo necessitam romper com paradigmas que, localmente, esses sujeitos já se lançam a fazer por via de seus próprios meios e ações de comunicação.

Outro exemplo de marcadores de diferenças ressaltados pelos leitores se deu pela intervenção de Fátima, que percebeu termos preconceituosos em *Documento BR* (2006), compreendendo-os como indício cultural da época dessa publicação. Segundo relatou Fátima:

> *Têm algumas palavras lá* [em *Documento BR* (2006)]*, aqui ou ali, que foram escritas* [com contação preconceituosa]*. Mas também eu fui olhando muito nessa perspectiva de que vão acontecendo mudanças e que hoje a gente usa outros tipos de palavras.* [...] *Então, eu vejo que foi muito mais do contexto, algumas frases que foram aparecendo e palavras.* [...] *E que, no decorrer das discussões, da evolução, a gente foi mudando e entendendo como uma frase machista e tal* [algo que seria normal em 2006, mas que hoje não é mais].

No momento da entrevista, Fátima não conseguiu lembrar quais termos foram esses que a incomodaram, mas uma verificação rápida no documento revelou as seguintes expressões e frases socialmente sensíveis e excludentes: “bichas”, em *Documento BR* (2006, p. 3); “quibas”, “meretrizes”, “crianças biscateiras e descoladas”, “com essa ou aquela zinha decotada, perfumada e resolvida”, “enxame no furdunço”, “cinturão de puteiros” e “jeitosas da sede ou putas de fora”, em *Documento BR* (2006, p. 4); “O papo rola solto com o jornalista, o fotógrafo e o motorista [...]. Amenidades, confidências e sacanagens”, em *Documento BR* (2006, p. 10); e “cafetina” e “lupanário”, em *Documento BR* (2006, p. 11), como ilustra a figura 45. Afora o condicionamento temporal considerado por Fátima, essas construções verbais podem ser fruto da licença poética apropriada pelos repórteres às matérias, na intenção de interagirem com os contextos investigados e de incorporarem traços do vocabulário popular, compondo a estética de viés etnográfico e literário (Girardi Júnior, 2000; Martinez, 2017) que moldava os cadernos.

Figura 45 – Páginas de *Documento BR* (2006) com representações excludentes.

Fonte: acervo da pesquisa; *Documento BR* (2006, p. 4-5).

Entretanto, a despeito da passagem do tempo e das mudanças políticas da linguagem, as formas simbólicas depreciativas em *Documento BR* (2006) podem continuar a afetar sujeitos,

como aconteceu com Fátima, pois se referem à objetivação compartilhada socialmente. Assim, ainda que não tenha havido esta intenção na editoria, as representações do caderno estimulam hoje a pensar em como o jornal e sua rede de investidores, inscritos no tecido social e desigual, promoveram esse *cenário radical de alteridade* (Jodelet, 2005), em que as construções em questão, datadas e hipoteticamente vencidas pelas regras que controlam os atuais discursos, não têm anuladas o efeito excludente. Por isso, *Documento BR* (2006), produzido para denunciar um esquema desumano e colaborar com a justiça social, em paralelo, tem o potencial de evocar o imaginário da opressão, reverberando modos pejorativos de classificar sujeitos, inserindo-os numa trama social perversa (Sawaia, 2014b), tal como indicou a leitura de base moral efetuada pela maioria dos camponeses, que encontraram no caderno espaço para seus preconceitos.

Por fim, outra manifestação de diferenciação mediada pela amostra dos cadernos especiais foi indicada por Josias, que percebeu que Independência não foi contemplada nos materiais lidos. Para o participante, a ausência do município nas reportagens favorecia o sentimento de baixa autoestima de parte de seus habitantes e um estigma recente pelo qual Independência se tornou localmente conhecida como "*a cidade do já teve*", referindo-se ao esvaziamento de setores do comércio e de agências bancárias que, após uma série de assaltos ocorridos nos últimos anos, migraram para Tauá e Crateús, seus vizinhos, cujos perímetros urbanos são mais desenvolvidos em comparação com o de Independência. Segundo Josias:

> [...] *bom seria que, um dia, uma pesquisa* [reportagem] *pudesse contemplar* [Independência]. *Não sei se tem essa pesquisa, mas* [a editoria] *ficou ali, perto de Boa Viagem, Tauá, e voltava, e não chegava a Independência. Então, a população também queria ter um conhecimento mais amplo sobre o que acontece* [no município] [...]. *E essas pesquisas que os cadernos trouxeram, esses três* [primeiros da amostra]*, é algo muito gratificante, porque a gente fica conhecendo algo que era escondido* [na região].

Nesse registro de fala, ao lamentar o suposto esquecimento do núcleo de O Povo em relação a Independência, Josias faz alusão à baixa autoestima do município – o qual, para alguns independencianos, situa-se à sombra do progresso atribuído a Tauá e a Crateús –, como também às limitações de acesso à informação sofridas pelos moradores que, como denunciado pelos camponeses, por vezes ficam reféns das manobras dos que assumem cargos públicos, quando estes manipulam notícias e acontecimentos em favor de si, agravando os problemas locais. Conforme Josias, se a realidade de Independência fosse reportada com profundidade, isso estimularia mudanças, pois a cidade e seus problemas ganhariam notoriedade e os desmandos políticos seriam confrontados pela população informada, contribuindo com a melhoria de vida

no município e sua consequente autoestima – um pensamento que converge com a proposta da editoria de gerar debates e conscientização pública por intermédio das reportagens.

Na lógica de Josias, a suposta negligência dos jornalistas estaria alimentando e sendo alimentada por marcadores de diferenças que afetam o dia a dia dos entrevistados e que se referem, especificamente aqui, à baixa autoestima local, vivenciada por uns, e à estratégia da desinformação atrelada às disputas políticas, criticada por outros. Diante disso, é importante esclarecer que a exclusão observada por Josias se deve em parte às escolhas metodológicas da pesquisa, uma vez que, para a composição da amostra dos cadernos, foi dada preferência às edições novas, o que retirou de cena os materiais que abordam Independência – e que são: *Desertos do sertão* (2007), *Planeta seca* (2012) e *A peleja da água* (2013) –, para dar lugar ao *A seca que matou os peixes* (2016), mais atual e com mesma temática. Isso reacende o que foi tratado em outros momentos da tese sobre o impacto das ações deste pesquisador na mediação das representações, uma intervenção prevista pela natureza qualitativa do estudo empreendido e pelo fundamento das representações sociais, uma vez que todo processo de inclusão ou de agrupamento acontece inexoravelmente demarcado por exclusões. Nessas condições, há o frequente risco de que a pesquisa reproduza diferenças sociais, motivo pelo qual foi priorizado o compromisso ético desde o planejamento da investigação à defesa da tese.

Quanto aos três cadernos que incluíram Independência nas coberturas e que não foram acessados pelos camponeses, tem-se que, assim como *A seca que matou os peixes* (2016), esses correspondem à fase da profusão da editoria, tendo sido editados para reportar sobre cenários de escassez resultantes da estiagem no Ceará. Em *Desertos do sertão* (2007, p. 4), o distrito Iapi é citado na coordenada “Senta-se pra ver conversa”, da matéria “Busca de respostas em Tauá”. Em *Planeta seca* (2012), além da fotografia usada na capa, registrada em uma estrada de Independência, tem-se a matéria “Cafundós de um povo do sol”, sobre o distrito Ematuba, e a coordenada “Nem palma nasce mais”, sobre a localidade Santa Cruz, ambas em *Planeta seca* (2012, p. 3). Depois, Ematuba volta a ser mencionada na matéria “Água de uns”, em *Planeta seca* (2012, p. 6), e a coordenada “Outra fotografia”, da matéria “A viagem dos bichos”, contextualiza a cena da capa em *Planeta seca* (2012, p. 15). Já em *A peleja da água* (2013, p. 13), o açude *Barra velha*, localizado nas proximidades da EFA Dom Fragoso, é referenciado na matéria “Dona Antônia do poço”. A figura 46 traz imagens dessas páginas citadas.

Figura 46 – Independência representada nos cadernos especiais sobre o Semiárido.

Fonte: acervo da pesquisa.

Do ponto de vista representacional, *Desertos do sertão* (2007), *Planeta seca* (2012) e *A peleja da água* (2013) se inscrevem no imaginário da sequidão e seu sofrimento, acenando para a provável ancoragem na crítica social e nas demais ordenações compartilhadas pelo grupo, como as de ordem moral, não excetuando os sentidos improváveis ou não autorizados que, ao fim e ao cabo, mostraram-se associados a essas ancoragens principais. Baseado nas leituras dos camponeses, projeta-se, então, que os simbolismos mediados pelos três cadernos sinalizariam tanto para apreensões negativas, em que os materiais fortaleceriam a sistemática das *formas radicais de alteridade* e seus regimes de desabono, opressão e ruptura situados no campo, como para a familiaridade configurada pelas experiências positivas individuais e/ou coletivas. Essas inferências estão ligadas às descobertas da pesquisa e se mostram plausíveis porque *Desertos do sertão* (2007), *Planeta seca* (2012) e *A peleja da água* (2013) se vinculam à temática de *A seca que matou os peixes* (2016), em que a ênfase está na aridez e nas ações de enfrentamento, com a caracterização dos sertanejos como heróis resignados e persistentes, não dominados pela aparente hostilidade do contexto, o que pontuaria em favor do reconhecimento dos leitores.

Por outro lado, ainda cabe notar que, dos 35 cadernos sobre o Semiárido, foi justamente nesses três, cujas pautas exploraram a calamidade da seca, que Independência foi contemplada. Isso leva a pensar que, a despeito da força que representa na cultura da convivência com o sertão – uma força, como visto, iniciada pelos movimentos da Diocese de Crateús na década de 1960 e renovada pelo protagonismo do Padre Camponês e seus companheiros de enxada e batina em meados dos anos 2000, ao fundarem a EFA Dom Fragoso e a rádio comunitária –, Independência não foi trabalhada pelo jornal sob o signo da ressurgência e da convivência, mas predominantemente pelo mote da estiagem e seus prejuízos, contribuindo com a estigmatização do lugar e a consequente baixa autoestima exposta por Josias e por Benigna, quando esta leu *A premência pela água* (2017) e declarou que: "*Eles* [os jornalistas] *falam nesse Sertão Central, que têm umas cidades que são bem beneficiadas, mas aqui, essa bolinha nossa aqui, dos Inhamuns* [aponta para Independência no mapa desenhado no caderno]*, ela é a mais esquecida, é a pior* [região] *que tem*". Assim, a inserção de Independência em cadernos que priorizaram a convivência poderia não apenas atender às queixas de Josias e Benigna, mas colaborar com a desarticulação desse imaginário de sequidão historicamente instituído contra o município, não abrindo precedentes para que este seja lido como "*a cidade do já teve*", mas como um território destacado pelos modos sustentáveis que "*teimosamente*" são compartilhados no campo.

Portanto, ao identificarem marcadores de diferenças nas artimanhas das representações em disputa e evidenciarem a crítica, os membros do grupo, enquanto sujeitos perspicazes que revelaram ressalvas nos processos de tensionamento e de reconhecimento com os materiais, cumpriram aquilo que se esperava de leitores comuns: a fruição hermenêutica vinculada ao cotidiano em que vivem, inquiridora e transgressora, principalmente por serem pessoas ligadas aos movimentos emancipatórios da cultura camponesa. Ademais, vale frisar que as abordagens aqui conduzidas aconteceram condicionadas aos recortes qualitativos da pesquisa, no aguçado desejo de se aproximar das complexidades humanas observadas, atravessado pela consciência de que é impossível estancá-las. Isso garante a existência de uma brecha sempre presente nesse vasto mundo empírico a ser compreendido em forma de pesquisa científica.

6 CONCLUSÃO: Semiárido encarnado por informação e leitura

> "Desta gente eu vivo perto, / Sou sertanejo da gema / O sertão é o livro aberto / Onde lemos o poema / Da mais rica inspiração. / Vivo dentro do sertão / E o sertão dentro de mim, / Adoro as suas belezas / Que valem mais que as riquezas / Dos reinados de Aladim." [44]

Em termos sociais, de modo nem sempre consentido, apesar das convenções que a sustentam, a informação é utilizada para unir, juntar, dar forma a algo ou alguém. É o que defendem os teóricos que fundamentaram este estudo acerca das relações de reconhecimento e estranhamento mobilizadas em torno de uma informação jornalística direcionada a falar, com profundidade, sobre o universo semiárido cearense a um leitorado mais amplo, assim como o é o que a empiria da tese revelou por intermédio da ação leitora metodologicamente provocada aos sujeitos pertencentes ao contexto camponês de Independência, Ceará. Na pesquisa, pois, observou-se que a pretensa ação aglutinadora de mundos não aconteceu restrita à força e ao impacto da informação especializada e sua estratégia midiática, uma vez que a leitura, ao ser efetivada, exerceu coautoria nesse processo cultural e representacional, permitindo o encontro de cenários humanos aparentemente díspares e os convertendo em interações profícuas.

De fato, articulada pelos camponeses selecionados à investigação, no contato com as prescrições simbólicas de O Povo materializadas na amostra dos cadernos pesquisados, pode-se dizer que a leitura serviu como um mecanismo conciliatório de diferenças que em momento algum anulou as particularidades dos sujeitos envolvidos, nem aconteceu por mera aceitação e assimilação de conteúdo ou mesmo foi capturado por uma dada hegemonia. Ao contrário, a conciliação compreendida no *estar junto* aos textos, precedida pelo *conviver dos sujeitos em comunidade*, evidenciou as contradições e discrepâncias existentes nas formas estruturadas de ser, pensar e agir expressas nos materiais editados, datados da época da produção, e nos relatos das pessoas do campo e seu *aqui e agora* com os documentos do jornal, viabilizado pela pesquisa. Logo, na peleja da informação com a leitura, desvelada em tom de disputa simbólica na tese, triunfaram os atores da interação, porque afetaram – tanto quanto foram afetados – por meio das seleções de sentido ancoradas e objetivadas na subjetividade e seus mundos de vida, reunindo apreensões que se provaram não antagônicas, mas dialeticamente complementares.

Por isso, a conciliação observada em campo existiu à medida que as aproximações e os reconhecimentos ocorreram sem o anulamento da condição crítica e moral dos sujeitos: uma cessão autorizada e vigilante, da parte deles, tensionada e negociada, situada na porosidade das

[44] Trecho do poema *O retrato do sertão*, da autoria de Patativa do Assaré, extraído de Carvalho (2015, p. 94).

fronteiras que demarcam culturalmente o *si* e o *outro*, isto é, a alteridade na qual os conciliados se colocam no dia a dia e frente aos textos, não perdendo de vista a lógica social das convicções e dos posicionamentos que, em certas ocasiões do estudo, foi fortalecida pela confirmação de paradigmas e preconceitos, entretanto noutras, esgarçada e atualizada por mudanças de opinião e apropriação de conhecimentos. Tudo isso coopera para que tal mecanismo conciliatório de diferenças não aluda à concordância radical e exclusiva, mas à competência do situar-se *entre* espaços e questões, evocando a relativa autonomia dos sujeitos nas elaborações simbólicas.

Nesse sentido, embora a pesquisa sofra do condicionamento a recortes como a escolha dos cadernos, o perfil singular e politizado do lugar e das pessoas e o roteiro da condução empírica, as descobertas propiciadas não devem ser invalidadas, tendo em vista que a ciência se faz por método, não objetivando uma verdade indissolúvel, mas respostas éticas e espaço-temporalmente plausíveis a inquietações permanentes. Dessa feita, atrelada ao olhar inquiridor sobre as produções de O Povo, à imersão etnográfica em Independência e aos camponeses ordenados pela perspectiva da convivência com o Semiárido local, as representações sociais sobre si, o outro e o meio, bem como as apreensões da interação leitora – o modo como essas aconteceram e ao que apontaram em termos de processo de identificação e alteridade –, são achados úteis a embasar e alimentar empreitadas que tratem da dimensão hermenêutica da informação enredada a contextos que também influenciam leituras e representações não vazias das ambivalências do poder, ou seja, das formas sistemáticas de dominação e enfrentamento.

Por seu turno, a abordagem crítica, concernente ao tratamento das representações em âmbito cultural e ideológico, aprofundou a investigação, fazendo considerar as operações multifacetadas de poder que, por um lado, conformavam o *modus operandi* da editoria e suas formas simbólicas e que, por outro, incidem pressão na rotina camponesa, quanto ao compartilhamento de saberes e práticas que designam o *estar junto* dos sujeitos, assim como nas disposições improváveis dos indivíduos. Sobre as formas e figuras vinculadas ao núcleo dos cadernos, que se referem ao primeiro objetivo específico da tese, contemplado no capítulo quatro, percebeu-se que as configurações em favor do protagonismo das pessoas do Semiárido não aconteciam isentas das manobras do veículo em buscar se inserir e subsistir como imprensa regional, motivo porque este investiu na grande reportagem, criando o referido núcleo e consolidando estratégias que postulavam lugares e sujeitos de modo formatado aos seus interesses e limitações, com uso de filtros e hierarquias normalizados por tal sistemática, a despeito do viés emancipatório assumido pela equipe e sugerido por esta nos materiais.

Em consequência disso, o núcleo produziu coberturas de cunho antropológico que, pelo caráter denso e humanizado, colaboraram com a fruição dos camponeses pesquisados. Todavia,

as construções não escaparam da polarização cultural que estereotipou o sertão e os sertanejos, envolvendo-os em narrativas superestimadas sobre lugares e pessoas, como também nas de desabono e exclusão, como vale lembrar: o Semiárido encarnado pela excepcionalidade e pela escassez; e os sertanejos, como personagens heroicos e como vítimas. Assim, o privilégio ofertado a lugares e pessoas nos cadernos, ainda que não fosse ficcional e leviano, aconteceu colado à dimensão ideológica das representações, quanto à reprodução de honras e desonras, virtudes e vícios, acessos e restrições comumente partilhados. É por esses termos que se defende que a editoria promovia protagonismos condicionados ou ilusórios, intervindo na imagem e na cultura do Semiárido e seus sujeitos em um regime de dominação simbólica corrente, porém não absoluta. Como produções contextualizadas, os cadernos incorporavam os simbolismos que circulavam nos locais onde as coberturas se inscreviam, reverberando artimanhas excludentes, como aconteceu em *Documento BR* (2006), afora o abismo gerado pela frequente concentração de recursos para a condução de pautas em variados pontos do interior cearense, incluindo áreas inóspitas, *versus* a logística irregular da distribuição dos impressos, que privilegiava o leitorado urbano do Estado em detrimento do rural, a exemplo do público residente em Independência.

Quanto às mobilizações simbólicas dos camponeses sobre si, o outro e o meio em que vivem, que precederam as leituras dos cadernos e que se ligam ao segundo objetivo específico da tese, respondido na seção 5.1, viu-se que as colocações, em parte, têm influência da formação gregária e estruturante advinda da Escola Família Agrícola Dom Fragoso (EFA Dom Fragoso) e da Diocese de Crateús, pelo modo como essas instituições se inserem, em conjunto com outros movimentos sociais, de cunho político, no campo, compondo uma rede que direciona a exclusão e a inclusão de saberes e práticas que ordenam a coletividade e que, em especial, catalisam as representações sociais exploradas na pesquisa. Assim sendo, as referidas instituições não atuam sozinhas nem à revelia dos sujeitos estudados, embora isso não as exima da dialética do poder, posto incitarem a demarcação de fronteiras e o acionamento de barricadas, ambas simbólicas, cuja pretensão está em desafiar e repelir ameaças que corrompam a comunidade, constituindo, então, para essa, um modelo de moralidade mesclada à crítica social compartilhada.

Vale salientar que, no dia a dia, esses sujeitos não se mostram dependentes do espaço designado pela grande mídia, apesar de alguns destacarem a importância dos meios de comunicação junto aos agricultores familiares, na divulgação de experiências agrícolas que contribuam com a convivência camponesa. Não à toa, os sujeitos contam com veículos de comunicação inscritos na realidade onde vivem, julgados como sendo capazes de representar as suas colocações em alteridade e de suprir as demandas por informação, a exemplo da Rádio Comunitária de Independência e de O Roceiro. A existência dessas mídias locais e alternativas

demonstra a não sujeição dos camponeses aos prescritos midiáticos estrangeiros que, conforme relataram, por vezes desabonam lugares e pessoas do Semiárido – não sendo o caso de O Povo, embora alguns participantes do estudo tenham reagido com ressalvas ao jornal antes e após a leitura dos cadernos. A rádio e O Roceiro também atestam o poder da Igreja nesse contexto, tendo em vista que, assim como a EFA Dom Fragoso, ambos são obras de sua atuação política, difundindo ensinamentos não necessariamente eclesiásticos, mas socialmente críticos.

No entanto, como a investigação revelou, inscrições mais profundas no tecido cultural da região se fundem à moralidade instituída, promovendo transgressões à ordem primeira, por estarem firmadas em artimanhas excludentes às quais a maioria dos camponeses demonstrou ter aderência. Paradoxalmente, a presença dessas inscrições no universo rural coopera para que a prescrição regulatória da comunidade, exercida institucionalmente, não conduza ao cabo de exaurir a relativa autonomia dos sujeitos, ainda que a sua adesão sinalize para o grave risco da *banalização da opressão* que acompanha as *formas radicais de alteridade*, em outras palavras, a trivialização do desabono e do silenciamento que mina o senso de humanidade e mata o outro, simbólica e fisicamente. Essa característica cultural dos pesquisados, incluindo o risco alertado, ao mesmo tempo que corrompe os laços comunitários e as instituições representantes, acarreta processos complexos de identificação, sustentando distinções negativas camufladas localmente, motivo pelo qual se afirmou no quinto capítulo que a alteridade dessas pessoas acontece negociada desde o cotidiano em que elas vivem, por disputas travadas no plano individual e no coletivo. Ademais, embora politizados por bandeiras que abraçam, com dignidade e legitimidade, a luta de classes no campo, os sujeitos rurais se mostraram estruturalmente inscritos em tópicos que agravam a própria dominação contra a qual militam, o que corrobora com a dessacralização desse universo situado em Independência, ao mesmo tempo que reflete a contraditoriedade típica dos contextos sociais à qual o grupo recrutado não escapa.

No que tange ao modo como as inscrições socioculturais dos camponeses marcaram a interação deles com os cadernos, englobando a ambiguidade dessas relações e como isso ecoou nas maneiras deles se familiarizarem com os textos, reconhecendo-se nesses ou rechaçando-os – objetivos específicos três e quatro, compreendidos na seção 5.2 –, pode-se afirmar que as leituras aconteceram impregnadas da aporia da exclusão/inclusão, reforçando o exposto há pouco sobre a *conciliação negociada de diferenças* operacionalizada pelos atores da interação, que funcionou como o modo pelo qual a apropriação da informação foi praticada pelos sujeitos. Nas tessituras de familiaridade, houve confirmações da força dos contextos e sua dimensão ordenadora, que enredou os textos segundo a lógica moral e crítica partilhada em comunidade, como também a transgressão dessa, expressa por atos de leitura improvável ou não autorizada

que vieram à tona e puderam ser registrados. Postulam-se tais atos como *improváveis* na medida da sutileza e da singularidade com que esses aconteceram, assumindo a forma de equívocos interpretativos que, condicionados à subjetividade dos indivíduos, bem como a possíveis causas biológicas não contempladas na tese, subverteram expectativas informacionais planejadas pelos profissionais do jornal, mobilizando um horizonte imprevisível tanto quanto significativo, assentado em memórias pessoais, traumas e outras experiências vividas por cada leitor.

Mas a improbabilidade das formações de sentido com os cadernos pode também abarcar as apreensões leitoras que divergem da formação proposta, logo, autorizada, pelas instituições estudadas em Independência – EFA Dom Fragoso e Diocese de Crateús–, se essas entidades forem tomadas como fornecedoras de um padrão cultural norteador para as leituras, tendo em vista o grau de engajamento que os pesquisados possuem em relação a pelo menos uma dessas. Como visto, a escola e a diocese, assim como a rádio comunitária e O Roceiro, inscrevem-se nos movimentos emancipatórios do campesinato, reconhecidos pela ala progressista do Vaticano desde a metade do século passado, época das revoluções conduzidas pela esquerda na América Latina e do debate promovido por pensadores, dentro e fora da Igreja, contemporâneos a essas revoluções. Sobre isso, *Documento BR* (2006) volta a ser emblemático por ter despertado depoimentos preconceituosos junto ao grupo leitor, que tanto destoam do padrão moral e crítico sugerido pelas instituições estudadas em Independência, como realçam as adesões, ainda que inconscientes, dos sujeitos à cultura do desabono e da opressão ao outro.

O estranhamento dos leitores em torno de *Documento BR* (2006) e, principalmente, a objetivação empreendida por eles contra as vítimas reportadas – meninas menores de 18 anos –, em contraste com o posicionamento dos mesmos leitores em interação com temas sobre seca, adaptação para fins de superação e obras do governo – que lhes estimularam à crítica social –, revela o quão socialmente entranhadas estão as representações perversas e o quão desafiador isso se mostra às pessoas e às instituições que se propõem a romper com esse ciclo. De maneira específica, isso faz pensar em como a sexualidade e as questões de gênero se comportam como tabus na região, propiciando o retorno ao campo empírico para que uma nova rodada de investigação dê conta de explorar o assunto. Além disso, vale ressaltar o efeito da estética dos cadernos ao influenciar determinadas reações nos pesquisados, uma vez que *Documento BR* (2006) está impregnado por simbolismos excludentes, o que indica a participação dos prescritos editoriais nas tomadas de decisão negociadas pelos leitores, bem como a já tensionada inscrição desses prescritos no terreno estruturado das desigualdades humanas.

São, pois, produtos desta tese: as descobertas sobre os posicionamentos dos camponeses inqueridos nesse universo rural; as representações deles acerca de si, do outro e do meio; as

apreensões leitoras e suas dinâmicas de familiarização – reconhecimento e estranhamento –, localmente instituídas. Da mesma maneira que o são: a historicidade sugerida à editoria dos cadernos especiais sobre o Semiárido; a organização desses materiais conforme as fases de seu núcleo produtor; e a identificação das representações sociais materializadas nos documentos. Outra contribuição da pesquisa decorre da reflexão articulada sobre o conceito de *apropriação da informação*, que não se refere ao uso imediato de uma informação para cumprir agendas e para cobrir supostas lacunas de conhecimento, mas à ação do leitor em rearranjar o horizonte hermenêutico da informação mediada, movendo-se nos espaços *entre* estratégias de emissão e motivações de recepção; subjetividade e intersubjetividade leitora; artifícios dominantes de ancoragem e objetivação. Em vista disso, a pesquisa cumpriu com a função de colaborar com esse entendimento de apropriação da informação enquanto *semiose encarnada*, ressaltada pela capacidade da leitura e do leitor de indiciarem e afetarem ordenações de mundo. É justamente por isto que se percebe a não passividade dos camponeses perante as prescrições da editoria dos cadernos: porque os sujeitos, com suas apropriações, dinamizaram as representações da amostra, flexibilizando divisas entre o mundo do texto e do leitor, mostrando um protagonismo demarcado pela dialética das representações sociais ligadas aos cenários em que convivem.

Ainda em menção à abordagem crítica da tese e seus resultados, pode-se considerar que a vivência da pesquisa contribuiu com a desmistificação de olhares, auxiliando no rompimento de preconceitos, tal como experienciado pelos camponeses nas apreensões leitoras, não obstante a *fala* construída nos cadernos estivesse voltada mais ao público urbano de O Povo do que aos sertanejos. Essa abordagem, dirigida à noção de peleja ou embate de ideias, possibilitou outro vencedor: este pesquisador, que assegurou que lugares e pessoas do Semiárido não cabem em rótulos, sejam os sistematizados na produção midiática, em seus raios de dominação simbólica, sejam os normalizados pelo senso comum que tanto alimenta como é alimentado pela cultura das mídias. Assim, a prática da pesquisa enfatizou o quão o campo – território rural e categoria empírica – e os sujeitos são complexos: encarnações que desafiam o fazer científico e a intenção de domá-las e redigi-las como um conjunto de dados inteligíveis. O campo é maior que isso, assim como os sujeitos dele o são – é por isso que a pesquisa demandou o olhar sensível; é por isso que este investigador precisou humanizar-se do campo ao qual investiu estudo.

Tais ensinamentos a que todo pesquisador pode ter acesso devem ser respeitados, ainda mais na Ciência da Informação, área que nos últimos anos tem se contraposto ao pensamento cartesiano e à lógica elitista na condução do fenômeno informacional de natureza simbólica, cultural, dialogando com bases sociais e respeitando os fluxos de sentido entre o individual e o coletivo, a estrutura e o ator, o comum e o diferente, a representação e a interpretação. Isso pode

auxiliar no desenvolvimento de meios que, ao invés de silenciarem sujeitos e epistemologias, desafiem modelos consolidados. A centralidade na informação social requer essa reordenação do olhar e seu compromisso metodológico, assim como as pesquisas que envolvem a leitura e o protagonismo condicionado do leitor. No caso deste estudo, priorizaram-se os sujeitos, valorizando a forma como teceram sentidos aos cadernos especiais e os sentidos tecidos por eles no cotidiano, independentemente dessas apropriações parecerem estranhas ao senso domesticado pelo rigor científico, todavia atento à ordem social a qual os discursos se vinculam ou apontam. Certamente, esse é o caminho a ser percorrido nas empreitadas vindouras de investigação, situadas dentro ou fora desse Semiárido materializado por informação e leitura.

A abordagem tratada na tese e seus resultados acenam, então, para possibilidades múltiplas de pesquisa focadas em sujeitos inseridos em contextos de interação e inscrição social, em movimentos gregários e excludentes de comunidade e no modo como as apropriações informacionais se revelam por familiaridades e estranhamentos instituídos. Sobre o conceito de familiaridade aplicado ao Semiárido, pede-se licença para encerrar esta conclusão com um relato pessoal, alusivo à relação deste pesquisador com um sertão desenhado por memórias.

* * *

Na última das viagens pelo interior do Ceará que fiz com seu Lopes, meu avô materno, há mais de 20 anos, antes dele falecer, guardo na lembrança o seguinte acontecimento: nos trechos considerados seguros das rodovias que interligavam os municípios visitados, seu Lopes tinha o costume de reduzir a velocidade do carro e soltar, por alguns instantes, as mãos do volante. Essa atitude, vista hoje como perigosa, era motivo de graça entre nós, porque ele defendia, em tom de anedota, que o carro, de tanto viajar, conhecia o caminho e que, por isso, nada de ruim aconteceria conosco. Bastava deixar que a estrada nos guiasse.

Seu Lopes nasceu em 1929, no município de Missão Velha, localizado ao sul do Ceará, no Cariri, mais precisamente em um distrito chamado Goianinha, atualmente denominado Jamacaru. Sua familiaridade com o Semiárido não apenas cearense, mas de outras partes do Nordeste, ganhou corpo quando ele, jovem, pôs-se a trabalhar como representante comercial de empresas locais. Exímio vendedor, apesar de não ter terminado o colegial nem o sonhado curso de medicina, sobre o qual brincava ter restado "*apenas dez anos para conseguir o diploma*", seu Lopes era autodidata, espirituoso e comercializou quase tudo na vida: de sacos de papel a tecidos, louças e cachaças, em constante trânsito por cidades do interior.

Seu trabalho como viajante o forçava, portanto, a estar fora de casa, em contato com lugares e pessoas diferentes, falta que procurou remediar com mimos e contos que trazia de fora e compartilhava com a família formada por dona Meire – minha avó, também natural de Missão Velha, pessoa que não tive a felicidade de conhecer, porque faleceu antes de meu nascimento – e seus seis filhos e filhas, incluindo a minha mãe. Por volta de 1950, seu Lopes e dona Meire, grávida do primeiro filho, mudaram para São Paulo, onde se estabeleceram por curta temporada, retornando ao Ceará, cerca de dois anos depois, para se fixarem em Fortaleza. Foi nessas circunstâncias da vida que seu Lopes reforçou o amor por Goianinha, sua terra natal, instituindo as narrativas no decurso das viagens e sustentando, como se fossem seres de máxima grandeza, Luiz Gonzaga, cujas músicas cantava de cor e sabia dançá-las com destreza, e Lampião, o "rei do cangaço", de quem se gabava ser primo em outra de suas pilhérias.

De tanto ouvir e interagir com seu Lopes, herdei dele o fascínio pelas coisas sertanejas, um sentimento que pude converter em fôlego de pesquisa. Nos bastidores da escrita da tese, meu entusiasmo também foi alimentado por outras memórias, dessa vez ligadas à convivência igualmente significativa que pude ter, quando criança, com os meus avós paternos, Luiz e Alda.

Nascidos em Mombaça, região dos Inhamuns, respectivamente em 1922 e 1924, seu Luiz e dona Alda migraram para Fortaleza na década de 1970, juntamente com seus 12 filhos e filhas, que chegaram de maneira espaçada à capital: primeiro vieram os dois filhos mais velhos, dentre eles, o meu pai, para montar a estrutura que permitiu acolher, aos poucos, os demais. A seca os fizeram vender as propriedades que possuíam em Flamengo, distrito de Saboeiro, município onde moraram antes da migração para Fortaleza. Com temperamento mais reservado, seu Luiz e dona Alda mantiveram as lembranças do tempo do interior, transmitindo-as a mim e aos outros netos e netas por histórias, tal como fez seu Lopes do jeito dele.

Por tudo que vivi e aprendi com os meus avós, considero-me privilegiado. O modo como perpetuaram a familiaridade instituída com o sertão evoca as figuras de Benjamin (2018) sobre os sujeitos que disseminam experiências de mundo pela contação de histórias: de forma muito particular e emblemática, é como se seu Lopes, seu Luiz e dona Alda incorporassem o *marinheiro mercador* e o *camponês sedentário* de que fala o filósofo. Assim, posso dizer que os meus avós carregaram consigo construtos de uma vasta cultura sertaneja, que me conduziram ao comportamento de estudioso. Por isso, aquilo que permanece deles como rememoração em mim é semelhante ao que diz a canção *Pau de arara*, performada por Luiz Gonzaga, composta em parceria com Guio de Moraes e gravada pela RCA Victor em 1952, a qual lhes dedico em memória e a todos os sertanejos que passaram – e ainda passam – por condições análogas:

Quando eu vim do sertão, seu moço, do meu Bodocó
A malota era um saco, e o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara viajando num pau de arara
Eu penei, mas aqui cheguei
Eu penei, mas aqui cheguei.

Trouxe um triângulo no matolão
Trouxe um gonguê no matolão
Trouxe um zabumba dentro do matolão
Xote, maracatu e baião
Tudo isso eu "truxe" no meu matolão.

A seu Lopes, seu Luiz e dona Alda, minha homenagem em forma de saudosa lembrança e gratidão, por terem me mostrado que o sertão tem valor. Semelhantemente a eles e ao artista que assina e performa a música, *eu penei, mas aqui cheguei*.

REFERÊNCIAS

À ESPERA de Francisco. **O Povo**, Fortaleza, 2 mai. 2016. Caderno especial. 8 p.

A PELEJA da água. **O Povo**, Fortaleza, 8 dez. 2013. Caderno especial. 16 p.

A PREMÊNCIA pela água. **O Povo**, Fortaleza, 13 out. 2017. Caderno especial. 8 p.

A SECA que matou os peixes. **O Povo**, Fortaleza, 30 ago. 2016. Caderno especial. 12 p.

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2022. ISSN 1677-2881. Anual.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novo quadro conceitual para a Ciência da Informação: informação, mediações e cultura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2016, p. 1402-1417. Disponível em: https://bit.ly/3wG3UnL. Acesso em: 30 mar. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

AS ÁGUAS de Francisco: expectativa e realidade na peleja da espera. **O Povo**, Fortaleza, 11 set. 2017. Caderno especial. 12 p.

AUTOESTIMA cearense: aqui ali acolá. **O Povo**, Fortaleza, 15 mar. 2009a. Caderno especial. 12 p.

AUTOESTIMA cearense: eu tu nós. **O Povo**, Fortaleza, 15 fev. 2009b. Caderno especial. 12 p.

AUTOESTIMA cearense: ontem hoje amanhã. **O Povo**, Fortaleza, 15 abr. 2009c. Caderno especial. 12 p.

AZEVEDO, Marco Antônio de. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 122-133, jul./dez. 2004. Disponível em: https://bit.ly/3ctJTtQ. Acesso em: 30 mar. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaios sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BELTRÃO, Luiz. Informação no jornalismo. *In*: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (org.). **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2020. p. 25-39.

BENJAMIN, Walter. O contador de histórias: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **A arte de contar histórias**. São Paulo: Hedra, 2018. p. 19-58.

BRASIL 500 séculos: rastreando nossa identidade. **O Povo**, Fortaleza, 22 abr. 2000. Caderno especial. 16 p.

BRITO, Juliana Matos. A história passa por aqui. *In*: NADDAF, Ana; BRITO, Juliana Matos (coord. editorial). **Livro 90 anos**: a história nunca acaba. Fortaleza: [*s. n.*], 2018. p. 36-103.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação, 2003. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 1-14. Disponível em: https://bit.ly/3pTn31J. Acesso em: 30 mar. 2024.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Logeion**: filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 110-136, ago./fev. 2014. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2014v1n1.p110-136. Acesso em: 30 mar. 2024.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012. Acesso em: 30 mar. 2024.

CARVALHO, Gilmar de (org.). **Antologia poética**: Patativa do Assaré. 8. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 77-105.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido cultura escrita**: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2003.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: https://bit.ly/3AB6fBx. Acesso em: 30 mar. 2024.

CHARTIER, Roger; SANTOS, Andrea Pereira; DUMONT, Lígia Maria Moreira. **Livro, mundo digital e leituras**: práticas e apropriações. Goiânia: Editora UFG, 2022.

CHUVAS do sertão. **O Povo**, Fortaleza, 3 mai. 2008. Caderno especial. 16 p.

COSTA, Rômulo. A inclinação pelas grandes histórias. *In*: NADDAF, Ana; BRITO, Juliana Matos (coord. editorial). **Livro 90 anos**: a história nunca acaba. Fortaleza: [*s. n.*], 2018. p. 134-149.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al* (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-66.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DESERTOS do sertão. **O Povo**, Fortaleza, 31 out. 2007. Caderno especial. 12 p.

DESLANDES, Suely Ferreira. Trabalho de campo: construção de dados qualitativos e quantitativos. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 157-184.

DESTINO Geopark Araripe. **O Povo**, Fortaleza, 10 set. 2019. Caderno especial. 12 p.

DOCUMENTO BR: histórias de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. **O Povo**, Fortaleza, 17 dez. 2006. Caderno especial. 12 p.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Construtos próprios sobre leitura na Ciência da Informação. *In*: DUMONT, Lígia Maria Moreira (org.). **Leitor e leitura na Ciência da Informação**: diálogos, fundamentos, perspectivas. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2020. p. 21-52.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. *In*: SERGE, Moscovici. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes: 2015. p. 7-28.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ERBOLATO, Mário L. As categorias do jornalismo. *In*: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (org.). **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2020. p. 93-110.

EXPEDIÇÃO Borboletas: volume I. **O Povo**, Fortaleza, 28 jan. 2020a. Caderno especial. 12 p.

EXPEDIÇÃO Borboletas: volume II. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 2020b. Caderno especial. 11 p.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 27-51.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas Mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, jan./jun. 2016. Disponível em: https://bit.ly/3d5T0Bm. Acesso em: 30 mar. 2024.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Mídia: espelho da cultura. **Passagens**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-16, jun. 2011. Disponível em: https://bit.ly/3RRHXKB. Acesso em: 30 mar. 2024.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Comunicação mediações interações**. São Paulo: Paulus, 2015.

FLUSSER, Vilém. **A escrita**: há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume, 2010.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. **Área susceptível à desertificação**: Núcleo II – Inhamuns: município de Independência-CE: base cartográfica. Fortaleza: FUNCEME, 2014. 1 atlas. Escala 1:300.000. Disponível em: https://bit.ly/43X01dT. Acesso em: 30 mar. 2024.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. **Índices de aridez do Estado do Ceará**. 2024. Disponível em: https://bit.ly/4azZIrh. Acesso em: 30 mar. 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI JÚNIOR. Liráucio. A reportagem como experiência etnográfica. **Anuário de Jornalismo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 198-213, 2000.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Acesso em: 30 mar. 2024.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion**: filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21. Acesso em: 30 mar. 2024.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 107-116.

GRANDES sertões: afetos. **O Povo**, Fortaleza, 8 mai. 2017. Caderno especial. 8 p.

GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000a.

GUARESCHI, Pedrinho. Ética e ideologia. *In*: GUARESCHI, Pedrinho (org.). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 47-68.

GUARESCHI, Pedrinho. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 143-157.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A teoria do efeito estético de Wolfang Iser. *In*: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**: volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 989-1014.

IBGE. **Cidades e estados do Brasil**: Independência. 2023. Disponível em: https://bit.ly/3xiup5Y. Acesso em: 30 mar. 2024.

INQUISIÇÃO: no rastro dos amaldiçoados – caderno I. **O Povo**, Fortaleza, 23 mai. 2010a. Caderno especial. 12 p.

INQUISIÇÃO: no rastro dos amaldiçoados – caderno II: a colonização. **O Povo**, Fortaleza, 19 jun. 2010b. Caderno especial. 12 p.

INQUISIÇÃO: no rastro dos amaldiçoados – caderno III: a herança. **O Povo**, Fortaleza, 14 jul. 2010c. Caderno especial. 12 p.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss**. [*S. l.*: *s. n.*], 2024. Disponível em: https://bit.ly/4hZK90B. Acesso em: 4 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Índice Municipal de Alerta (IMA) 2021**: um instrumento para orientações preventivas sobre as adversidades climáticas – Estado do Ceará. Fortaleza: IPECE, 2021. ISSN 1983-4950. Disponível em: https://bit.ly/3THkIFB. Acesso em: 30 mar. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil municipal 2017**: Independência. Fortaleza: IPECE, 2018. Disponível em: https://bit.ly/4aEQieh. Acesso em: 30 mar. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Textos para Discussão nº 111**: as regiões de planejamento do Estado do Ceará. Fortaleza: IPECE, 2015. ISSN 1983-4969. Disponível em: https://bit.ly/4cFuKjy. Acesso em: 30 mar. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO (Brasil). **Delimitação Semiárido Cearense (2024)**. [*S. l.*: *s. n.*], 2024. 1 mapa. Escala 1:5.000.000. Disponível em: https://bit.ly/3MHCN3j. Acesso em: 30 mar. 2024.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. *In*: LIMA, Luiz Costa (org.). **A literatura e o leitor**: textos da estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83-132.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. *In*: LIMA, Luiz Costa (org.). **A literatura e o leitor**: textos da estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 43-61.

JODELET, Denise. A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 162, p. 1258–1271, 2016. Disponível em: https://bit.ly/3PIz3k8. Acesso em: 30 mar. 2024.

JODELET, Denise. As representações sociais no campo da cultura. **O social em questão**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 9, p. 7-27, 2003. Disponível em: https://bit.ly/3xlZBBy. Acesso em: 30 mar. 2024.

JODELET, Denise. Formes et figures de l'altérité. *In*: SANCHEZ-MAZAS, Margarita; LICATA, Laurent. **L'Autre**: regards psychosociaux. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2005. p. 23-47.

JODELET, Denise. Les inscriptions spatiales des conflits de mémoire. **Psicologia e saber social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-16, 2013. DOI: https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2013.7200. Acesso em: 30 mar. 2024.

JODELET, Denise. **Loucura e representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009. Disponível em: http://bit.ly/4cx9wEt. Acesso em: 30 mar. 2024.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. *In*: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 55-67.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 53-72.

LEANDRO, Paulo Roberto; MEDINA, Cremilda. Jornalismo e interpretação. *In*: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (org.). **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2020. p. 63-81.

LIMA, Luiz Costa. Introdução: o leitor demanda (d)a literatura. *In*: LIMA, Luiz Costa (org.). **A literatura e o leitor**: textos da estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 9-39.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MACEDO, Marcos Carvalho. **A reportagem especial transmídia**: uma proposta de roteirização. Orientadora: Yvana Carla Fechine de Brito. 2024. 348 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

MACHADO, Manoel Beserra; ARAÚJO, Ana Mirta Alves. **Escola Família Agrícola Dom Fragoso**: 20 anos construindo o Bem Viver (2001-2021). Fortaleza: AEFAI, 2021. Disponível em: https://bit.ly/3wGyLRk. Acesso em: 30 mar. 2024.

MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 1, n. 20, p. 13-20, 2003. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2003.20.3198. Acesso em: 30 mar. 2024.

MARES do sertão. **O Povo**, Fortaleza, 30 ago. 2007. Caderno especial. 16 p.

MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Nectar, 2007. p. 13-26. Disponível em: https://bit.ly/3e5R9MW. Acesso em: 30 mar. 2024.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 21-36, set./dez. 2017. Disponível em: https://bit.ly/4ek7Mhh. Acesso em: 30 mar. 2024.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da Marcha das Vadias. Orientadora: Alcenir Soares dos Reis. 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MEDEIROS, Salomão de Sousa; CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto; MARIN, Aldrin Martin Perez; TINÔCO, Leonardo Bezerra de Melo; SALCEDO, Ignacio Hernan; PINTO, Tiago Ferreira. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (org.). **Gêneros jornalísticos**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2020.

MENDONÇA, Ismael Lopes. **A tipografia como manifestação cultural**. Orientador: Luiz Tadeu Feitosa. 2018. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://bit.ly/3e7NvCm. Aceso em: 30 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007. Acesso em: 30 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al* (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 73-92.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-15.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. *In*: JODELET, Denise. **Loucura e representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015a. p. 11-31.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes: 2015b.

NADDAF, Ana; BRITO, Juliana Matos (coord. editorial). **Livro 90 anos**: a história nunca acaba. Fortaleza: [*s. n.*], 2018.

O POVO 95. **O Povo**, Fortaleza, 7 jan. 2023. Caderno especial. 36 p.

OS QUINZES: capítulo 1. **O Povo**, Fortaleza, 18 ago. 2015a. Caderno especial. 10 p.

OS QUINZES: capítulo 2. **O Povo**, Fortaleza, 25 ago. 2015b. Caderno especial. 8 p.

PARA DESCOBRIR o seu novo jornal. **O Povo**, Fortaleza, 18 jan. 2018. Suplemento. 16 p.

PATATIVA voou. **O Povo**, Fortaleza, 9 jul. 2002. Caderno especial. 10 p.

PELAS ÁGUAS do Velho Chico. **O Povo**, Fortaleza, 29 jun. 2006. Caderno especial. 12 p.

PERDIGÃO, Juliana Andrade. **Informação simbólica, representações sociais e identidade**: confronto de sentidos nas narrativas que (in)formam as mulheres de Noiva de Cordeiro. Orientador: Fabrício José Nascimento da Silveira. 2021. 237 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PLANETA seca. **O Povo**, Fortaleza, 11 nov. 2012. Caderno especial. 16 p.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: 1. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROTAS do Semiárido: trajetos, histórias, comportamentos e negócios que reconfiguram o sertão. **O Povo**, Fortaleza, 24 jul. 2017. Caderno especial. 8 p.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTIFICADOS: da agonia e da paz. **O Povo**, Fortaleza, 3 dez. 2019a. Caderno especial. 10 p.

SANTIFICADOS: da graça de acreditar ou duvidar. **O Povo**, Fortaleza, 5 jun. 2011a. Caderno especial. 14 p.

SANTIFICADOS: das paredes de lembrar, vidas e credos. **O Povo**, Fortaleza, 15 mai. 2011b. Caderno especial. 14 p.

SANTIFICADOS: do tamanho da fé. **O Povo**, Fortaleza, 26 nov. 2019b. Caderno especial. 10 p.

SANTIFICADOS: nos altares de beira de estrada. **O Povo**, Fortaleza, 30 abr. 2011c. Caderno especial. 14 p.

SAWAIA, Bader. Identidade: uma ideologia separatista? *In*: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a. p. 121-129.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? *In*: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014b. p. 7-13.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014c. p. 99-119.

SEMIÁRIDO das nascentes. **O Povo**, Fortaleza, 11 mar. 2019. Caderno especial. 16 p.

SERTÃO a ferro e fogo: marcas de gado e gente. **O Povo**, Fortaleza, 12 ago. 2014. Caderno especial. 20 p.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Reverberações do simbólico: ponderações em torno da cultura popular e de suas modulações midiáticas. **Contemporânea**: revista de comunicação e cultura, Salvador, v. 10, n. 3, p. 794-816, set./dez. 2012. Disponível em: https://bit.ly/3U3egrQ. Acesso em: 30 mar. 2024.

SOLDADOS da borracha: a saga dos arigós. **O Povo**, Fortaleza, 21 jun. 1998. Caderno especial. 12 p.

SUDÁRIO, Fátima (org.). **A peleja da água**: reportagens etnográficas. Fortaleza: O Povo, 2019.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRANSPOSIÇÃO São Francisco: vida para o semi-árido. **O Povo**, Fortaleza, 21 ago. 2000. Caderno especial. 16 p.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2020.

REFERÊNCIAS – CADERNOS ESPECIAIS DE O POVO SOBRE O SEMIÁRIDO

À ESPERA de Francisco. **O Povo**, Fortaleza, 2 mai. 2016. Caderno especial. 8 p.

A PELEJA da água. **O Povo**, Fortaleza, 8 dez. 2013. Caderno especial. 16 p.

A PREMÊNCIA pela água. **O Povo**, Fortaleza, 13 out. 2017. Caderno especial. 8 p.

A SECA que matou os peixes. **O Povo**, Fortaleza, 30 ago. 2016. Caderno especial. 12 p.

AS ÁGUAS de Francisco: expectativa e realidade na peleja da espera. **O Povo**, Fortaleza, 11 set. 2017. Caderno especial. 12 p.

AUTOESTIMA cearense: aqui ali acolá. **O Povo**, Fortaleza, 15 mar. 2009a. Caderno especial. 12 p.

AUTOESTIMA cearense: eu tu nós. **O Povo**, Fortaleza, 15 fev. 2009b. Caderno especial. 12 p.

AUTOESTIMA cearense: ontem hoje amanhã. **O Povo**, Fortaleza, 15 abr. 2009c. Caderno especial. 12 p.

BRASIL 500 séculos: rastreando nossa identidade. **O Povo**, Fortaleza, 22 abr. 2000. Caderno especial. 16 p.

CHUVAS do sertão. **O Povo**, Fortaleza, 3 mai. 2008. Caderno especial. 16 p.

DESERTOS do sertão. **O Povo**, Fortaleza, 31 out. 2007. Caderno especial. 12 p.

DESTINO Geopark Araripe. **O Povo**, Fortaleza, 10 set. 2019. Caderno especial. 12 p.

DOCUMENTO BR: histórias de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. **O Povo**, Fortaleza, 17 dez. 2006. Caderno especial. 12 p.

EXPEDIÇÃO Borboletas: volume I. **O Povo**, Fortaleza, 28 jan. 2020a. Caderno especial. 12 p.

EXPEDIÇÃO Borboletas: volume II. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 2020b. Caderno especial. 11 p.

GRANDES sertões: afetos. **O Povo**, Fortaleza, 8 mai. 2017. Caderno especial. 8 p.

INQUISIÇÃO: no rastro dos amaldiçoados – caderno I. **O Povo**, Fortaleza, 23 mai. 2010a. Caderno especial. 12 p.

INQUISIÇÃO: no rastro dos amaldiçoados – caderno II: a colonização. **O Povo**, Fortaleza, 19 jun. 2010b. Caderno especial. 12 p.

INQUISIÇÃO: no rastro dos amaldiçoados – caderno III: a herança. **O Povo**, Fortaleza, 14 jul. 2010c. Caderno especial. 12 p.

MARES do sertão. **O Povo**, Fortaleza, 30 ago. 2007. Caderno especial. 16 p.

OS QUINZES: capítulo 1. **O Povo**, Fortaleza, 18 ago. 2015a. Caderno especial. 10 p.

OS QUINZES: capítulo 2. **O Povo**, Fortaleza, 25 ago. 2015b. Caderno especial. 8 p.

PATATIVA voou. **O Povo**, Fortaleza, 9 jul. 2002. Caderno especial. 10 p.

PELAS ÁGUAS do Velho Chico. **O Povo**, Fortaleza, 29 jun. 2006. Caderno especial. 12 p.

PLANETA seca. **O Povo**, Fortaleza, 11 nov. 2012. Caderno especial. 16 p.

ROTAS do Semiárido: trajetos, histórias, comportamentos e negócios que reconfiguram o sertão. **O Povo**, Fortaleza, 24 jul. 2017. Caderno especial. 8 p.

SANTIFICADOS: da agonia e da paz. **O Povo**, Fortaleza, 3 dez. 2019a. Caderno especial. 10 p.

SANTIFICADOS: da graça de acreditar ou duvidar. **O Povo**, Fortaleza, 5 jun. 2011a. Caderno especial. 14 p.

SANTIFICADOS: das paredes de lembrar, vidas e credos. **O Povo**, Fortaleza, 15 mai. 2011b. Caderno especial. 14 p.

SANTIFICADOS: do tamanho da fé. **O Povo**, Fortaleza, 26 nov. 2019b. Caderno especial. 10 p.

SANTIFICADOS: nos altares de beira de estrada. **O Povo**, Fortaleza, 30 abr. 2011c. Caderno especial. 14 p.

SEMIÁRIDO das nascentes. **O Povo**, Fortaleza, 11 mar. 2019. Caderno especial. 16 p.

SERTÃO a ferro e fogo: marcas de gado e gente. **O Povo**, Fortaleza, 12 ago. 2014. Caderno especial. 20 p.

SOLDADOS da borracha: a saga dos arigós. **O Povo**, Fortaleza, 21 jun. 1998. Caderno especial. 12 p.

TRANSPOSIÇÃO São Francisco: vida para o semi-árido. **O Povo**, Fortaleza, 21 ago. 2000. Caderno especial. 16 p.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PESSOAS LIGADAS À PRODUÇÃO DOS CADERNOS ESPECIAIS

Prezado(a) senhor(a),

Eu, Ismael Lopes Mendonça, orientado pela Profª. Drª. Lígia Maria Moreira Dumont, estou realizando uma pesquisa de doutoramento temporariamente intitulada: "**Da aridez ao conviver no sertão: um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense na peleja da informação com a leitura**", que tem por objetivo conhecer como um grupo de pessoas camponesas interage, pela leitura, com os cadernos especiais produzidos pelo jornal O Povo, cujas temáticas estão voltadas para o Semiárido cearense. Esta pesquisa pertence ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) e possui natureza estritamente acadêmica, sem interesses comerciais ou qualquer outra finalidade oculta.

Diante disso, tenho a satisfação de convidá-lo(a) para participar desta fase da pesquisa, cuja coleta de dados será por meio de uma entrevista elaborada por mim e aplicada em local adequado conforme a sua disponibilidade, tendo duração aproximada de 60 (sessenta) minutos.

Saliento que a sua participação será sempre voluntária: não haverá custo ou cobrança, e o(a) senhor(a) também não receberá pagamento relacionado a esta pesquisa. No caso de eventuais danos provenientes desta pesquisa, o(a) senhor(a) poderá buscar indenização nos termos da Res. 466/12, que diz: "Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa".

A sua participação na entrevista será gravada em formato de áudio, cujo conteúdo será transcrito com o cuidado de manter em sigilo o seu nome. Além da gravação de voz, existe a possibilidade do(a) senhor(a) ser filmado ou fotografado para fins da pesquisa, mas, caso concorde com essa filmagem e/ou fotografia, a sua imagem não será divulgada. Todos os dados, registros e gravações obtidos estarão sob a guarda do pesquisador durante o período de 5 (cinco) anos e serão utilizados apenas em trabalhos e eventos científicos, sem que seja revelada a sua identidade, em respeito à confidencialidade desta pesquisa.

Um provável risco advindo desta pesquisa consiste em possíveis desconfortos emocionais sentidos pelo(a) senhor(a) ao relatar sobre a sua experiência de vida ou de trabalho. Caso isso aconteça, a coleta de dados e as gravações serão interrompidas para que o(a) senhor(a) se recupere e decida se deseja continuar ou não. O(a) senhor(a) tem autonomia e direito de não querer participar ou de desistir de participar a qualquer momento, com a exclusão de todos os dados coletados e sem sofrer nenhum prejuízo ou penalidade. Caso decida ou necessite se retirar da pesquisa, ou deseje saber mais sobre quaisquer outras informações ligadas a ela, favor entrar em contato comigo pessoalmente ou pelos canais informados ao final deste Termo.

O benefício de sua participação será a contribuição com este estudo envolvendo a interação por via da leitura de pessoas camponesas com as representações sobre o Semiárido cearense publicadas pelos cadernos especiais do jornal O Povo.

Rubrica do participante: _____ Rubrica do pesquisador: _____

Certo de que as informações aqui apresentadas lhe forneceram os esclarecimentos necessários em relação a esta pesquisa, e caso haja concordância de sua parte em participar das ações aqui descritas, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) em duas vias de igual teor, em que uma via ficará em seu poder, e a outra, comigo.

Eu, _____,
portador(a) do CPF _____, compreendo que a minha participação nesta pesquisa é inteiramente voluntária e que, dessa forma, tenho liberdade de recusar ou retirar o meu consentimento em participar deste estudo a qualquer tempo, sem sofrer penalidades. Os dados obtidos por meio da minha participação neste estudo serão gravados em formato de áudio e documentados, sendo de meu consentimento a divulgação em contextos acadêmicos e em publicações científicas, desde que resguardada a confidencialidade de minha identidade.

Quanto ao possível registro da minha imagem por foto e/ou vídeo:
( ) Autorizo o registro da minha imagem em formato de foto e/ou vídeo nas ações desta pesquisa, desde que o uso esteja restrito à finalidade do presente estudo, estando preservado o meu anonimato em caso de publicação.
( ) Autorizo somente a gravação da minha voz nas ações desta pesquisa.

Data e local: _____

Assinatura do participante: _____

Telefone/e-mail: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Título da pesquisa: Da aridez ao conviver no sertão: um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense na peleja da informação com a leitura

Pesquisador doutorando: Ismael Lopes Mendonça
Celular: [redacted] | E-mail: [redacted]

Orientadora: Profª. Drª. Lígia Maria Moreira Dumont
E-mail: [redacted]

Instituição de vínculo da pesquisa: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação | Escola de Ciência da Informação | Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/ECI/UFMG)
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-6103 | E-mail: ppgci@eci.ufmg.br

Para mais informações sobre o aspecto ético da pesquisa, gentileza entrar em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG)
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005
Campus Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-4592 | E-mail: coep@prpq.ufmg.br
Horário de atendimento: segunda a sexta, 09:00 às 11:00 e 14:00 às 16:00

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PESSOAS CAMPONESAS

Prezado(a) senhor(a),

Eu, Ismael Lopes Mendonça, orientado pela Profª. Drª. Lígia Maria Moreira Dumont, estou realizando uma pesquisa de doutoramento temporariamente intitulada: "**Da aridez ao conviver no sertão: um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense na peleja da informação com a leitura**", que tem por objetivo conhecer como um grupo de pessoas camponesas interage, pela leitura, com os cadernos especiais produzidos pelo jornal O Povo, cujas temáticas estão voltadas para o Semiárido cearense. Esta pesquisa pertence ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) e possui natureza estritamente acadêmica, sem interesses comerciais ou qualquer outra finalidade oculta.

Diante disso, tenho a satisfação de convidá-lo(a) para participar desta fase da pesquisa, cuja coleta de dados será por meio de entrevistas elaboradas por mim e aplicadas em local adequado conforme a sua disponibilidade, tendo duração aproximada de 60 (sessenta) minutos por sessão. Caso aceite, também existe a possibilidade do(a) senhor(a) participar de um grupo formado por pessoas camponesas, em que os cadernos especiais de O Povo serão submetidos à sua leitura. Esse grupo se reunirá com a devida preparação, em local, dia e horário combinados com você.

Saliento que a sua participação será sempre voluntária: não haverá custo ou cobrança, e o(a) senhor(a) também não receberá pagamento relacionado a esta pesquisa. No caso de eventuais danos provenientes desta pesquisa, o(a) senhor(a) poderá buscar indenização nos termos da Res. 466/12, que diz: "Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa".

A sua participação nas entrevistas e no grupo mencionado será gravada em formato de áudio, cujo conteúdo será transcrito com o cuidado de manter em sigilo o seu nome. Além da gravação de voz, existe a possibilidade do(a) senhor(a) ser filmado ou fotografado para fins da pesquisa, mas, caso concorde com essa filmagem e/ou fotografia, a sua imagem não será divulgada. Todos os dados, registros e gravações obtidos estarão sob a guarda do pesquisador durante o período de 5 (cinco) anos e serão utilizados apenas em trabalhos e eventos científicos, sem que seja revelada a sua identidade, em respeito à confidencialidade desta pesquisa.

Um provável risco advindo desta pesquisa consiste em possíveis desconfortos emocionais sentidos pelo(a) senhor(a) ao relatar sobre a sua experiência de vida ou de trabalho, assim como na leitura dos cadernos especiais. Caso isso aconteça, a coleta de dados e as gravações serão interrompidas para que o(a) senhor(a) se recupere e decida se deseja continuar ou não. O(a) senhor(a) tem autonomia e direito de não querer participar ou de desistir de participar a qualquer momento, com a exclusão de todos os dados coletados e sem sofrer nenhum prejuízo ou penalidade. Caso decida ou necessite se retirar da pesquisa, ou deseje saber mais sobre quaisquer outras informações ligadas a ela, favor entrar em contato comigo pessoalmente ou pelos canais informados ao final deste Termo.

Rubrica do participante: _____ Rubrica do pesquisador: _____

O benefício de sua participação será a contribuição com este estudo envolvendo a interação por via da leitura de pessoas camponesas com as representações sobre o Semiárido cearense publicadas pelos cadernos especiais do jornal O Povo.

Certo de que as informações aqui apresentadas lhe forneceram os esclarecimentos necessários em relação a esta pesquisa, e caso haja concordância de sua parte em participar das ações aqui descritas, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) em duas vias de igual teor, em que uma via ficará em seu poder, e a outra, comigo.

Eu, _____,
portador(a) do CPF _____, compreendo que a minha participação nesta pesquisa é inteiramente voluntária e que, dessa forma, tenho liberdade de recusar ou retirar o meu consentimento em participar deste estudo a qualquer tempo, sem sofrer penalidades. Os dados obtidos por meio da minha participação neste estudo serão gravados em formato de áudio e documentados, sendo de meu consentimento a divulgação em contextos acadêmicos e em publicações científicas, desde que resguardada a confidencialidade de minha identidade.

Quanto ao possível registro da minha imagem por foto e/ou vídeo:
( ) Autorizo o registro da minha imagem em formato de foto e/ou vídeo nas ações desta pesquisa, desde que o uso esteja restrito à finalidade do presente estudo, estando preservado o meu anonimato em caso de publicação.
( ) Autorizo somente a gravação da minha voz nas ações desta pesquisa.

Data e local: _____

Assinatura do participante: _____

Telefone/e-mail: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Título da pesquisa: Da aridez ao conviver no sertão: um jornal, uma comunidade rural e suas representações sociais sobre o Semiárido cearense na peleja da informação com a leitura
Pesquisador doutorando: Ismael Lopes Mendonça
Celular: [redacted] | E-mail: [redacted]
Orientadora: Profª. Drª. Lígia Maria Moreira Dumont
E-mail: [redacted]

Instituição de vínculo da pesquisa: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação | Escola de Ciência da Informação | Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/ECI/UFMG)
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.
Telefone: (31) 3409-6103 | E-mail: ppgci@eci.ufmg.br

Para mais informações sobre o aspecto ético da pesquisa, gentileza entrar em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG)
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005
Campus Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-4592 | E-mail: coep@prpq.ufmg.br
Horário de atendimento: segunda a sexta, 09:00 às 11:00 e 14:00 às 16:00

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – UNIVERSO DOS PRODUTORES DOS CADERNOS ESPECIAIS

1) Que função você exercia na produção dos cadernos especiais e como era a forma de trabalhar nessa editoria?
2) Que referências inspiravam o seu trabalho com os cadernos especiais? Por exemplo: referências jornalísticas, literárias, artísticas, científicas, políticas, visitas, imagens ou outros registros do local.
3) Que tipo de leitor você visava atingir no trabalho com os cadernos especiais? Era o mesmo público do jornal O Povo?
4) Você poderia falar sobre as exigências, cobranças, pressões ou negociações que aconteciam na rotina da produção dos cadernos especiais?
5) Como as premiações recebidas pelo trabalho com os cadernos especiais impactavam no processo de produção desses materiais?
6) De onde surgiu a ideia de trabalhar o Semiárido cearense nos cadernos especiais?
7) Os cadernos especiais produzidos sobre o Semiárido cearense chegavam nas localidades trabalhadas? Havia algum tipo de acompanhamento ou intervenção por parte de O Povo sobre essa questão?
8) Por que a edição dos cadernos especiais foi interrompida em 2020 e o que mudou desde então na organização interna e na linha editorial do jornal O Povo, principalmente em relação às produções investigativas?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – UNIVERSO DA COMUNIDADE RURAL (ENTREVISTA PRELIMINAR)

1) Gostaria que o(a) senhor(a) falasse um pouco sobre a sua vida: o que faz, de onde é, onde mora, quantos anos possui, se é casado(a) ou solteiro(a), se possui filho(s) etc.
2) O(a) senhor(a) poderia falar um pouco também sobre a sua experiência ligada à Escola Família Agrícola Dom Fragoso, como e quando a conheceu e o que faz ou fez nela?
3) O(a) senhor(a) se sente parte da comunidade ligada à Escola Família Agrícola Dom Fragoso? Como essa escola tem influenciado na sua vida, no seu dia a dia no sertão?
4) Para o(a) senhor(a), quais desafios são vivenciados no sertão? E quais bonanças podem ser experimentadas? Que valores e tradições são importantes e devem ser cultivados?
5) Ainda na sua opinião, quais são as características de uma pessoa do campo ligada ao sertão? O(a) senhor(a) se considera assim, como uma pessoa ligada ao sertão? Por quê?
6) O que o(a) senhor(a) pensa sobre a grande mídia e sobre o jornal O Povo, poderia me falar?
7) O(a) senhor(a) gosta de ler? O que gosta de ler? Possui interesse em participar de um grupo de leitura formado para esta pesquisa na Escola Família Agrícola Dom Fragoso ou organizado em outro local, conforme as suas condições?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – UNIVERSO DA COMUNIDADE RURAL (ENTREVISTAS PÓS LEITURA DOS CADERNOS)

1) No material que o(a) senhor(a) leu, algo chamou a sua atenção? O que seria e por quê?
2) O material trouxe alguma sensação ou lembrança para o(a) senhor(a)? Qual?
3) O material mudou o seu pensamento sobre alguma coisa? O que seria?
4) O(a) senhor(a) se identifica com esse material? Por exemplo, o(a) senhor(a) se reconhece nas imagens, nos personagens, nos locais ou nos textos desse material?
5) Com relação à realidade e valores do campo e do sertão, existe algo nesse material que o(a) senhor(a) considere falso, errado ou estranho? O que seria e por quê?
6) Se pudesse mudar algo ligado ao sertão nesse material, o que seria e por quê?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM FRAGOSO

1) Vivenciar o cotidiano da Escola Família Agrícola Dom Fragoso;
2) Interagir com as pessoas ligadas à Escola Família Agrícola Dom Fragoso;
3) Participar das ações da Escola Família Agrícola Dom Fragoso junto à comunidade;
4) Visitar localidades rurais assistidas pela Escola Família Agrícola Dom Fragoso;
5) Ter contato com a realidade sociocultural das pessoas camponesas;
6) Conhecer e selecionar os sujeitos que irão participar do grupo de leitores da pesquisa.